

DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DIRECCIÓN GENERAL DE FONDOS COMUNITARIOS Y FINANCIACIÓN TERRITORIAL

DOCUMENTO ÚNICO DE PROGRAMAÇÃO
INTERREG III
2000-2006

COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA

Dezembro 2001

Índice

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1 - ESPAÇO DE FRONTEIRA, ESPAÇO DE COOPERAÇÃO	4
1.1. Configuração e reconfiguração do espaço fronteiriço	4
1.2. Caracterização da zona transfronteiriça	5
SUB-REGIÃO NORTE/GALIZA	14
SUB-REGIÃO NORTE/CASTILLA Y LEÓN	20
SUB-REGIÃO CENTRO/CASTILLA Y LEÓN	28
SUB-REGIÃO CENTRO/ALENTEJO/EXTREMADURA	38
SUB-REGIÃO ALENTEJO/ALGARVE/ANDALUCÍA	46
1.3. Situação ambiental do territ.	55
1.4. Situação do território transfronteiriço em termos de igualdade de oportunidades	66
1.5. Situação do território transfronteiriço em termos de sociedade de informação	71
1.6. Balanço da cooperação e integração transfronteiriça Portugal - Espanha	74
1.7. Diagnóstico da zona fronteiriça	86
CAPÍTULO 2 - OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	95
2.1. Experiência de cooperação entre Portugal e Espanha: novo enquadramento estratégico	95
2.2. Orientações estratégicas globais: objectivos e eixos de intervenção	104
2.3. Estrutura de medidas e respectivos objectivos específicos	111
2.4. Definição dos indicadores de impacte	117
2.5. Apresentação de indicadores e definição de metas	121
CAPÍTULO 3 - APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SUB-PROGRAMAS	131
3.1. Estrutura de medidas e domínios de intervenção dos Sub-programas	131
3.2. Descrição de cada Sub-programa através da tipologia de projectos correspondentes a cada uma das medidas	137
SUB-PROGRAMA NORTE DE PORTUGAL/GALIZA	137
SUB-PROGRAMA NORTE DE PORTUGAL/CASTILLA Y LEÓN	151
SUB-PROGRAMA CENTRO/CASTILLA Y LEÓN	167
SUB-PROGRAMA ALENTEJO-CENTRO/EXTREMADURA	184
SUB-PROGRAMA ALENTEJO-ALGARVE/ANDALUCÍA	202
SUB-PROGRAMA NACIONAL	214
CAPÍTULO 4 - PLANO DE FINANCIAMENTO	216

CAPÍTULO 5 - DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO	222
5.1. Gestão estratégica (Comité de Acompanhamento)	222
5.2. Gestão operacional	224
5.3. Gestão financeira	229
5.4. Instrução e selecção de projectos	231
5.5. Informação e Publicidade	233
5.6. Avaliação do programa	235
5.7. Conformidade e Complementaridade com as Políticas Comunitárias	236
5.8. Política de concorrência e regimes de auxílio	239

CAPÍTULO 6 - AVALIAÇÃO EX-ANTE	242
6.1. Preparação do Programa Operacional	243
6.2. Contexto da intervenção	246
6.3. Avaliação da Coerência do Programa Operacional	255
6.4. Impacto esperado das acções previstas	266
6.5. Análise em termos de ambiente e de igualdade de oportunidades	269
6.6. Modalidades de implementação – uma visão de síntese	271

ANEXOS

Anexo A - PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO E CONSULTA A NÍVEL REGIONAL

SUB-REGIÃO NORTE / GALIZA	276
SUB-REGIÃO NORTE / CASTILLA Y LEÓN	281
SUB-REGIÃO CENTRO / CASTILLA Y LEÓN	284
SUB-REGIÃO CENTRO / ALENTEJO / EXTREMADURA	288
SUB-REGIÃO ALENTEJO / ALGARVE / ANDALUCÍA	295

Anexo B - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS

Indicadores demográficos	300
Indicadores económicos	304
Indicadores de emprego	305
Indicadores de saúde	311
Indicadores de educação	312
Indicadores de acessibilidade	313
Indicadores de turismo	314

APRESENTAÇÃO

O Documento Único de Programação do INTERREG III-A acolhe, de forma explícita, as orientações divulgadas pela Comissão Europeia, expressas na Comunicação aos Estados-Membros de 28 de Abril de 2000, adoptando-as como linhas estruturantes do seu quadro de referência.

Assim, entre os princípios orientadores do presente Documento, salienta-se o reforço da coesão económica e social através da cooperação transfronteiriça, do estabelecimento de parcerias e da complementaridade e integração com outras iniciativas. Mais especificamente, constitui propósito central deste Programa a promoção de núcleos económicos e sociais transfronteiriços constituídos mediante estratégias comuns para um desenvolvimento territorial sustentável.

Estas linhas de orientação correspondem a uma clara ruptura com a estratégia das gerações anteriores do INTERREG, procurando-se agora atingir uma efectiva integração transfronteiriça baseada na abordagem ascendente «bottom up».

CAPÍTULO 1. ESPAÇO DE FRONTEIRA, ESPAÇO DE COOPERAÇÃO

1.1. Configuração e Reconfiguração do Espaço Fronteiriço

As regiões de fronteira portuguesas e espanholas têm uma longa história de afastamento imposto. Ao mesmo tempo, porém, têm partilhado um sentimento idêntico de abandono em relação aos respectivos poderes nacionais e, em muitos casos, referências culturais comuns.

É neste pano de fundo que, nos últimos 14 anos, por via da adesão à Comunidade Europeia, se têm vindo a operar mudanças significativas que conduzem claramente a uma reconfiguração do espaço fronteiriço, aumentando consideravelmente a sua permeabilidade.

Antes de se apresentar o diagnóstico da zona fronteiriça Portugal/Espanha, importa sistematizar as linhas estruturantes desse contexto territorial e avaliar até que ponto elas se ligam com o desenvolvimento da Iniciativa INTERREG:

- a) O fraco dinamismo sócio-económico de uma grande parte da faixa fronteiriça, que he confere uma posição marginal face as outras regiões portuguesas e espanholas, e uma memória colectiva que incorporou a ideia de que a autonomia nacional se construiu historicamente contra o país vizinho, explicam por que razão as primeiras gerações do INTERREG constituíram mais um *programa fronteiriço* - isto é, com incidência em regiões de fronteira – do que uma intervenção verdadeiramente transfronteiriça. Este período foi, no entanto, essencial por dois motivos: colmatou-se uma parte dos défices em termos de infra-estruturas básicas (acessibilidades, ambiente, ...) e de equipamentos sociais e lançaram-se as bases para uma cultura de confiança e cooperação transfronteiriça.
- b) A criação do mercado único europeu levantou o efeito de barreira: pessoas, bens e informação são agora livres de cruzar as fronteiras. Neste contexto mais favorável ao fortalecimento de contactos de proximidade entre portugueses e espanhóis, a partilha de um sentimento de marginalização face aos centros de decisão nacionais ganha maior relevância. A cooperação transfronteiriça surge agora como um *veículo eficaz de projecção e de mobilização das comunidades locais/regionais*. É basicamente por essa razão que a ideia de cooperação transfronteiriça ganha aceitação e notoriedade, primeiro entre agentes políticos de nível local ou regional, mais tarde envolvendo outras instituições – as Universidades, os Politécnicos ou as associações empresariais, por exemplo. Entra-se, assim, numa segunda fase, em que o estabelecimento de parcerias e redes transfronteiriças, envolvendo instituições sobretudo públicas, têm capacidade para captar uma fatia crescente dos apoios disponíveis no âmbito do Programa INTERREG.
- c) Simultaneamente, mas com um arranque um pouco mais tardio, as empresas das regiões fronteiriças descobrem que existe um *mercado regional* de proximidade: as vendas do outro lado da fronteira, o recurso frequente a equipamentos ou serviços do país vizinho, os casos de pessoas que vivem em Portugal mas trabalham em Espanha, ou vice-versa, tornam-se vulgares, invertendo a tradicional situação de isolamento histórico. Também nesta óptica o INTERREG tem assumido um papel activo por via da promoção de um conjunto de intervenções que facilitam, directa ou indirectamente, a integração económica, nomeadamente através de acções imateriais (exposições, feiras, mostras, visitas organizadas, seminários, *workshops*, etc.) que contribuem

decisivamente para a divulgação de informação e para o reforço do conhecimento mútuo.

O que se passou – e se está ainda a passar – ao longo da fronteira luso-espanhola repete, afinal, a realidade que se pode encontrar em muitos outros casos. Em primeiro lugar, um esforço por parte dos actores regionais e locais, sobretudo públicos, visando utilizar a cooperação transfronteiriça como um veículo que transforme regiões marginais em áreas com alguma centralidade, à escala dos respectivos países. Em segundo lugar, superadas as principais deficiências de natureza básica, é possível sustentar massas críticas e complementaridades de proximidade criadoras de novas oportunidades de negócio, para as empresas, e de acesso a serviços e equipamentos mais especializados, para as populações. Ou seja, é possível afirmar um mercado tanto mais viável quanto mais se basear em lógicas de cooperação e de integração transfronteiriça.

Superado o efeito de fronteira como barreira e mobilizado colectivamente o sentimento de marginalização a favor de dinâmicas mais endógenas de desenvolvimento e afirmação, importa agora *consolidar a aproximação transfronteiriça*.

Também neste campo se pode aprender com as situações observadas noutros países, onde se verifica que esta consolidação é tanto mais forte e durável quanto a cooperação transfronteiriça consegue atingir três objectivos: (i) associar-se à resolução dos problemas do quotidiano que afectam as populações; (ii) provar que constitui a melhor via para resolver problemas que, pela sua própria natureza, são supra-fronteiriços; (iii) promover o relacionamento económico no sentido do reforço da competitividade das regiões fronteiriças.

Neste novo contexto, o contacto directo entre as populações de ambos os lados da fronteira (desporto, cultura, jovens, idosos, etc.) e, num segundo plano, as questões ambientais (p.e., aproveitamento e gestão dos recursos hídricos ou recuperação de áreas degradadas pela actividade mineira) ganham significado, contribuindo para que a cooperação e a integração transfronteiriça não seja apenas retórica política, mas sim uma forma real de combater o défice de equidade que as fronteiras político-administrativas sempre estimulam nos territórios por elas delimitados.

1.2. Caracterização da Zona Transfronteiriça

1.2.1. Uma visão de conjunto da fronteira

Âmbito básico

O Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III-A de Cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal aplicar-se-á, num âmbito básico, ao território composto pelas 17 NUT III fronteiriças, incluídas no Anexo I da Comunicação da Comissão C(2000)1101. Estas unidades territoriais cobrem uma superfície total de 136640 km² (o que representa 23,5% da Península Ibérica) e onde residiam, em 1998, um total de 5370496 pessoas (11,5% da população ibérica). Estamos, pois, perante um PIC com uma forte incidência socioeconómica e territorial aplicado sobre a maior fronteira interior da Europa Comunitária – mais de 1.200 kms lineares de “raia” entre as desembocaduras do Minho e do Guadiana -, além de ser a mais antiga de acordo com o Tratado de Alcanñices que data de 1297.

Âmbito Básico do PIC: População e Território

NUT III FRONTEIRAS	POPULAÇÃO 1998	SUPERFÍCIE KM2	DENSIDADE 1998	VARIAÇÃO POPULACIONAL 1991/1998
Pontevedra	906.298	4.494	201,67	1,05
Minho-Lima	250.500	2.210	113,34	0,18
Cávado	378.420	1.243	304,44	7,12
Ourense	344.170	7.273	47,32	-2,64
Alto Trás-os-Montes	223.810	8.170	27,39	- 4,86
Zamora	205.201	10.561	19,43	- 3,96
Salamanca	349.550	12.350	28,31	- 2,31
Douro	234.340	4.112	56,99	- 1,83
Beira Interior Norte	111.180	4.069	27,32	-6,19
Cáceres	405.616	19.868	20,42	- 1,42
Beira Interior Sul	77.270	3.738	20,67	-4,62
Badajoz	663.803	21.766	30,50	2,06
Alto Alentejo	119.830	5.937	20,18	- 6,88
Alentejo Central	166.680	7.229	23,06	- 3,77
Baixo Alentejo	131.220	8.503	15,43	-8,25
Huelva	453.958	10.128	44,82	2,36
Algarve	348.650	4.989	69,88	2,12
TOTAL FRONTEIRA	5.370.496	136.640	39,30	- 0,37

Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Instituto Nacional de Estatística

O quadro anterior mostra uma primeira aproximação à diversidade de situações que coexistem no território de fronteira, tanto do ponto de vista estrutural (potencial demográfico, densidade populacional), como dinâmico (evolução recente da população). Utilizando variáveis socioeconómicas e territoriais básicas, podemos identificar três situações diferentes ou grandes modelos espaciais que caracterizam as diferentes dinâmicas dos territórios de fronteira.

GRANDES MODELOS ESPACIAIS DA FRONTEIRA				
C R E S C I M E N T O P O P U L A C I O N A L	POSITIVO	BADAJOZ 663.803 hab. (12,4%) 21.766 km ² . (15,9%)	HUELVA-ALGARVE 802.608 hab. (14,9%) 15.117 km ² (11,1%)	PONTEVEDRA-CÁVADO 1.284.718 hab. (23,9%) 5.737 km ² (4,2%)
	NULO			MINHO-LIMA 250.000 hab. (4,7%) 2.210 km ² (1,6%)
	NEGATIVO	ALTO TRÁS-OS-MONTES ZAMORA SALAMANCA BEIRA INTERIOR NORTE CÁCERES BEIRA INTERIOR SUL ALTO ALENTEJO ALENTEJO CENTRAL BAIXO ALENTEJO 1.790.357 hab. 80.425 km ² (58,9%)	OURENSE-DOURO 578.510 hab. (10,8%) 11.385 km ² (8,3%)	
		BAIXA (menos de 40 hab./km ²)	MÉDIA (41-100 hab./km ²)	ALTA >100 hab./km ²
DENSIDADE POPULACIONAL				
nota: os números entre parentesis (percentagens) representam a importância relativa no contexto do total do programa				

Uma primeira situação agrupa os territórios que conjugam densidades populacionais médias/altas – superiores aos 40 hab/km², média de toda a região fronteiriça – com taxas de crescimento demográfico elevadas no último septénio. É o caso das NUT Pontevedra, Cávado, Huelva e Algarve, que se desenham como zonas de maior potencial demográfico nos dois extremos litorais da raia, os cursos baixos dos rios Minho e Guadiana nas suas desembocaduras nor-atlântica e sul-atlântica, como corredores territoriais muito homogêneos em ambos os lados da fronteira. Tal situação está ligada à presença, nestes territórios, dos sistemas urbanos mais desenvolvidos da zona fronteiriça, tanto pela sua dimensão – Vigo, Pontevedra, Braga e Barcelos no Norte e Huelva e Faro no Sul -, como pela sua estrutura e configuração espacial – eixo atlântico Porto/La Coruña e eixo litoral Huelva/Algarve.

Paralelamente, são os territórios com uma base económica mais desenvolvida e diversificada onde se conjugam as actividades pesqueiras, hídricas, agrícolas, industriais, turísticas e de serviços numa estrutura que soube conjugar a manutenção de recursos produtivos tradicionais com a introdução de novas actividades em sectores estratégicos de projecção exterior. O tecido empresarial é denso e dinâmico e soube criar processos de cooperação transfronteiriça que alargam os seus mercados e especializam as suas produções.

A esta situação não é alheio o facto de os territórios com maior potencial demográfico estarem estruturados por conexões transfronteiriças viárias de grande capacidade – autoestradas/IP`s - autopistas/autovías – que perfilam dois grandes eixos de relevância transeuropeia:

- eixo norte-atlântico: Porto/Braga/Vigo/A Coruña
- eixo sul-atlântico: Albufeira/Faro/Huelva/Sevilla

Apesar de constituírem os territórios mais desenvolvidos da fronteira o seu PIB *per capita*, expresso em PPC, não supera, em nenhum caso, os 71% da média comunitária.

Adicionalmente poderia incluir-se Badajoz neste grupo, que é um território de forte pulso demográfico mas assente sobre uma malha territorial muito débil dada a sua grande extensão – quase 22.000 km². Este território e a sua conexão transfronteiriça com o Alentejo Central aparece também estruturada por uma via de grande capacidade – Évora/Elvas/Badajoz/Mérida – no itinerário transeuropeu que une ambas as capitais ibéricas.

Uma situação intermédia é composta pelos territórios com valores médios, tanto em termos de densidades demográficas, como em crescimento populacional. Incluem-se aqui as NUT de Ourense e Douro - que mantêm um suporte demográfico básico num contexto de regressão – e Minho-Lima que, apesar de manter uma estrutura sólida, apresenta um estancamento demográfico na década de noventa.

Finalmente, as referências espaciais mais regressivas da fronteira registam-se em nove unidades territoriais que ocupam toda a grande franja central: Trás-os-Montes, Castilla y León, Beiras Interiores, Cáceres e o Alentejo, com a “ilha” que constitui a área urbana transfronteiriça de Badajoz-Elvas. Estas nove NUT – 1790357 habitantes e 80425 km² - constituem a periferia da periferia, conjugando uma débil densidade demográfica, inferior a 40 habitantes por km², com taxas regressivas de crescimento demográfico apresentando, em consequência, as situações estruturais e funcionais mais negativas de toda a região fronteiriça. São áreas pouco povoadas e em continua regressão, com um forte índice de envelhecimento, estruturas agrárias tradicionais, ausência de industrialização, débil tecido económico e empresarial e inexistência de conexões viárias transfronteiriças por vias de alta capacidade, mesmo em travessias de fronteira com grande intensidade de movimento como Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro, parâmetros que desenham o círculo vicioso do

subdesenvolvimento na sua manifestação mais genuína. O PIB *per capita* nestes territórios situa-se por volta dos 50-60% da média comunitária.

Zonas Adjacentes

De acordo com o ponto 10 da Comunicação C(2000) 1101 de 28-04-00 da Comissão que estabelece as Orientações para a Iniciativa Comunitária INTERREG, o âmbito territorial da aplicação do DOCUP Interreg III-A Portugal-Espanha, poderá estender-se também às zonas NUTS III contíguas às incluídas no quadro anterior (Âmbito Básico), concretamente às seguintes áreas:

De acordo com as Orientações da Comissão, poderão ser concedidos financiamentos, em casos especiais, a projectos incidentes nas Zonas Adjacentes. Esta flexibilidade, em termos dos âmbitos territoriais de aplicação do DOCUP, visa responder às seguintes questões:

- Os territórios estritamente fronteiriços apresentam, na maioria dos casos, uma forte debilidade estrutural, especialmente no que diz respeito aos tecidos económico, empresarial, tecnológico e de investigação existentes para a geração de iniciativas de cooperação tendo em vista a valorização de recursos endógenos e a promoção de iniciativas locais. Com frequência, a capacidade operativa para instrumentalizar estas iniciativas radica nos centros urbanos regionais de maior escala localizados precisamente nestas Zonas Adjacentes. Tal é o caso das relações entre:
 - A Coruña com Pontevedra e Ourense
 - O triângulo urbano Porto-Braga-Guimarães (que, com as suas extensões, abrange as NUT do Grande Porto, Ave e Tâmega) com Minho-Lima, Cávado, Alto-Trás-os Montes e Douro
 - Valladolid com Salamanca e Zamora
 - A Cova da Beira com a Beira Interior Norte e Sul
 - Sevilha com Huelva
- Em todos estes casos se regista uma dependência funcional entre os territórios locais de fronteira e os centros regionais onde se radicam as estruturas económicas, empresariais, tecnológicas e de investigação com maior capacidade para promover e apoiar iniciativas de cooperação. Segmentar o território de fronteira com critérios exclusivamente geográficos, significa desmembrar unidades territoriais cujo funcionamento operativo se baseia nas inter-relações existentes entre os âmbitos local e regional com a perspectiva de uma maior adequação funcional às características específicas que requer a cooperação transfronteiriça. Neste sentido, uma maior participação da iniciativa privada na execução do DOCUP poderá alcançar-se aplicando com flexibilidade as condições relativas ao seu âmbito territorial de intervenção.
- Considerações similares podem ser feitas em relação à localização das estruturas de apoio e acompanhamento do Programa a nível regional que, em muitos casos, radicam nas denominadas Zonas Adjacentes. A adequação territorial do DOCUP a cinco

Subprogramas estruturados segundo âmbitos regionais, afigura-se coerente com a inclusão, no seu domínio de aplicação, das NUT III onde se radicam algumas destas estruturas administrativas regionais que, previsivelmente, vão albergar o aparelho de gestão do DOCUP (Sub-comités de Gestão, Secretariados Técnicos...). Por isso o Programa aplicará o critério da flexibilidade territorial em relação aos gastos de gestão administrativa que se produzam nas NUT III onde se localizam as estruturas regionais que pilotam as iniciativas de cooperação transfronteiriça.

- Em determinados casos parece difícil limitar o âmbito territorial da cooperação transfronteiriça a espaços fisicamente raianos, já que, excepcionalmente, podem existir iniciativas de cooperação cujo âmbito operativo se estenda para além dos limites das áreas estritamente transfronteiriças para envolver territórios que partilham características físicas e funcionais homogêneas. É o caso das bacias hidrográficas, as quais constituem um bom exemplo ilustrativo do que acaba de ser exposto já que originam um mapa de grandes colectores ibéricos transnacionais (em muitos casos com retalhos fronteiriços de relevância estratégica em termos ambientais e territoriais) com elevado potencial enquanto território de cooperação (Minho, Lima, Douro, Tejo, Guadiana e outros cursos menores). Assim, o potencial para o surgimento de iniciativas de cooperação que possuam uma base territorial estruturada através de um nexo geográfico comum (bacias hidrográficas, espaços naturais, sistemas montanhosos), justifica a adopção, pelo Programa, de critérios de flexibilidade territorial susceptíveis de permitir acolher tais iniciativas (adequação dos âmbitos administrativos aos âmbitos operativos da cooperação).

Em qualquer caso, a aplicação dos critérios de flexibilidade que permitam acolher, no Programa, projectos que afectem as Zonas Adjacentes será decidida em cada um dos Sub-Comités de Gestão Conjunta e respeitará, de acordo com as orientações da Comissão, o limite financeiro de 20% do gasto total do PIC. Neste sentido, as estruturas técnicas para o seguimento económico-financeiro do Programa desenharão os mecanismos contabilísticos necessários para garantir essa circunstancia.

Igualmente, a inclusão no Programa de projectos que envolvam Zonas Adjacentes, deverá contar, inequivocamente, com a presença de parceiros radicados na Zona Fronteiriça, dentro do denominado Âmbito Básico de aplicação do DOCUP.

1.2.2. A raia fronteiriça: factores de diversidade sub-regional

O PIC aplica-se, portanto, sobre um território extenso e heterogêneo que requer estratégias e acções de intervenção diferenciadas e específicas para cada uma das diversas situações que coexistem no perímetro raiano. Conjugando critérios socioeconómicos, ambientais e administrativos esta diversidade pode sistematizar-se em cinco áreas espaciais ou sub-regiões fronteiriças:

1. **Sub-região Norte/Galiza** composta pelas NUT Pontevedra, Minho-Lima, Ourense, Cávado e Alto Trás-os-Montes (sector norte), cuja cooperação transfronteiriça se articulou através da Comunidade de Trabalho Galiza/Norte. Corresponde a duas unidades morfológicas ou espaços comarcais bem definidos:

- vale do Minho, onde a fronteira tem um carácter fluvial de território de fundo com o caminho-de-ferro e as estradas locais paralelas a ambas as margens de um rio navegável no seu último troço num estuário rico em recursos hidrológicos;
 - as montanhas do norte, onde a fronteira tem características de barreira montanhosa atravessada, transversalmente, por corredores locais que desenham vales de intenso aproveitamento agrícola e pecuário e espaços naturais transfronteiriços como a Peneda-Gerês.
2. **Sub-região Norte/Castilla y León** composta pelas NUT Alto Trás-os-Montes (sector sul), Zamora, Douro e Salamanca (sector norte) cuja cooperação transfronteiriça ficou estruturada na recente constituição da Comunidade de Trabalho Norte/Castilla e León. Geograficamente englobam-se aqui três espaços comarcais:
- as zonas escarpadas de forte vocação florestal, como os espaços naturais de Montesinho, Sanabria e Culebra que mantêm vivas as formas de ocupação humana consequentes com a preservação e valorização dos recursos endógenos;
 - as peneplanícies do nordeste trasmontano / zamorano onde a fronteira se adapta à linha de cume de pequenas serras, divisória de vales e cabeceiras de bacias fluviais secundárias tributárias do Douro. Terras debilmente povoadas com solos pobres de uso cerealífero;
 - As Arribas do Douro, espaço natural transfronteiriço que define, com morfologia de vale granítico, o trânsito do vale médio ao vale baixo ou do rio, num clima de influência mais mediterrânica que atlântica que propiciou o desenvolvimento de uma produção agrícola singular – oliveira, vinha, amêndoas – sobre terraços para combater a forte inclinação.
3. **Sub-região Centro/Castilla y León** composta pelas NUT Salamanca (sector sul) e Beira Interior Norte, que canaliza a sua cooperação através da Comunidade de Trabalho Castilla y León/Centro. Este território é estruturado pelo eixo transeuropeu E80 composto pelo IP 5 (em Portugal) e a CN-620 e a N-I (em Espanha) que asseguram, apesar da escassa funcionalidade operativa, o principal ponto de atravessamento da fronteira entre os dois países. Complementarmente, está-lhe associado o principal eixo ferroviário de articulação de Portugal com a Espanha e a Europa. O carácter estratégico deste eixo irá ser reforçado com a conversão em autoestrada do IP5 (que se integra com o IP2 no acesso à Europa) e a modernização ferroviária, nomeadamente no lado português (linha da Beira Alta).

O território fronteiriço pode ser delimitado pelas montanhas do maciço central – Serra da Estrela, Serra da Gata, Penha de Francia e Serra de Grados – e pelo Rio Douro.

Neste espaço, os afluentes deste rio internacional marcam, de uma forma indelével, a paisagem – Côa, Águeda e Tormes. Contudo, a sua influência sobre a paisagem é mais acentuada na Beira Interior Norte, onde se encontram encaixados, criando um relevo mais acidentado, propício à ocupação do solo pela floresta. As áreas com utilização agrícola, em muitos casos sobre solo com aptidão florestal, têm uma forte ocupação com prados e pastagens. No território salamtino, mais aplanado, a ocupação florestal é menor, enquanto a utilização dos solos agrícolas se faz predominantemente com prados e pastagens ou produções forrageiras (nomeadamente em paisagens de tipo devesa). Este contexto indicia um peso importante da produção pecuária (ovinos e bovinos).

4. **Sub-região Centro/Alentejo/Extremadura** composta pelas NUT Cáceres, Beira Interior Sul, Badajoz, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo. Administrativamente a cooperação transfronteiriça articula-se através das Comunidades de Trabalho Extremadura / Alentejo e Centro / Extremadura ainda que numerosos projectos de cooperação sejam abordados de forma trilateral. Neste território fronteiriço são identificáveis quatro grandes espaços comarcais:
 - vale médio do Tejo ao sul da Serra da Malcata (apenas 900 metros de altitude) onde a fronteira abandona quase por completo o seu aspecto montanhoso para converter-se numa fronteira fluvial com os rios Eljas, Torto, Tejo e Sever. Abaixo dos 400 metros a fronteira percorre zonas que bordejam o encaixe do Tejo que, no seu troço fronteiriço, marca a passagem do curso médio para o baixo e a sua navegabilidade até Lisboa;
 - a Serra de São Mamede (Parque Natural), maciço montanhoso que cumpre, na aridez da planície alentejana, uma importante função de microclima, proporcionando à região uns níveis de precipitação e uma humidade que contrastam com o território adjacente;
 - vale médio do Guadiana, bacia fluvial de grande fertilidade marcada pela importância fundamental da economia de regadio e pelo sistema urbano centrado na área urbana transfronteiriça Badajoz / Elvas;
 - os contrafortes da Serra Morena, onde a fronteira caminha para a vertente norte dos picos de Aroche entre os 500 e os 600 metros de altitude, num relevo de “pé de monte aberto” sobre o vale do Guadiana.
5. **Sub-região Alentejo/Algarve/Andalucía** composta pelas NUT Baixo Alentejo, Huelva e Algarve cuja cooperação transfronteiriça se articula através da Comunidade de Trabalho Andaluzia / Algarve e da Comunidade de Trabalho Alentejo/ /Andalucía. Este espaço inter-regional foi objecto de um estudo de “Articulação Territorial transfronteiriça Algarve – Alentejo - Andaluzia” dentro do Interreg I. Posteriormente, dentro da Iniciativa Comunitária Interreg II Andaluzia-Portugal, levou-se a cabo um estudo denominado “Orientações para a recuperação ambiental e promoção de um desenvolvimento sustentável na faixa pirítica de Huelva”, que serviu de base para a elaboração do Programa Transfronteiriço de Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Faixa Pirítica Ibérica (Andaluzia-Alentejo), levado a cabo por parte da Consejería de Medio Ambiente da Junta de Andalucia com a Direcção Regional do Ambiente do Alentejo, com a participação da Consejería de Empleo y Desarrollo Tecnológico da Junta de Andalucia e da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. Três sistemas territoriais marcam este espaço de fronteira:
 - A Serra de Aracena, classificada como Parque Natural juntamente com as Z.E.P.A.'s de Peñas Aroche e Sierra Pelada e Rivera del Aserrador, zona rural pouco povoada de grande biodiversidade;
 - vale baixo do Guadiana, na zona central e sul da província de Huelva e no Baixo Alentejo e oriente algarvio, onde a fronteira volta a ser fluvial através dos rios Chança e Guadiana até à foz atlântica . A zona central deste sistema caracteriza-se por uma problemática ambiental associada a uma actividade mineira que se integra na Faixa Pirítica Ibérica ;
 - litoral sul-atlântico, onde a paisagem muda radicalmente na estreita franja litoral da fronteira onubense / algarvia. Esta costa, uma das mais instáveis e baixas da Península, é percorrida por um eixo este-oeste transfronteiriço de grande potencial

turístico, agrícola, hídrico e ambiental - eixo de espaços naturais litorais, desde o Parque Natural da Ria Formosa até às marismas do Odiel.

1.2.3. Caracterização das sub-regiões fronteiriças

Seguidamente apresenta-se uma caracterização de cada uma das cinco sub-regiões que compõem a zona transfronteiriça centrada em quatro pontos: quadro territorial e ambiente, dinâmicas demográficas e povoamento, dinâmicas económicas e mercado de trabalho, equipamentos serviços e coesão social.

SUB-REGIÃO NORTE/GALIZA

a) Quadro territorial e ambiente

O espaço transfronteiriço que abrange as regiões da Galiza, em Espanha, e o Norte de Portugal, é composto pelas sub-regiões NUT III de Pontevedra, Ourense, Minho-Lima, Cávado e Alto Trás-os-Montes. No conjunto, é coberta uma área de 23391,1 Km², onde Ourense e o Alto Trás-os-Montes detêm um maior peso face às restantes sub-regiões, com particular destaque para a do Cávado.

Os territórios abrangidos de ambos os lados da fronteira apresentam algumas particularidades que, se por um lado, os aproximam, por outro, também não deixam de vincar as diferenças de desenvolvimento que separam Portugal e Espanha. Em termos ambientais, domina um clima de feição Atlântica com temperaturas médias anuais a rondar os 14°C e uma precipitação anual superior a 1000 mm, uma geomorfologia ondulada entalhada sobre o soco hercínico de rochas ígneas e metamórficas e uma vegetação espontânea onde o carvalho assumia particular presença mas, pela acção humana, hoje substituída por pinheiros, castanheiros e espécies de crescimento rápido como o eucalipto.

Mas, se as características ambientais não conhecem fronteiras políticas, não deixa de ser surpreendente a verificação de processos idênticos no seu aproveitamento e engenho por parte dos residentes dos dois lados da fronteira, com consequências notórias ao nível da harmonização das paisagens que, em si mesmas, carregam uma história de afastamento face aos grandes centros de decisão política, com reflexos na estrutura da propriedade, na sua intensidade de utilização, no apelo de outras paragens mais promissoras que orientaram a diáspora Galega e Portuguesa, primeiro dirigida ao outro lado do Atlântico e, nos últimos quarenta anos, tendo como destino a Europa.

O mar, rico em recursos piscícolas de costa pelas condições proporcionadas por uma vasta plataforma continental, ou de largo, pela termodinâmica de *upwelling* que permite, para além de outras espécies mais "finas" um manancial de peixe raimoso, sempre se constituiu como uma fonte de alimento e de estruturação de actividades económicas onde a indústria de reparação e construção naval, a conserveira e, mais recentemente, a de preparação de congelados, detêm um lugar ímpar no contexto Peninsular, ainda que esse lugar, fruto da capacidade empresarial e de incorporação de inovação, se arrogue mais ao lado Espanhol do que ao Português.

A terra, de solos pobres em cálcio mas fecunda pela humidade e pelo trabalho dos camponeses na sua correcção e nutrição, foi a primeira a receber as novas sementes trazidas das Américas que ajudaram a multiplicar o rendimento proteico que em muito contribuiu para o sustentar de densidades populacionais, ainda hoje, sobretudo na parte litoral, muito superiores às médias de cada um dos países. Essa terra foi, e apesar de tudo ainda o é, o suporte da combinação de uma policultura regada com a criação de gado, mais em estábulo que em pastagem, já que as leiras são pequenas e o pasto não representa o mesmo rendimento que a cultura da vinha ou do milho.

Os recursos minerais de ambos os lados da fronteira também contribuem para o florescimento de uma indústria de extracção e transformação de rochas ornamentais, sobretudo do lado galego, onde a orogenia hercínica fez aflorar enormes faixas de rochas cristalinas.

Desta diversidade de recursos primários resultou o sustentáculo de uma massa de população, tendo em conta os dois lados da fronteira e apesar das diferenças internas que afastam o Alto Trás-os-Montes e Ourense dessa capacidade de retenção, de mais de 2 milhões de habitantes. Mas, o sustentáculo, acabou por ser ultrapassado pela emergência de novas actividades económicas, onde a indústria transformadora, intensiva em mão-de-obra e muitas vezes associada a matérias primas locais (sobretudo no caso do agro-alimentar), se constitui hoje como um dos maiores empregadores.

Os rios são muitas vezes elementos de união e não de separação entre comunidades. No caso do Rio Minho (de onde deriva o topónimo da região tradicional Portuguesa mas que encontra a sua sede em Braga, nas margens do Cávado), aquele papel assume ainda um maior significado resultante do isolamento a que foi votada a parte Espanhola, com consequências numa maior aproximação a Portugal de que o processo de criação da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal (experiência pioneira com mais de dez anos de trabalho em matéria de cooperação e embrião de um quadro institucional adequado para a consolidação desta área transfronteiriça) é o culminar de uma identificação linguística, cultural e de objectivos prospectivos comuns.

De facto, o litoral deste território do Noroeste peninsular tem experimentado desde os anos 60 um forte crescimento urbano, polarizado pelas cidades do Porto e de Vigo, mas que continua a suportar-se numa *sui generis* articulação entre actividades primárias, secundárias e terciárias, ainda que a existência de uma massa crítica de população com uma relação de substituição de gerações e de vitalidade favoráveis possa assegurar um *buffer* temporal suficiente e necessário para a verificação de processos de modernização e incorporação de inovação que sustentem a sua base económica.

Região de rara beleza paisagística resultante de um intenso mas harmonioso processo de diálogo entre as comunidades populacionais e os seus suportes naturais, a Galiza-Norte de Portugal conserva espaços de profundo significado ambiental, alguns deles classificados pela Rede Natura 2000¹. Entre estes, pelo seu carácter eminentemente transfronteiriço e pelo seu significado ao nível dos habitats naturais e das espécies vegetais e faunísticas que acolhe é de destacar o conjunto bi-nacional composto pelo Parque Natural da Peneda-Gerês/Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.

b) Dinâmicas demográficas e povoamento

1 Na área de incidência do Sub-programa 1 e na vertente portuguesa: Rio Minho, Rio Lima, Peneda-Gerês, Montesinho-Nogueira, Alvão-Marão, Romeu, Corno do Bico, Serra de Arga, Litoral Norte.

Com um total de 2,1 milhões de habitantes, as cinco NUT III constituem-se como um potencial de mercado expressivo, a que acresce um perfil etário da população residente muito semelhante às médias nacionais, factor tanto mais favorável quanto as dificuldades económicas e sociais típicas de territórios periféricos por relação aos principais centros de decisão política e económica.

No entanto, também no factor demográfico se verificam algumas diferenças internas que tendem a acentuar o carácter ainda mais marginal de sub-regiões como Ourense e o Alto Trás-os-Montes onde, para além das menores densidades demográficas, a parcela da população mais idosa atinge uma representação superior à registada nos dois países. Este facto é compreensível à luz das grandes condicionantes de desenvolvimento que afectam qualquer um dos lados da fronteira.

As sub-regiões mais interiores ainda continuam deficitárias em infra-estruturas que possibilitem uma maior integração territorial, a que crescem factores de ordem física e ambiental que as tornam menos competitivas do ponto de vista da diversificação das suas economias. Apesar do enorme potencial que, por exemplo, a criação de gado de raças autóctones representa em termos dos actuais mercados urbanos, a morfologia de montanha, os recursos humanos disponíveis e os efeitos do forte processo migratório ainda sem consequências significativas ao nível da domiciliação do investimento e do retorno, constituem-se como fortes entraves à constituição de mercados locais que permitam a obtenção de limiares de rentabilidade suficientes para que a geração de efeitos de demonstração seja um factor indutor de melhorias noutras esferas da vida económica e social.

Em 1998, a estrutura demográfica comparada do território abrangido pelas 5 NUT III que constituem o espaço transfronteiriço da Galiza-Norte de Portugal, para além de fazer ressaltar a posição mais desfavorável das sub-regiões mais interiores, não apontava para sinais claros de diferenciação face às médias nacionais. No essencial, e tendo em conta, neste domínio, a forte diferenciação interna que opõe sub-regiões como o Cávado e Pontevedra a outras já referidas, o que se verifica é, face às médias nacionais, uma menor representação, ainda que ténue (da ordem do 1%), da população com idade abaixo dos 15 anos, com correspondência num incremento do peso dos mais idosos em cerca de 2%. Ora, esta observação, longe de representar, mesmo em termos prospectivos, uma evolução negativa do movimento da população, mais nos parece corresponder a um fenómeno conjuntural de ajustamento a novos valores de vida urbana com reflexos ao nível da redução da natalidade. Tal também parece ser corroborado pelo comportamento das taxas de saldos migratórios que, à excepção do Alto Trás-os-Montes, são positivas em todas as sub-regiões e ultrapassam, na maioria dos casos, os valores médios nacionais.

A dualidade litoral interior já observada em termos físicos e demográficos tem também correspondência na estrutura do povoamento. Enquanto nas sub-regiões do litoral (Minho-Lima, Cávado e sector litoral de Pontevedra), predomina um povoamento disperso de malha apertada, nas sub-regiões do interior (Alto Trás-os-Montes, Ourense e interior de Pontevedra), a população tende a concentrar-se em aglomerações com alguma dimensão. Esta diferenciação em termos de tipos de povoamento está em estreita relação com as estruturas agrárias dominantes, opondo-se as terras mais férteis do litoral, com explorações mais fragmentadas em blocos e com parcelas mais pequenas, às terras menos produtivas do interior onde, apesar da morfologia de montanha e correlativa menor pedogénese, a que se juntam os mais elevados níveis de precipitação que só nos fundos de vale favorecem a prática de uma agricultura intensiva, a não existência de factores de proximidade geográfica aos grandes mercados consumidores inibe maiores investimentos em factores de produção que não apenas os do trabalho do camponês, cada vez mais relegado para um papel de

auto-subsistência complementada com as remessas de familiares emigrados e com os proventos da assistência social.

Mas, apesar de nos sectores litorais predominar um povoamento disperso, também é aí que se localizam os maiores centros urbanos, com destaque, na parte Espanhola, para a mescla de quase metrópole e conurbação representada por Vigo-Pontevedra-Porriño, com 600.000 habitantes e, na parte Portuguesa, para o *continuum* urbano-industrial que, desde o Porto até Vigo, é pontuado pela sucessão de cidades de média dimensão (entre 80.000 e 160.000 habitantes) como Guimarães, Braga, e Viana do Castelo.

c) Dinâmicas económicas e mercado de trabalho

A estrutura económica caracteriza-se, em termos gerais, por uma forte representação das actividades ligadas à agricultura e pecuária seguida, embora apenas nas sub-regiões do litoral, das actividades industriais. As actividades terciárias, em especial aquelas de nível mais elevado e não directamente ligadas aos serviços da administração, assumem um menor significado em termos de emprego. No entanto, a análise a nível intra-regional, evidencia um maior peso relativo da indústria e uma menor terciarização na parte Portuguesa face à parte Espanhola, onde a agro-pecuária (incluindo as respectivas unidades de transformação) e os serviços em geral são os principais empregadores. Do lado Português, o maior recurso a mão-de-obra por via de custos salariais mais baixos mas com consequências nos níveis de produtividade, justificam a verificação de taxas de actividade mais elevadas que nas sub-regiões Espanholas onde, em contrapartida, as taxas de desemprego são bastante mais elevadas por relação à média Portuguesa (6,6%), com particular evidência nos casos de Pontevedra (17,5%) e de Orense (21,3%), apesar de não muito distantes da respectiva média nacional (20,8%).

Mas, pese embora a maior capacidade empregadora do sector industrial do lado Português, é na parte Espanhola que se verifica a existência de uma estrutura industrial mais robusta, composta por ramos de coeficientes técnicos mais elevados (relações inter-industriais). Enquanto na parte Portuguesa dominam as actividades ligadas ao têxtil, vestuário, couro e calçado (ainda que o sector de indústrias eléctricas, electrónicas e de transporte tenha vindo a registar um crescimento promissor), na parte Espanhola são dominantes os ramos da alimentação e bebidas, material de transporte, materiais de construção e maquinaria. A maior robustez da estrutura industrial do lado Espanhol por relação à parte Portuguesa, é ainda mais evidente quando se consideram os produtos exportados, de menor valor acrescentado, no caso dos do têxtil e calçado Portugueses, em comparação com os de material de transporte (automóvel e sector naval) Espanhóis. Este facto, pesem embora os diminutos valores das transacções entre os dois lados da fronteira (apenas 5% do total das exportações Portuguesas) não deixa de se reflectir numa clara vantagem para as sub-regiões do lado Espanhol, cuja balança comercial com a parte Portuguesa lhes é mais favorável.

O turismo é um dos sectores merecedores das maiores apostas em termos de iniciativas públicas e privadas e que pode, de forma bastante positiva, contribuir para a difusão de uma imagem de qualidade deste espaço transfronteiriço, com repercussões ampliadas ao nível do incremento dos factores de atracção de investimento dirigido a esta e a outras esferas da actividade económica. De facto, e apesar de o Norte de Portugal-Galiza apresentarem condições únicas do ponto de vista dos patrimónios natural (neste particular merece destaque o Parque Natural do Gerês/Xerês, primeiro exemplo de cooperação transfronteiriça tendo por objectivo a protecção do ambiente natural comum), construído e etnográfico/cultural, o certo é que a rota de peregrinação religiosa tendo por destino a

acolhedora e monumental cidade de Santiago de Compostela, coloca algumas dificuldades ao estabelecimento de factores de atracção que promovam uma mais longa permanência de visitantes², ainda que este facto também não deixe de se constituir como um desafio para a elaboração de um Programa conjunto que tome partido dessa concorrência.

d) Equipamentos, serviços e coesão social

No que respeita às acessibilidades, e tendo por referência, para os anos de 1996 e 1997, o indicador de densidade da rede de estradas (km de estrada / km² de área), desde logo ressalta uma diferença estrutural que coloca Portugal a menos de 1/3 da realidade Espanhola (10,8 km de estrada / km² em Portugal, contra 33,3 em Espanha). Neste contexto, pode dizer-se que o espaço transfronteiriço em apreço apresenta condições mais favoráveis (33,3 km de estrada / km²) que as médias nacionais, ainda que o Alto Trás-os-Montes não possa estar incluído nesta apreciação positiva (7,6 km de estradas / km²). Esta densidade da rede viária, compatível com as densidades populacionais das sub-regiões em análise, não deixa de ser o resultado dos investimentos efectuados no âmbito de versões anteriores do PIC INTERREG, neste tipo de intervenções.

Mas, tão importantes como os investimentos nas acessibilidades de transportes são aqueles que se referem às telecomunicações, não apenas no que respeita aos postos telefónicos instalados como, também, à qualidade da transmissão, podendo este factor providenciar uma maior facilidade no acesso a serviços avançados tais como a Rede Digital com Integração de Serviços - RDIS, ou ISDN na terminologia anglo-saxónica - ou as comunicações digitais de banda larga - preferencialmente próxima dos 140 Mbps, de modo a permitir a transmissão de imagem em tempo real - que suportem de forma eficaz, tanto as novas formas de acesso à informação em geral, como de trabalho (*telecommuting*® ou *teleworking*), de consumo (*e-commerce*) ou de negócio (*e-banking* e serviços associados de *Electronic Data Interchange* - EDI).

Neste aspecto, pode dizer-se que ao contrário do padrão de comportamento identificado no caso das variáveis demográficas e económicas, as sub-regiões mais interiores (Alto Trás-os-Montes e Orense) apresentam, pelo menos no que respeita aos meios telefónicos instalados (medidos a partir do número de linhas de comunicação), uma situação mais favorável comparativamente ao que se verifica nas sub-regiões mais litorais, onde os valores deste indicador se situam abaixo das respectivas médias nacionais. A razão para esta maior implantação relativa de linhas telefónicas em sub-regiões periféricas, para além de residir numa atitude de "auto-defesa" das populações dessas áreas, tendo em conta os níveis de isolamento a que estão votadas sobretudo por via das agrestes condições ambientais, não pode deixar de ser a repercussão positiva dos efeitos da execução de várias medidas de política tendo em vista o incremento do acesso a serviços de telecomunicações, de que o antigo Programa STAR é paradigma, ainda que a menor dimensão dos agregados familiares e os efeitos da emigração (habitações equipadas mas sem gente) também acabem por "mascarar" o real valor desta apreciação.

INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO EM 1996-97

² No conjunto das NUTE III que constituem o espaço transfronteiriço Norte de Portugal-Galiza verificava-se, em 1996, que apenas tinham aí lugar 2,8% dos hóspedes e 1,6% das dormidas, por relação ao total de hóspedes e dormidas em estabelecimentos hoteleiros dos dois Países. A esta fraca parcela de turistas acresciam taxas de ocupação dos estabelecimentos (27,3%) inferiores a menos de metade da média Espanhola (59,8%).

	Portugal	Espanha	Fronteira	Minho - Lima	Cávado	Alto Trás os Montes	Pontevedra	Ourense
Extensão total de estradas, por 100 km ² (km/km ²)	10,8	32,0	33,3	13,1	20,3	7,6	75,7	44,2
Linhas telefónicas por 100 habitantes	1,6	1,7	1,4	1,2	0,9	1,7	1,3	2,2

Fonte: INE, estatísticas dos transportes e comunicações, 1996-97
M.O.P.T. y M.A., anuario estadístico 1998

A dotação em equipamentos de saúde do espaço transfronteiriço Galiza-Norte de Portugal, quando medida a partir do nº de camas hospitalares por mil habitantes, está de acordo com as respectivas médias nacionais (4,1 em Portugal e 4,3 em Espanha), também não se registando diferenças significativas no que respeita ao nº de médicos por mil habitantes, ainda que seja de destacar a posição muito favorável de Pontevedra em qualquer um daqueles indicadores de bem estar social, não só por relação ao conjunto do espaço transfronteiriço como, também, às realidades de Espanha de Portugal.

No capítulo dos equipamentos culturais e de lazer, e tendo como referência os indicadores "bibliotecas e cinemas por 10.000 habitantes", em 1996, é curioso verificar que as sub-regiões mais interiores (Ourense e Alto Trás-os-Montes) são aquelas que, pelo menos no que respeita ao indicador bibliotecas/10000 habitantes, apresentam a situação mais favorável, com valores idênticos, ou mesmo superiores, aos registados nos respectivos todos nacionais. No geral, todo o espaço transfronteiriço, pesem embora os problemas ainda sentidos nas sub-regiões do Minho-Lima e Cávado, aparenta estar em posição de oferecer aos seus residentes razoáveis condições de acesso a equipamentos culturais consentâneos com um padrão de urbanidade capaz de potenciar outras procuras mais exigentes e, por isso, merecedora de mais investimentos neste domínio.

Na globalidade devem salientar-se os seguintes aspectos:

- A integração de Portugal e Espanha na União Europeia constitui uma oportunidade para o incrementar das interrelações entre as regiões do Noroeste Peninsular, que apesar de desde sempre existentes, se viram estranguladas pelos processos de afirmação dos respectivos estados nacionais, com lógicas de estruturação interna pouco atreitas a processos de cooperação.
- A experiência das várias gerações de Programas de Iniciativa Comunitária INTERREG mostra que é possível potenciar os factores de integração proporcionados pelos efeitos de complementaridade derivados da existência de uma fronteira política, mesmo quando, no caso presente, ela se constitui como uma barreira física que, apesar de tudo, nunca foi um entrave à continuidade (espacial e temporal) de interacção humana, ancorada em factores identitários que têm no entendimento linguístico o seu expoente máximo.
- Nestas condições, o espaço conjunto Galiza-Norte de Portugal tem de se constituir como um território de confluência de estratégias formuladas de um lado e de outro da fronteira, orientadas para a intensificação da interacção e da cooperação, como elemento base de valorização da fachada Atlântica, amplo espaço de *interface* das relações da Europa com as Américas, não só pela proximidade geográfica, como pelo capital cultural historicamente acumulado, que na diáspora Portuguesa e Galega encontra as suas raízes mais profundas.

SUB-REGIÃO NORTE / CASTILLA Y LEÓN**a) Quadro territorial e ambiente**

A zona transfronteiriça das regiões Norte de Portugal e Castilla y Leon é constituída por 4 unidades administrativas NUT III (Alto de Trás-os-Montes, Douro, Zamora e Salamanca) que ocupam uma superfície de 35.157 km², um pouco mais que uma quarta parte do território raiano. Trata-se de um espaço de carácter eminentemente rural, onde os usos agrícolas, pecuários e florestais são predominantes na configuração e dinâmica de um território de grande diversidade de ecossistemas devido, por um lado, à sua situação intermédia entre as áreas climáticas mediterrânea e atlântica e, por outro, às marcadas diferenças de altitude. Assim, podem distinguir-se diversos subsistemas territoriais: Terra Fria, com cota média de 700 m de altitude e serras como Montesinho, com 1.481 metros onde predominam os terrenos baldios com vocação florestal e pastoril e os prados permanentes; os Vales sub-montanhosos, entre 450 e 700 metros de altitude que são uma zona de policultivo associado à pecuária com presença do olival e vinha; o Planalto com altitudes médias de 700-750 metros onde predomina o cultivo extensivo de cereais de sequeiro, em especial o trigo; a Terra Quente, área de transição entre a Terra Fria e o Alto Douro, onde predominam o olival, a vide e os sobreiros; o Vale do Douro, praticamente coincidente com a região vinícola demarcada, apresenta condições edafoclimáticas propícias para a produção vinícola de alta qualidade; Sanabria, Aliste, Sayago, Vitigudino, Ciudad Rodrigo são todas elas comarcas de grande vocação pecuária com uma parte muito importante da sua superfície destinada a prados e pastagens e com altitudes que variam entre os mais de 2000 metros das Serras Cabrera e Segundera em Sanabria, ou as salamantinas de Francia e Béjar, os 1200 metros da Serra da Culebra, até às planícies e peniplanícies de Salamanca e Zamora, com altitudes em torno dos 700 metros, passando pela arribas do Duero/Douro espaço com microclima mediterrânico pela escassa altitude do fundo dos vales, o que favorece as culturas frutícolas, da amêndoa e da vinha.

Elemento geográfico, histórico e cultural singular do território inter-regional e transfronteiriço é o curso fluvial do Duero/Douro que com os seus quase mil quilómetros de extensão, desde Urbión em Soria até à sua foz atlântica no Porto/Gaia, estrutura uma região que reúne significativos valores patrimoniais (culturais e ambientais) com uma produção agrária de qualidade (especialmente vinhos) num contexto territorial estratégico como peça de conexão do atlântico com o mediterrâneo (Porto-Barcelona) e com o espaço de conexão do norte português com a Europa comunitária.

O trecho internacional do Duero/Douro – mais de 100 Km de fronteira luso-espanhola – articula um espectacular espaço natural bi-nacional configurado pelo profundo vale que tem sido escavado pelo rio, uma verdadeira garganta geológica que, em alguns pontos, alcança desníveis que ultrapassam os 500 metros de profundidade, e que dá abrigo a uma variada e singular avifauna ripícola – especialmente a cegonha negra e a águia perdigueira – objecto de programas conservacionistas comunitários de aplicação transfronteiriça. No sector transfronteiriço português, o Parque Natural do Douro Internacional (85.150 ha) inclui uma série de sítios classificados pela Rede Natura 2000³ e possui estatuto de protecção atribuído pelo decreto regulamentar N° 8/98 de 11 de Maio. O plano de ordenamento do Parque está

³ Outros espaços incluídos na Rede Natura 2000 situados na área de incidência do Sub-programa 2, vertente portuguesa: Rios Sabor e Maçãs, Morais-Azibo, Montesinho-Nogueira, Alvão-Marão, Romeu e, marginalmente, Penêda-Gerês e Montemuro.

em fase de redacção. Por seu lado, o sector transfronteiriço espanhol das Arribas do Duero encontra-se incluído no Plano de Espaços Naturais de Castilla y León, e está a ser objecto de estudos para o seu ordenamento através da redacção do Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais, passo prévio e imprescindível para a sua declaração por lei como espaço protegido. Está declarado Zona de Especial Protecção para as Aves (ZEPA) e incluído como Lugar de Importância Comunitária (LIC) na Rede Natura 2000. Nos últimos anos tem-se intensificado a cooperação transfronteiriça neste espaço natural com objectivo de compatibilizar critérios para o ordenamento e gestão coordenada dos habitats e espécies características com uma perspectiva integrada de conservação e promoção do espaço.

Os territórios fronteiriços de Alto Trás-os-Montes/Zamora acolhem outros espaços naturais de singular importância ambiental que, embora não constituam uma unidade natural como Arribes/Douro Internacional, formam uma rede de espaços naturais no âmbito transfronteiriço; é o caso do Parque Natural de Montesinho, Parque Natural do Lago de Sanabria e da Reserva Nacional de Caça da Serra da Culebra, que somam quase 170.000 ha de espaços naturais contíguos no território transfronteiriço. O Parque Natural de Montesinho, criado a 30 de Agosto de 1989, alberga a concentração mais importante do Lobo Ibérico de Portugal, mas também são frequentes os corços, raposas, gato-bravo, texugo e lontra. Os imensos bosques de carvalhos negros são uma das principais riquezas da comarca que, aliados harmoniosamente com os castanheiros, contribuem para o equilíbrio da floresta. O Parque Natural do Lago de Sanabria (1978) que inclui não só o lago propriamente dito, mas também as lagoas situadas no altiplano das Serras Segundera e Cabrera, constitui um exemplo notável da morfologia glacial em Espanha. Inclui, ainda, um rico património cultural, especialmente o mosteiro cisterciense de San Martín de Castañeda, sede do Centro de Interpretação do Parque. A Serra da Culebra, declarada Reserva Nacional de Caça em 1973, alberga espécies como o lobo, que nesta zona encontra um dos seus habitats preferidos, no entanto, nos suaves montes abundam também espécies de caça maior como o cervo, corço e javali.

O abandono dos cultivos, consequência da quebra da economia agrícola da zona e o crescente interesse que suscita na sociedade a conservação e o desfrute dos espaços naturais, têm propiciado que, desde os anos sessenta, se tenha iniciado uma evidente recuperação do coberto vegetal acelerada pelos cuidados silvícolas e pela luta contra os incêndios, que de forma cada vez mais eficaz a administração vem realizando. Em toda a área fronteiriça o sector florestal apresenta grandes potencialidades para crescer significativamente devido à grande extensão de terras não cultivadas, de baixo potencial agrícola e ocupadas sobretudo por espécies arbustivas.

As regiões do Norte de Portugal e de Castilla y León, contam com recursos culturais extensos e relevantes, destacando-se alguns componentes singulares:

- as antigas esculturas recuperadas em escavações arqueológicas, os castros ibéricos ou os complexos de arte rupestre como Côa e Siega Verde;
- as cidades património mundial como Porto e Salamanca;
- as cidades e vilas fronteiriças de singular valor histórico-artístico como Zamora, Bragança, Miranda do Douro, Puebla de Sanabria, Chaves, Ciudad Rodrigo;
- as quintas vinícolas do Alto Douro como síntese de arquitectura, paisagem e produção económica.

Este excepcional património está a gerar fluxos crescentes de visitantes, abrindo um novo mercado de turismo cultural que, pelas suas características socioeconómicas, se está a afirmar como um claro activo económico para estes territórios periféricos, especialmente

nas zonas de fronteira, onde a densidade de recursos é mais alta e se precisam, de forma mais intensa, acções promocionais.

As condições orográficas do território e a existência de uma fronteira “húmida” constituída, em grande parte, por vales fluviais, têm condicionado historicamente o traçado de infra-estruturas de conexão entre ambas as franjas raianas, de forma que no momento actual não existe nenhuma conexão viária de alta capacidade/via rápida nos mais de 200 km de perímetro fronteiriço. De facto, Castilla y León é a única CCAA fronteiriça que carece de conexões raianas deste nível. A estrutura da rede viária responde, pois, a lógicas territoriais nacionais com uma conectividade transfronteiriça fundamentalmente vinculada a redes locais e regionais, mesmo que os grandes eixos apresentem descontinuidades espaciais e assimetrias funcionais como no caso do corredor do Duero/Douro IP-4/N-122 ou a conexão do IP-2 (Guarda-Bragança) com a Autovía das Rias Baixas (A-52) através de Puebla de Sanabria.

Não existem conexões ferroviárias transfronteiriças já que a única existente – ligação da linha do Douro com Salamanca – foi encerrada em meados da década de 80. Os três aeródromos existentes na fronteira (Bragança, Vila Real e Salamanca) não mantêm entre si voos comerciais regulares. Os dois primeiros ligam as capitais raianas com Lisboa e Porto, mas no de Salamanca (base militar) só operam voos charter.

A via navegável do Douro – gerida pelo Instituto de Navegabilidade do Douro - entre o atlântico e os molhes fluviais raianos de Barca de Alva e Vega Terrón, com os seus 210 km de longitude, permite a navegação de navios até 83 metros de comprimento, dimensão máxima imposta pelas cinco comportas existentes. Nesta via existem dois portos fluviais comerciais em Sardoura e Lamego e numerosos molhes que permitem a navegação turística do rio como produto singular de excepcional qualidade. Em 1999 o tráfico fluvial foi de 59 navios comerciais que transportaram 100 mil toneladas de granito e 25 embarcações com 250.000 turistas. A construção dos molhes na entrada da barra e o aprofundamento do leito entre a Foz do Tua e Valeira, são as duas actuações que permitirão à navegação a sua incorporação na rede transeuropeia de transportes e o desenvolvimento de plataformas multimodais.

b) Dinâmicas demográficas e povoamento

Nas Nut fronteiriças de Alto Trás-os-Montes, Douro, Zamora e Salamanca residiam, em 1998, pouco mais um milhão de pessoas (1.012.901) num território com uma densidade média de 28,8 habitantes por km². Três factores interdependentes definem o modelo demográfico e territorial deste espaço fronteiriço:

- a decomposição do regime demográfico como consequência dos fortes processos emigratórios históricos determina uma situação estrutural de diminuição crónica da população, com um componente natural fortemente negativo;
- grau de envelhecimento da população muito acentuado, representando os maiores de 65 anos 21% da população total, provoca a desvitalização social das comunidades locais;
- a desertificação de amplas zonas do território tem determinado o fim das actividades e da própria identidade do meio rural num processo de concentração populacional num número muito reduzido de núcleos.

A decomposição do regime demográfico destes territórios está relacionada com o processo emigratório – interior e exterior - de carácter massivo nos anos sessenta e mais atenuado

na década de setenta que afectou tanto os chefes de família em idade activa (Trás-os-Montes) como famílias completas (Zamora/Salamanca). Do ponto de vista demográfico, o que ao princípio era uma sangria migratória degenerou, depois, num processo de regressão natural ao deixar no território os segmentos sociais de maior idade e menor capacidade reprodutiva. No momento actual, e em maior ou menor grau, os quatro territórios apresentam um crescimento natural negativo - entre 1,5 e 5,0 pontos – produto tanto do decréscimo da natalidade, como da maior mortalidade de uma população muito envelhecida. Inclusivamente, hoje em dia a componente migratória continua a ser negativa nos três territórios – somente o Douro recebe população exterior. A decomposição do regime demográfico reúne, assim, componentes migratórias e naturais numa aliança que determina problemas estruturais de muito difícil resolução no médio prazo, já que as taxas de natalidade continuam a apresentar um perfil de dinâmica débil, excepto no Douro onde esta se situa quase em dez nascimentos anuais por mil habitantes. A taxa de casamentos é muito diferente segundo os territórios – 6,5 nos de Portugal, 3,9 nos de Espanha.

A regressão demográfica, migratória e natural, conduziu a uma sociedade muito envelhecida, onde 21% dos residentes têm mais de 65 anos, com situações mais extremas em Zamora - 25,5%. Assim, o índice de envelhecimento oscila entre os 203,0 de Zamora e os 108,7 do Douro, apesar de o índice de dependência demográfica superar, nos quatro territórios, o valor de cinquenta pontos.

A decomposição do regime demográfico tem consequências muito importantes sobre o sistema de organização espacial da população, com uma densidade média de 28,8 habitantes/km² (territórios de Trás-os-Montes e Salamanca), com extremos em Zamora (19,7) e Douro (57,0). Estes valores indicam a existência de amplas zonas do território em condições semidesérticas que, praticamente, coincidem com o perímetro raiano, território em que se concentram os factores estruturais – regressão demográfica, envelhecimento, desertificação – que melhor reflectem a crise demográfica.

A hierarquia do sistema de povoamento é encabeçada pela Área Urbana de Salamanca – 230.000 habitantes – cidade universitária e de serviços comerciais e turísticos com funcionalidade sub-regional. Representa um modelo fortemente centralizado de organização espacial, na medida em que absorve duas terças partes da população provincial sobre um extenso território desarticulado e em processo de desertificação. A um segundo nível podem identificar-se dois elementos polarizadores e organizadores da rede urbana regional:

- um sistema policêntrico constituído pelo eixo Vila Real – Régua - Lamego, que agrupa mais de 120.000 habitantes articulando as dinâmicas urbanas e produtivas da sub-região do Douro;
- um elemento monocêntrico, a cidade de Zamora e a sua reduzida área envolvente, alcança os 80.000 habitantes e monopoliza todas as funções urbanas dum território semidesértico.

Em ambos casos a capacidade de articulação territorial destes elementos não tem influência perceptível nas comarcas raianas dadas as distâncias existentes – entre 80/100 km - e as características de conectividade das redes viárias. No território português o sistema urbano de fronteira aparece estruturado pelas cidades de Chaves (15.000 habitantes), em relação a Verín e Ourense e Bragança (20.000 habitantes), em relação a Puebla de Sanabria e Zamora. Contudo, na franja raiana castelhano-leonesa não existe um equivalente urbano similar, já que os principais núcleos não alcançam os cinco mil habitantes, com excepção de Ciudad Rodrigo, funcionalmente orientado para a articulação Guarda - Salamanca. A ausência de núcleos populacionais de dimensão intermédia é um dos principais problemas para a estruturação do amplo espaço fronteiriço.

São, portanto, as pequenas vilas fronteiriças as que devem cumprir o papel de articulação espacial do território de fronteira, com a necessidade de desempenhar funções urbanas que, frequentemente, excedem as vinculadas ao seu tamanho demográfico (entre 1.000/5.000 habitantes). Puebla de Sanabria, Alcañices, Bermillo de Sayago, Fermoselle, Aldeadávila, Vitigudino e Lumbrais na franja fronteiriça espanhola e Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso, Vinhais, Freixo de Espada à Cinta na portuguesa, são os pequenos núcleos urbanos a potenciar funcionalmente. A recente abertura da ponte internacional La Fregeneda - Barca de Alva pode desempenhar um papel estratégico para consolidar as relações transfronteiriças entre alguns destes núcleos, assim como para consolidar a dinâmica do eixo em formação Torre de Moncorvo - Vila Nova de Foz Côa (20.000 habitantes) no sector sudeste da região.

c) Dinâmicas económicas e mercado de trabalho

A estrutura e dinâmica das actividades económicas da zona transfronteiriça das regiões Norte e Castilla e León, está muito condicionada pelos factores demográficos e pelos modos tradicionais de produção e aproveitamento dos recursos locais. Prova disto é o reduzido valor da taxa de actividade global da zona fronteiriça que se situa nos 45%, destacando o enorme contingente de inactividade - fundamentalmente reformados e mulheres - vinculado a estes territórios. A análise por sexos revela as grandes diferenças existentes no acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres, de forma que a actividade masculina se estende a 58%, enquanto que a taxa de actividade feminina cai até aos 35%. Olhando para os quatro territórios fronteiriços observa-se que as menores taxas de actividade recaem sempre em Zamora (37,3% global, 51,0% para os homens e 23,8% para as mulheres) onde a emigração e o nível de envelhecimento da população limitam fortemente o potencial de activos, enquanto que as maiores taxas se registam, também em todos os casos, no Alto Trás-os-Montes (54,5% global, 66,3% nos homens e 44,1% nas mulheres); finalmente, os territórios do Douro e de Salamanca ocupam posições intermédias. A análise por géneros revela que as diferenças em termos de actividade se situam em volta dos 22-27% com os extremos, já mencionados, de Alto Trás-os-Montes e Zamora, o que desenha um itinerário de grande alcance na aplicação das políticas de igualdade entre sexos.

Juntamente com o factor demográfico, um segundo elemento limitativo do mercado de trabalho é constituído pela dinâmica ocupacional, enormemente diferenciada tanto por territórios como por sexos. A taxa de desemprego global do espaço transfronteiriço situa-se nos 14% da população activa, com diferenças duplicadas quanto a sexos (11% de desemprego nos homens para 22% nas mulheres) e triplicadas no relativo aos territórios - países (6,6% em Portugal, 18,5% em Espanha). As maiores diferenças entre géneros no que respeita à dinâmica ocupacional registam-se nas províncias espanholas:

- em Salamanca a taxa de desemprego feminina é 2,7 vezes superior à masculina;
- em Zamora esta proporção é de 1,9 vezes.

Enquanto que nos territórios portugueses se observa um quadro de maior igualdade:

- em Trás-os-Montes as taxas feminina e masculina são, praticamente, coincidentes 6,8/6,7%;
- no Douro a taxa de desemprego feminino é 1,5 vezes superior à masculina.

Em definitivo, do milhão de pessoas residentes nos territórios fronteiriços, somente 346.200 (34,2%) têm o carácter de população empregada, reflexo fiel dos factores demográficos e

ocupacionais que limitam a dinâmica das actividades económicas. A distribuição sectorial do emprego reflecte uma clara predominância das actividades terciárias em que se ocupa 55% da população, sendo Salamanca o território onde os serviços apresentam um maior desenvolvimento (68,8%). As actividades industriais e da construção empregam 25% da população, sendo o Douro o território em que o emprego industrial assume maior significado. Finalmente, as actividades agrícolas mantêm ainda 20% da ocupação, sendo Zamora (25,2%) o território com maior emprego agrícola relativo.

O valor do PIB dos quatro territórios fronteiriços alcança os 7.317 milhões de Euros, com fortes assimetrias espaciais e sectoriais:

- do ponto de vista territorial Salamanca produz, anualmente, um valor de 3.353 MEuros, o mesmo é dizer 45,8% do total da fronteira. Os outros três territórios apresentam valores mais uniformes: Zamora – 1.642 MEuros (22,4%), Douro – 1.243 Meuros (17,0%) e Alto Trás-os-Montes 1.079 MEuros (14,8%);
- do ponto de vista sectorial o valor da produção terciária alcança 56,6% do PIB (com Zamora e Salamanca a produzirem cerca de 60%), a produção industrial 32,2% (o Douro é o território mais industrializado com o 41,1%) e a produção agrícola 11,2% (com Zamora e Douro com 14,4%).

Em definitivo, a estrutura sectorial do PIB revela a existência de uma base económica diversificada onde as actividades agrícolas tradicionais e a manufatura industrial mantêm relevância produtiva, em simultâneo com um conjunto de serviços não muito evoluído.

As actividades agrícolas apresentam uma ampla gama de produções predominando as culturas herbáceas de cereais-grão como o trigo, a cevada e, em menor medida, o centeio, que cobrem os campos de Zamora, Salamanca e Trás-os-Montes. Os cultivos lenhosos - vinha, oliveira e frutas -, apresentam uma importância singular no Douro (Região demarcada do vinho do Porto), na comarca transfronteiriça de Arribes, onde o clima mediterrâneo permite produções de frutas e amêndoas e em Trás-os-Montes onde as oliveiras são um cultivo tradicional. Finalmente os cultivos industriais – girassol, beterraba, milho – e os forrageiros - cereais forrageiros, alfalfa, nabo – completam as variadas produções agrícolas. Os problemas estruturais do campo associam-se, fundamentalmente, ao reduzido tamanho das explorações com superfícies médias entre os 15 e 30 hectares, o que determina um excessivo parcelamento que oscila entre os 0,6 e os 2,7 hectares por parcela. As políticas de concentração de parcelas desenvolvidas nas últimas décadas, tendem a melhorar este problema, mas subsistem ainda situações onde as tradições hereditárias são determinantes da estrutura territorial da propriedade.

A actividade pecuária da área fronteiriça orienta-se, cada vez mais, para a produção de carne baseada, sobretudo, nas espécies suína e bovina, ao que se soma uma certa recuperação do gado ovino, mais em função da criação de borregos do que pela lã. A área fronteiriça aparece fortemente especializada na produção de carne limpa, que alcança as 29.188 toneladas anuais de bovino e as 124.572 toneladas de suíno, destacando-se, em ambas as produções, a capacidade instalada nos matadouros de Salamanca. A especialização da actividade pecuária em produções de qualidade de raças autóctones é uma das opções de futuro com maior interesse.

Os territórios fronteiriços apresentam, em geral, uma débil estrutura industrial, assente num número reduzido de actividades: construção, energia, alimentação e bebidas e actividades extractivas. A construção é a indústria mais relevante, impulsionada pelas obras públicas e pelo aumento do mercado residencial. Todo o território fronteiriço é uma área eminentemente produtora de energia hidroeléctrica, através das vinte e cinco centrais instaladas, com uma produção anual de 10.984.000 MWH; esta produção destina-se à exportação, já que o consumo interno apenas representa cerca de 20% desse valor. A

indústria agro-alimentar é a que apresenta uma projecção mais dinâmica, dada a sua vinculação aos recursos locais e a sua progressiva especialização em produções de qualidade. Os vinhos (Porto, Douro, Arribes, Toro), queijos, farinhas, enchidos, presuntos, castanhas, azeite, amêndoas, constituem exemplos de uma extensa lista de produtos locais orientados para os mercados exteriores, e com um crescimento muito dinâmico. Finalmente, a exploração mineira conta com numerosas explorações, especialmente no que se refere a pedras ornamentais – explorações de xisto e granito – e minerais como feldspato, talco, ouro e prata.

Os serviços públicos – administrativos, educativos, de saúde...-, juntamente com o comércio e a hotelaria constituem a base produtiva mais significativa do desenvolvimento terciário destes territórios. Mais de uma terça parte do emprego terciário - quase 20% do total – está vinculado à prestação de serviços públicos, destacando os de tipo administrativo e os educativos – Universidades de Salamanca e Trás-os-Montes e Alto Douro, Instituto Politécnico de Bragança, Escolas Universitárias de Zamora. A dispersão e ruralização da população é um factor que impede a consolidação de estruturas comerciais modernas nestes territórios, predominando a pequena empresa familiar, fundamentalmente dedicada à alimentação e confecção. Há que destacar o desenvolvimento de alguns centros próximos da fronteira especializados em comércio como Chaves, Miranda do Douro e Bragança que mantêm um sector muito dinâmico. As cidades como Salamanca, Zamora, Vila Real ou Lamego apresentam uma oferta comercial ampla e diversificada, com a presença de médias e grandes superfícies.

A hotelaria apresenta um alto grau de desenvolvimento, especialmente nas vilas e cidades, e mais limitada no meio rural destacando-se, especialmente, a grande oferta na cidade de Salamanca. Nos territórios de fronteira encontram-se 511 estabelecimentos turísticos com 31.192 camas, das quais cerca de 40% se situam em Salamanca. A ocupação anual das camas hoteleiras oscila entre os 32,0% do Douro e os 22,0% de Zamora. Salamanca e Douro são os territórios com maior percentagem de estrangeiros que pernoitam em hotéis: 14,3 e 12,2% respectivamente, o que está directamente relacionado com os recursos turísticos de maior projecção exterior, que são a cidade de Salamanca e a região do Douro (vinhos, navegação, património cultural, paisagem). Existe uma rede transfronteiriça e inter-regional “Duero-Douro” constituída por agentes locais orientada para a promoção do turismo rural nesta extensa região fluvial.

A actividade económica exterior dos territórios fronteiriços é, em geral, reduzida já que o volume de comércio externo é de 699 milhões de Euros anuais, que representam cerca de 9,6% do PIB. Contudo, a análise por territórios evidencia duas realidades muito diferentes: por um lado Salamanca e Douro com valores de comércio externo que alcançam 12,8% e 12,6% do PIB respectivamente; por outro lado, Trás-os-Montes e Zamora onde este sector se situa entre os 4,8% e os 3,8% do PIB respectivamente.

A fronteira é um território deficitário já que exporta produtos no valor de 313 MEuros, e os que importa representam 386 MEuros, o mesmo é dizer, que as exportações só cobrem 81,1% das importações. A análise por territórios revela que o Douro apresenta uma taxa de cobertura de 179,2% e Zamora de 115,9%, enquanto que Trás-os-Montes com 87,2% e Salamanca com 56,7%, são deficitários.

As principais rubricas de exportação são:

- produtos têxteis, calçado e bebidas no Douro, no valor de 100 MEuros;
- produtos têxteis e instrumentos de óptica, fotografia e precisão em Trás-os-Montes, no valor de 24 MEuros;

- produtos químicos, animais vivos e produtos agro-alimentares em Salamanca no valor de 155 MEuros;
- produtos vegetais e agro-alimentares em Zamora no valor de 33 MEuros.

As principais rubricas de importação são:

- produtos agro-alimentares e têxteis no Douro no valor de 56 MEuros;
- maquinaria e material eléctrico e animais vivos em Trás-os-Montes no valor de 28 MEuros;
- produtos químicos e pastas de papel em Salamanca no valor de 274 MEuros;
- produtos minerais, metais comuns e animais vivos em Zamora no valor de 29 MEuros.

As principais relações comerciais transfronteiriças nestes territórios são as seguintes:

- 55,1% das exportações de Zamora têm como destino Portugal, sendo os produtos vegetais o principal produto exportado;
- 46,1% das importações de Trás-os-Montes procedem de Espanha, sendo a maquinaria o principal produto;
- 39,9% das importações de Zamora procedem de Portugal, fundamentalmente produtos minerais;
- 35,6% das exportações de Salamanca dirigem-se a Portugal, sendo principalmente animais vivos e produtos vegetais.

Pode dizer-se, de uma forma geral, que o comércio transfronteiriço se intensificou de forma notável nos últimos anos, embora se mantenham ainda fortes assimetrias comerciais, já que enquanto nos territórios fronteiriços portugueses a taxa de cobertura export/import em relação a Espanha é de 22,3% nos territórios fronteiriços espanhóis é de 241,1% em relação aos produtos portugueses.

d) Equipamentos, serviços e coesão social

Tal como acontece com a população em geral, também a população escolar do ensino básico e secundário está a diminuir, pelo que não se registam disfunções entre a oferta e a procura nestes níveis educativos. A população do pré-escolar é a única que se depara com deficiências entre as vagas disponíveis e a procura por parte das famílias, sobretudo nos núcleos urbanos onde a insuficiência de estabelecimentos públicos se vê, em parte, suprida pelos jardins de infância particulares.

Pelo contrário, o número de estudantes do ensino superior cresce ano após ano, situando-se em 42.000 nos estabelecimentos públicos e 5.000 nos estabelecimentos privados, o que resulta numa taxa de frequência do ensino superior de 44,0 alunos matriculados por mil habitantes, onze pontos superior à existente a nível regional Castilla e León/Norte (33,3). Isto deve-se à boa dotação educativa universitária existente na sub-região fronteiriça que atrai estudantes de outras áreas próximas. Destacam-se a Universidade Pública de Salamanca (28.000 alunos), a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro radicada em Vila Real (6.000 alunos), o Instituto Politécnico de Bragança (3.000 alunos) e a Universidade Pontifícia de Salamanca (5.000 alunos). Por sua vez, o campus universitário de Zamora será consolidado a médio prazo ao serem postas em marcha novas licenciaturas que acompanhem os 4.000 alunos actualmente existentes. A qualidade do ensino superior em território fronteiriço é expressa pelo ratio de alunos por professor, que

na região Norte/Castilla e León ascende a 20,5, enquanto que na sub-região fronteiriça desce para os 17,3, o que significa uma educação mais personalizada.

Os equipamentos culturais – bibliotecas, centros culturais, museus, salas de exposições -, concentram-se nos principais núcleos urbanos e em algumas capitais de comarca, geralmente ligados a centros escolares, municípios ou instituições financeiras. Em todo o caso, convém sublinhar o forte dinamismo de algumas associações culturais de pequenos municípios que têm suportado a revitalização das actividades lúdicas e culturais nos povoados e aldeias rurais.

Os indicadores de dotação de equipamentos da zona fronteiriça são similares, ou superiores, às médias regionais, tanto em número de cinemas (0,32 por 10.000 habitantes na zona fronteiriça contra 0,33 de média regional), número de bibliotecas (2,10 contra 1,52, respectivamente) ou número de museus (0,39 contra 0,37). No entanto, em todos os casos, a maioria destes equipamentos concentra-se nas capitais de província/distrito.

Em relação à dotação de equipamentos de saúde, e apesar das melhoras registadas na cobertura assistencial, as características do povoamento nas zonas raianas requer a intensificação desta, já que esta sub-região apresenta índices de deslocação para consultas médicas muito elevados. É igualmente necessário proceder a uma adaptação das instalações existentes para que se possam atender as diversas especialidades. Não obstante, a sub-região transfronteiriça começa a funcionar como um mercado de saúde unificado com total permeabilidade dos recursos humanos cuja mobilidade tende a paliar as diferentes condições de partida – a dotação de médicos por mil habitantes é muito diferente entre os territórios espanhóis e portugueses: 5,18 e 4,52 em Salamanca e Zamora contra a 1,24 e 1,17 em Trás-os-Montes e Douro. A rede hospitalar transfronteiriça é composta por quinze unidades gerais, com níveis de camas por mil habitantes iguais ou superiores às médias regionais e estatais – apenas Zamora, com 2,96 camas por mil habitantes, reflecte um claro défice. Todavia, a rede hospitalar apresenta deficiências ao nível de hierarquias e de dimensionamento das instalações, gerando baixos índices de produtividade e de eficiência dos serviços.

Na sub-região transfronteiriça constata-se um acentuado desfasamento entre procura e oferta de equipamentos assistenciais. O grau de cobertura é bastante reduzido em especial nos núcleos urbanos de média dimensão no segmento da terceira idade, sector que requer uma atenção crescente dado o grau de envelhecimento generalizado da população. A precariedade dos serviços assistenciais está patente não só na sua distribuição territorial irregular, mas também nas carências a nível de diversidade e quantidade que os mesmos contam na oferta no mercado, com especiais deficiências nos segmentos de infância/juventude e invalidez/reabilitação.

Finalmente, a dotação de equipamentos desportivos contemplada de forma conjunta para os territórios de fronteira, pode ser suficiente, mas esconde fortes assimetrias entre os núcleos urbanos e rurais, onde as instalações existentes são muito reduzidas e só cobrem os escalões de dotação mais básicos. A escassa densidade populacional nestas comarcas aconselha a procurar fórmulas para a dotação conjunta bi-nacional de instalações especializadas que necessitam de contar com uma massa crítica populacional que assegure uma utilização contínua das instalações.

SUB-REGIÃO CENTRO/CASTILLA Y LEÓN

a) Quadro territorial e ambiente

A zona fronteiriça de Castilla y León e a Região Centro de Portugal é constituída pela Província de Salamanca, em Espanha, e pela Beira Interior Norte, no lado português, ao nível das unidades administrativas NUT III. O conjunto, que representa apenas 12% do total da raia, ocupa 16.419 km², dos quais 12.350 km² (75%) pertencem a Salamanca, e os restantes 4.069 km² à Beira Interior Norte.

À medida que se avança para Oeste, o território salamantino vai perdendo a sua condição de meseta, de topografia suave, para se entrar numa zona com maiores declives, em muitos casos superiores a 20%. Por fim alcançam-se as arribas do Douro, de grande potencial hidroeléctrico e com um microclima excepcional, que resulta da sua baixa altitude (140 metros sobre o nível médio das águas do mar) no contexto de Castilla y León. São terras dominadas pelas culturas mediterrânicas, como os frutos (p.e. laranjas) e as amêndoas, conjuntamente com a videira, quiçá o cultivo de maior projecção na zona. Do lado português, uma vez superadas as arribas, continua-se por uma ampla zona da Beira interior Norte, de topografia abrupta.

Mais a Sul aparecem em Salamanca, e sem continuidade no lado português, as peneplanícies, que permitem o aparecimento das paisagens agrárias de maior renome: as “deveças”, expressão máxima que expressa a conjunção da actividade agrícola com a criação de gado. Esta última é a que ocupa o lugar mais destacado da actividade primária nas comarcas salamantinas de fronteira.

Por último, o extremo Sul de Salamanca e boa parte do território da Beira Interior Norte caracteriza-se por ser, eminentemente, um terreno montanhoso. De Oeste para Este sucedem-se as Serras da Peña de Francia, Gata e Estrela, esta com altitudes de quase 2.000 metros. É nestas serras que nascem os maiores rios da Região: cruzam-na de Norte a Sul o Tormes, desde Gredos até ao Douro na fronteira administrativa de Salamanca/Zamora e o Douro; de Este a Oeste destaca-se o Águeda, que corre desde a Serra da Gata até ao Douro, e o Côa, inteiramente em território português.

É uma zona com grandes atractivos naturais, alguns deles, todavia, pouco explorados. Na comarca de Ciudad Rodrigo, existem dois espaços naturais protegidos. A Este, o das Batuecas que partilha, com a Área Funcional de Béjar-Guijuelo, de uma topografia variada e com elementos geomorfológicos assinaláveis. Destaca-se pela riqueza da sua vegetação, que vai variando segundo a altitude (sobreiros e cinas em baixo e castanheiro, faia e várias espécies de carvalho a altitudes superiores), mas sobretudo pela sua fauna excepcional: lince ibérico, lontra, gato selvagem e abutre negro. As Batuecas inclui duas ZEPA (Zona Especial Protecção de Aves): Batuecas e Buitrera no Alto Alagón.

A Sudoeste, junto à fronteira com Portugal, situa-se o espaço Natural do Rebollar. Este espaço destaca-se pela influência atlântica conferida pela sua situação, já fora do âmbito da meseta. A fauna, contudo, é o que outorga um maior valor à área, gozando da presença de várias espécies em perigo de extinção, como a cegonha negra, o abutre negro e o lince.

Contudo, a área natural mais importante da zona talvez seja o Parque Natural da Serra da Estrela. A serra forma o maior maciço montanhoso de Portugal e alcança os 1993 metros de altura, a maior cota de Portugal continental. Ocupa uma extensão de 101060 ha, mais de metade dos quais a uma altitude superior aos 700 metros. A Serra destaca-se pela modulação produzida pelos gelos que, apesar de já desaparecidos, deixaram atrás de si vales em forma de ferradura, assim como rochas polidas, covas e lagos de origem glacial. A vegetação é rica e variada, devido à existência de grandes desníveis. A fauna também regista uma grande riqueza e diversidade: texugos, ginetes, gatos bravos, etc., sendo notória a presença, única em Portugal, da lagartixa de montanha.

Também é inegável a existência de um património cultural e histórico bastante rico em qualquer dos lados da fronteira, riqueza esta que deve ser encarada como um dos maiores atractivos da zona, potenciando um turismo cultural que, apoiado na diversidade existente, deverá crescer rapidamente. Promover a intensificação e diversificação das relações entre empresas e associações empresariais com vista a explorar oportunidades de negócio; nte nos próximos anos.

Na cidade de Salamanca, classificada como Cidade Património da Humanidade pela UNESCO, destacam-se, tanto o conjunto do seu casco histórico como, em particular, o bairro catedralício e outros cinquenta elementos singulares (igrejas, palácios, conventos, espaços urbanos, etc.) classificados como BIC (Bens de Interesse Cultural). Há, ainda, outros lugares da província também catalogados como BIC: na comarca de Ciudad Rodrigo destacam-se o casco e o envolvente da Alberca e o Recinto Amuralhado de Ciudad Rodrigo.

O conjunto da província de Salamanca conta com 109 BIC, o que significa que nos encontramos num dos espaços da Península Ibérica mais ricos do ponto de vista cultural.

Esta singularidade tem continuidade na Beira Interior Norte. São numerosos os edifícios e monumentos classificados, embora este território se destaque particularmente pelos aglomerados urbanos de cariz tradicional e pela grande concentração de fortificações – castelos e fortalezas que dão um traço particular à paisagem da Beira Interior Norte. Estes dois elementos – aglomerados urbanos e fortificações -, em muitos casos, encontram-se associados criando verdadeiros monumentos vivos.

Podemos contabilizar 27 monumentos classificados como nacionais na Beira Interior Norte, dos quais 16 são castelos/fortalezas (Almeida, Celorico da Beira, Guarda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, entre outros). Existem ainda 73 imóveis de Interesse Público distribuídos pelos diversos municípios da área em questão.

Para além deste valioso património, é ainda de referir, no âmbito da arqueologia, o conjunto do Vale do Côa, declarado Património Mundial e, pese embora a sua sensibilidade, detentor de forte potencial ao nível do desenvolvimento local e regional..

Definitivamente, a conjugação de riquíssimos elementos naturais e culturais e o facto destes territórios (em especial os mais próximos da fronteira) serem ainda relativamente desconhecidos e pouco explorados, fazem pensar nestes recursos como o grande motor do desenvolvimento futuro, sendo potenciais receptores de turismo ligado ao mundo rural, natural e cultural, cada vez mais procurado numa sociedade crescentemente urbanizada.

Tanto a Região Centro como Castilla e León desempenham papéis fundamentais nas articulações territoriais dos seus respectivos países. A primeira, apoiada no eixo estruturante do IP5 (o qual se estende desde o litoral até à fronteira, articulando-se com a A1) faz de suporte às conexões internacionais que, de Portugal, saem para a Europa. Além disso, é de vital importância para a ligação entre as duas áreas metropolitanas do País. A segunda, joga um papel fundamental na relação da capital, Madrid, com o Norte de Espanha.

Todavia, não se pode considerar como boa a situação das vias de transporte terrestre que atravessam a fronteira. Não existe, actualmente, nenhuma conexão de alta capacidade/via rápida com características marcadamente transfronteiriças, pese embora o governo espanhol ter apostado, nos últimos anos, na ligação Irún-Valladolid-Salamanca-Fuentes de Oñoro (que liga com o IP5) como via de grande capacidade de conexão entre o Centro e o Norte de Portugal com a Espanha Central e com o resto da Europa.

Contudo, a lógica das respectivas estruturas viárias continua a responder mais às redes nacionais e regionais. Em Espanha, a N-630 ou via da Plata; em Portugal, o IP-2 que, em

sentido Norte-Sul, une Guarda–Belmonte–Covilhã–Fundão e Castelo Branco, e que faz de eixo do sistema urbano formado por estas povoações.

A conclusão do eixo transeuropeu E80 com perfil de autoestrada, no território da Beira Interior Norte, assume-se como um factor estratégico para este espaço, necessitando também de uma aposta do lado espanhol para assegurar o mesmo nível de serviço

Pior é a situação do território estritamente fronteiriço, visto de uma perspectiva mais local ou regional, que fica entre ambos os eixos de desenvolvimento. Para além da conexão já citada da N-620/IP5, que serve de passagem fronteiriça entre Vilar Formoso e Fuentes de Oñoro, não existe, na direcção Norte, nenhuma outra passagem até à ponte da Fregeneda, a mais de 50 km de distância. A Sul a situação é ainda mais grave, já que não existe passagem para a Extremadura. O perigo de se acentuar a desertificação desta zona é crescente, assim como o da continuidade de uma situação de impermeabilidade histórica entre estes dois territórios.

Em resumo, pode falar-se de uma posição estratégica de centralidade de ambos os espaços nos seus respectivos contextos nacionais, reforçada nos últimos anos, mas com uma persistente situação de impermeabilidade fronteiriça e de “desertificação” do território estritamente fronteiriço, visto numa óptica de relação entre ambos os territórios.

A principal ligação ferroviária é a linha internacional Lisboa – Paris (Linha da Beira Alta em Portugal), que liga Guarda a Vilar Formoso, até Salamanca e Medina do Campo. A linha da Beira Baixa, atravessa o eixo Castelo Branco – Guarda, encontrando-se actualmente com um nível de utilização reduzido.

b) Dinâmicas demográficas e povoamento

Em 1998 residiam nas duas NUT III, Salamanca e Beira Interior Norte, 460.730 habitantes, dos quais 349.550 em Salamanca e 111.180 na Beira Interior Norte. Percentualmente, este conjunto representa, apenas, 8,5 % do total da população da zona fronteiriça. Por outro lado, em termos de superfície ocupa 12 % do total da raia. A conclusão é clara: a densidade populacional é menor que a média da zona de fronteira. A densidade populacional é de apenas 28 hab/km², inferior aos 32 hab/km² do conjunto. Ou seja, este é um território com problemas de despovoamento e com uma densidade populacional francamente baixa. A dimensão deste problema é ainda mais grave se não consideramos a distorção que provoca a cidade de Salamanca (com quase 160.000 habitantes, no seu território municipal, em 1998).

O modelo demográfico ficou traçado após o movimento de emigração das gerações mais jovens, a partir da década de 60. Este processo de emigração, tanto interna como externa, de famílias ou chefes de família abandonando o campo e procurando emprego na indústria e serviços de outras regiões, acabou por afectar o equilíbrio ou grau de reposição demográfica, que se tornou negativo. Em períodos posteriores, a população continuou a diminuir devido à escassez de população em idade de procriar, conjuntamente com uma população cada vez mais envelhecida.

Nos últimos vinte anos (1981-1998) a situação tem mantido as mesmas tendências, se bem que, durante a década de 80, a população de Salamanca tenha conseguido travar o seu decréscimo. A realidade actual mostra taxas de variação da população negativas, mas próximas de -1% anual.

Neste contexto, a caracterização da população pode definir-se em torno dos seguintes pontos:

- População em regressão, em termos absolutos, com perdas em ambos os territórios. No período 1991-1998, a Beira Interior Norte perdeu mais de 7.000 habitantes (sobre 118.513 em 1991). Salamanca, por seu lado, perdeu quase 30.000 hab. no mesmo período (sobre 490.000, também em 1991).
- Paralelamente, o grau de envelhecimento é já importante e com tendência a crescer, dada a estrutura populacional atrás referida. Em 1998, já havia cerca de 100.000 pessoas (quase 22% do total) com idades superiores a 65 anos. Os índices de envelhecimento e de dependência de idosos revelam valores também muito elevados.
- O resultado desta estrutura traduz-se numa importante desertificação de boa parte do território. Em concreto, a densidade da comarca (ou Área Funcional) de Ciudad Rodrigo está próxima dos 10 habitantes/km², isto no contexto de uma população que não chega aos 35.000 habitantes repartidos por cerca de 3000 km², o que dá uma ideia muito clara da situação.

O fenómeno demográfico é, provavelmente, o maior problema estrutural que afecta, hoje em dia, boa parte do território e a totalidade da zona estrita de fronteira, já que condiciona a existência de um modelo económico dinâmico.

Com efeito, uma estrutura demográfica tão envelhecida acaba por resultar num crescimento natural negativo que, associado a uma dinâmica migratória ainda hoje persistentemente negativa, leva a que o dinamismo, a capacidade de inovação e a aproximação a um mundo cada vez mais dinâmico seja progressivamente mais complicada.

Efectivamente, a estrutura do povoamento destes territórios aponta para valores de densidade populacional progressivamente menores à medida que diminui a distância à fronteira. O caso de Ciudad Rodrigo é paradigmático desta situação. Em Portugal também a população se concentra nos principais centros urbanos, sendo o eixo urbano Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco o que dispõe de uma densidade populacional mais significativa.

A hierarquia do sistema de povoamento é encabeçada pela Área Urbana de Salamanca – com 230.000 habitantes -, cidade universitária e de serviços comerciais e turísticos, com funcionalidade sub-regional. Representa um modelo fortemente centralizado de organização espacial, na medida em que absorve duas terças partes da população provincial sobre um extenso território desarticulado e em processo de desertificação. Tanto assim é que a densidade populacional média do resto da província aproxima-se dos 10 hab/km². Num segundo nível situam-se as capitais das Áreas Funcionais. A cidade de Ciudad Rodrigo com quase 15.000 habitantes, é a capital da Área Funcional do mesmo nome, fronteiriça com a Beira Interior Norte, sendo a cidade espanhola mais importante do território fronteiriço. Dentro desta área, e a um nível inferior, encontram-se as localidades de Fuentes de Oñoro (1.520 habitantes), continuação em Espanha da localidade portuguesa de Vilar Formoso (2.833 hab.), Fuenteguinaldo (1.012 hab.) e Sancti Spiritus (1.243 hab.).

No território português (NUT III de fronteira) não existe nenhum aglomerado equivalente em termos de dimensão populacional ou importância. O Concelho de Guarda tem quase 40.000 habitantes, e a sua sede faz parte do já referido eixo urbano que une Castelo Branco – Fundão – Covilhã – Belmonte - Guarda, que aglutina quase 100.000 habitantes. Contudo, os maiores centros dos concelhos estritamente fronteiriços são, de Norte para Sul, Figueira de Castelo Rodrigo (2.356 hab.), Almeida (1.536 hab) e Sabugal (2.366 hab.), todas de pequena dimensão.

Neste contexto a localidade fronteiriça de Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro (4.347 hab.) pode desempenhar uma função de estruturação da fronteira, dada a distância a outros centros urbanos relevantes.

Pode dizer-se, portanto, que não existem núcleos de tamanho intermédio, o que constitui um grave problema para conseguir uma correcta estruturação do território fronteiriço.

Uma consequência clara desta estrutura de povoamento é a de que são os pequenos núcleos fronteiriços, de dimensão inferior a 5.000 habitantes, que têm que assumir o papel de estruturar o território, tendo a necessidade de cumprir com funções urbanas que, em princípio, estariam destinadas a povoações de maior dimensão. Assim, a potenciação destes núcleos, assim como a melhoria da acessibilidade a nível local, afigura-se fundamental para, na medida do possível, actuar sobre a articulação do território fronteiriço.

c) Dinâmicas económicas e mercado de trabalho

As características básicas que definem o mercado de trabalho estão claramente sujeitas à estrutura demográfica já referida. Neste contexto, a taxa de actividade média nas duas NUT II, é de 56,7%, enquanto a das NUT III de fronteira é um pouco inferior. Para este modelo de mercado de trabalho contribuem duas características: por um lado, o elemento demográfico que influencia, por si mesmo, o fraco dinamismo económico; por outro lado, as características sociais que dificultam, ainda, o acesso da mulher ao mercado de trabalho. Este facto é comum a muitos territórios como o que aqui está a ser tratado em boa parte das sociedades ocidentais.

Em 1998, a taxa de actividade masculina em Salamanca era 25 pontos percentuais superior à feminina (59% no primeiro caso, 34% no segundo). No caso da Região Centro a diferença situa-se por volta dos 15 pontos percentuais .

Quanto ao emprego, também se registam diferenças, novamente favoráveis ao mercado de trabalho em Portugal. Assim, ainda que não se disponha dos dados exactos do desemprego ao nível de NUT III para Portugal, pode afirmar-se que a taxa de desemprego em Salamanca era de aproximadamente 18%, enquanto que para o conjunto da Região Centro chegava apenas aos 3,5%. Estes números, que mostram taxas de desemprego 5 vezes superiores na parte espanhola, evidenciam um segundo tipo de desigualdade ao revelar uma taxa de desemprego feminina na Região Centro similar à masculina (3,3% desta para 3,7% daquela), enquanto em Salamanca a feminina (30,4%) quase triplica a masculina (11,3%).

Resumindo, estamos perante dois modelos diferentes de mercado de trabalho, que provocam grandes diferenças entre os dois territórios, ao ponto de se poder falar de dois mercados com características antagónicas. Para além de se verificarem taxas de actividade baixas (ainda que inferiores em Salamanca), onde mais se notam as diferenças é no acesso ao mercado de trabalho, tanto a nível geral como por sexos. Enquanto na Região Centro se pode falar de baixas taxas de desemprego e de uma situação de igualdade entre sexos, em Castilla y León, e em particular em Salamanca, o desemprego é muito mais elevado e afecta, sobretudo, a população feminina.

Embora não se disponha de dados fiáveis relativos à repartição percentual do emprego por sectores ao nível de NUT III no caso de Portugal, esta estrutura, ao nível de NUT II, confrontada com os dados disponíveis para Castilla y León e Salamanca, permite concluir que é em Salamanca, com 68,6%, que se concentra a maior parte do emprego no sector dos serviços, e na Beira Interior Norte que se concentra o grosso do emprego agrícola (a média da Região Centro alcança 28%, face a 14% de Salamanca). A indústria, tal como a construção, têm menor relevância na área em estudo.

A análise da estrutura do emprego revela que, à medida que se avança para a fronteira partindo dos territórios mais periféricos (Áreas Funcionais de Salamanca em contraposição

com Ciudad Rodrigo, por exemplo), se observa uma maior importância da componente agrícola. Assim, nesta a percentagem de emprego agrícola é superior a 25%, face a 9% na Área capital.

A situação do território em termos de PIB por habitante em relação à média europeia e em relação à média conjunta de Espanha e Portugal, é esclarecedora da situação económica em termos globais. Assim, e tomando como base o PIB em poder de paridade de compra = 100 para a U.E. em 1995, observa-se que ambos os territórios estão abaixo das suas respectivas médias nacionais. Em concreto, Portugal tinha um índice que não alcançava os 55%, enquanto que a Beira Interior Norte se ficava pelos 36%, ou seja, por cerca de uma terça parte do PIB médio *per capita* da U.E.-15. O caso espanhol é semelhante, ainda que com índices superiores aos portugueses. Deste modo, enquanto Espanha se situava em torno dos 79% da média, Salamanca não alcançava os 70%. Por outro lado, nenhuma das duas NUT II que a compõem chegam aos 75% da média comunitária, o que as torna parte integrante dos territórios objecto do Objectivo 1, tanto em períodos anteriores como actualmente. Por último, observa-se que o PIB a preços de mercado *per capita* é quase o dobro no lado espanhol do que no lado português invertendo-se, neste caso, a situação mais favorável da Beira Interior Norte no que diz respeito ao mercado de trabalho.

Em termos de PIB a preços de mercado, o conjunto de Salamanca e Beira Interior Norte produziram, em 1997, um valor de 3.997 Milhões de ECU. As diferenças regionais são claramente visíveis pois, deste montante, 84% (3.353 Milhões de ECU) foram produzidos em Salamanca.

As diferenças também existem a nível sectorial. Em termos de participação no PIB, o sector terciário é responsável por 60% do total no conjunto do território e dentro de cada um dos territórios visto de forma independente. Deste modo, em Salamanca, o sector terciário pesa um pouco mais que a soma da produção industrial e construção, enquanto que, logicamente, a actividade agrícola tem um maior peso percentual na Beira Interior Norte.

Em termos gerais, pode falar-se de uma estrutura do VAB correspondente a um território desenvolvido, segundo a teoria clássica, ainda que o sector agrícola continue a ser importante e os serviços, na maioria dos casos, sejam de tipo tradicional. Estes sinais de desenvolvimento têm de entender-se num contexto em que a cidade de Salamanca e seus arredores (esta sim com uma estrutura de cidade moderna como compete a uma capital de nível sub-regional) aglutinam quase 50% da população total. No resto da província de Salamanca (onde se inclui a Área Funcional de Ciudad Rodrigo) e na Beira Interior Norte a economia ainda mostra vestígios excessivos de estruturas tradicionais, com um peso importante do sector agrícola, indústrias básicas (agro-alimentar, têxtil, madeira) de procura escassa e cujos serviços são os denominados “tradicionais”, ou seja, serviços que estão associados, na actualidade, a um menor valor acrescentado.

A actividade agrícola, que em termos de VAB tem vindo a perder importância, mostra grandes contrastes no território. Na Beira Interior Norte é determinante o factor orográfico, além do climático, para entender as dificuldades dum sector de muito baixa produtividade, ainda que seja um sector de refúgio para grande parte da população activa. Os cultivos predominantes neste contexto são a vinha, a fruta, os cereais, o azeite e a batata. Mas o território é rico em florestas e a sua exploração, ainda que muito limitada na actualidade, pode vir a ser um dos principais factores de desenvolvimento futuro, o mesmo acontecendo com as possibilidades de aproveitamento hídrico de algumas das áreas que, todavia, não teve ainda lugar.

Em Salamanca, e particularmente em Ciudad Rodrigo, a situação é um pouco diferente. Os contrastes, neste caso, advêm da convivência do modelo de exploração da “devesa” (latifundiário, em certa medida) de amplas zonas da peneplanície com o domínio

minifundista de vastas áreas de serra ou dos regadios do Águeda, onde o agricultor trabalha grande quantidade de pequenas parcelas num território onde não chegou o emparcelamento, nem técnicas mais modernas que as utilizadas desde há muito tempo. A recuperação do terreno florestal, bem como alcançar uma dimensão adequada das explorações, são factores em que se deve investir para conseguir um campo competitivo e sustentável, no quadro de uma economia de mercado.

A área fronteiriça é especialmente competitiva (em termos de vantagem comparativa) na criação de gado, destinada à produção de carne. É importante, neste sentido, o efectivo suíno e também o bovino, sobretudo em Salamanca, mas também na Beira (nomeadamente o gado ovino), onde se concentram alguns dos maiores rebanhos de Portugal. Pode afirmar-se que a especialização da indústria pecuária em produtos autóctones de alta qualidade é uma opção de futuro de grande saída e interesse.

A debilidade da estrutura industrial da zona fronteiriça, é visível tanto do ponto de vista do peso relativo medido em termos de VAB, como em termos do pessoal empregado, ou do tipo de indústria instalada. No que diz respeito a esta última, é fundamental a indústria agro-alimentar, a mais dinâmica e a mais importante em termos de emprego em grande parte de Salamanca e nos quatro Concelhos mais nortenhos da Beira Interior Norte. É em boa medida lógico que assim suceda, dada a importância dos recursos primários, com destaque para os vinhos, o presunto, o azeite, etc.. A sul desta zona é importante destacar o peso da indústria têxtil, constituindo excepção os concelhos de Almeida e Pinhel onde se concentram numerosas empresas de extracção e transformação de granitos.

É igualmente importante o peso do subsector da construção, sem dúvida ligado às obras públicas e à relativa dinâmica existente, sobretudo na área de influência da cidade de Salamanca.

O terciário está muito ligado aos serviços públicos, por um lado, e às actividades comerciais e de hotelaria, por outro, enquanto que os serviços de maior qualificação, como os serviços às empresas, estão ainda presentes de forma incipiente. Cerca de uma terça parte do emprego terciário está afecto aos serviços públicos, fundamentalmente educativos e administrativos.

As empresas, tanto comerciais como hoteleiras, são fundamentalmente de carácter familiar, motivado, em grande parte, pela própria estrutura populacional. Unicamente em povoações de maior dimensão, entre as quais se destaca novamente Salamanca, são mais frequentes as empresas com maior superfície de venda, como supermercados ou grandes armazéns.

Por último, os recursos turísticos e em particular a hotelaria são, no território fronteiriço, um dos sectores de maior potencial de crescimento, porque estão vinculados à riqueza do território, tanto do ponto de vista cultural, como natural. No conjunto de Salamanca e Beira Interior Norte contava-se, em 1998, um total de 291 estabelecimentos de alojamento, com uma oferta total de 13.597 camas e 865.000 dormidas totais, das quais aproximadamente 15% foram de estrangeiros. Contudo, também neste aspecto, volta a encontrar-se um desequilíbrio claro entre o peso de Salamanca (e dentro da província, novamente a capital) e o da Beira Interior Norte: em Salamanca registam-se 94% dos estabelecimentos, 92,6% das camas e 90% das dormidas. Por último, é de salientar que na capital se situa 40% do total provincial.

O conjunto do sector do comércio externo dos dois territórios de fronteira tem como principais características:

- É um território deficitário. Em dados não consolidados para 1993 importou bens e serviços no valor de 456.749 Milhares de ECU, e exportou no valor de 266.245 Milhares de Ecu. A taxa de cobertura é, portanto, de apenas 58%.

- Os valores anteriores, por outro lado, mostram um território (visto globalmente) onde o sector do comércio externo aglutina 21,5% do total do PIB. Contudo, apenas 7,9% do valor da produção tem por destino a exportação.
- Pode afirmar-se que a economia de Beira Interior Norte está muito mais voltada para o exterior, já que o seu comércio externo quase 50% do PIB, e as suas exportações, quase 20% do valor da sua produção. No que respeita a Salamanca, só exporta 4,6% da sua produção, e o montante global da sua produção representa 12,7% do PIB. As taxas de cobertura são parecidas rondando, em ambos os casos, os 60%.
- Não obstante o ponto anterior, há um forte desequilíbrio (embora ambos sejam em termos globais importadores líquidos) no saldo comercial entre os dois territórios. Visto de forma geral, o saldo líquido da Beira Interior Norte com Espanha era negativo em 91.279 Milhares de ECU, enquanto que, pelo contrário, o saldo comercial de Salamanca com o conjunto de Portugal era positivo em 37.107 Milhares de ECU.
- 35% das exportações de Salamanca têm por destino Portugal, número que é apenas de 25% no caso das trocas da Beira Interior Norte para Espanha. Por outro lado, só 6,6% das importações de Salamanca são originárias de Portugal, enquanto que 64% das importações da Beira Interior Norte vêm de Espanha.

As principais rubricas de exportação são as seguintes:

- Materiais Têxteis na Beira Interior Norte com destino ao Resto da U.E.
- Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de gravação ou reprodução de imagem ou som, tanto para Espanha como para o resto da U.E.
- Animais vivos de Salamanca para Portugal e Resto da U.E.
- Gorduras e óleos animais ou vegetais, de Salamanca para Portugal.
- Produtos das indústrias químicas ou de indústrias conexas para o Resto da U.E.. Esta é a rubrica mais importante da exportação salamantina.
- Pastas de madeira de Salamanca para Portugal.
- Máquinas e aparelhos eléctricos para o Resto da U.E.

As principais rubricas da importação, por seu lado, são:

- Beira Interior Norte é especialmente deficitária em material de transporte (89.537 Milhares de ECU), que na sua quase totalidade importa de Espanha (não de Salamanca).
- Aparelhos de material eléctrico, para a Beira Interior Norte, desde o Resto da U.E., e em menor medida, desde Espanha.
- Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas, a principal rubrica da importação salamantina (desde o Resto da U.E., principalmente).
- Máquinas e aparelhos, material eléctrico, fundamentalmente desde o Resto do Mundo.

Em resumo, e ainda que este ponto não tenha sido tratado de forma pormenorizada, pode falar-se de um crescente dinamismo do sector do comércio externo, e concluir estas notas recordando o carácter deficitário do mesmo no conjunto da zona fronteiriça, assim como o desequilíbrio existente entre ambos os territórios a favor, neste caso, de Salamanca.

d) Equipamentos, serviços e coesão social

No conjunto de Espanha e Portugal, não existem disfunções entre a oferta e a procura de equipamentos educativos dos ensinos básico e secundário, situação que encontra a sua justificação no contexto histórico e de evolução da população nas últimas décadas: a população em idades compreendidas entre os 6 e os 17 anos diminuiu, e assistiu-se a um grande esforço de construção de centros para estes estratos etários, o que pode ser agora aproveitado em termos da existência destes espaços e de um corpo alargado de professores que permite, com a diminuição do número de alunos, reduzir o ratio professor/aluno, etc.

Não obstante, subsistem problemas na zona transfronteiriça ligados ao mundo rural. A escola rural, em muitos casos vinculada a pequenas aldeias, onde existem muito poucas crianças em idade escolar provoca problemas nas relações, sempre importantes, entre miúdos da mesma idade, nomeadamente, problemas de socialização destes alunos. Mas é ao nível das crianças em idade pré-escolar que parecem existir os problemas mais graves na relação oferta/procura, sendo a ausência de equipamentos públicos suprida, em alguns casos, com jardins de infância particulares.

Ao contrário do caso anterior, o número de alunos do ensino universitário tem sido crescente (ainda que também com sinais de abrandamento). Se bem que no conjunto da Beira Interior se conta com a existência de uma universidade pública (Universidade da Beira Interior, na Covilhã), não existe nenhum equipamento deste nível na Beira Interior Norte, não obstante existir um Instituto Politécnico na Guarda. O conjunto da Região Centro (entendendo este alargamento da área de estudo pela necessidade de suporte populacional de uma instituição universitária) conta, além de outro instituto politécnico em Castelo Branco, com um centro de investigação ligado aos equipamentos universitários: O CITEVE (Centro Tecnológico de Têxteis e Vestuário), com sede em Vila Nova de Famalicão e delegação na Covilhã. No total existiam, em 1996, 3.200 alunos do ensino superior na Beira Interior Norte, o que se traduz num ratio de 29 estudantes do ensino superior por cada mil habitantes, aproximadamente.

Na província de Salamanca existem duas Universidades, a pública (Universidade de Salamanca) e a Universidade Pontifícia de Salamanca, de carácter privado. Ambas gozam de prestígio nacional e internacional e estão especializadas em formação humanística, social e cultural. Salamanca conta, igualmente, com quatro Centros de Investigação: CENDIA (Centro Regional de Diagnóstico), IET (CSIC) Instituto de Ecologia Terrestre, IMB (CSIC) Instituto de Microbiologia Bioquímica, e o Laboratório Têxtil de Béjar. Mais estreitamente ligado ao mundo empresarial, é de destacar o Parque Tecnológico de Boecillo, ainda que situado fora do limite provincial. Por último, existem em Castilla y León trinta Centros Tecnológicos e Laboratórios, cujo objectivo é favorecer o desenvolvimento tecnológico das empresas regionais. Nenhum está situado na província de Salamanca.

Os equipamentos culturais concentram-se, sobretudo, nos grandes centros urbanos, estando pior dotadas as zonas mais rurais. Não obstante, é importante assinalar o carácter dinâmico de algumas associações culturais de pequenos municípios que têm conseguido revitalizar, em boa medida, a vida em muitas das pequenas povoações rurais.

Os equipamentos de saúde, e em especial a cobertura assistencial, têm tido grandes melhorias nos últimos anos. Todavia, continuam a existir problemas derivados do grande número de deslocações necessárias e da inadaptação de muitas das instalações existentes às características de uma zona particularmente problemática, devido ao elevado nível de envelhecimento. Há, no conjunto da zona transfronteiriça, uma média de 4,2 médicos por mil habitantes sendo, contudo, notória a diferente dotação em cada um dos territórios (5,2 em Salamanca contra apenas 1,5 na Beira Interior Norte). Esta diferença é atenuada por

uma crescente utilização transfronteiriça dos recursos do sector da saúde. No conjunto da área existem 8 hospitais (6 em Salamanca, 2 na Beira Interior Norte). É de destacar, todavia, que o número de camas por mil habitantes existente no território português (5,1) é superior ao de Salamanca (3,9).

Este tipo de equipamentos necessita, assim, de mudanças e melhorias importantes no conjunto da zona transfronteiriça, dada a estrutura populacional, sobretudo ao nível da assistência. É insuficiente não só o grau de cobertura (especialmente nos centros urbanos de média e pequena dimensão), como a distribuição da oferta para o conjunto do território.

Os equipamentos desportivos são o paradigma do tipo de equipamento pioneiro quanto a uma utilização conjunta pelos habitantes de um e outro lado da fronteira. Assim, beneficiando do facto de não contarem com a dificuldade de sujeição a complicadas questões administrativas para o seu uso conjunto, necessárias noutro tipo de equipamentos, são os que podem ser utilizados, na actualidade, com maior profusão e com verdadeiro carácter transfronteiriço. Por outro lado, a escassa densidade de população torna inviável a sua instalação em muitas povoações por carecer de base demográfica de sustentação, sendo precisamente o seu uso conjunto uma solução adequada.

SUB-REGIÃO CENTRO / ALENTEJO / EXTREMADURA

a) Quadro territorial e ambiente

A zona transfronteiriça das regiões Centro, Alentejo e Estremadura é constituída por seis unidades administrativas Nut III (Cáceres, Beira Interior Sul, Badajoz, Alto Alentejo, Alentejo Central) que ocupam uma superfície de 67041 km², cerca de 49% do território raiano. Neste extenso espaço pode encontrar-se uma excepcional diversidade de elementos físicos e naturais:

- sistema de áreas naturais transfronteiriças composto pela Reserva Natural da Serra da Malcata – entre as Beiras Norte e Sul – e a Serra de Gata – no norte de Cáceres -, mais de 50.000 ha com importantes áreas de mato mediterrâneo e uma fauna característica onde se destaca o lince ibérico;
- Vale médio do Tejo que atravessa, no sentido Este-Oeste, a província de Cáceres, fazendo fronteira entre a Beira Interior Sul e o Alto Alentejo num traçado abrupto e encaixado onde se destaca o Parque Natural de Monfragüe, com cerca de 18.000 ha, que se afigura como um dos principais refúgios da Europa para a vegetação e a fauna mediterrâneas (cervos, javalis, lince, águias, abutres). As devesas - em que se estabelecem relações de complementaridade entre alimentação do gado e fertilização da terra - têm um importante papel, tanto como estância eco-cultural como por serem fonte de alimentação de espécies animais. Também está classificada como Z.E.P.A.;
- sistema serrano transfronteiriço de São Pedro e São Mamede, este último com estatuto de Parque Natural – 31760 ha. A diversidade climática e morfológica do solo permitiram a conjugação da floresta atlântica com o bosque mediterrâneo para formar um rico laboratório vegetal. Com grande importância em termos ornitológicos, nidificam no Parque de São Mamede mais de metade das espécies que se reproduzem em Portugal, destacando-se os abutres, as águias, o milhafre cinzento, o bufo real, a abetarda, a cegonha negra e a coruja;

- vale médio do Guadiana, bacia fluvial de grande fertilidade marcada pela importância fundamental da economia de regadio em cultivos horto-frutícolas que gerou um corredor de excepcional importância agrícola.

A escassez de recursos hídricos e a pobreza dos solos condicionaram a política hidráulica nestes territórios. A finalidade principal das numerosas represas existentes é o abastecimento aos núcleos de povoamento, mas este tipo de reserva pode afectar os ribeiros e rios mais pequenos e a sua capacidade de retenção é reduzida. As grandes barragens sobre o Tejo e o Guadiana estão destinadas ao uso agrícola ou à produção hidroeléctrica, assim, enquanto a concentração de grandes barragens na zona da Serena responde às necessidades hídricas das várzeas do Guadiana, zona de regadio muito produtiva, no Tejo esse tipo de procura só se encontra nas várzeas de Coria, já que é mais importante o aproveitamento hidroeléctrico de barragens como as de Alcántara e Torrejón.

O facto de nestes territórios não se terem produzido processos de desenvolvimento urbano - industrial de forma generalizada, teve como consequência que o património natural e paisagístico permanecesse relativamente bem conservado. De igual forma permaneceram intactos importantes vestígios que mostram as formas tradicionais de ocupação do território, zonas históricas nos centros urbanos, edifícios de carácter monumental, património arqueológico... A consolidação da fronteira entre Portugal e Espanha durante um longo processo histórico gerou, em particular, uma riqueza singular de monumentos fortificados – castelos e fortalezas – ao longo de toda a linha de fronteira, destacando-se Monsanto, Portalegre, Castelo de Vide, Marvão, Valencia de Alcántara, Maiorga, Alburquerque.... Juntamente com o património defensivo raiano, temos os centros históricos das cidades que albergam elementos de grande valor patrimonial, especialmente da época romana, como Mérida e Évora, ou medieval, como o casco histórico de Cáceres, as duas últimas com estatuto da UNESCO de cidades património da humanidade.

Este extenso território está articulado, no sentido Este-Oeste, por três eixos viários transfronteiriços de importância singular mas de diferente funcionalidade:

- no Norte, o eixo de conexão entre Cáceres e Portalegre (e Castelo Branco) através do itinerário composto pela CN-521/N-246/IP-2 que une localidades de dimensão média como Valencia de Alcántara, Marvão e Castelo de Vide. Este eixo que tem uma importância estratégica, quer por unir as capitais de Cáceres, Beira Interior Sul e Alto Alentejo, como por estruturar um território frágil de baixa densidade, apresenta, contudo, condições operativas de baixas prestações, tanto pelo seu traçado como pela sua insuficiente largura e número de faixas (secção);
- as conexões viárias transfronteiriças do espaço central aparecem suficientemente garantidas pela existência do eixo de grande capacidade – via rápida/auto-estrada – composto pela A-6/IP-7/N-V que une Évora e Mérida, as capitais estatais ibéricas, além de ter a função de articular a área urbana transfronteiriça de Badajoz-Elvas;
- no Sul, o eixo de conexão entre Zafra-Jerez dos Caballeros-Évora através do itinerário regional G-4311/C-436/N-256 por Villanueva del Fresno, Mourão e Reguengos de Monsaraz, cuja importância radica em articular as relações regionais transfronteiriças no sector do médio Guadiana.

Juntamente com estes eixos existem outras conexões transfronteiriças de interesse nas redes regionais e locais: Valverde do Fresno-Penamacor, Moraleja-Monfortinho, Alcantara-Segura e Olivenza-Elvas que constituem pequenos corredores de conexão num extenso espaço transfronteiriço extremamente inacessível.

Estes territórios são atravessados pela linha ferroviária Madrid-Cáceres-Entroncamento-Lisboa de funcionalidade e operatividade estatal com escasso significado na região fronteiriça.

Em Badajoz existe o único aeroporto fronteiriço com voos comerciais, mas de alcance muito reduzido (conexões com Madrid e Barcelona). Em Évora existem aeródromos com infraestruturas de navegação aérea limitadas.

b) Dinâmicas demográficas e povoamento

Nas NUT fronteiriças de Cáceres, Beira Interior Sul, Badajoz, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo, residiam, em 1998, um pouco mais de um milhão e meio de pessoas (1.564.419), num território com uma densidade média de 23,3 habitantes por km², a mais baixa de todas as sub-regiões em que se divide o espaço raiano.

As razões que se podem utilizar para explicar o débil peso demográfico e os baixos níveis de densidade são múltiplas e de índole muito diversa. O carácter fronteiriço dos territórios tem jogado historicamente contra uma presença humana mais numerosa. O predomínio, em termos de superfície, das grandes explorações agrárias e a profusão das de tipo minifundiário têm actuado conjuntamente como um claro factor de retrocesso populacional. Em sentido idêntico tem exercido influência a preponderância das práticas agrícolas e pecuárias de carácter extensivo. O seu carácter periférico tem contribuído para a definição destes territórios como “berços de emigrantes”, situação para a qual confluem todos os restantes argumentos e que explica, como nenhuma outra, a regressão demográfica deste amplo sector peninsular.

A emigração tem sido uma constante histórica, uma válvula de escape que tem servido para fugir das condições de vida oferecidas pelos territórios rurais com reduzidas opções de futuro. Com maior ou menor intensidade, o fenómeno da emigração está sempre presente na dinâmica demográfica destes territórios nos últimos cento e cinquenta anos. Desde os fluxos migratórios para a América Latina de meados do século XIX, até à situação actual, passando pela época mais crítica do período 1950-1980, a saída migratória tem sido constante. Ainda hoje, nos últimos registos de 1998, o saldo migratório continua sendo negativo em quatro das seis NUT consideradas, e adquire um especial dramatismo na região do Alentejo onde qualquer das três unidades continua a perder população através da via migratória: Alto Alentejo (-3,0 por mil), Alentejo Central (-1,2) e Baixo Alentejo (-3,8).

Paralelamente à diminuição global da população, a emigração tem tido uma grande influência sobre a estrutura etária e, consequentemente, sobre o crescimento natural. Assim, o grau de envelhecimento da população é muito acentuado, os maiores de 65 anos representam valores que se situam entre 19,5% em Badajoz – que é a unidade com população menos envelhecida – e 26,9% na Beira Interior Sul, isto no contexto de uma média global de envelhecimento do espaço raiano de 22%.

Como consequência da estrutura etária, as taxas de natalidade são muito reduzidas enquanto que as de mortalidade registam um crescimento expansivo, o que acaba por traduzir-se numa situação dramática ao nível do crescimento natural da população:

- Beira Interior Sul, Baixo Alentejo e Alto Alentejo apresentam taxas de -7/8 por mil habitantes;
- Alentejo Central e Cáceres também perdem população na ordem de -2/4 por mil;
- somente Badajoz mantém um crescimento natural mínimo (0,67).

Estes valores significam uma clara decomposição do sistema demográfico destes territórios imersos numa espiral degenerativa do seu potencial populacional.

A decomposição do quadro demográfico tem consequências muito importantes sobre o sistema de organização espacial da população, que apresenta uma densidade média de 23,3 habitantes por km² com extremos no Baixo Alentejo e Badajoz (15,4 e 30,5 hab./Km², respectivamente). Estes valores indicam a existência de vastas zonas do território em condições semidesérticas que, praticamente, coincidem com as comarcas raianas, território no qual se conjugam os factores estruturais – regressão demográfica, envelhecimento, desertificação – que melhor reflectem a quebra do modelo demográfico.

O sistema de povoamento da sub-região fronteiriça está estruturado em diversos sistemas policêntricos e monocêntricos. Como sistemas policêntricos há a assinalar:

- o corredor do Guadiana: Don Benito-Villanueva-Mérida-Badajoz, o qual, com 250000 habitantes, constitui uma síntese territorial de adequação de um sistema urbano dinâmico com o desenvolvimento de um aparelho produtivo agro-industrial moderno e tecnologicamente avançado assente sobre a economia de regadio. No que respeita à sua conexão fronteiriça, este corredor vincula-se com o dinamismo comercial e terciário de Elvas, desenhando uma área urbana transfronteiriça de importância estratégica pela sua posição geográfica central na sub-região fronteiriça;
- o eixo de cidades das Beiras: Castelo Branco – Fundão – Covilhã - Guarda, com 100000 habitantes, que estrutura e polariza o sistema de cidades da Raia Central com uma importância fundamental para o reequilíbrio do território interior no contexto das suas dinâmicas demográficas e económicas regressivas;
- o eixo de cidades Estremoz - Vila Viçosa - Borba, 35000 habitantes num espaço com um certo nível de industrialização e especialização em produções relacionadas com os recursos agrários e naturais da sua envolvente territorial;
- o corredor de Cáceres: Navalmoral de la Mata – Cáceres - Coria (120000 habitantes) com funções de articulação do território Norte regional, mas sem fluidez conectiva transfronteiriça em direcção a Portalegre, cidade com 30000 habitantes, capital do Norte alentejano, centro administrativo que polariza, especialmente através dos serviços aos sectores turístico e agro-pecuário, um vasto território com uma tradição industrial em declínio;
- o corredor “Pacense”: Zafra - Jerez dos Caballeros, 35000 habitantes que articula os territórios do sul da Estremadura e a dinâmica produtiva do Vale do Guadiana internacional na sua conexão transfronteiriça com Mourão e Évora.

Por sua vez, os elementos monocêntricos do sistema de povoamento fronteiriço são:

- a cidade de Évora, com 50000 habitantes, reconhecida no sistema nacional de cidades pela sua qualidade urbana e o seu significativo grau de internacionalização baseado na sua vertente cultural e na sua participação activa em redes internacionais de cidades;
- a cidade de Beja, 31800 habitantes, cidade administrativa – Baixo Alentejo – centro tradicional de apoio ao sector agrícola, polarizadora de uma envolvente territorial profundamente rural, cuja economia urbana está muito vinculada à dinâmica produtiva do meio agrário;
- as cidades de Plasencia e Almendralejo, capitais nortenha e sulista de comarcas estremenhadas de forte tradição agrária, acumulam crescentes funções de prestação de serviços comerciais, turísticos e de apoio ao sistema produtivo.

Apesar destes elementos de articulação espacial, o território destas sub-regiões sofre da existência de uma rede equilibrada de centros urbanos de dimensão média, capaz de constituir uma estrutura que permita um correcto ordenamento global do território. Além disso, entre estas cidades ainda não se desenvolveu uma estratégia de concertação e de intensificação das suas complementaridades.

c) Dinâmicas económicas e mercado de trabalho

A estrutura e dinâmica das actividades económicas da sub-região transfronteiriça está muito condicionada pelos factores demográficos registados e pelos modos tradicionais de produção e aproveitamento dos recursos locais. Prova disso é o reduzido valor da taxa de actividade global que se situa, segundo os territórios, entre 36,5% na Beira Interior Sul e 49,0% em Badajoz, revelando assim o enorme contingente de inactividade – fundamentalmente reformados e mulheres – vinculado a estes espaços. Assim, a análise por sexos revela grandes diferenças no acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres, de tal forma que a actividade feminina representa 56% da masculina, demonstrando o longo caminho que há a percorrer na aplicação das políticas de igualdade entre sexos.

A dinâmica ocupacional constitui-se, juntamente com o factor demográfico, como um elemento limitativo do mercado de trabalho, que é enormemente diferenciada tanto por territórios como por sexos. A taxa de desemprego global do espaço transfronteiriço situa-se por volta dos 18% da população activa, com diferenças duplicadas por sexos – 15% entre os homens frente a 28% entre as mulheres – e quintuplicadas no relativo a territórios – 26,4% em Badajoz, para 5,4% da Beira Interior Sul.

A distribuição sectorial do emprego reflecte um claro predomínio das actividades terciárias, fiel reflexo da influência que a actividade económica urbana tem nos valores sub-regionais. Assim, as maiores taxas de terciarização registam-se em Badajoz, Cáceres e Alentejo Central, com valores entre 57 - 62% da ocupação e que, sem dúvida, correspondem ao peso específico dos três principais centros urbanos transfronteiriços. As actividades industriais e da construção situam-se por volta dos 27% do emprego, sendo a Beira Interior Sul, com 33,5% de ocupação industrial o território de maior desenvolvimento, sem duvida vinculado ao dinamismo da cidade de Castelo Branco, que integra o eixo urbano das Beiras Interiores– Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco -. Finalmente, as actividades agrícolas mantêm ainda 16% do emprego, sendo o Baixo Alentejo o território com maior emprego agrícola relativo – superior a 20%.

O valor do PIB dos seis territórios fronteiriços alcança os 12668 milhões de Euros com fortes assimetrias espaciais transfronteiriças:

- as províncias espanholas de Badajoz e Cáceres geram 9576 Milhões de Euros, cerca de 75,6% do PIB da sub-região, com uma forte componente de serviços mas também com uma crescente importância da agro-indústria de transformação de produtos hortícolas assentes nos regadios do Guadiana;
- o Alentejo e a Beira Interior Sul produzem um valor de 3092 Milhões de Euros, fundamentalmente com base na prestação de serviços e na manufactura industrial. A futura utilização de milhares de hectares do sul alentejano com a construção da barragem de Alqueva, abrirá novas expectativas de rendimento agrícola a algumas actividades tradicionais.

Em definitivo, a estrutura sectorial do PIB revela a existência de uma base económica diversificada onde as actividades agrícolas tradicionais e a manufactura industrial mantêm relevância produtiva, conjuntamente com um conjunto de serviços não muito evoluído.

O tecido empresarial da sub-região é muito débil e dominado por micro-empresas de origem e tradição familiar, características que se estendem de forma muito homogénea sobre o território fronteiriço:

- nas três unidades que definem o Alentejo Interior, foram referenciadas 54512 empresas das quais somente 1158 têm mais de 10 empregados, o que representa uma taxa de 2,12% de pequenas e médias empresas contra 97,88% de micro-empresas;
- nas duas províncias estremenhas estão radicadas 48392 empresas das quais 1823 têm mais de 10 empregados, o que significa uma taxa de 3,77% de pequenas e médias empresas e 96,23% de micro-empresas.

Com estes dados não é de estranhar que a maioria das empresas locais dêem pouca importância à introdução da inovação nos seus processos de trabalho e nos seus produtos, sendo reduzido o número de empresas que valorizam este aspecto. Na realidade, mesmo quando isso acontece, a introdução de inovações não impede que essas empresas encontrem, a jusante, grandes dificuldades para a colocação dos seus produtos nos mercados. As organizações de produtores que deveriam ter um papel decisivo neste aspecto são, na sua maioria, pouco eficientes e demonstram grandes debilidades organizativas.

A dinamização do desenvolvimento rural baseada nas potencialidades das comunidades locais e nos seus recursos endógenos, depara-se, actualmente, com grandes estrangulamentos, tanto no que se relaciona com a adaptação aos processos de mudança, à organização das populações e dos agentes locais, como com o que se prende com a realização de projectos inovadores.

Por outro lado, na generalidade dos sectores de actividade, podemos encontrar empresas com uma forte vinculação territorial, quer pela natureza da actividade ou dos produtos, quer pela vinculação do empresário à região, que conseguem distinguir-se pela qualidade do que fazem e produzem e pela sua capacidade de afirmação nos mercados nacionais e, inclusivamente, internacionais. Estas empresas, ou em alguns casos associações de produtores, deverão servir de modelo para a consolidação do tecido empresarial, a promoção do espírito empreendedor, a modernização dos produtos de qualidade e a afirmação do território no exterior.

Neste contexto, o espírito empresarial encontra-se ainda em fase de desenvolvimento, pelo que a dinâmica de criação de emprego continua a ser reduzida. Desta forma encontramos-nos perante um desajustamento entre a oferta e a procura: não existe mão de obra disponível para tarefas desqualificadas – concretamente na agricultura intensiva -, enquanto que a mão de obra mais qualificada e formada em sectores industriais e terciários não encontra empregos ajustados à sua preparação.

Apesar das grandes alterações introduzidas nas estruturas e actividades económicas nas últimas décadas, a sub-região fronteiriça continua a ser um território fundamentalmente agrícola, tanto pelos seus níveis de produção como por constituir a base fundamental da indústria agro-alimentar. O regime de exploração encontra-se cada vez mais inclinado para um sistema de exploração em propriedade, tendo cada vez menos importância o arrendamento e sendo já praticamente residuais a parceria e as meeiras (se bem que no Alentejo, estas últimas ainda mantenham alguma representatividade). Estas regiões

apresentam um índice de superfície média por exploração muito elevado, característico do latifúndio, isto independentemente da existência de uma dicotomia muito acentuada entre pequenas e grandes explorações. Junto a devesas e montados de mais de mil hectares podemos encontrar micro-propriedades em forma de horta ou pequenos talhões. Os sistemas de cultivo têm evoluído muito nos últimos anos, registando-se avanços significativos no domínio da diversificação. Na Extremadura logrou-se conseguir uma certa variedade de cultivos graças às grandes infraestruturas de regadio, ao mesmo tempo que o Alentejo continua a ser o grande celeiro de Portugal e a trilogia mediterrânea (cereais, azeite, vinho) incorpora agora o tomate e o tabaco. A prosperidade das paisagens agrícolas dominantes (devesa, vinha, olival, regadio e cereal) só se conseguirá assegurar através de uma correcta comercialização das suas produções, factor em que o cooperativismo poderá desempenhar um importante papel.

A criação de gado tem uma importância singular nestas terras (mais de dois milhões de cabeças ovinas, meio milhão de suínos), e está estreitamente vinculada às devesas, montados de sobro e azinho, e pastagens.

O peso da produção energética (Central Nuclear de Almaraz e grandes saltos hidroeléctricos) na Extremadura, desequilibra amplamente uma situação na qual o sub-sector alimentar é o principal componente. Com base na economia de regadio do vale do Guadiana, desenvolveu-se uma indústria agro-alimentar de importância nacional (Espanha), especialmente em produtos hortícolas. A indústria da madeira e da cortiça, por um lado, e os transformados metálicos, por outro, também se destacam. Menção aparte, merece a indústria extractiva de importância capital no Alentejo Central (mármore de Estremoz, Borba e Viçosa) e em certas povoações da Extremadura (Quintana da Sierra).

O crescimento da importância do sector dos serviços começa a impulsionar a modernização do comércio através da transformação das suas estruturas e profissionalização dos seus activos. A cidade de Badajoz, situada no centro do espaço raiano, tem-se vindo a converter paulatinamente num grande centro comercial, cuja área de influencia se estende até à sua confluência com a de Lisboa. A localização de numerosos centros multinacionais foi determinante neste processo. Para o pequeno comércio, a especialização, a qualidade de serviço, o marketing e o associativismo, são as vias para a sua requalificação.

As actividades turísticas têm uma importância crescente na dinâmica das economias regionais. Com cerca de 17000 camas em estabelecimentos hoteleiros, a actividade orienta-se, cada vez mais, para o turismo cultural e natural, pelo que se encontra em expansão não só nas cidades, mas também (turismo rural) nos pequenos povoados. É um turismo que foge das grandes massificações que, cada vez com maior frequência, se verificam em determinados lugares da geografia ibérica.

Cáceres e Badajoz aglutinam 68% da oferta de camas e mais de 60% das dormidas totais. É ainda superior (76,2%) a percentagem de estabelecimentos situados nas duas unidades espanholas. Destas cifras é possível inferir que a taxa de ocupação anual é superior nas NUT III portuguesas. Com efeito, todas, excepto a Beira Interior Sul, superam os 33%. As espanholas, pelo contrario, oscilam ao redor dos 25%.

O comércio externo visto de uma perspectiva global mostra um superavit que, em 1993, superou os 300 Milhões de Ecu. No conjunto, o comércio externo (Exportações + Importações) representa aproximadamente 15% do VAB. As disparidades regionais neste contexto são, sem dúvida, muito importantes. Assim, o conjunto da Extremadura gera um importante superavit, o mesmo ocorrendo na Beira Interior Sul. Pelo contrário, o Alentejo mostra uma estrutura comercial diferente, onde as importações superam, ainda que em pequena medida, as exportações.

Por secções, o Alentejo importa, basicamente, produtos minerais, máquinas e aparelhos, material eléctrico, assim como produtos das indústrias químicas e materiais plásticos e manufacturados (borracha e seus produtos) (Secção VII). As exportações são baseadas neste último sector, mas também em material de transporte e em produtos das indústrias químicas.

O comércio exterior da Extremadura, por seu lado, é baseado nos produtos das indústrias alimentares (tabaco, fundamentalmente) e, em menor medida, em produtos como a madeira, carvão vegetal e derivados da madeira (Secção IX). As importações da Extremadura são, basicamente, máquinas e aparelhos eléctricos, produtos químicos e produtos alimentares.

Por último, as importações de Beira Interior Sul correspondem, basicamente, a matérias têxteis, animais vivos e produtos do reino animal. As exportações são constituídas na sua grande maioria (43% do total) por máquinas, aparelhos e material eléctrico e, em menor escala, por pastas celulósicas, papel e, ainda, por animais vivos e produtos do reino animal.

d) Equipamentos, serviços e coesão social

Desde há bastantes anos que não existe disfunção entre a oferta e a procura global de equipamentos do ensino básico e secundário, pelo menos quanto à capacidade total, tanto a nível de escolas, como de professores ou materiais distribuídos. Na verdade, é a estrutura espacial, como consequência do escasso volume demográfico de alguns territórios, que origina um conjunto de problemas decorrentes de uma procura insuficiente, facto que se traduz em desvantagens para os poucos alunos que recebem aí as suas aulas ou, ainda pior, para aqueles que, mercê dos limiares mínimos de funcionamento, para o efeito se têm de deslocar a outras paragens.

A união de duas causas contribuiu para se chegar a esta situação quanto a equipamentos e condições de estudo dos alunos. Por um lado, a importância que os dois países deram nas últimas décadas ao ensino. Por outro, a evolução da estrutura demográfica, que fez diminuir o número de pessoas destas idades.

O ensino superior conta, na Extremadura, com a Universidade de Extremadura (UEX) como principal instituição. As suas faculdades repartem-se entre Cáceres e Badajoz, ministrando os principais cursos que hoje se leccionam nas Universidades (Escola politécnica, Direito, Humanidades em geral, etc.). Existem também escolas Universitárias e Institutos Superiores em Plasencia, Mérida e Almendralejo, além de uma delegação da UNED (Universidade à distancia).

Na vertente portuguesa, a educação superior localiza-se nas cidades de Évora, Beja, Portalegre e Castelo Branco. Em Évora existe uma importante universidade, enquanto Beja, Portalegre e Castelo Branco contam com Institutos Superiores Politécnicos. Em geral, a oferta concentra-se sobretudo em licenciaturas.

Em termos de alunos matriculados por cada 1000 habitantes, a média da região situa-se nos 26 alunos, oscilando entre um mínimo de 12 no Alto Alentejo e um máximo de 39 no Alentejo Central, situando-se o conjunto da Extremadura na média.

Os equipamentos culturais localizam-se, basicamente, nos grandes centros populacionais da Região e surgem normalmente vinculados, sobretudo no mundo rural, aos centros escolares ou aos municípios. Em ambas as regiões há um número importante de museus, alguns de grande importância (Museu Nacional de Arte Romana em Mérida). Contudo, permanece necessário um aumento da oferta cultural nos pequenos centros urbanos.

De uma forma geral, pode afirmar-se que as condições e meios técnicos de que dispõem os sistemas de saúde dos dois territórios melhoraram em grande medida na última década. Isto não deve esconder o facto de que, tendo em conta o quadro geral da raia, o mundo rural continue a ter dificuldades de acesso aos meios mais avançados e que, inclusivamente, seja necessária a transferência de doentes para outros locais, em muitos mais casos do que aqueles que se podem considerar razoáveis. A estrutura hierarquizada e a divisão do território em centros de saúde (primários) não tem conseguido evitar que se mantenha a pior situação relativa em que se encontra o mundo rural quando comparado, em termos de saúde, com os grandes centros urbanos.

As diferenças no lado espanhol e português quanto à dotação de equipamentos hospitalares são mínimas. Existem 1,6 centros por cada 100000 habitantes na Extremadura e 1,8 no Alentejo. Dentro deste, é que existem diferenças mais acentuadas.

Entre os hospitais da Região, destaca-se o Hospital “Infanta Cristina” de Badajoz. Também gozam de grande prestígio os Hospitais de Cáceres e Évora. Todavia, continua a ser necessário a deslocação a Madrid ou Lisboa para o diagnóstico e tratamento dos casos mais complicados.

Por último, ao nível de dotação de pessoal deve referir-se a pior situação relativa do território português no que respeita ao número de médicos por mil habitantes. Assim, enquanto as províncias Extremenhas têm por volta de 3,5 médicos por 1000 habitantes, as NUT III portuguesas oscilam entre os 2 da Beira Interior Sul e os 1,4 do Baixo Alentejo. Esta diferença é, porém, atenuada se considerarmos a situação do ponto de vista das camas instaladas por habitante, a qual é similar em toda a Região.

No conjunto da sub-região constata-se um importante défice em matéria de equipamentos assistenciais. O grau de cobertura vai aumentando consoante aumenta o tamanho das povoações, sendo que nas mais pequenas é bastante escasso. Este é um problema de primeira ordem que afecta o conjunto da sociedade espanhola e portuguesa, e que se manifesta com grande força sobretudo no mundo rural, que é, hoje em dia, a parte da sociedade que conta com uma estrutura populacional mais envelhecida.

Também são importantes as assimetrias existentes no campo das instalações desportivas. Nas pequenas povoações a oferta cobre as instalações mais básicas, situando-se as mais sofisticadas nos centros urbanos. Este é um campo no qual, dado o fácil acesso às instalações por parte de habitantes de um e outro lado da fronteira (ao contrário do que ocorre nos domínios educativos ou sanitários), as opções de cooperação se revelam, no curto prazo, mais facilitadas e viáveis.

SUB-REGIÃO ALENTEJO/ALGARVE/ANDALUCÍA

Os elementos de diagnóstico socioeconómico deste espaço transfronteiriço evidenciam traços territoriais negativos que têm persistido ao longo das últimas décadas. Os fluxos de investimento público, nomeadamente associado à integração europeia, têm contribuído para reforçar a dotação de infraestruturas e equipamentos que poderá, a prazo, suportar um reposicionamento geoeconómico assente na revalorização dos recursos naturais e do ambiente (particularmente ricos nas três regiões) e nas vantagens associadas à sociedade da informação e do conhecimento.

A zona fronteiriça da sub-região Alentejo/Algarve/Andaluzia é constituída pelas seguintes unidades administrativas: província de Huelva, em Espanha, Algarve (NUT2/3) e Baixo Alentejo (NUT 3), em Portugal.

a) Quadro territorial e ambiente

Esta sub-região transfronteiriça caracteriza-se no contexto europeu pela sua perifericidade e por uma significativa distância económica às regiões de valorização de mercado das suas produções e serviços.

Essa condição periférica afasta a sub-região dos grandes centros de poder económico e de decisão política a nível europeu, dificultando o acesso e a integração da mesma nos grandes fluxos económicos, sociais e tecnológicos. Esta situação condicionou, ao longo da história, a evolução económica da sub-região, conduzindo-a a um modelo de desenvolvimento baseado fundamentalmente na exploração de recursos naturais, sem grande incorporação de inovação ou transformação.

Em concreto, a região transfronteiriça que engloba o território abrangido pela Faixa Pirítica Ibérica constitui hoje um território com graves problemas socio-económicos e ambientais, derivados da acumulação de crises sectoriais (agrária, mineira ...) e do impacte ambiental produzido pela secular exploração dos recursos mineiros.

(i) Elementos físicos

Os elementos físicos do território delimitam o potencial de recursos naturais, com a existência de zonas de relevo acidentado e de solos com reduzidos níveis de fertilidade sem grande potencial de aproveitamento agrícola, excepto naquelas zonas de topografia mais favorável que geram solos de textura mais fina, na maioria dos casos ocupados por montados.

A configuração distinta do litoral resulta da intensa actividade neo-tectónica, tendo-se desenvolvido dois tipos de representações: por um lado, os sistemas dunares e mantos eólicos, nos meios arenosos e, por outro lado, os sapais marítimos e fluviais e sistemas endorreicos, nos meios húmidos.

Em Huelva predomina a superfície florestal, com uma faixa no litoral, e campina destinada à agricultura de primores e a culturas permanentes, organização que se reproduz no Algarve, a escala reduzida dada a existência de solos com capacidade agrícola heterogénea. No Alentejo, a linha fronteiriça marca a mudança para a superfície lavrada e para a redução da superfície florestal a zonas específicas.

(ii) Ambiente

No domínio ambiental, o Baixo Guadiana constitui uma zona territorial de inquestionável valor ecológico, onde se localizam espaços de elevada qualidade (zonas húmidas) mas onde também existem áreas em que o meio natural se encontra muito degradado (p.e., Ria de Huelva). Na zona localizam-se dezassete espaços que, pelos valores ambientais que abrangem, receberam uma protecção especial. A maior parte deles (catorze), estão situados na faixa litoral, território que se encontra protegido praticamente na sua totalidade. Pela superfície que ocupam e pela concentração de aves aquáticas existentes, especialmente migratórias, as zonas húmidas desta sub-região transfronteiriça são as mais importantes da Europa.

A expansão do sector turístico nesta zona deveu-se à qualidade ambiental da mesma, não só na área do litoral mas, também, no interior atingindo aqui um potencial elevado.

Desde a década de sessenta, as zonas litorais estiveram submetidas a uma intensificação das actividades antrópicas (turismo, infra-estruturas costeiras, actuações em sapais), gerando fortes impactes na dinâmica morfo-sedimentar e importantes efeitos no ambiente. A erosão, a instabilidade da frente costeira e a deterioração dos sistemas dunares são as consequências mais relevantes.

A agricultura intensiva de regadio nas zonas do litoral ocasiona, igualmente, importantes riscos para a sustentabilidade, relacionados com:

- elevados consumos de água cujo abastecimento estival gera, nalguns casos, conflitos com o abastecimento público corrente;
- processo de contaminação dos aquíferos, principalmente na zona de Huelva devido à produção de morangos; contudo, também na parte portuguesa se encontram resíduos de mineralização dos aquíferos, assim como a contaminação provocada pelo uso excessivo de produtos químicos.

A destruição de espaços florestais potencialmente protegíveis e que foram utilizados para a actividade agrícola, coloca em risco determinados territórios.

De entre as principais situações de conflito ambiental, são de destacar as seguintes:

- a erosão ocorrida no interior da zona portuguesa, provocada pelo carácter torrencial das precipitações, acentuadas com a construção da Barragem do Alqueva;
- os incêndios florestais no Andévalo Oriental e na Serra Algarvia ligados, em parte, à presença de importantes manchas de eucaliptal;
- abandono de explorações consideradas economicamente pouco viáveis nas zonas serranas de interior;
- deficiente estado de conservação urbana em núcleos algarvios e alentejanos;
- a elevada densidade demográfica e económica existente no litoral que tem gerado efeitos negativos no meio natural e constitui uma ameaça para a sobrevivência de espaços de grande valor ecológico;
- uma sobrecarga acrescida dos espaços litorais na época alta, bem evidenciada na quantidade de resíduos urbanos produzidos acima da capacidade de gestão dos sistemas existentes;
- extracção de minerais nesta sub-região da Península Ibérica, especialmente a exploração pirítica do Andévalo e do Baixo Alentejo e de pedreiras no Algarve, tem provocado níveis de deterioração ambiental graves (deposição de estéreis, contaminação das águas superficiais e subterrâneas, degradação da paisagem,...);
- a contaminação industrial da Ria de Huelva, com défice de tratamento de resíduos sólidos, a par da contaminação doméstica das águas costeiras, sobretudo na zona compreendida entre Lagos e Ayamonte, ambas agravadas pelas características do meio receptor;
- a escassez de infra-estruturas no Baixo Guadiana destinadas à correcção dos efeitos negativos que a actividade económica tem no meio ambiente (depuradoras, esgotos,...); as maiores dotações concentram-se em áreas de maior densidade populacional.

(iii) Infra-estruturas e equipamentos

A fronteira administrativa tem uma expressão física nos cursos fluviais do Guadiana e do Chança, constrangimento físico que explica o número de vias de comunicação que unem o Algarve, o Alentejo e a Andaluzia. Isto limita a optimização do aproveitamento de determinadas infra-estruturas destinadas a servir toda a zona de que são exemplo o porto de Huelva e o aeroporto de Faro. Do ponto de vista das relações externas, a acessibilidade continua a ser um dos principais problemas de toda a região transfronteiriça.

A rede viária organiza-se em torno de dois eixos Este-Oeste (o itinerário do litoral, com prolongamento pelo corredor Huelva-Sevilha e o itinerário Sevilha-Lisboa) e três eixos Norte-Sul (IP1, Faro-Lisboa; o IC27, Évora-Vila Real; e a N-435 Huelva-Badajoz). Os eixos horizontais conjugam funções de curta e média distância, enquanto que os verticais têm um forte peso de longa distância, com um corredor litoral, um eixo transversal no Norte e ligações verticais, com reflexos sobre a estrutura territorial.

Entre o corredor litoral e o eixo Norte não existe nenhuma ligação transfronteiriça, o que representa uma ruptura muito significativa da rede viária, a qual se encontra igualmente debilitada na faixa central, função da dinâmica dos aglomerados urbanos e da densidade populacional.

As características físicas da rede principal melhoraram nos últimos anos:

- corredor litoral dispõe actualmente de uma auto-estrada no troço Faro-Fronteira e Huelva-Sevilha; este corredor recebeu um forte impulso na sua funcionalidade com estas duas auto-estradas e com a construção da ponte sobre o rio Guadiana;
- a futura conversão em auto-estrada dos troços Ayamonte-Huelva e Alcantarilha-Lagos (Via do Infante) configurará um eixo de grande capacidade (funções de longa distância), e grande potência para o esquema viário do corredor litoral.

Apesar da existência da ponte de Castro Marim-Ayamonte, restam ainda 60 Kms de área transfronteiriça sem fluxos humanos e económicos, pelo que é necessário lançar novos investimentos rodoviários para obter uma maior permeabilidade da fronteira.

A rede ferroviária está pouco desenvolvida, estando organizada para o tráfego interno de cada país, sem ligações transfronteiriças, que poderiam implementar-se a partir da linha Ayamonte-Huelva, actualmente fechada ao tráfego.

O transporte público viário de passageiros que liga ambos os lados da fronteira, não se processa nas melhores condições de qualidade e regularidade, embora com o atravessamento do Guadiana, se tenham aberto expectativas para uma melhoria das comunicações regulares de curta distância entre os centros urbanos de ambos os lados da fronteira e das ligações de média distância entre as principais cidades transfronteiriças.

A rede de serviços públicos de transporte do lado do Alentejo e do Algarve, apresenta problemas específicos, ocorrendo uma deficiente ligação intermodal, reflectida quer na distância excessiva entre os núcleos habitados e as estações ferroviárias, quer na deficiente qualidade dos sistemas e da sua articulação.

Os portos comerciais de Faro e Huelva têm uma função territorial muito diferente:

- porto de Faro serve de base para a recepção de mercadorias destinadas ao abastecimento do Algarve (a tonelage carregada corresponde a cerca da quarta parte da descarregada), o porto de Huelva com 14.5 milhões de toneladas transportadas (quase 11 carregadas e 3.5 descarregadas);
- porto de Huelva serve de base para uma importante malha industrial portuária, sendo

o principal ponto de escoamento da produção mineira e industrial da Província, desempenhando a função comercial estratégica.

Esta zona dispõe de dois aeroportos, ambos situados em Portugal: Faro e Beja. O aeroporto de Sevilha, por seu lado, serve a província de Huelva, embora, a partir da abertura da ponte internacional sobre o rio Guadiana e da Via do Infante, muitos passageiros que se dirigem para Huelva utilizem o aeroporto de Faro para os voos internacionais.

Os “déficits infra-estruturais não viários” localizam-se em determinadas zonas do Alentejo em relação aos serviços públicos, como os de saúde e de educação. Apesar da existência, de uma forma generalizada, de infra-estruturas suficientes, e inclusivamente sobredimensionadas, o seu aproveitamento não é o ideal, devido à existência de problemas pontuais, tais como a insuficiência da “rede de assistência sanitária primária”, ou a existência de necessidades a nível da educação específica adicional, nomeadamente a alfabetização de adultos ou o “absentismo” escolar provocado pela atracção do rendimento com origem nos trabalhos agrícolas.

No Baixo Guadiana são escassas as infra-estruturas destinadas à correcção dos efeitos negativos que a actividade económica exerce no ambiente (“depuradoras”, resíduos, etc). As maiores “dotações” concentram-se em áreas de maior densidade populacional.

b) Dinâmicas demográficas e povoamento

A região transfronteiriça possui uma reduzida capacidade económica e demográfica, muito inferior às médias da Península Ibérica e da União Europeia. Esta situação condiciona a concretização dos objectivos de articulação territorial.

A dinâmica demográfica da zona tem-se mantido regressiva desde os anos sessenta, com grandes movimentos migratórios de jovens, que provocaram o envelhecimento da população. Com o desenvolvimento industrial do Pólo de Huelva e do turismo Algarvio, na década de setenta, ambas as zonas atraíram populações, iniciando um processo de crescimento que ainda hoje se mantém, embora tanto o Algarve como Huelva mantenham saldos fisiológicos negativos.

As zonas do interior, aprofundaram, todavia, a sua evolução negativa, acentuada sobretudo pela atracção exercida pelo Litoral. As elevadas taxas de envelhecimento reflectem esta evolução: a taxa de envelhecimento no Alentejo em 1998 atingiu os 149,7%, para uma média nacional portuguesa de 90,3%; a taxa de actividade, cuja evolução vem sendo positiva no Algarve e em Huelva, no Alentejo desce a um ritmo anual de 0,3%.

Como consequência, enquanto que a população do Algarve e de Huelva tem vindo a aumentar nos últimos quinze anos, a do Alentejo decresceu de modo apreciável, registando-se fenómenos de desertificação demográfica nas zonas rurais mais afectadas pela perda de competitividade da agricultura tradicional, sendo necessário criar meios de fixação da população.

Em termos gerais, verifica-se que a tendência para a concentração no litoral é muito acentuada, com importantes diferenças demográficas face ao interior. É também de destacar a presença sazonal de importantes fluxos de população visitante (p.e., o Algarve acolhe oito milhões de pessoas/ano, das quais 31% chegam através de Huelva).

O povoamento caracteriza-se pela importância relativa dos pequenos núcleos urbanos:

- cerca de 85% dos centros urbanos absorvem 21,9% da população;
- a dimensão dos centros urbanos mais representativa está compreendida entre 2.501 e 10.000 habitantes (52 centros urbanos com 25,8% da população total);
- é no litoral que se localizam os principais centros urbanos (Huelva, 142.000 habitantes; Faro, 39.600; Olhão, 28.300; Portimão, 31.200; e Lepe, 16.000);
- no interior as maiores cidades encontram-se afastadas (Beja, 31.800 habitantes; Valverde del Camiño, 12.300; Moura, 8.000; e Nerva, 7.000).

O reduzido dinamismo económico associado à condição periférica tradicional das zonas transfronteiriças e a macrocefalia das províncias andaluzes, estão na origem de uma escassa articulação do nível de cidades médias dentro do conjunto da rede urbana, especialmente em zonas como o Baixo Alentejo, onde não existem aglomerados acima dos 25 mil habitantes.

No litoral algarvio, junto a um núcleo urbano concentrado e com certa identidade, aparece uma zona de povoamento disseminado caracteristicamente costeiro. O crescimento destes núcleos dispersos tem sido muito acentuado nestes últimos anos, pelo que, a taxa de urbanização tem vindo a crescer no litoral algarvio (de cerca de 54%, em 1991, para 71%, em 1998). No litoral de Huelva, o povoamento é quase exclusivamente centrado em núcleos urbanos, ao contrário do povoamento disperso do interior, que caracteriza as regiões portuguesas, relacionado com as actividades agro-rurais.

No interior da Província de Huelva, o povoamento concentra-se em núcleos pequenos e médios, que no Andévalo estão relacionados com as explorações mineiras e florestais, e na Serra com a existência de várzeas e fortificações históricas de carácter defensivo.

c) Dinâmicas económicas e mercado de trabalho

A sub-região transfronteiriça assumiu tradicionalmente uma condição periférica do ponto de vista económico, especializando-se na produção de matérias primas para o mercado externo (produtos minerais, produtos agrícolas e pesqueiros), com escasso dinamismo empresarial. Tudo isto acompanhado por um escasso tecido industrial, desenvolvido localmente com a instalação de um Pólo de desenvolvimento industrial em Huelva – Palos de la Frontera.

A base económica estruturada revela-se, em consequência, extraordinariamente frágil, com dificuldades de adaptação às dinâmicas dominantes e, sobretudo, incapaz de satisfazer as necessidades da população. Um dos reflexos desta fragilidade dos três espaços transfronteiriços tem sido o baixo rendimento *per capita* relativamente à média europeia, o que aliás corresponde ao perfil típico das regiões Objectivo 1. As diferenças das regiões portuguesas e da Andaluzia explicam-se principalmente pelo aumento sustentável da população nesta última, apesar do aumento absoluto verificado no seu rendimento.

Evolução do PIB Per Capita (1988 - 1996)

Territórios	1988	1990	1992	1994	1996
Andaluzia	55	57	57	58	57
Alentejo	39	54	50	70	60
Algarve	56	63	69	70	71

Fonte : 6º Relatório periódico sobre a situação e evolução sócio económica das regiões da União Europeia, 1999.

A dinâmica expansiva recentemente experimentada pela zona do litoral, baseou-se em dois

sectores (agricultura e turismo). A agricultura de regadio (agricultura de primores) é, em termos de VAB, o segmento mais importante do sector agrícola) e, no caso de Huelva, a acumulação primária de capital permitiu aos pequenos proprietários intensificar as suas explorações. A criação e a chegada de grandes empresas e cooperativas agro-alimentares, permitiu desenvolver novas técnicas aplicadas aos processos produtivos, com a criação local de valor acrescentado, em alguns segmentos a organização de circuitos comerciais. Este processo iniciado em meados da década de oitenta, é de vocação claramente exportadora, aparecendo o morango e a laranja como os produtos mais emblemáticos; esta agricultura intensiva ainda se encontra pouco desenvolvida na zona portuguesa, especialmente na campina de Faro e nos perímetros de Odivelas e Mira (Baixo Alentejo).

A actividade turística, graças a uma localização competitiva fruto da qualidade ambiental da zona constitui um vector económico preponderante. O complexo de actividades turísticas e de lazer surge hoje como um dos principais sustentáculos da actividade económica e do emprego, apresentando-se com boas perspectivas futuras, tanto nas zonas litorais como nas zonas interiores (turismo cultural e ambiental), onde pode constituir um importante elemento dinamizador das economias locais.

O dinamismo induzido pelo turismo, sobre a fileira da construção, transforma-a na actualidade como um dos sectores mais importantes da zona, tanto pela criação directa de rendimentos, como pela procura que induz, dirigida a outras actividades que estão presentes na estrutura produtiva das zonas litorais. É no litoral algarvio que o sector tem maior importância, devido ao desenvolvimento que experimentou a partir da segunda metade da década de oitenta devido ao forte crescimento da procura imobiliária relacionada com o turismo.

Em resultado do crescente incremento da produtividade, acompanhada pela descida do desemprego, em determinadas épocas do ano é necessário recorrer à importação de mão de obra temporária procedente de fora da União Europeia; trata-se, em ambos os casos, de actividades com forte sazonalidade, na procura de mão de obra, ainda que com função complementar.

Os sectores produtivos tradicionais, pelo contrário, encontram-se em pleno declínio, por falta de competitividade no actual quadro da economia global (actividade mineira, agricultura extensiva e pescas), pelas restrições de acesso às zonas tradicionais de actividade (costa marroquina, no caso das pescas), pela baixa produtividade (agricultura tradicional) ou por crises no sector de são dependentes (indústria conserveira).

No caso do Alentejo e do Andévalo ocidental, a tradicional base económica agrária de reduzida produtividade, e centrada nos cereais, olivais e frutos secos, repercutiu-se negativamente na sua evolução económica. Também o sector industrial tradicional, ligado em grande medida à própria agricultura e ao artesanato, se encontra em declínio, devido à sua baixa produtividade, fragmentação, escassez de recursos humanos e ausência de infra-estruturas.

A pesca é, depois da agricultura, a actividade primária que maior relevância tem nas zonas do litoral, especialmente no Algarve, onde ocupa cerca de uma quarta parte do emprego do sector primário e onde se concentra cerca de 95% da frota pesqueira desta zona conjuntamente com Ayamonte e Ilha Cristina, no extremo sudoeste.

No entanto, as capturas que a frota do Algarve efectua só atingem 53% do total desta zona, já que as embarcações de Huelva possuem uma capacidade muito superior (95 toneladas face às 4 toneladas das embarcações portuguesas).

A presença do sector secundário é reduzida. Esta fraca implantação é acentuada pela elevada concentração territorial do sector, de tal forma que na maior parte do território a

contribuição da economia para as actividades secundárias é mínima. A indústria da província de Huelva gira em torno da refinação do petróleo, das químicas, e da indústria extractiva. Estas actividades têm fortes vínculos financeiros externos, são de grande dimensão e os processos produtivos são intensivos em capital. Das restantes actividades económicas nesta zona fronteiriça são de destacar as conservas de peixe, a produção de papel e a transformação da cortiça, dado que apresentam neste território um nível de especialização superior ao existente na Península Ibérica e na União Europeia.

O sector industrial tem mantido durante os últimos anos, uma dinâmica pouco favorável, quando não de retrocesso, devido à estagnação, das actividades mais relevantes e à pouca incorporação de novas empresas no tecido produtivo. Este processo implicou que relativamente ao início da década de oitenta se tenha reduzido a sua participação no VAB.

No Algarve, as tendências mais recentes, parecem indicar uma melhoria do perfil estrutural da região, traduzida no maior dinamismo das indústrias associadas à exploração de economias de escala, I&D e diferenciação de produtos (papel e artes gráficas, metalomecânica ligeira, etc.).

Estrutura Produtiva da Região Transfronteiriça

(% do VAB Total)

Sectores	Alentejo ¹	Algarve ¹	Huelva ²
Agricultura e pesca	12.26	6.12	9.24
Energia	10.18	2.07	15.98
Indústria	14.92	4.91	17.59
Construção	3.82	4.48	7.65
Serviços destinados à venda	33.17	61.74	42.57
Serviços não destinados à venda	18.56	13.60	13.27
Serviços bancários	7.06	7.06	6.34

⁽¹⁾1995 ⁽²⁾1996

Fonte : Estatísticas Regionais.

A estrutura do emprego é um reflexo da própria base económica de cada zona. No conjunto, a actividade económica desenvolve-se em torno do sector terciário. Este ocupa cerca de 57% do total da população empregada, valor idêntico ao da Península Ibérica, mas inferior em 5% ao existente na União Europeia.

A presença de um potente sector turístico, juntamente com a urbanização dos aglomerados de maior nível populacional (que se constituem em centros para a prestação de serviços para os restantes dos núcleos da zona) e a relevância das actividades de carácter logístico (portos, aeroportos, empresas de transportes viários), fazem com que as actividades e o emprego terciário estejam localizados fundamentalmente na faixa costeira.

Os serviços públicos e o comércio são os sub-sectores de maior importância, actividades às quais se junta a hotelaria no litoral. No Algarve, por exemplo, mais de 60% dos trabalhadores trabalham no sector terciário hotelaria (alojamento e restauração) e comércio. O desemprego sazonal é, em sequência, bastante importante. Em ambos os lados da fronteira, os níveis etários mais atingidos são as camadas mais jovens, o que triplica o nível global de desemprego.

A evolução económica favorável vivida por diversos ramos produtivos desde meados dos anos oitenta, juntamente com a entrada no mercado de trabalho de fortes contingentes de população jovem e a progressiva incorporação da mulher no mercado de trabalho, determinaram um aumento significativo da taxa de actividade situando-se a um nível similar ao alcançado na Península (cerca de 50%), embora inferior ao valor médio da União Europeia (54%).

O nível de desemprego nesta zona atinge cerca de 15%, índice 1.5% superior à média da Península e 6.5% mais elevado que o resto da União Europeia. É a situação do mercado de trabalho andaluz que determina estes valores, uma vez que nesta área uma quarta parte da população activa se encontra desempregada, distanciando-se deste modo do que acontece no Baixo Alentejo (taxa de desemprego na ordem dos 12%) e em especial no Algarve (a taxa é de 4.8%, embora com oscilações sazonais, superando os 5% fora do Verão).

Esta situação contrasta com as diferenças a nível de retribuição da mão de obra, dado que os salários auferidos em Huelva são superiores aos do Algarve e do Alentejo.

Um último elemento que diferencia os mercados de trabalho de um e outro lado da fronteira é o menor grau de formação dos trabalhadores portugueses. Esta falta de qualificação é mais acentuada na mão de obra para o desenvolvimento de tarefas industriais, já que à falta de formação académica, junta-se a escassa experiência industrial da população activa, dada a reduzida dimensão deste sector no Algarve e no Baixo Alentejo.

d) Equipamentos, serviços e coesão social

O espaço de cooperação abrange uma heterogeneidade de situações territoriais e demográficas com impactos específicos sobre a estruturação de equipamentos sociais e colectivos e, naturalmente sobre os perfis de utilização dos mesmos.

Essa heterogeneidade é marcada, entre outros, pelos seguintes elementos:

- os centros urbanos do litoral do Algarve e de Huelva, para além de possuírem uma significativa concentração demográfica (que determina procuras específicas no conjunto de serviços de apoio à infância e à 3ª idade), estão sujeitos a uma procura flutuante dirigida, sobretudo, aos equipamentos de saúde mas com implicações também em matéria de segurança e de gestão do espaço público;
- as zonas rurais com expressão territorial alargada, embora em recessão demográfica, possuem necessidades objectivas em domínios ligados à educação, à saúde e acção social, os quais apresentam dinâmicas de prestação insatisfatórias, sobretudo no Algarve e no Alentejo, regiões com um modelo de povoamento mais disperso do que aquele que caracteriza a província de Huelva.

Daqui decorrem necessidades prioritárias, em duas ópticas de satisfação:

- a das populações urbanas (acrescentada pelos fluxos de visitantes) que induzem um perfil de procura de serviços de natureza pessoal e colectiva cuja existência constitui factor de atracção de residentes e também de visitantes;
- a das populações rurais numa óptica de promoção da integração social que abrange infra-estruturas e serviços de apoio à actividade e equipamentos de carácter social e de animação socio-cultural.

Na programação de equipamentos deve ter-se presente a necessidade de otimizar o seu aproveitamento devido à existência de problemas pontuais, como as insuficiências da rede de assistência sanitária primária, ou a existência de procuras educativas específicas adicionais (p.e., alfabetização de adultos, absentismo escolar provocado pela atracção do rendimento com origem nos empregos sazonais).

Os níveis de cobertura, ainda insatisfatórios, em matéria de ensino pré-escolar, de dotação de equipamentos de recreio, lazer e desporto de médio porte, a par das insuficiências de apoio a grupos sociais em situação de desfavorecimento (toxico-dependentes, ex-reclusos,

miorias étnicas,...), constituem domínios de intervenção que comprometem, na fase actual, o reforço da coesão social.

Nesta perspectiva, existe um conjunto de áreas de cooperação a aprofundar, tanto em matéria de soluções de abertura de determinados grupos-alvo, de gestão integrada de equipamentos e de utilização dos desenvolvimentos da sociedade de informação (telemática, telemedicina,...), como no domínio da construção/adaptação de equipamentos a apoiar, tendo em vista:

- completar a rede de ensino pré-escolar e dotar os estabelecimentos de ensino básico dos recursos/serviços complementares em matéria escolar e desportiva;
- instalar centros de recursos polivalentes, com valências nas áreas da saúde e da acção social para desenvolver um serviço de apoio ambulatorio junto dos idosos;
- reforçar a rede de equipamentos de apoio a grupos em situação de desfavorecimento (toxico-dependentes, ex-reclusos, minorias étnicas,...).

1.3. Situação ambiental do território fronteiriço

O território da fronteira luso-espanhola apresenta elementos ambientais singulares que definem as características físicas dos territórios raianos, ao mesmo tempo que constituem a base potencial das iniciativas de cooperação de carácter ambiental:

- os espaços naturais fronteiriços;
- os cursos fluviais fronteiriços.

1.3.1. Os espaços naturais fronteiriços

Os mais de 1200 Km que constituem o perímetro terrestre fronteiriço entre Portugal e Espanha albergam uma variada gama de ecossistemas naturais cuja singularidade radica no facto de constituírem unidades ambientais comuns transfronteiriças, cujos planos de conservação e gestão foram artificialmente dissociados pela existência de uma fronteira administrativa que, historicamente, impulsionou uma óptica estritamente “nacional” no tratamento desses espaços.

Nos últimos quinze anos, no calor da incorporação ibérica nas estruturas comunitárias, assistimos a um crescente desenvolvimento de instrumentos normativos de conservação e valorização das áreas naturais fronteiriças, impulsionados, tanto pelas Directivas Comunitárias (especialmente a 92/43/CEE-Habitats e a 79/409/CEE-Aves), como pelas iniciativas estatais e regionais (estas últimas, no caso de Espanha).

Desta forma, no momento actual, a raia luso-espanhola constitui um autêntico corredor ambiental (mais de 900 000 Hectares com estatuto de protecção), que se verá fortemente consolidado com a Rede Natura 2000, de importância singular num espaço frágil e transfronteiriço. Com estas bases, a cooperação transfronteiriça no âmbito dos espaços naturais comuns, vai acolher, previsivelmente, um número significativo de projectos dentro do PIC INTERREG III-A que afectarão o extenso território que conta com estatuto de protecção:

Espaços Naturais Protegidos

DOMÍNIO TERRITORIAL	ESPAÇOS NATURAIS	OBSERVAÇÕES
Norte- Galiza	- Parque Nacional de Peneda-Gerês (P) - Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés (E)	- Criado em 1971 com 72000 ha. Último refugio de grandes predadores como o lobo e a águia real. 20920 ha
Norte- Castela e Leão	- Parque Natural de Montesinho (P) - Parque Natural do Lago de Sanabria (E) - Reserva Nacional de caça da Sierra de la Culebra (E) - Parque Natural do Douro Internacional (P) - Parque Natural de Arribes del Duero (E)	- Criado em 1979 com 75000 ha. Tem a concentração mais importante de lobos ibéricos em Portugal. - Criado em 1978 com 22365 ha. Exemplo relevante da morfologia glaciár - Criada em 1973 com 65891 ha. Habitat preferencial do lobo, cervo, veado e javali. - Criado em 1998 com 85150 ha. Avifauna rupícola: Abutre do Egipto, Águia-real e Águia de Bonelli. - Criado em 2001 com 170000 ha. Avifauna rupícola: cegonha negra e águia perdigueira.
Centro – Castela e Leão	- Parque Natural da Serra da Estrela (P) - Parque Natural de Candelario (E) - Parque Natural El Rebollar (E)	- Criado em 1976 com 101060 ha. Maior maciço montanhoso de Portugal com fauna característica: lagartixa, gatos monteses. - Criado em 1992 com 10737 ha. - Criado em 1992 com 50040 ha. Habitat

	Parque Natural Las Batuecas-Sierra de Francia (E)	de cegonha negra, abutre negro e lince. Criado em 1992 com 32300 ha. Sobreiros, azinheiras, castanhos, Carvalhos. Fauna excepcional: lince ibérico, lontra, gato montês e abutre negro.
Centro- Alentejo - Extremadura	- Parque Natural da Serra de São Mamede (P) - ZEC e ZEPA da Serra de San Pedro (E)	- Criado em 1989 com 31760 ha. A maior colónia de morcegos da Europa. Grande importância ornitológica. 83217 ha. Conjugação de floresta atlântica com o bosque mediterrânico.
Algarve- Alentejo - Andaluzia	- Parque Natural da Ría Formosa (P) - Parque Natural da Sierra de Aracena e Picos de Aroche (E) - Paisagem Natural das Marismas da Isla Cristina (E)	- Criado em 1987 com 18400 ha. Ponto importante da rede de zonas húmidas fundamental para as migrações de aves Norte da Europa-África. - Criado em 1994. - Zona húmida de grande importância ornitológica.

1.3.2. Relação dos instrumento de ordenamento, uso e gestão de espaços naturais

ESPAÑA

- Cáceres e Badajoz

Planos de Ordenamento dos Recursos Naturais (PORN)

- ♦ Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais (PORN) do Parque Natural e ZEPA de **Monfragüe**: APROVADO
- ♦ Plano de Ordenamento dos Recursos Naturais (PORN) do P.N. e ZEPA de **Cornalvo**: APROVAÇÃO PENDENTE
- ♦ Plano de Ordenamento da Reserva Natural **Garganta de los Infiernos**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano de Ordenamento da Zona Especial de Conservação (ZEC), ZEPA (Zona Especial de Protecção de Aves) e Zona RAMSAR de **Orellana y Sierra de Pela**: APROVAÇÃO PENDENTE

Planos Directores de Uso e Gestão (PRUG⁴)

- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do Monumento Natural de **los Barruecos**: APROVADO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do P.N. e ZEPA de **Monfragüe**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do P.N. e ZEPA de **Cornalvo**: APROVAÇÃO PENDENTE
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão da ZEC e ZEPA de **Hornachos**: APROVAÇÃO PENDENTE
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão da ZEC e ZEPA da **Sierra de San Pedro**: APROVAÇÃO PENDENTE
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão da ZEC e ZEPA de **Llanos de Cáceres y Sierra de Fuentes**: APROVAÇÃO PENDENTE
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão da ZEPA do **Tajo Internacional** e ZEPA **Canchos de Ramiro**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do LIC **Granadilla**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do LIC **Las Hurdes**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do LIC **Sierra de Gata**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do LIC **Sierra de Gredos e Valle del Jerte**: EM FASE DE ELABORAÇÃO
- ♦ Plano Director de Uso e Gestão do LIC **Sierra de las Villuercas**: EM FASE DE ELABORAÇÃO

⁴ Planes Rectores de Uso y Gestión (PRUG)

- Huelva

PLANOS DE ORDENAMENTO DE RECURSOS NATURAIS				
ESPAÇO	PLANO VIGENTE	PLANOS EM ELABORAÇÃO		
		REDACÇÃO	TRAMITAÇÃO	
			Antes inf. públ.	Depois inf. públ.
PARQUES NATURAIS				
Sª Aracena Picos de Aroche	Junho 1994 – Junho 2002	X		
Doñana	Fevereiro 1997 – Fevereiro 2005			
RESERVAS NATURAIS				
Laguna de El Portil				X
PAISAGENS NATURAIS				
Sª Pelada e Rivera del Aserrador	Abril 2000 – Abril 2008			
Enebrales de Punta Umbría		X		
Esteiro de Domingo Rubio		X		
Lagunas de Palos e Las Madres		X		
Marismas de Odiel e RRNN Isla de Enmedio e Marisma del Burro (1)	Junho 1990 (2)	X		
Marismas río Piedras e Flecha del Rompido		X		
Marisma de Isla Cristina		X		
Peñas de Aroche		X		
TERRENOS FLORESTAIS				
Província de Huelva		X		

(1) PORN cujo âmbito territorial inclui vários espaços naturais protegidos.

(2) Plano Director de Uso e Gestão. O Plano foi aprovado pelo Decreto 169/1990, de 5 de junho.

PLANOS DIRECTORES DE USO E GESTÃO				
ESPAÇO	PLANO VIGENTE	PLANO EM ELABORAÇÃO		
		REDACÇÃO	TRAMITAÇÃO	
			Antes inf. públ.	Depois inf. públ.

PARQUE NATURAL				
S ^a Aracena Picos de Aroche	Junho 1994 – Novo Plano (Prorrogado) (3)	X		
Doñana	Fevereiro 1997 – Novo Plano (Máximo 2003) (4)	X		
PARQUE NACIONAL				
Doñana	Dezembro 91 (Prorrogado) (5)		X	

(3) Prorrogado mediante o Decreto 73/2000, de 21 de Fevereiro até à entrada em vigor do novo Plano.

(4) Prorrogado mediante Ordem de 11/03/01 até à entrada em vigor do novo Plano. Prazo máximo da prorrogação: dois anos (até 2003).

(5) PRUG vigente aprovado por RD 1772/1991, de 16 de Dezembro. Prorrogada a vigência do mesmo pela Ordem 4948/1996, de 26 de Fevereiro.

- Galiza**

GALIZA REDE NATURA 2000

ORENSE	
Lugares de interesse Comunitário	Superfície (ha)
Baixa Limia	34267,5
Maciço Central	37473,4
Bidueiral de Montederramo	1208,9
Pena Veidosa	2058,8
Rio Rámega	1119,0
Veiga de onteliñares	129,7
Pena Trevinca	19179,8
Pena Maseira	5999,8
Serras de Rubía	1493,5
PONTEVEDRA	
Sistema fluvial Ulla-Deza	521,8
A Ramallosa	103,3
Complexo Ons-O Grove	4225,0
Ilhas Cíes	966,9
Rio Tea	88,0
Baixo Miño	1960,2
Brañas de Xestoso	925,5
Cabo udra	245,1
Costa da Vela	368,5
Gândaras de Budiño	958,5
Ilhas Estelas	561,3
Serra do Candán	8777,8
Serra do Cando	5391,3
Sobreirais do Arnego	1537,3
Enseada de San Simón	1916,2

- Castela e Leão**

CASTELA E LEÃO, REDE NATURA 2000

SALAMANCA	
Lugares de interesse Comunitário	Superfície (ha)
Arribas del Duero	107.041,606
Campo de Argañan	17.303,971
Campo de Azaba	36.495,860
Candelario	7.067,055
El Rebollar	49.850,352
Las Batuecas-Sierra de Francia	30.182,907
Quilamas	10.263,021
Ribeiras da Sub-bacia do Rio Tormes	1.449,842
Ribeiras dos Rios Huebra e Yeltes	677,090
Rio Agueda	552,557
Rio Alagón	2.147,121
ZAMORA	
Cañones del Duero	17.374,009
Lago de Sanabria e arredores	30.154,667
Lagunas de Villafáfila	32.549,014
Planícies do Guareña	28.187,998
Pediplanícies-Campos Sur	23.799,947
Quejigares de Corrales	461,301
Ribeiras da Sub-bacia do Rio Tera	1.407,486
Ribeiras do Rio Aliste	1.506,349
Serra da Culebra	67.160,657
Tejedelo	86,439
Tierra del Pan	11.143,396

PORTUGAL

REDE NATURA 2000 (DIRECTIVA AVES)

NUTS III FRONTEIRIÇAS	Denominação	Superfície (ha)
Minho-Lima	Estuários dos Rios Minho e Coura	3392,92
	Serra do Gerês	62922,14
Cávado	Serra do Gerês	62922,14
Beira Interior Norte	Serra da Malcata	16360,68
Beira Interior Sul	Serra da Malcata	16360,68
Algarve	Costa Sudoeste	74562,89
	Leixão da Gaivota	0,16
	Ria Formosa	23295,69
	Sapais de Castro Marim	2146,57

SÍTIOS A INCLUIR NA REDE NATURA 2000 (DIRECTIVA HABITATS)

Resolução do Conselho de Ministros N° 142/97

Denominação	Área (ha).
Serras da Peneda e Gerês	88.845

Montesinho-Nogueira	107.719
Malcata	79.079
São Mamede	116.114
Costa Sudoeste	118.267
Rio Minho	4.554
Rio Lima	5.382
Rios Sabor e Mações	33.476
Douro Internacional	36.187
Morais	12.878
Caia	31.115
Guadiana-Juromenha	2.501
Guadiana	39.257
Ribeira de Quarteira	582

Resolução do Conselho de Ministros Nº 76/2000

Denominação	Área (ha)
Serra da Estrela	88.291
Serra de Arga	4.493
Corno do Bico	5.139
Samil	91
Minas de Santo Adrião	3.495
Romeu	4.700
Nisa/Laje da Prata	12.658
Barrocal	20.864
Cerro da Cabeça	570
Arade/Odelouca	2.112
Moura/Barrancos	43.309
Caldeirão	47.286
Ria de Alvor	1.454

REDE NATURA 2000 NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA
Ver mapa nº 3

1.3.3. Os cursos fluviais transfronteiriços

Mais de metade do perímetro raiano (concretamente 658 Km) consiste na fronteira fluvial das bacias fluviais internacionais do Minho/Miño, Lima/Limia, Douro/Duero, Tejo/Tajo e Guadiana.

Distribuição das superfícies das bacias fluviais internacionais

Bacia	Superfície (km2)			Percentagem	
	Portugal	Espanha	Total	Portugal	Espanha
Miño/Minho	846	16235	17081	5,0	95,0
Limia/Lima	1177	1303	2480	47,5	52,5
Duero/Douro	18710	78954	97682	24,0	76,0
Tajo/Tejo	24860	55645	80629	30,8	69,2
Guadiana	11700	55260	71573	16,3	83,7
Península	57293	211236	268529	21,3	78,7

Os recursos hídricos disponíveis, as procuras de água segundo os usos e o balanço hídrico médio anual num ano de condições médias, são os seguintes:

Balanço hídrico médio anual

Características	Unidades	Espanha	Portugal
Procura anual de água			
- Fornecimento urbano	hm ³	4305 (11,6%)	1017 (9%)
- Indústria	hm ³	1944 (5,3%)	779 (7%)
- Agricultura	hm ³	24245 (65,4%)	8570 (79%)
- Outros	hm ³	6598 (17,7%)	483 (5%) ¹
Total	hm ³	37092 (100%)	10849 (100%)
Fornecimento bruto para regadio	m ³ /ha	7.300	9.500
Procura de água	hm ³	37100 (1992)	10800 (1990-1994)
Retornos de águas utilizáveis	hm ³	8.100	710
Recursos hídricos utilizáveis (do próprio país)			
(Internacionais)	hm ³	47340	7930 ²
Recursos totais	hm ³	-	4270 ²
Balanço hídrico	hm ³	55400	12910
	hm ³	+ 18300	+ 2100

1. Procura de água para energia térmica

2. Estimativas preliminares do INAG

Em ambos os países, a maior parte da procura de água é devida à agricultura de regadio, a qual absorve 32815 hm³, algo como 68,5% da procura anual. Os resultados do quadro anterior sugerem que o balanço hídrico global num ano de condições médias, é bastante mais elevado em Espanha do que em Portugal. Segundo as estimativas realizadas pelo INAG, cerca de 38% dos recursos utilizáveis em Portugal procedem do caudal dos rios internacionais que nascem em Espanha.

No que respeita à qualidade da água, a proporção de águas residuais domésticas e industriais que recebem tratamento adequado é maior em Espanha do que em Portugal, sendo certo que a percentagem é relativamente baixa em ambos os casos. Isto constitui o reflexo de uma falta histórica de investimento, tanto em instalações como na exploração e manutenção.

Qualidade da Água

Características	Unidades	Espanha	Portugal
População residente	Milhões	39 (1991)	9,4 (1991)
Carga de contaminação:			
- Doméstica	Habitante equivalente	-	11 milhões
- Indústria	Habitante equivalente	-	29 milhões
Total	Habitante equivalente	85 milhões	40 milhões
Tratamento de águas residuais			
- Actual	% população	61%	44%
- Em construção	% população	30%	30%

Em acréscimo, algumas das estações de tratamento existentes em Portugal e Espanha, funcionam inadequadamente, com consequências ao nível da qualidade da água de determinados troços fluviais. Esta situação é, no geral, mais grave nas zonas secas e próximas de cidades e centros urbanos. Os despejos agrícolas e industriais podem produzir problemas localizados de contaminação.

A qualidade das águas subterrâneas, tanto em Portugal como em Espanha, é má, devido fundamentalmente à intrusão salina nas zonas costeiras, aos altos níveis de nitratos existentes nos aquíferos situados em zonas agrícolas e à contaminação industrial localizada.

1.3.4. Incidência da cooperação transfronteiriça na situação ambiental: os ensinamentos do passado

Os sucessivos programas INTERREG desenvolvidos até ao momento, prestaram uma especial atenção à problemática ambiental dos territórios fronteiriços, especialmente o INTERREG II canalizou investimentos ambientais muito elevados em diversos âmbitos:

INTERVENÇÕES NO DOMÍNIO AMBIENTAL – INTERREG II

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	TIPOS DE PROJECTOS COM MAIOR SIGNIFICADO
Ordenamento do território	• Construção de loteamentos e zonas industriais • Remodelação de loteamentos e zonas industriais • Arranjos urbanísticos • Recuperação de centros e zonas históricas • Melhoria das redes de distribuição em áreas de regadio • Recuperação ambiental dos leitos fluviais transfronteiriços
Infraestruturas de saneamento	• ETA, ETAR e Aterros sanitários • Águas residuais domésticas • Eq. Recolha de resíduos sólidos • Águas pluviais • Estações de tratamento de água potável • Abastecimento de água • Fossas
Protecção e valorização de áreas com elevado potencial ambiental	• Áreas com interesse paisagístico recuperadas • Tratamentos sívcolas e florestais em espaços naturais • Áreas de zona verde reabilitadas • Gestão coordenada dos espaços naturais fronteiriços (Peneda-Gerês/Baixa Limia)
Luta contra fogos florestais	• Torres de vigia • Construção de estradas e caminhos municipais
Acções de sensibilização, divulgação e educação	• Campanhas de sensibilização e

	educação • Centros de interpretação da natureza • Aulas de natureza • Núcleos de informação/formação • Materiais promocionais e publicações
--	---

Em suma, o INTERREG é um instrumento que, ambientalmente, se especializou na intervenção sobre:

- **espaços naturais:** tratamentos silvícolas e florestais, centros de interpretação da natureza, aulas de natureza, gestão coordenada;
- **recursos hídricos:** estações depuradoras e potabilizadoras, redes de abastecimento e saneamento, recuperação ambiental de leitos fluviais transfronteiriços.

A avaliação intermédia do PO INTERREG II, permite identificar uma série de efeitos positivos sobre o meio ambiente, especialmente no domínio das:

- acções no âmbito do ordenamento do território, as quais contribuíram para a qualificação dos espaços com problemas de estruturação urbanística e funcional, bem como contribuíram para a organizar a ocupação do solo (projectos de reabilitação urbanística, projectos incidentes sobre áreas industriais);
- acções no âmbito das infraestruturas de saneamento que contribuíram, de forma especialmente relevante, para resolver um conjunto significativo de problemas, tais como a recolha e tratamento de efluentes e resíduos, as redes de águas residuais domésticas, os centros de tratamento, as redes de águas pluviais e os aterros sanitários;
- as intervenções directas no âmbito da protecção e valorização de áreas com elevado valor ambiental, especialmente no que diz respeito aos parques e reservas naturais, em alguns casos com acções conjuntas a ambos os lados da fronteira;
- acções no domínio da luta contra incêndios florestais;
- acções diversificadas tendo em vista a promoção e divulgação dos valores ambientais.

1.4. Situação do território transfronteiriço em termos de igualdade de oportunidades

As políticas que visam a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres devem distinguir claramente dois eixos de intervenção: (i) a promoção da equidade; (ii) a atenuação da desigualdade, o que corresponde à conjugação de uma atitude pró-activa e de procedimentos reactivos.

Por exemplo, quando se desenvolvem serviços destinados a idosos ou a pessoas com deficiência, aliviando-se por essa via as sobrecargas de trabalho doméstico que pesam no quotidiano da maioria das mulheres, está-se a actuar ao nível da atenuação das desigualdades, reagindo a situações que comprometem claramente a igualdade de oportunidades.

No campo da promoção da equidade, devem ser diferenciadas duas dimensões de análise:

- a que diz respeito aos processos que conduzem à equidade;
- a que diz respeito aos factos nos quais se reflecte o défice de equidade.

No primeiro caso, as intervenções situam-se ao nível da raiz do problema, visando, por um lado, o campo da organização familiar, das relações de género, da parentalidade e, por outro, o domínio dos valores e das representações sócio-culturais, nomeadamente a desconstrução de um conjunto de estereótipos que se infiltram na configuração das identidades de género desde o início do processo de socialização das crianças.

A promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres – dimensões de análise

<i>Dimensões analíticas</i>	<i>Prioridades ao nível das intervenções</i>
<u>ATENUAR A DESIGUALDADE</u>	✓ protecção das mulheres vítimas de violência ✓ protecção da maternidade ✓ desenvolvimento dos serviços sociais
<u>PROMOVER A EQUIDADE</u> AO NÍVEL DOS PROCESSOS AO NÍVEL DOS FACTOS	✓ organização familiar ✓ valores e representações sócio-culturais ✓ educação e formação ✓ actividade profissional ✓ participação social e representação política

No segundo caso, estamos perante um conjunto de factos em que se traduz a desigualdade de género e que derivam, directa ou indirectamente, dos processos anteriormente identificados. Na realidade, as diferenças de género ao nível dos perfis de instrução, das carreiras profissionais, das práticas culturais e de lazer, da participação social ou mesmo da representação política estão claramente associadas, por um lado, à organização familiar, quer ao nível das tarefas e responsabilidades quer dos papéis simbólicos, e, por outro, aos valores e representações sócio-culturais que condicionam em larga medida as escolhas e as oportunidades individuais.

Embora o INTERREG não possa abarcar todos esses campos de intervenção, importa traçar uma breve caracterização dos territórios transfronteiriços que inclua essas várias dimensões de forma a permitir uma visão global que suporte a problematização das opções estratégicas.

Na generalidade, importa reter as profundas diferenças que o território fronteiriço encerra em qualquer um dos domínios em análise. A distinção decorre da heterogeneidade ao nível de:

- os valores, as representações e as práticas que configuram as relações familiares e parentais;
- o sistema sócio-cultural dominante, nomeadamente ao nível da religiosidade e das convicções ideológicas, associado, em larga medida, às diversas expressões da dicotomia rural – urbano;
- as oportunidades que o tecido económico oferece ao nível do perfil da oferta de emprego;
- o desenvolvimento dos sistemas de cuidados de saúde, de educação e de acção social.

a) A violência doméstica

Sendo um fenómeno que permanece na sombra, a violência doméstica parece ser sobretudo desencadeada por situações de alcoolismo. O consumo excessivo de álcool começa a ser socialmente reprovado nos meios urbanos socialmente mais qualificados, mas permanece, na maioria dos meios rurais, especialmente nas áreas de produção vinícola, e nos meios urbanos mais problemáticos, como uma prática corrente e pouco sancionada. Este comportamento conduz frequentemente ao abuso físico e psíquico de mulheres e crianças.

b) O apoio à maternidade

Apesar dos grandes avanços registados nos últimos anos no campo da protecção às mulheres grávidas, continuam a registar-se lacunas graves, especialmente nas áreas onde o sistema de saúde é mais incipiente e nos grupos de população com menos instrução. Nos territórios transfronteiriços, os défices são significativos, especialmente no campo da planeamento familiar e na prevenção de situações de risco.

A gravidez precoce e os comportamentos sexuais de risco (p.e. não utilização de preservativo na 1ª relação sexual) constituem dois dos problemas chave neste domínio. Os valores estatísticos apresentados, relativos à gravidez precoce, permitem verificar a existência de diferenças regionais significativas e evidenciam uma distinção notória entre Portugal e Espanha.

Maternidade precoce, 1999

	nados vivos total	nados vivos mães < 20 anos	% nados vivos mães < 20 anos
Portugal	116038	7361	6,34
Norte	43687	2528	5,79
Centro	17599	1060	6,02
Alentejo	4660	427	9,16
Algarve	4066	314	7,72
Espanha	368361	11234	3,05
Andaluzia	78196	3516	4,50
Castela Leão	18091	455	2,52
Extremadura	10333	437	4,23
Galiza	18683	744	3,98

Fontes: INE, Portugal; INE, Espanha.

c) Os serviços de natureza social

A externalização de muitas tarefas que no passado se desenvolviam no espaço doméstico, asseguradas gratuitamente pelas mulheres, intensificou-se bastante nos últimos anos em todo o território transfronteiriço. O Terceiro Sector, fortemente subsidiado pelo estado, tem tido um

papel decisivo para assegurar esse incremento da oferta, especialmente importante nas valências relativas às crianças e aos idosos.

Há, contudo, que ter presente a enorme precariedade da situação de partida. Apesar de se ter assistido a uma evolução bastante positiva, registam-se, ainda, grandes défices, nomeadamente nas respostas dirigidas a doentes e pessoas com deficiência e nos campos que exigem maiores níveis de qualificação dos serviços.

No Norte Litoral (Minho e Galiza) registam-se as situações mais deficitárias no campo dos serviços de acção social.

d) A organização familiar

Também no domínio da família, se têm verificado grandes transformações nas últimas décadas, designadamente:

- uma queda abrupta da fecundidade em toda a área em análise (que corresponde seguramente à utilização de métodos contraceptivos eficazes e, por essa via, a uma aproximação entre o número de filhos desejado e o real); este decréscimo da fecundidade não é tão marcado no Minho e na Galiza, onde se registam valores bastante superiores às médias nacionais;
- uma frequência crescente das uniões de facto, especialmente expressiva nas primeiras etapas da conjugalidade; a informalidade das relações conjugais é mais comum nas regiões do Sul, onde a influência da igreja católica é mais ténue;
- uma crescente parcela de casamentos que terminam em divórcios e que conduzem, na grande maioria dos casos, a famílias monoparentais maternas; esta tendência atravessa todas as parcelas do território abrangido pelo INTERREG III, sendo a frequência da ruptura conjugal mais intensa nas áreas urbanas do que no mundo rural; também é nas cidades que os fenómenos de exclusão social atingem com maior frequência as famílias monoparentais maternas.

Estas transformações evidenciam, de um modo geral, um acréscimo das oportunidades que as mulheres têm de decidir sobre a sua própria vida. Contudo, é na família que se registam as desigualdades mais vincadas, nomeadamente ao nível da partilha das tarefas domésticas e educativas. A sobrecarga das mulheres é uma situação transversal a todo o território em análise, menos pesada, no entanto, entre os jovens casais com níveis de instrução mais elevados.

O peso do trabalho doméstico no quotidiano da grande maioria das mulheres, dimensão crucial no plano da igualdade de oportunidades, tem vindo a ser, nalguma medida, aliviado pela crescente aquisição de bens que permitem a mecanização das tarefas domésticas mais penosas, como a lavagem da roupa ou da loiça. O quadro seguinte evidencia, contudo, situações regionais muito diferenciadas e uma distinção significativa entre Portugal e Espanha.

Bens domésticos, 1997

	% agregados com:		
	Máq. lavar roupa	Máq. lavar louça	Microondas
Portugal	78,5	15,6	19,7
Norte	73,4	14,9	12,4
Centro	71,1	11,5	12,6
Alentejo	75,4	11,9	12
Algarve	78,5	13,3	17,9
Espanha	97,0	20,9	44,6

Andaluzia	97,7	16,9	35,1
Castela Leão	94,9	21,0	42,2
Extremadura	93,9	11,6	43,1
Galiza	93,0	13,8	16,6

Fontes: INE, Portugal; INE, Espanha.

e) *Valores e representações sócio-culturais*

O papel que os meios de comunicação globais tem desempenhado na profunda mudança dos valores e representações sócio-culturais, nomeadamente ao nível dos estereótipos relacionados com o corpo, com a sexualidade ou com a família, parece conduzir a um progressivo esbatimento dos vários tipos de fronteiras (geográficas e sociais). Os comportamentos sócio-culturais (as sociabilidades, os lazeres, os *hobbies*, ...) registam padrões cada vez mais idênticos nas várias parcelas do território e a diferenciação entre homens e mulheres tende a esbater-se nas camadas mais jovens da população.

Contudo, a dualidade rural - urbano mantém-se significativa: a maioria das áreas rurais da raia luso-espanhola transitou, em poucos anos, de um sistema de valores muito tradicional (nalguns casos, próximo do das sociedades pré-capitalistas), baseado nos princípios de pecado, virtude e obediência, para sistemas muito permissivos do ponto de vista da acção individual. Esta passagem abrupta provocou, com frequência, situações de ruptura e conflituosidade social.

f) *Educação e formação*

À semelhança do que se regista nas restantes regiões, também no território abrangido pelo INTERREG III se verificam tendências muito positivas no campo da educação e da formação profissional. Em média, as mulheres prosseguem os estudos até mais tarde e estão cada vez mais representadas em domínios técnicos e científicos tradicionalmente masculinos.

g) *Actividade profissional*

Em termos de inserção no mercado de trabalho, a situação é bastante diferente nas regiões portuguesas e espanholas. Nas primeiras, a representação das mulheres na população activa e na população empregada é significativamente mais ampla. A única excepção é a Galiza, região onde os níveis de actividade profissional das mulheres se aproximam dos das regiões portuguesas.

Actividade económica, 1999

	% de mulheres nas categorias de:		
	Activos	Empregados	Desempregados
Portugal	45,6	45,1	57,0
Norte	44,6	44,2	54,5
Centro	48,0	47,7	66,0
Alentejo	42,7	41,3	67,2
Algarve	43,5	42,5	57,5
Espanha	39,8	36,4	57,7
Andaluzia	38,3	32,6	53,9
Castela Leão	38,5	34,0	63,5
Extremadura	37,2	31,4	54,8
Galiza	42,4	39,1	59,4

Fontes: INE, Portugal; INE, Espanha.

Em todas as regiões alvo desta análise, o desemprego afecta mais as mulheres do que os homens. A diferença é particularmente marcada na Região Centro, no Alentejo e em Castela Leão.

Os valores relativos à situação profissional revelam também uma distinção significativa entre as regiões espanholas, por um lado, e as portuguesas e a Galiza, por outro. A principal diferença reside num aspecto especialmente importante: a parcela de mulheres entre os empresários e os trabalhadores por conta própria.

Situação profissional, Portugal - 1997 e Espanha - 1999

	Total	Empresário e trabalhador por conta própria	Trab. familiar não remunerado	Trab. por conta de outrém
Portugal	44,91	42,15	57,82	45,66
Norte	45,42	42,97	57,35	45,95
Centro	46,53	50,28	56,92	43,07
Alentejo	39,92	28,54	59,09	42,70
Algarve	40,41	31,82	58,33	44,25
Espanha				
Andaluzia	32,7	22,9	59,0	34,0
Castela Leão	33,8	22,9	61,7	36,8
Extremadura	30,8	22,4	62,2	32,3
Galiza	39,0	39,7	69,0	36,1

Fontes: INE, Portugal; INE, Espanha.

A representação das mulheres nessas categorias do trabalho independente é particularmente expressiva na Região Centro.

h) Participação social e representação política

Pode-se considerar que, de uma forma geral, nas regiões transfronteiriças espanholas e portuguesas, à semelhança dos respectivos estados, a participação paritária nos órgãos de decisão políticos é escassa e não constitui, na grande maioria dos casos, uma prioridade dos dirigentes.

Contudo, começam a notar-se alguns sinais de mudança, não no domínio dos órgãos políticos, mas no âmbito das organizações sociais e culturais, onde a presença de mulheres nos corpos directivos é já relevante.

O papel directo ou indirecto que as políticas e os programas comunitários assumem na promoção da participação social das mulheres parece ser decisivo, sobretudo nos meios mais conservadores.

1.5. Situação do território transfronteiriço em termos de sociedade da informação

O conceito de Sociedade da Informação, sobretudo difundido com o advento, já nos anos 70 do século XX, do microprocessador e a sua integração em sistemas de escritório, e também caseiros, cada vez mais complexos (maior capacidade de processamento de dados), surge com a constatação do forte crescimento que, a partir dos anos 60, o sector dos serviços vem assumindo no contexto das economias ocidentais. Pese embora a grande diversidade de actividades inseridas no âmbito deste sector, aquelas que se relacionam com os serviços de apoio às empresas, com a banca e os seguros e, de um modo geral, com as que incorporam grandes volumes de “inspiração e criação artística e científica”, para além das que exigem um contacto permanente ou assíduo

com os mercados de produtos e factores, são as que conduziram, por parte de alguns autores, à proposição de um Quarto Sector, fortemente dependente de fluxos de informação, em tempo real ou em linha.

Se já nos anos 70, mas principalmente na década de 80, se advogavam alterações radicais de carácter económico tendentes a transformar as condições operativas dos mercados (de que a transferência electrónica de dados – EDI, da terminologia anglo-saxónica – Electronic Data Interchange ou o teletrabalho – teleworking da terminologia Inglesa e telecommuting da terminologia Americana, eram alguns dos suportes e consequências), o certo é que o desenvolvimento dos equipamentos e infraestruturas, com os EUA na vanguarda, ainda não permitiam, em termos mundiais, uma difusão alargada dos meios que pudessem suportar tais alterações.

Mas, actualmente, quando se constata a disponibilização de velocidades de processamento e transmissão de informação centenas de vezes superiores às que se verificavam nos anos 70 (dos 8Mhz do ZX-81 aos 800Mhz dos actuais Intel de consumo alargado; ou dos 48Kbs da telefonia tradicional aos actuais 1Gbs da banda larga em fibra óptica ou cabo coaxial), pensamos ser de equacionar a consolidação de algumas tendências que, nas últimas décadas do século XX, ou já eram uma realidade em crescimento (redes bancárias e compensação electrónica de fundos, por exemplo), ou já se esgueiravam, no seio da sociedade, como novas formas de alteração de velhos hábitos (comércio electrónico, por exemplo).

A possibilidade de comunicar à distância em tempo real, tal como proporcionada pelo telefone ou pelo telex e telefax, encontra no computador pessoal (e todos os periféricos e software de substituição da monotonização manual), um novo meio revolucionário de difusão de informação, tanto pela facilidade de transferência integrada de voz, dados e imagens animadas, como pela capacidade de, sem mudança de meio, armazenar, processar e re-difundir essa mesma informação.

No contexto das grandes alterações tecnológicas mundiais, os países marginais aos grandes centros de decisão, quando apoiados por políticas de financiamento que promoveram o desenvolvimento das novas infraestruturas de telecomunicações, acabaram por ser aqueles que, em termos relativos, mais rapidamente se integraram nos processos de difusão dos novos serviços telemáticos. E esta maior capacidade de adaptação, longe de resultar de maiores níveis de modernização da sociedade (qualificações e incorporação tecnológica), parece-nos, segundo pensamos, ser mais o resultado de dois factores: 1) a maior predisponibilidade para uma mais intensa abertura das suas economias (o que neste âmbito se relaciona com uma maior dependência dos mercados de exportação e importação); e 2) a vantagem acrescida de não terem de desinvestir noutras formas de comunicação para poderem promover as novas (não tanto do ponto de vista da renovação da infra-estrutura mas, mais, do ponto de vista da alteração dos processos produtivos).

Mas, pensar a Sociedade da Informação não pode apenas ser um exercício de medir o acesso aos novos meios telemáticos e à informação. De facto, pese embora o argumento destronado a lugar-comum, o de que as novas diferenças sociais e económicas (ou a manutenção de uma estrutura de relações geográficas do tipo centro-periferia) resultarão mais da capacidade de produzir e manipular (no sentido de alterar o devir) informação do que propriamente do seu livre acesso e usufruto, não deixa de ser verdade que se desenham novos “espaços” de realidade onde o tradicional alinhamento teórico: emissor – mensagem – meio/canal - receptor, tende a ser subvertido pela interferência de outros processos de comunicação que diversificam os emissores, alteram e constroem novas mensagens, alargam e refinam os meios/canais e, por fim, homogenizam e segmentam os receptores. O conhecimento e a exploração dos mecanismos que suportam estes novos processos de comunicação serão uma vantagem para as economias regionais e locais que pretendam tornar-se mais competitivas.

As reflexões anteriores pretendem balizar, em termos conceptuais e das variáveis envolvidas, a problemática da Sociedade da Informação em regiões (ou áreas) de fronteira, do ponto de vista de que um dos principais instrumentos para o seu desenvolvimento passa necessariamente pela existência de boas redes de telecomunicações. No entanto, é preciso não esquecer que a existência da infraestrutura, só por si, não é condição *sine qua non* para que se assista à produção e consumo de informação. De facto, a Sociedade da Informação, apesar de fortemente apoiada, como já referimos, na ligação entre telecomunicações e informática (telemática), não tem nesta associação a sua principal base de apoio. A principal, e porventura aquela que pode sustentar a viabilidade de qualquer investimento naquelas estruturas de suporte, foi e, decerto, continuará a ser, a existência de recursos humanos com elevados níveis de qualificação. Ora, este é o principal aspecto em que as regiões (ou áreas) de fronteira são deficitárias.

Aquele déficite resulta, segundo pensamos, da conjugação de dois fenómenos interrelacionados: a fraca vitalidade demográfica e uma fraca capacidade de atracção de população (sobretudo jovem), derivada das deficientes condições de oferta de uma vida rural (ou urbana) de qualidade (no sentido em que integrada nos padrões de vida – consumo e produção – permitidos pelas grandes concentrações demográficas que por si só viabilizam – ou rendibilizam – o aparecimento de inúmeras funções e actividades).

Pensar que a facilidade de comunicação à distância substitui o contacto pessoal é um erro. Mesmo nos casos em que o teletrabalho é possível e o contacto pessoal com o cliente não é importante, a experiência mostrou que mesmo assim foi necessário encontrar formas de envolvimento do trabalhador que simulassem as condições de trabalho no escritório em conjunto com outros profissionais (criação dos chamados centros de teletrabalho onde mais importante que a disponibilização de equipamentos e serviços é a possibilidade de haver interacção pessoal que ultrapasse o isolamento na condução de procedimentos e tarefas, mesmo que com elevada incorporação de *know-how*).

No entanto, não restam dúvidas de que a possibilidade de aceder à informação em tempo real e, por essa via, poder desenvolver um leque alargado de actividades que, até há bem pouco tempo, exigiam o contacto pessoal, é um factor que beneficia fortemente as regiões mais marginais. Mas, isso não significa que não beneficie também, pelo menos de igual modo, todas as outras, sobretudo as mais centrais, onde cumulativamente se verificam melhores condições para a condução de actividades de mais elevado valor acrescentado.

A análise das taxas de cobertura da população por postos telefónicos principais (PP), mostra que são as regiões mais rurais e interiores do País aquelas que têm registado as mais elevadas taxas de crescimento, suplantando este indicador, em muitos casos, os valores absolutos observados em regiões que, já desde os anos 60, registam as mais elevadas performances em termos de concentração da população e das actividades económicas. Este facto, pese embora o seu significado positivo, não pode desligar-se de duas tendências importantes: i) por um lado, a forte penetração das redes móveis nas áreas litorais do País, com consequências ao nível da diminuição do nº de PP e, ii) por outro, o sucesso de políticas de incentivo à instalação de novos PP em áreas rurais de que o antigo PIC STAR é um paradigma que merece ser relevado.

Mas, não pode também deixar de equacionar-se uma relativa adesão tardia a um meio de comunicação que, sendo banal nas regiões mais desenvolvidas do País, adquire agora um significado especial nas áreas rurais. De facto, a telefonia, nas actuais condições de serviço que mesmo as antigas infra-estruturas suportam⁵, não pode considerar-se, pelo menos ainda, como um meio de comunicação a exigir mudanças tecnológicas de vulto, o que significa que, potencialmente, as áreas mais rurais do País, e nomeadamente as de fronteira, aparentam

⁵ Ainda que a transmissão por fio nú não possa estar incluída nesta nossa afirmação, o uso de cabo coaxial em conjugação com a digitalização das centrais telefónicas é suficiente para permitir a transmissão em banda larga (até 1Gigaps), sendo a principal condicionante a distância a que se encontra o cliente da central.

condições suficientes para uma rápida difusão do uso de serviços telemáticos. Essa possibilidade, em conjugação com medidas que permitam a melhoria dos níveis de qualificação dos recursos humanos representarão, no futuro, um factor de desenvolvimento importante, dadas não só as vantagens de acesso a mercados distantes como, também, as que derivam da divulgação das características únicas destas regiões.

1.6. Balanço da Cooperação e Integração Transfronteiriça Portugal - Espanha

1.6.1. Alguns elementos de enquadramento

Para compreender, do ponto de vista histórico, a evolução das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha é fundamental ter em linha de conta um conjunto de factores que, de formas distintas mas continuamente ao longo do tempo, estruturaram o sistema de sócio-espacial fronteiriço.

Desde logo, o facto de o estabelecimento da linha divisória entre os dois países, praticamente estabilizada no final da reconquista, resultar fundamentalmente do equilíbrio de forças entre o reino e a nobreza portugalense e os reinos vizinhos e não, como em muitas outras situações, de clivagens étnicas relevantes. Daqui decorre que a fronteira luso-espanhola nunca foi uma expressão político-administrativa da diferença, mas antes, um agente da progressiva diferenciação entre um lado e o outro, entre cá e lá da linha fronteiriça. Na verdade, séculos de processos históricos, políticos e sociais diferentes introduziram diferenças entre populações de matrizes culturais semelhantes (senão iguais), diferenças essas que, embora crescentemente relevantes, nunca foram suficientes para eliminar a base estrutural comum expressa através de sentimentos de identificação mútua, de solidariedades locais, de factores de compreensão espontâneos e, muitas vezes, especialmente em momentos particularmente difíceis, em acções concretas de entreajuda e solidariedade efectiva.

Por outro lado, a marginalidade face a Lisboa e Madrid e o consequente estado de sub-desenvolvimento da faixa fronteiriça, agravados, nas últimas décadas, pelo despovoamento efectivo destes territórios e pelo efeito centrípeto derivado da constituição, em torno de alguns centros urbanos, de ilhas de relativo dinamismo emersas num imenso “mar morto fronteiriço”, fomentaram e potenciaram alguns factores, subjectivos e objectivos, de identificação e cooperação transfronteiriça a uma escala local. Assim, como consequência da consciência mútua de abandono e da falta de perspectivas existentes, assiste-se ao desenvolvimento de actividades que mais não representam que uma forma não teorizada de reverter as desvantagens do efeito fronteira em vantagens efectivas. Desde o desenvolvimento de trocas comerciais de proximidade, até ao aproveitamento informal de dois mercados de trabalho diferentes, passando pela introdução nos dois países (e posterior comercialização) de produtos com valores de troca diferentes, muitas são as formas ensaiadas para sobreviver num ambiente hostil, formas essas que afinal resultam e reforçam entendimentos, cumplicidades, cooperação e, até, formas locais de integração desregulamentadas.

Em contraponto a este panorama de dimensão e raiz endógena à faixa fronteiriça, até meados/finais dos anos 70, os dois estados ibéricos, emersos nos respectivos regimes ditatoriais e fortemente centralistas, vivem de costas voltadas completamente alheados não só da situação de “terra de ninguém” em que a faixa fronteiriça comum progressivamente se vai tornando, mas também da possibilidade e necessidade de, senão envidar esforços comuns de cooperação transfronteiriça no sentido de resolver os problemas existentes, pelo menos incentivar e dar uma cobertura legal e administrativa às formas de cooperação e integração há muito praticadas pelas populações raianas.

Posteriormente, a emergência dos regimes democráticos nos dois países com as consequentes alterações ao nível administrativo (reforço do poder autárquico em Portugal e as autonomias em Espanha), político e social vai alterar o panorama atrás descrito, senão de uma forma decisiva em termos de materialização prática, pelo menos abrindo caminho ao diálogo institucional tendente a inverter as situações de sub-desenvolvimento e de relativo isolamento existentes em ambos os lados da fronteira.

É, contudo, com a entrada dos dois países para a Comunidade Europeia e, sobretudo, com o lançamento, em 1991, da primeira geração do PIC INTERREG I que a cooperação e integração transfronteiriça, aos mais variados níveis e escalas, começa a experimentar desenvolvimentos relevantes e sustentados decorrentes não só do esforço financeiro vertido neste domínio de intervenção, mas sobretudo da existência assumida de vontades ao nível dos diversos agentes políticos e dos principais actores intervenientes no território transfronteiriço, bem como da emergência de formas de intervenção articuladas e coerentes.

1.6.2. Do INTERREG I ao INTERREG II

O desenvolvimento de acções sistemáticas e coerentes de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha têm-se deparado com obstáculos profundos derivados, em larga medida, como atrás se afirmou, de um longo período de isolamento em que a fronteira se configurava como uma barreira dificilmente transponível (pelo menos do ponto de vista formal). Entre os obstáculos mais relevantes devem salientar-se:

- ✓ a ausência de uma cultura de cooperação transfronteiriça entre as autoridades político-administrativas dos 2 países;
- ✓ diferença dos estatutos político-administrativos das regiões nos 2 países;
- ✓ quadro jurídico bastante distinto.

É este o quadro que, a partir de 1991, vai contextualizar e condicionar significativamente, sobretudo numa fase inicial, as Iniciativas INTERREG, através das quais a tradição de isolamento começa a ser substituída por uma cultura de cooperação transfronteiriça tendente a viabilizar e reforçar progressivamente o desejável processo de integração.

No âmbito do INTERREG I, devem salientar-se dois conjuntos de acções que contribuíram decisivamente, mas de modos distintos, para o objectivo da integração:

- no campo da integração transnacional, realizaram-se importantes investimentos em acções infra-estruturais ligadas ao reforço das acessibilidades (Sub-Programa 1 – Estradas de integração e articulação, 76,3% do custo inicial do Programa);
- no campo da cooperação/integração transfronteiriça, desenvolveram-se múltiplos projectos em diferentes azimutes, tais como:
 - formalização de relações de cooperação institucional vindas do passado;
 - constituição de comunidades de trabalho/gabinetes de iniciativas e organização de comissões sectoriais;
 - realização de seminários, exposições, encontros, feiras (muitas destas iniciativas em conjunto);
 - desenvolvimento cultural, ambiental, desportivo e turístico.

Estas acções, de pequeno significado financeiro (Sub-Programa 6 – Acções de cooperação transfronteiriça, 6,7% do custo inicial do Programa) e, algumas delas, com impactos restritos no

campo da cooperação/integração, tiveram sobretudo o mérito de gerar um ambiente e uma dinâmica propiciadora ao incremento da cooperação, facto que se têm vindo a desenvolver e consolidar nos anos mais recentes.

Projectos apoiados pelo INTERREG I no domínio da cooperação por Categorias de Promotores

SUB-PROGRAMA 6	PORTUGAL				ESPANHA				PORTUGAL+ESPANHA			
	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%
Câmaras municipais/organismos municipais/Juntas de Freguesia	33	30,8	4,75	23,9	1	1,4	1,09	4,4	34	18,8	5,84	13,0
Associações de municípios	1	0,9	0,05	0,3	0	0,0	0,00	0,0	1	0,6	0,05	0,1
Associações empresariais/produtores	23	21,5	4,53	22,8	0	0,0	0,00	0,0	23	12,7	4,53	10,1
Fundações	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0
ADL/ADR/Associações de protecção da natureza e do património	8	7,5	0,98	4,9	41	55,4	7,59	30,3	49	27,1	8,57	19,1
Regiões/ de turismo	3	2,8	0,81	4,1	0	0,0	0,00	0,0	3	1,7	0,81	1,8
Órgãos da administração central	3	2,8	2,98	15,0	2	2,7	0,16	0,6	5	2,8	3,14	7,0
Estabelecimentos de ensino/Institutos de investigação	3	2,8	0,42	2,1	2	2,7	0,10	0,4	5	2,8	0,52	1,1
Órgãos regionalizados da Administ. Central/Administração regional/Deputações provinciais	15	14,0	2,50	12,5	28	37,8	16,11	64,3	43	23,8	18,61	41,4
Empresas/cooperativas	8	7,5	0,31	1,5	0	0,0	0,00	0,0	8	4,4	0,31	0,7
Associações sócio-profissionais	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0
INE/IMG	2	1,9	1,26	6,3	0	0,0	0,00	0,0	2	1,1	1,26	2,8
IPSS	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0
Outros	8	7,5	1,32	6,6	0	0,0	0,00	0,0	8	4,4	1,32	2,9
Total do SP6	107	100,0	19,89	100,0	74	100,0	25,05	100,0	181	100,0	44,94	100,0

Fonte: Evaluation du Programme INTERREG I, Portugal/Espagne, GEOIDEIA/TAU, FERE Consultants, DGXVI, 1995.

Projectos apoiados pelo INTERREG I no domínio da cooperação por Tipo de Acção

SUB-PROGRAMA 6	PORTUGAL				ESPANHA				PORTUGAL+ESPANHA			
	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%	Nº Proj	%	10 ⁶ ECU	%
Encontros, colóquios, seminários, workshops, congressos	5	4,7	0,66	3,3	4	5,4	0,23	0,9	9	5,0	0,89	2,0
Feiras, exposições e festivais	10	9,3	1,76	8,8	3	4,1	5,80	23,1	13	7,2	7,55	16,8
Estudos técnicos e científicos	24	22,4	2,20	11,1	10	13,5	1,74	7,0	34	18,8	3,94	8,8
Materiais, produtos ou estudos de promoção e divulgação	18	16,8	1,83	9,2	4	5,4	0,87	3,5	22	12,2	2,70	6,0
Criação de infra-estruturas/projectos de apoio à cooperação empresarial e à promoção do emprego	7	6,5	3,15	15,8	2	2,7	0,17	0,7	9	5,0	3,32	7,4
Criação de sistemas de informação harmonizados	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0	0	0,0	0,00	0,0
Cooperação institucional	3	2,8	0,72	3,6	3	4,1	5,40	21,6	6	3,3	6,12	13,6
Desenvolvimento cultural, ambiental e desportivo e turístico	16	15,0	6,02	30,2	39	52,7	7,10	28,4	55	30,4	13,12	29,2
Projectos integrados de cooperação	1	0,9	0,25	1,3	2	2,7	1,38	5,5	3	1,7	1,64	3,6
Caminhos rurais	9	8,4	0,93	4,7	1	1,4	0,05	0,2	10	5,5	0,98	2,2
Outros projectos	14	13,1	2,38	11,9	6	8,1	2,29	9,2	20	11,0	4,67	10,4
Total do SP6	107	100,0	19,89	100,0	74	100,0	25,05	100,0	181	100,0	44,94	100,0

Fonte: Evaluation du Programme INTERREG I, Portugal/Espagne, GEOIDEIA/TAU, FERE Consultants, DGXVI, 1995.

Contudo, numa perspectiva mais alargada, não é possível deixar de salientar que o INTERREG I, malgrado todos os constrangimentos resultantes, quer do contexto em que se desenvolveu, quer da sua natureza pioneira, representou, só pela sua existência, um marco fundamental no processo de cooperação e integração, já que:

- i) contextualizou, financeira e politicamente, os contactos e experiências de cooperação que se vinham desenvolvendo, especialmente desde o início dos anos 90, entre os dois lados da fronteira;
- ii) incentivou e apoiou o processo de criação de vários organismos que se viriam a assumir como peças fundamentais no processo de cooperação e integração transfronteiriça, as comunidades de trabalho/gabinetes de iniciativas transfronteiriças;
- iii) apoiou de forma particularmente relevante um leque alargado de projectos que constituiriam a indispensável base material ao desenvolvimento da cooperação transfronteiriça, os projectos no domínio das infra-estruturas viárias de atravessamento e de articulação interna.

Assim, a 2ª geração do INTERREG (1994-99) contextualiza-se já num período em que, quer as condições materiais, quer as condições imateriais de cooperação, são significativamente diferentes das verificadas no INTERREG I. Na verdade, um troço considerável do caminho que conduz à integração do espaço fronteiriço tinha sido já percorrido.

Ao nível da estratégia, o INTERREG II Portugal/Espanha contemplou os incentivos aos mecanismos de cooperação transfronteiriça como um dos objectivos principais, considerando os seguintes aspectos fundamentais: reforço da cooperação institucional; apoio à criação e funcionamento de órgãos ou redes de cooperação transfronteiriça de natureza empresarial e sócio-cultural. No âmbito do objectivo que visava o ordenamento do território, também foi dada relevância à cooperação, designadamente por via da gestão coordenada dos recursos naturais, ambientais e arquitectónicos e do fomento do seu aproveitamento conjunto.

Paralelamente, embora com uma expressão financeira relativa significativamente inferior ao verificado na anterior geração do PIC, a melhoria da permeabilidade da fronteira (Sub-programa 3 – Medidas acessibilidades e telecomunicações) continuou a constituir um elemento relevante para o cabal cumprimento dos quatro grandes objectivos definidos para o Programa: promover o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada dos dois lados da fronteira, contribuir para a fixação de populações, ordenar o território transfronteiriço e incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça.

As orientações estratégicas atrás referidas, relativas à cooperação, e este último objectivo, expressaram-se no Programa, nomeadamente através de:

- Sub-programa 1/Medida 5 - Dinamização e cooperação empresarial e turística;
- Sub-programa 1/Medida 6 - Dinamização e cooperação social e institucional.

Ao nível da concretização do Programa, deve salientar-se que, no âmbito dessas duas medidas (1.5 e 1.6) foram aprovados 125⁶ projectos apoiados pelo FEDER em Portugal e 90⁷ em Espanha que envolveram, respectivamente, investimentos da ordem dos 23,7 e 12,3 milhões de Euros. Os quadros seguintes caracterizam os projectos aprovados no âmbito das medidas em causa.

⁶ os valores relativos a Portugal referem-se aos projectos aprovados até 31 de Dezembro de 1999.

⁷ Os valores relativos a Espanha reportam-se à execução dos projectos a 31 de Dezembro de 1998.

Projectos apoiados pelo INTERREG II no domínio da cooperação por Categorias de Promotores

	PORTUGAL ¹				ESPANHA ²			
	NºProj	%	Euros	%	NºProj	%	Euros	%
Câmaras municipais/organismos municipais/Juntas de Freguesia	21	16,8	1767272	6,5	0	0,0	0	0,0
Associações de municípios	5	4	939582	3,4	8	8,9	56135	0,5
Associações empresariais/produtores	23	18,4	2713448	9,9	1	1,1	20110	0,2
Fundações	3	2,4	677791	2,5	31	34,4	1043814	8,5
ADL/ADR/Associações de protecção da natureza e do património	14	11,2	2918256	10,7	0	0,0	0	0,0
Regiões/ de turismo	4	3,2	223833	0,8	0	0,0	0	0,0
Órgãos da administração central	4	3,2	1195479	4,4	1	1,1	156089	1,3
Estabelecimentos de ensino/Institutos de investigação	25	20	8346005	30,6	1	1,1	4044559	32,8
Órgãos regionalizados da administração central, Administração regional; Deputações provinciais	14	11,2	7126764	26,1	46	51,1	6973958	56,6
Empresas/cooperativas	2	1,6	58363	0,2	0	0,0	0	0,0
Associações sócio-profissionais	2	1,6	235541	0,9	0	0,0	0	0,0
INE/IMG	4	3,2	798335	2,9	0	0,0	0	0,0
IPSS	1	0,8	8879	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	3	2,4	302007	1,1	2	2,2	30117	0,2
Total das Medidas 1.5 e 1.6	125	100	27311554	100,0	90	100,0	12324781	100,0

Fonte: SIDREG, DGDR e Evaluación intermedia del PO INTERREG II en su vertiente española.

Projectos apoiados pelo INTERREG II no domínio da cooperação por Tipo de Acção

	PORTUGAL ⁸				ESPANHA ⁹			
	NºProj	%	Euros	%	NºProj	%	Euros	%
Encontros, colóquios, seminários, workshops, congressos	17	13,6	1440014	5,3	14	15,6	186789	1,5
Feiras, exposições e festivais	29	23,2	3704344	13,6	20	22,2	891607	7,2
Estudos técnicos e científicos	26	20,8	6628045	24,3	3	3,3	33524	0,3
Materiais, produtos ou estudos de promoção e divulgação	12	9,6	1372893	5,0	1	1,1	6010	0,0
Criação de infra-estruturas/projectos de apoio à cooperação empresarial e à promoção do emprego	9	7,2	4106315	15,0	10	11,1	7189145	58,3
Criação de sistemas de informação harmonizados	9	7,2	1723312	6,3	3	3,3	181367	1,5
Cooperação institucional	4	3,2	2623767	9,6	11	12,2	565132	4,6
Desenvolvimento cultural, ambiental e desportivo e turístico	11	8,8	2830987	10,4	26	28,9	2156329	17,5
Projectos integrados de cooperação	5	4	2073860	7,6	2	2,2	14418	0,1
Caminhos rurais	0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros projectos	3	2,4	808018	3,0			1100459	8,9
Total das Medidas 1.5 e 1.6	125	100	27311554	100,0	90	100,0	12324781	100,0

Fonte: SIDREG, DGDR e Evaluación intermedia del PO INTERREG II en su vertiente española.

Dos quadros anteriores, pese embora as discrepâncias existentes relativas à natureza da informação recolhida, pode concluir-se, em termos dos montantes financeiros afectos às diversas categorias consideradas e por relação ao INTERREG I, o seguinte:

⁸ Os valores relativos a Portugal provêm dos projectos aprovados até 31 de Dezembro de 1999.

⁹ Os valores relativos a Espanha reportam-se à execução dos projectos a 31 de Dezembro de 1998.

i) Quanto aos promotores

- os organismos de carácter regional ou sub-regional (órgãos regionalizados da administração central, governos regionais ou *deputaciones* provinciais) continuam a assegurar um protagonismo bastante relevante na mobilização de apoios financeiros (muito em especial, apesar do decréscimo verificado em termos relativos, na vertente espanhola);
- no INTERREG II assiste-se a um extraordinário aumento dos apoios mobilizados por estabelecimentos de ensino e de investigação (sobretudo pelo peso extraordinário de dois projectos desta natureza localizados um de cada lado da fronteira);
- as fundações mobilizaram, em termos relativos, mais apoios no INTERREG II do que na geração anterior (especialmente em Espanha);
- as Associações de Desenvolvimento Local ou Regional experimentaram evoluções diferentes dos dois lados da fronteira, em Portugal os apoios mobilizados aumentaram em termos do seu peso relativo, enquanto em Espanha sofreram um brusco decréscimo;
- para a vertente portuguesa, quer as Câmaras Municipais, Organismos Municipais e Juntas de Freguesia, quer as associações empresariais/produtores, quer ainda os órgãos da administração central perdem peso relativo, da primeira para a segunda geração do PIC, enquanto mobilizadores de apoios financeiros.

ii) Quanto aos tipos de projectos

- no INTERREG II, na sua vertente portuguesa, verifica-se um aumento significativo de verbas aplicadas em “Estudos técnicos e científicos”, o contrário sucedendo relativamente aos projectos relativos ao “Desenvolvimento cultural, ambiental, desportivo e turístico”;
- em Espanha, os apoios mobilizados pelos projectos enquadrados nas categorias “Feiras, exposições e festivais”, “Cooperação institucional” e “Desenvolvimento cultural, ambiental e desportivo e turístico”, perdem, todos eles, importância relativa na segunda geração do PIC (apesar do significado que este último tipo de projectos continua a deter, 17,5% do executado até ao final de 1998);
- o tipo “Criação de infra-estruturas/projectos de apoio à cooperação empresarial e à promoção do emprego” apresentou, no que respeita aos valores dos montantes mobilizados nas duas gerações do PIC em termos relativos, duas evoluções diferentes, em Espanha aumentou extraordinariamente (7,4 para 58,3%), em Portugal estabilizou na ordem dos 15%.

Alargando a análise para o Programa INTERREG II na sua globalidade, é possível concluir que este representou um forte impulso no reforço e densificação das diversas modalidades de cooperação transfronteiriça, continuando, quer no plano material, quer, agora de forma muito especial no plano imaterial, o caminho de progressiva integração das duas faixas transfronteiriças. Algo que foi conseguido através de uma forte coerência retrospectiva com o INTERREG I, encarada esta numa óptica de reforço/consolidação de vertentes de intervenção já anteriormente relevantes ou pelo estabelecimento de complementaridades estratégicas entre os domínios INTERREG II com os da anterior geração do PIC.

Para finalizar o balanço evolutivo da cooperação/integração promovida na última década no contexto dos apoios do INTERREG e embora esta informação tenha sido incorporada nas fases anteriores do balanço efectuado, apresenta-se um quadro síntese das apreciações avançadas por cada uma das 5 Regiões/Sub-programas (quadro desenvolvido em Anexo). A informação está

organizada em função de grandes domínios de cooperação/integração transfronteiriça e transnacional, identificados a partir dos documentos metodológicos elaborados pela Comissão Europeia:

- plano institucional de enquadramento;
- plano sócio-económico;
- plano de infra-estruturas e equipamentos;
- plano da informação e divulgação.

	Galiza-Norte de Portugal	Castilla y León-Norte de Portugal	Centro-Castilla y León	Alentejo-Centro-Extremadura	Andaluzia, Algarve e Alentejo
Plano institucional de enquadramento	A criação da Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, precedendo todas as dinâmicas transfronteiriças hoje em curso, é apontada como um marco fundamental de todo o processo de cooperação e integração subsequente. A referida Comunidade é constituída por 10 Comissões sectoriais e engloba 26 serviços públicos portugueses e 4 Comunidades territoriais de cooperação. As comissões sectoriais são animadas por uma crescente diversidade de actores e instituições locais e regionais, fazendo com que a cooperação, cada vez mais, penetre a sociedade civil e as administrações locais.	Em Fevereiro de 1990 é produzido o primeiro marco nas relações institucionais entre a CCRN e a Junta de Castilla y León - a assinatura de uma declaração conjunta sobre a cooperação. Entre 1990 e 1991 é elaborado um estudo conjunto sobre as "Áreas de Cooperação entre a Região Norte e a Comunidad Autónoma de Castilla y León", o qual identifica e sistematiza as linhas de cooperação. Com base no texto anterior são seleccionados projectos a incluir no PIC INTERREG I. Em 1995, é assinado um outro protocolo, de colaboração, onde é acordado o estabelecimento de diversos grupos de trabalho sectoriais, os quais têm vindo a consolidar uma densa rede de cooperação constituída por intervenientes muito diversificados. Em 19 de Janeiro de 2000 foi assinado, em Bragança, o acordo constitutivo da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castilla León, ficando formalizada a reunião e funcionamento das várias comissões sectoriais e territoriais.	Em 1990 é assinada uma declaração conjunta, a qual reconhece a necessidade de formalizar um processo de cooperação continuado e estruturado. Decorrente do trabalho desde aí desenvolvido é assinado, em 1995, um protocolo de cooperação entre a CCRC e a Junta de Castilla y León, o qual, entre outras iniciativas, institui uma Comunidade de Trabalho entre as duas regiões. A comunidade de trabalho está organizada em diversas Comissões Técnicas Sectoriais, as quais têm como finalidade identificar os problemas e procurar as soluções comuns susceptíveis de os resolver. Concomitantemente são criados dois gabinetes de iniciativas transfronteiriças, um na CCRC e outro na Junta de Castilla y León, destinados, entre outras tarefas, a promover o intercâmbio de informações entre as regiões e apoiar o estabelecimento de parcerias entre entidades dos dois lados da fronteira.	Os contactos entre as instituições das regiões transfronteiriças, embora de carácter oficioso e não formalizado, são anteriores à existência do PIC INTERREG (facilitados pela presença em organizações europeias interregionais e pela realização de vários projectos no âmbito dos Programas LEDA e RECITE). O INTERREG, apesar da gestão centralizada, é encarado como tendo impulsionado a elaboração de programas operativos por cada área de fronteira. O Protocolo de Cooperação Transfronteiriça, de Janeiro de 1992, entre a CCRALE e a Junta de Extremadura previa a criação do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças Alentejo/Extremadura e, para além de dar um novo impulso à cooperação, facilitou a obtenção de financiamentos através do INTERREG. O Protocolo de Cooperação Transfronteiriça, de Maio de 1994, entre a CCRC e a Junta da Extremadura permitiu o desenvolvimento de um processo de intercâmbio de informação e de colaboração em diversos projectos transfronteiriços. Estrutura-se numa Comunidade de Trabalho organizada em diversas Comissões Técnicas Específicas. A aprovação, em Março de 1995 (modificado em Junho de 1998), do INTERREG II Portugal - Espanha (1994-1999), permitiu a continuação dos projectos e acções de cooperação que se tinham materializado anteriormente. O quadro de cooperação do INTERREG II foi positivo entre as regiões do Alentejo e Extremadura, tendo-se realizado inúmeros projectos e/ou acções conjuntas nos mais variados domínios. A Comunidade de Trabalho Centro-Extremadura conheceu um maior dinamismo no período final do INTERREG II, devido ao carácter relativamente recente do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.	A aprovação e execução da iniciativa comunitária INTERREG I (1990-1993), como um programa operacional que abrangia toda a zona transfronteiriça entre Portugal e Espanha, foi o ponto de mudança para as regiões do presente Sub-programa. O Protocolo de Cooperação Transfronteiriça entre o Presidente da Comissão de Coordenação da Região do Algarve e o Presidente da Junta de Andaluzia previa a criação da Comunidade de Trabalho Algarve/Andaluzia, que permitiu levar a cabo as propostas estabelecidas no protocolo, e institucionalizar as Comissões Sectoriais previstas no mesmo. Este protocolo para além de dar novo impulso à cooperação, facilitou a obtenção de financiamento comunitário através do INTERREG II, e conferiu à dinâmica autónoma e contínua de encontros e reuniões inter-regionais um carácter institucional. A aprovação, em Março de 1995 (modificado em Junho de 1998), do Programa INTERREG II Portugal - Espanha (1994-1999), permitiu a continuação dos projectos e acções de cooperação que se tinham materializado na primeira parte desta iniciativa comunitária. É de assinalar que a cooperação institucional entre ambas as regiões será fortalecida com a assinatura, em Dezembro de 2000, de um Protocolo de Cooperação semelhante ao que a Andaluzia tem com o Algarve e que o Alentejo já tem com a Extremadura.

	Galiza-Norte de Portugal	Castilla y León-Norte de Portugal	Centro-Castilla y León	Alentejo-Centro-Extremadura	Andaluzia, Algarve e Alentejo
Plano sócio-económico	Embora a situação de partida seja considerada modesta, as relações comerciais e os investimentos directos dos empresários no outro lado da fronteira têm experimentado um alargamento significativo. Nos planos do desenvolvimento económico para a próxima década procurar-se-á uma perspectiva de abordagem coordenada.	Entre 1997 e 2000 tem vindo a desenvolver-se um projecto piloto comunitário no âmbito do Programa Comunitário Terra (artigo 10 do FEDER) que tem como objectivo estratégico "impulsionar um processo institucional e técnico de ordenamento do territorial transnacional que interiorize o potencial de estruturação associado às redes de transporte e situe a actividade fluvial como elemento estratégico inovador e originador de novas dinâmicas territoriais de integração". No âmbito deste projecto estão a desenvolver-se projectos nos domínios da estruturação da rede de povoados, valorização de recursos culturais, integração do tecido produtivo, promoção turística conjunta, etc..	É referida a existência da Mesa Permanente Luso-Espanhola (associação de municípios dos dois lados da fronteira), que tem como objetivos, numa perspectiva de cooperação, a promoção do desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico dos municípios que a constituem. Em 1994, é criado o Pólo Universitário Transfronteiriço, cujo objectivo é o intercâmbio entre pessoas e instituições de ensino superior de ambas as regiões, assente num processo de cooperação organizado em rede. Em 1998, á assinado um acordo entre o Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria e a organização homóloga de Castilla y León que prevê o desenvolvimento de contactos regulares com vista à troca de informação e à promoção de iniciativas conjuntas. Para além deste último acordo, outros foram estabelecidos na área empresarial, envolvendo, no contexto fronteiriço, entidades associativas que, anteriormente, vinham estabelecendo entre si relações de parceria. No domínio do desenvolvimento local e rural, é de assinalar o protocolo estabelecido entre a Pró-Raia e a Adecoir, no sentido de enquadrar as iniciativas conjuntas de desenvolvimento de ambos os territórios fronteiriços em que actuam. Outros protocolos foram assinados entre instituições das duas regiões nos domínios da educação, tecnologia e desporto.	Destacam-se, no âmbito do INTERREG I, vários projectos no âmbito das infra-estruturas económicas, ambientais e patrimoniais e acções piloto de apoio à mobilização do potencial endógeno e à dinamização da cooperação transfronteiriça entre instituições e agentes económicos e sociais. O Programa INTERREG II 1994-99 foi um marco importante e trouxe contributos específicos para o desenvolvimento sócio-económico do Alentejo, do Centro e da Extremadura e contribuiu de forma decisiva para o aprofundamento das relações transfronteiriças nos domínios do Desenvolvimento Sócio Económico, Ambiente e Património Arquitectónico e Melhoria da Permeabilidade da Fronteira. Das outras acções financiadas pelo FEDER é de destacar a continuação da dinamização e cooperação empresarial e turística, tanto no sector privado como público, assim como a cooperação a nível social e institucional.	No âmbito do INTERREG I destacam-se vários projectos no âmbito do ordenamento do território (estudo de articulação territorial transfronteiriça, que incluía também o Alentejo), turismo (estudo das potencialidades turísticas, promoção do turismo cultural), ambiente (educação ambiental, estudo das água subterrâneas, ordenamento das margens do Guadiana) e pescas (estudo dos recursos pesqueiros, recifes artificiais, aperfeiçoamento das técnicas de pesca). À margem do Programa INTERREG I, no início dos anos 90, também se realizaram projectos de cooperação, a nível cultural, financiados pelo artigo 10 do FEDER, onde foram definidos vários itinerários culturais (rota dos descobrimentos, margens do Guadiana, zonas húmidas, ...). Relativamente ao INTERREG II, as acções então apresentadas abrangem um maior número de sectores, especialmente no que se refere ao Desenvolvimento Sócio Económico (Sub-programa 1) e Ambiente (Sub-programa 3), face ao peso dominante das infra-estruturas de transportes (rede viária) do Programa INTERREG I.

	Galiza-Norte de Portugal	Castilla y León-Norte de Portugal	Centro-Castilla y León	Alentejo-Centro-Extremadura	Andaluzia, Algarve e Alentejo
Plano de infra-estruturas e equipamentos	É verificada a existência, actualmente, de uma armadura de eixos infra-estruturais de atravessamento susceptíveis de potenciar as relações transfronteiriças. Admite-se poder-se já falar de uma capilaridade transfronteiriça, faltando apenas alguns eixos complementares e um eixo ferroviários moderno.	Protocolo de colaboração (1998) para a realização de um estudo da viabilidade técnico-económica da ligação viária Bragança/Puebla de Sanabria. Entre 1997 e 2000 tem vindo a desenvolver-se um projecto piloto comunitário no âmbito do Programa Comunitário Terra (artigo 10 do FEDER) que tem como objectivo estratégico "impulsionar um processo institucional e técnico de ordenamento do territorial transnacional que interiorize o potencial de estruturação associado às redes de transporte e situe a actividade fluvial como elemento estratégico inovador e originador de novas dinâmicas territoriais de integração". No âmbito deste projecto estão a desenvolver-se actividades nos domínios das redes de transportes inter-regional e acessibilidades locais, bem como na promoção da navegação fluvial. Em 1998, foi assinado um protocolo de cooperação para a melhoria e promoção da navegabilidade do Douro, o qual resume os acordos sobre o regime económico de utilização das eclusas, infra-estruturas necessárias e preparação de candidaturas a programas comunitários.	Quer o INTERREG I, quer o INTERREG II, tiveram importância significativa na melhoria das acessibilidades fronteiriças de nível local, no reforço dos centros urbanos através de intervenções de requalificação urbana, tratamento de efluentes urbanos e da construção de equipamentos diversos (piscinas, centros culturais e desportivos, etc) e, finalmente, da recuperação do património construído. Foi também desenvolvido um importante trabalho de influência para a construção de infra-estruturas da responsabilidade da Administração Central como a Ponte Internacional de Barca D'Alva (já concluída) ou a melhoria dos grandes eixos de acesso/atravessamento da fronteira – IP5 e IP 2 – cuja execução está prevista para o período de programação que agora se inicia.	Os projectos mais importantes no âmbito do INTERREG I centraram-se nas infra-estruturas em ambos os lados da fronteira (estradas de ligação transfronteiriça, obras de abastecimento de água e saneamento básico). No INTERREG II a maior parte dos esforços centraram-se na componente infra-estrutural do Programa operacional (rede viária, equipamentos de apoio à actividade produtiva, recuperação do património arquitectónico e protecção dos recursos hídricos).	No âmbito do INTERREG I os projectos mais importantes realizados ou geridos pelas administrações regionais do Algarve e da Andaluzia concentraram-se nas infra-estruturas (estradas de ligação transfronteiriça, obras de abastecimento de água e saneamento básico) em ambos os lados da fronteira.

	Galiza-Norte de Portugal	Castilla y León-Norte de Portugal	Centro-Castilla y León	Alentejo-Centro-Extremadura	Andaluzia, Algarve e Alentejo
Plano da informação e divulgação	Foram publicados e difundidos via internet, desde 1995 e ao abrigo do Programa INTERREG, diversos Anuários Estatísticos Galiza-Norte de Portugal, Anuários do Comércio Intra-Comunitário da Euro-Região Galiza-Norte de Portugal e Atlas de Empresas.	Foi publicado um Anuário Estatístico Castilla y León-Norte de Portugal.	Foi publicado, em 1997, o Anuário Estatístico da Região Centro-Castilla y León.	Foi publicada uma reedição do Guia Turístico Alentejo/Extremadura e um Roteiro Turístico da Raia Luso-Cacereña. Foram publicadas as Estatísticas das Regiões Fronteiriças do Alentejo e da Extremadura	Destaque, pela inovação, para a configuração de uma INTRANET constituída por pontos remotos de comunicação orientadas para a informação ao cidadão. Este projecto é gerido pela Associação de Municípios de Beturia e desenvolve-se em colaboração com a Associação ANAS - Associação de Municípios Hispano-Lusa Algarve-Huelva, composta por 15 municípios de Huelva e 15 municípios do Algarve.

1.6.3. Síntese

- a) O processo recente de cooperação e integração transfronteiriça deparou com dois níveis de contextualização distintos, os quais funcionaram em direcções opostas:
 - i) ao nível das populações transfronteiriças e numa perspectiva local, a persistência de factores, embora nalguns casos residuais, de identificação e reconhecimento da existência de problemas comuns, factos que não só viabilizaram formas informais e tradicionais de cooperação, mas também facilitaram o recente processo de formalização dessas mesmas relações;
 - ii) ao nível institucional a inexistência de uma cultura de cooperação transfronteiriça e, posteriormente, os constrangimentos introduzidos por sistemas políticos, administrativos e jurídicos bastante distintos, funcionaram de forma conjugada como dificultadores do processo de cooperação e integração transfronteiriça.
- b) Embora os contactos institucionais e entre actores relevantes dos dois lados da fronteira sejam, em muitos casos, anteriores à existência do INTERREG I, este Programa constituiu, só por si, um marco fundamental, um salto qualitativo, no processo de cooperação e integração transfronteiriça;
- c) Um outro marco fundamental no referido processo foram, numa primeira fase, o estabelecimento de diversos protocolos entre as regiões transfronteiriças visando a intensificação das relações de cooperação e a integração territorial e, numa segunda fase decorrente da primeira, a criação dos diversos gabinetes de cooperação transfronteiriça/comunidades de trabalho e respectivas comissões sectoriais;
- d) O INTERREG I e o INTERREG II constituíram duas gerações do Programa extremamente coerentes em termos das áreas de intervenção que privilegiaram (coerência retrospectiva do INTERREG II), coerência essa que permitiu não só reforçar e dar sustentabilidade a um conjunto de iniciativas anteriores, mas também abrir o leque dessas mesmas iniciativas a outros domínios complementares reforçando e densificando a tessitura da cooperação e integração da faixa fronteira luso-espanhola;
- e) Apesar do longo caminho percorrido no domínio da cooperação e integração aberto e fomentado pelos dois INTERREG, o facto de o Programa ter-se sempre estruturado em duas vertentes nacionais com mecanismos efectivos de gestão e instâncias de aprovação distintas dificultou o aprofundamento institucional das relações bilaterais e a materialização dos pressupostos do Programa em leques de projectos total e sistematicamente de cooperação e integração transfronteiriça;
- f) Assim, a nova formatação do INTERREG III traduz não só a ideia que o modelo anterior, em termos de um avanço mais rápido e mais aprofundado do processo, estava à beira do esgotamento dentro de parâmetros aceitáveis de eficácia e eficiência, mas também a noção de que, pese as dificuldades iniciais, aquela constituirá um novo e fundamental marco no reforço da cooperação e na estruturação de um território fronteiro verdadeiramente integrado.

1.7. Diagnóstico da Zona Fronteira

O diagnóstico da zona fronteiriça Portugal-Espanha considerada como um todo é apresentada a seguir na forma de uma matriz SWOT que tem suporte na análise multidimensional das realidades regionais.

A matriz SWOT configura-se em torno das 4 dimensões analíticas que organizaram as caracterizações regionais apresentadas no ponto 1.2., designadamente: (i) quadro territorial e ambiente; (ii) dinâmicas demográficas e povoamento; (iii) dinâmicas económicas e mercado de trabalho; (iv) dotação de equipamentos e serviços e coesão social.

No diagnóstico global salientam-se os seguintes aspectos:

- trata-se de um território que inclui situações muito diferenciadas, quer do ponto de vista geográfico, quer na óptica das oportunidades económicas e sociais;
- os diferentes quadros político-administrativos dos dois estados¹⁰ reforçam ainda mais essa diversidade e dificultam o diálogo e a cooperação entre os agentes institucionais;
- as regiões do litoral (Norte de Portugal/Galiza e Algarve/Huelva) apresentam dinâmicas e níveis de competitividade muito distintos das restante zona fronteiriça, não se aplicando a estes dois espaços a maioria das debilidades identificadas neste diagnóstico;
- o leque de debilidades da zona transfronteiriça é muito vasto e diversificado, revelando um carácter marcadamente estrutural ligado ao isolamento;
- esta zona corresponde nitidamente a um território periférico e marginal, marcado pelo efeito de fronteira mas também pelo afastamento face aos principais centros de decisão e de dinamismo económico e social;
- no âmbito das potencialidades, deve salientar-se o reforço da ligação de alguns pontos da zona fronteiriça ao exterior, o valor do património natural, paisagístico, histórico e cultural, a emergência de novas actividades económicas que permitem, de algum modo, sustar os efeitos da crise da agricultura e, ainda, o dinamismo associado aos pólos urbanos, ao ensino universitário e à instalação de novos serviços de apoio às actividades económicas;
- nas regiões do litoral emergem, ainda, potencialidades ligadas à indução da procura dirigida a produtos regionais desenvolvidos nos espaços rurais do interior, contribuindo para a sustentação de actividades e para a permanência das populações;
- as novas procuras turísticas, as condições decorrentes do desenvolvimento das telecomunicações, a revalorização dos saberes e das produções tradicionais, bem como os instrumentos de apoio ao desenvolvimento regional destacam-se no conjunto das oportunidades identificadas;
- no campo das ameaças, deve salientar-se o risco de descaracterização das paisagens e dos lugares, os efeitos dos grandes eixos de atravessamento da fronteira, a crise do sector agrícola e as expectativas exageradas associadas a actividades alternativas à agricultura;
- na generalidade, as ameaças que se desenham na zona transfronteiriça derivam essencialmente da subalternidade deste território face aos centros de decisão, bem como das vulnerabilidades associadas à sua posição periférica e marginal.

10. Não existem níveis de governação local e regional equivalentes no âmbito das respectivas atribuições e competências.

Do ponto de vista ambiental, o diagnóstico efectuado para a região transfronteiriça permite estabelecer duas considerações básicas:

- pese embora a existência de um conjunto de deficiências relativas aos mecanismos de preservação, a qualidade ambiental pode ser considerada bastante satisfatória;
- os recursos ambientais existentes nestas áreas raianas constituem-se como uma das principais riquezas susceptíveis de apoiar processos de desenvolvimento enquadrados em parâmetros de sustentabilidade estritos.

-Matriz swot do espaço transfronteiriço Portugal-Espanha - potencialidades e debilidades

DOMÍNIOS	POTENCIALIDADES	DEBILIDADES
QUADRO TERRITORIAL E AMBIENTE	– Considerável reforço das acessibilidades extra-regionais, por via do desenvolvimento da rede viária, portuária e aeroportuária – Desenvolvimento das telecomunicações – Valioso património ambiental, histórico e cultural – Forte identidade cultural – Grandes "reservas" de qualidade ambiental e paisagística – Afirmção do turismo em espaço rural – Aproveitamento das albufeiras de águas públicas para fins lúdicos, desportivos e turísticos – Existência de mais de 900000 há com estatuto de protecção – Grande diversidade de ecossistemas e espécies	– Défice acentuado de ordenamento e planeamento – Fraca articulação da rede urbana – Debilidade da maioria dos centros urbanos fronteiriços portugueses – Despovoamento das áreas rurais do interior – Deficientes acessibilidades intra-regionais – Secundarização ou eliminação de troços significativos de ferrovia – Efeitos económicos, paisagísticos e ambientais da destruição da floresta (sobretudo por via dos incêndios florestais) – Poluição de algumas bacias hidrográficas – Insuficientes infra-estruturas para o tratamento de águas residuais – Mau funcionamento de algumas infra-estruturas existentes – Má qualidade das águas subterrâneas
DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E POVOAMENTO	– Qualidade de vida urbana – Permanência de fortes laços de solidariedade familiar e social – Dinamismo demográfico e taxas de juventude elevadas nas áreas do litoral	– Envelhecimento muito acentuado das áreas rurais do interior – Grande parcela da população dependente de prestações sociais – Baixos níveis de escolarização
DINÂMICAS ECONÓMICAS E MERCADO DE TRABALHO	– Modernização do sector agro-alimentar – Importância económica das actividades culturais, lúdicas e turísticas, quer nas suas formas clássicas quer em novos formatos como a organização de eventos – Actividade artesanal diversificada e de qualidade – Dinamismo económico associado ao desenvolvimento e revitalização dos centros urbanos – Existência de estabelecimentos de ensino superior com potencial significativo – Reforço considerável das qualificações profissionais por via do sistema público de formação profissional	– Dificuldades de acesso aos grandes mercados – Fraca capacidade de mobilização de recursos exógenos (investimento e recursos humanos) – Debilidade das actividades agrícolas – Fraco desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas – Fraca estruturação das redes de comercialização – Insuficiente divulgação dos espaços e actividades turísticas – Grandes disparidades regionais da iniciativa empreendedora – Mercado de trabalho excessivamente dependente dos serviços públicos – Fraca mobilidade laboral – Desadequação das qualificações na óptica da modernização económica
EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E COESÃO SOCIAL	– Expansão recente significativa do terceiro sector (economia social)	– Oferta escassa de serviços especializados – <u>Fraca acessibilidade - rede de transportes públicos deficiente</u>
COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL	– Integração das universidades e dos investigadores em redes transnacionais – Internacionalização baseada nas comunidades emigradas – Experiências recentes bem sucedidas de cooperação	– Grandes obstáculos de natureza cultural à cooperação/integração – Instrumentos regulatórios muito diferenciados entre os 2 países

	transfronteiriça	– Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha
--	------------------	---

- Matriz SWOT do espaço transfronteiriço Portugal-Espanha - oportunidades e ameaças

DOMÍNIOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
QUADRO TERRITORIAL E AMBIENTE	– Crescente procura de turismo alternativo (rural, cultural, de natureza, de aventura, ...) – Integração em redes de valorização do potencial turístico e de lazer – Aumento do número de instalações e centros de informação e interpretação da natureza – Implementação da Rede Natura 2000	– Os grandes atravessamentos transfronteiriços provocam ou (i) uma concentração pontual (arquipelágica) das forças de dinamização económica provocando um "vazio" nas restantes áreas ou (ii) um «efeito de túnel» por não terem ligação ao território que atravessam – Descaracterização das paisagens e dos lugares – Destruição da floresta – Emergência/agravamento de problemas ambientais – Extensão dos regimes tradicionais – Potencial implantação de instalações nucleares
DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E POVOAMENTO	– Oferta de mão-de-obra jovem com qualificações profissionais nas regiões do litoral – Capacidade atractiva das cidades de média dimensão	– Falta de mão-de-obra qualificada nas regiões do interior – Redução drástica da população nas localidades de menor dimensão das regiões do interior
DINÂMICAS ECONÓMICAS E MERCADO DE TRABALHO	– Conceito de mercado interno que considera o mercado ibérico como unidade de referência – Condições oferecidas pelas novas tecnologias da informação – Estabelecimento de canais de intercâmbio de informação e promoção de possibilidades de negócio – Instalação de novos serviços de elevado valor acrescentado associados ao dinamismo urbano – Valorização sócio-cultural dos saberes tradicionais e específicos das populações rurais – Reforço da oferta de formação profissional	– Crise estrutural do sector agrícola – Demasiadas expectativas relativamente ao turismo rural como actividade económica motriz – Perda de factores de competitividade baseados no custo – Declínio dos sectores tradicionais sem reconversão económica – A importância da informação e do conhecimento como factores de competitividade penalizam as regiões marginais – Clivagens/conflitos sociais decorrentes do processo de segmentação do mercado de emprego
EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E COESÃO SOCIAL		– Massa crítica insuficiente para a instalação de serviços e equipamentos mais especializados nas regiões do interior
COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL	– Apoios do INTERREG e de outros programas – Visibilidade externa do espaço fronteiriço – Mobilização dos agentes e das comunidades locais em torno de projectos de cooperação	– Subalternização dos parceiros mais fracos/vulneráveis

- Matrizes SWOT regionais - potencialidades

GALIZA-NORTE DE PORTUGAL	CASTILLA Y LEÓN – NORTE DE PORTUGAL	CENTRO - CASTILLA Y LEÓN	ALENTEJO, CENTRO DE PORTUGAL E DA EXTREMADURA	ANDALUZIA, ALGARVE E ALENTEJO
Concentração demográfica. Capacidade endógena de concepção e lançamento de eventos. Abundantes reservas de água. Espaço ambiental e natural de excelência. Capilaridade viária transfronteiriça. Armadura viária principal. Infra-estruturas (sobretudo portos e aeroportos) com dimensão internacional. Duas diásporas com relevância e significado no Continente americano. Equipamentos culturais com forte capital de internacionalização. Realização de cursos de Verão internacionais. Concentração de emprego industrial. Cultura empresarial e de empreendimento enraizada. Externalidades públicas e público-privadas no domínio dos serviços às empresas. Capital inestimável de proximidade, vizinhança e identidade cultural. Massas críticas em matéria de recursos humanos e de projectos de I&D. Potencial de cooperação a nível municipal e supra-municipal transfronteiriço. Capacidade de cooperação institucional.	Bacia do Douro - vínculo articulador das duas regiões. Existência de espaços de inegável valor patrimonial, ambiental, natural e cultural. Existência de centros históricos, cidades e elementos de interesse arqueológico e arquitectónico. Porto e Salamanca, cidades Capitais Europeias da Cultura, poderão converter-se em centros de promoção turística e cultural e receber possíveis investimentos estimulados por estes eventos. Complementaridade das estruturas económicas. Dinâmica empresarial significativa da Euroregião à escala peninsular. Níveis de desemprego inferiores às respectivas médias nacionais. Existência de Centros Tecnológicos nas duas regiões, desenvolvimento de trabalhos conjuntos e políticas de inovação.	Boa inserção nas redes transeuropeias. Papel chave na articulação do território do noroeste ibérico. Sistema urbano e cidades que estruturam o território. Importantes empreendimentos hidro-agrícolas. Inovação em produções agrícolas (tabaco, agricultura biológica,...). Produtos agro-pecuários com tradição e qualidade. Territórios com elevado potencial endógeno. Ambiente e paisagem relativamente bem preservados. Recursos naturais de qualidade (geológicos, hídricos, florestais e paisagísticos). Existência de recursos minerais (urânio) e rochas ornamentais (granito). Existência de áreas naturais de relevância nacional e internacional. Património histórico e arquitectónico de grande qualidade (Ex.: Salamanca, património mundial). Condições óptimas para o desenvolvimento do turismo de cultura e ambiental. Existência de pólos com tradição industrial e empresarial. Existência de centros tecnológicos e organizações empresariais dinâmicas. Importância do turismo na dinamização da actividade económica. Existência de estabelecimentos de ensino superior com potencial (universidade e politécnicos). Existência de « fóruns de cooperação » já institucionalizados entre as regiões Centro e Castilla y León. Alguns actores locais e regionais com longa tradição e experiência de cooperação.	Sistema urbano e cidades que estruturam o território. Importantes empreendimentos hidro-agrícolas. Inovação em produções agro-pecuárias (tabaco, agricultura biológica, montado, ganadaria extensiva). Produtos agro-pecuários com tradição e qualidade. Territórios com elevado potencial endógeno. Disponibilidade de vastas áreas de aptidão silvo-pastoril. Existência de alguma produção agrícola de vocação industrial. Ambiente e paisagem relativamente bem preservados. Recursos naturais de qualidade (geológicos, hídricos, termais, cinegéticos, florestais e paisagísticos). Existência de áreas naturais de relevância nacional e internacional. Existência de importantes reservas de granito, jazidas de urânio, mármore, pirites, assim como de um elevado número de unidades aquíferas minero-medicinais. Património histórico e arquitectónico de grande qualidade. Condições óptimas para o desenvolvimento do turismo de cultura e ambiental. Óptimas condições para a prática de desportos náuticos (albufeiras de águas interiores). Existência de pólos com tradição industrial e empresarial. Existência de estabelecimentos de ensino superior com potencial (universidade e politécnicos). Existência de centros tecnológicos e organizações empresariais dinâmicas. Actividade artesanal diversificada geradora de produtos com elevado grau de qualidade e genuinidade. Existência de «fóruns de cooperação» já institucionalizados entre as regiões Centro, Alentejo e a Extremadura. Alguns actores locais e regionais com longa tradição e experiência de cooperação.	Aproveitamento de recursos, em particular nas zonas húmidas do litoral do Algarve e Huelva. Desenvolvimento de uma agricultura muito dinâmica no cultivo de primores e de citrinos. Existência de recursos primários. Homogeneidade da paisagem natural. Condições edafo-climáticas favoráveis, especialmente na faixa litoral. Elementos paisagísticos e ambientais com valor diferenciado. Existência de infra-estruturas e equipamentos. Importantes investimentos nas infra-estruturas materiais de desenvolvimento (transportes, saneamento básico, energia e telecomunicações). Existência de um forte e preservado património histórico-cultural muito favorável ao desenvolvimento turístico de qualidade. Produtos regionais específicos com valor de mercado. Parques de actividades em construção. Valorização económica dos recursos turísticos do litoral geradores de produtividade e receitas. Redes de Universidades, com linhas de especialização.

- Matrizes SWOT regionais - debilidades

GALIZA-NORTE DE PORTUGAL	CASTILLA Y LEÓN – NORTE DE PORTUGAL	CENTRO - CASTILLA Y LEÓN	ALENTEJO, CENTRO DE PORTUGAL E DA EXTREMADURA	ANDALUZIA, ALGARVE E ALENTEJO
Dificuldades de consolidação da cooperação entre as principais cidades do sistema galaico-nortenho. Algumas infra-estruturas e equipamentos continuam a ser geridos numa lógica, ou de isolamento, ou estritamente nacional. Dificuldades de concepção e concretização de abordagens e projectos de valorização conjunta em sectores como o do leite, da pecuária e da floresta. A política diferenciada de incentivos ao investimento na Galiza e no Norte de Portugal introduz efeitos perversos no processo de integração. A maioria das estratégias empresariais de internacionalização orienta-se em função de prioridades que não incluem a Euro-região como plataforma estratégica de aposta. O potencial de internacionalização das principais universidades da Região alicerça-se em redes internacionais que não integram a Euro-região. Capacidade muito desigual de organização e promoção turística (desfavorável ao Norte de Portugal), comprometendo o aproveitamento do mercado potencial de visitantes e o alargamento do alcance de eventos relevantes. A gestão da grande generalidade dos equipamentos e da oferta cultural autónoma ou associada continua a ignorar o potencial do mercado alargado da Euro-região. Excessiva dependência da iniciativa privada face às respectivas administrações. Persistência de localismos inconsequentes. Assimetria de experiências e dinâmicas de desenvolvimento local, impossibilitando a promoção de acções de cooperação. Perda de capacidade de atracção de capital estrangeiro. Processo de aproximação entre associações empresariais nortenhas e galaicas tarda em produzir frutos concretos. Desconhecimento sistemático da dimensão e área de abrangência das bacias de emprego transfronteiriças Fortes debilidades em recursos humanos altamente qualificados e falta de capacidade de formação neste domínio. Inexistência de pólos de excelência no domínio das tecnologias de informação e comunicação. Predomínio de estratégias de cooperação alicerçadas em trocas de experiências, sem formulação de projectos com envergadura física e financeira. Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha.	Contraste significativo entre a extensão do território e a baixa densidade populacional. Áreas de fronteira despovoadas, com população envelhecida, povoamento difuso e escassa representatividade de dinâmicas económicas. Graves carências ao nível de infra-estruturas na zona de fronteira, quer em termos de acessibilidades, quer em termos de equipamentos e serviços. Estrutura económica da zona transfronteiriça excessivamente dependente do sector primário e dos serviços públicos. Escassa relação comercial entre as empresas de um e outro lado da fronteira (a maioria significativa das estratégias empresariais de internacionalização orienta-se em função de prioridades que não incluem a Euro-Região como plataforma estratégica de aposta). Baixa produtividade nos contextos nacional e europeu. Baixa mobilidade da mão de obra e desajustamento das qualificações. Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha.	Insuficiente ordenamento e ocorrência de infra-estruturas (descontinuidades entre Portugal e Espanha). Debilidade dos centros urbanos fronteiriços. Parcelas do território com muito baixa densidade populacional. Fragmentação das explorações agrícolas. Debilidade das estruturas organizativas dos produtores. Fraco domínio dos mercados. Dificuldades no aproveitamento de recursos naturais e ambientais. Deficientes acessibilidade intra-regionais: isolamento do interior. Património histórico e arquitectónico com sinais de degradação. Deficiente animação dos espaços turísticos e dotação de alojamentos turísticos na maior parte do território. Insuficiente divulgação da região como espaço de turismo e lazer. Insuficiências na organização da oferta turística. Sectores tradicionais com dificuldade de reestruturação e modernização. Aversão ao risco e insuficiente capacidade de iniciativa. Fraco domínio dos mercados. Debilidade dos serviços e estruturas de apoio à actividade económica. Desconhecimento das estruturas económicas dos dois países. Baixa mobilidade da mão de obra e desajustamento das qualificações. Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha. Baixa densidade de actores com potencial de envolvimento na cooperação. Dificuldades de carácter institucional para integrar parcerias e acções de cooperação.	Debilidade dos centros urbanos fronteiriços. Deficientes acessibilidades intra-regionais, secundarização de troços significativos de ferrovia, isolamento do interior. Deficientes infra-estruturas básicas. Parcelas do território com muito baixa densidade populacional. Elevados níveis de repulsão e envelhecimento demográfico e consequente perda da vitalidade demográfica. Deficiências ao nível da organização territorial das explorações agrícolas. Debilidade das estruturas organizativas e/ou associativas dos produtores. Agricultura tradicional pouco articulada com formas modernas de exploração. Fraco domínio dos mercados. Dificuldades no aproveitamento de recursos naturais e ambientais. Insuficiente ordenamento e deficiências ao nível das infra-estruturas (descontinuidades entre Portugal e Espanha). Património histórico e arquitectónico com sinais de degradação. Deficiente animação dos espaços turísticos e dotação de alojamentos turísticos na maior parte do território. Insuficiente divulgação da região como espaço de turismo e lazer. Base económica débil e pouco diversificada, ainda muito dependente do sector agrícola, dos serviços públicos e das transferências de rendimento. Sectores tradicionais com dificuldade de reestruturação e modernização. Aversão ao risco e insuficiente capacidade de iniciativa. Debilidade do tecido empresarial, quer ao nível das estruturas produtivas, quer ao nível da capacidade de investimento e de reorientação para novos mercados. Incapacidade de retenção de fluxos financeiros gerados na região. Frac capacidade de mobilização de recursos exógenos (em especial financeiros e humanos). Debilidade dos serviços e estruturas de apoio à actividade económica. Desconhecimento das estruturas económicas dos dois países. Problemas de desemprego e sub-emprego nomeadamente na população jovem e feminina; baixa mobilidade da mão-de-obra e desajustamento das qualificações. Carências na área da formação profissional. Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha. Baixa densidade de actores com potencial de envolvimento na cooperação. Dificuldades de carácter institucional para integrar parcerias e acções de cooperação.	Sistema de povoamento. Base demográfica caracterizada pelo envelhecimento e escasso potencial de activos, excepto nas áreas mais dinâmicas do litoral. Reduzida articulação do sistema de cidades pequenas e médias - por razões económicas e de acessibilidade. Modelo territorial dicotómico (os novos desenvolvimentos na faixa litoral estão a originar um funcionamento do território que provoca importantes desequilíbrios espaciais e um inadequado uso dos recursos humanos e do ambiente). Restrições estruturais de carácter físico e ambiental. Perifericidade. Rede de acessibilidades litoral-interior débil. Fragilidades de base económica de vários territórios marcados pela ausência de actividades económicas alternativas. Pequena dimensão empresarial e insuficiente associativismo cooperativo. Frac estruturação das redes de comercialização. Declínio de actividades com potencial empreendedor com escassas possibilidades de reconversão económica – por exemplo, indústria conserveira, pesca e metalurgia ligeira. Distância económica em relação às regiões de valorização de mercado. Deficiente qualificação da mão de obra. Desajuste entre a oferta de trabalho e as qualificações procuradas Desajustamento entre a organização institucional e administrativa de Portugal e Espanha

- Matrizes SWOT regionais - oportunidades

GALIZA-NORTE DE PORTUGAL	CASTILLA Y LEÓN – NORTE DE PORTUGAL	CENTRO - CASTILLA Y LEÓN	ALENTEJO, CENTRO DE PORTUGAL E DA EXTREMADURA	ANDALUZIA, ALGARVE E ALENTEJO
A proliferação de factores de instabilidade política e social em áreas geográficas com grande tradição de atracção de capital estrangeiro pode determinar novos espaços de competitividade para o Noroeste Peninsular, nomeadamente no contexto transatlântico. Estão programados eventos com visibilidade e alcance internacional que constituem uma excelente base de lançamento internacional da nova década na Euro-região (Capitais Europeias de Cultura). Sinais de que as componentes de turismo ambiental, cultural e de descoberta tenderão a reforçar o seu peso na procura mundial, com ritmos mais elevados de crescimento e abrindo o caminho à emergência de novos modelos empresariais de promoção e gestão destes negócios. Consolidação do processo de integração das duas economias ibéricas, com emergência de um conceito de mercado interno que considera o mercado ibérico como unidade de referência. Reforço tendencial das tipologias de novos factores potenciadores de actividades, emprego e desenvolvimento (ambiente, cultura, vivência urbana de escala humana, lazer) nos quais a Euro-região é competitiva. Aproveitamento eficaz do reforço da oferta de formação profissional. Estabelecimento de canais de intercâmbio de informação e promoção das possibilidades de negócio. Melhoria das estruturas de cooperação. Racionalização da utilização de equipamentos e melhoria da prestação de serviços às populações e às empresas.	A proliferação de factores de instabilidade política e social em áreas geográficas com grande tradição de atracção de capital estrangeiro pode determinar novos espaços de competitividade para o Noroeste Peninsular, nomeadamente no contexto transatlântico. Candidatura do “Douro Vinhateiro” a Património da Humanidade que, a concretizar-se, trará uma visibilidade reforçada à escala mundial e um maior cuidado na preservação deste valor. Estão programados eventos com visibilidade e alcance internacional que constituem uma excelente base de lançamento internacional da nova década na Euro-região (Porto2001, Salamanca 2002, Capitais Europeias de Cultura). Sinais de que as componentes de turismo ambiental, cultural e de descoberta tenderão a reforçar o seu peso na procura mundial, com ritmos mais elevados de crescimento e abrindo o caminho à emergência de novos modelos empresariais de promoção e gestão destes negócios. Consolidação do processo de integração das duas economias ibéricas, com emergência de um conceito de mercado interno que considera o mercado ibérico como unidade de referência. Aproveitamento eficaz do reforço da oferta de formação profissional. Estabelecimento de canais de intercâmbio de informação e promoção das possibilidades de negócio. Melhoria das estruturas de cooperação. Racionalização da utilização de equipamentos e melhoria da prestação de serviços às populações e às empresas.	Concretização dos planos nacionais de infra-estruturas de acessibilidades. Modernização dos eixos ferroviários de articulação do território. Criação de estruturas de logística e de acolhimento da actividade industrial em localizações onde se cruzam infra-estruturas de transporte. Desenvolvimento de produções biológicas. Florestação e aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos. Valorização dos conhecimentos e saber-fazeres tradicionais e específicos das populações rurais. Aprofundamento da internacionalização, nomeadamente através do acesso ao mercado e da subcontratação. Consolidação da internacionalização das produções pecuárias. Reabilitação dos valores patrimoniais – naturais e culturais – de interesse turístico. Expansão e qualificação da oferta de alojamento turístico. Exploração das complementaridades do património nos dois lados da fronteira, nomeadamente na organização de roteiros transfronteiriços. Aproveitamento do potencial científico e tecnológico existente e a mão de obra formada na região. Tirar partido das estruturas de logística e de transportes. Alargamento das cadeias de valor. Articulação entre lanifícios e vestuário. Aproveitamento eficaz do reforço da oferta de formação profissional. Estabelecer canais de intercâmbio de informação e promover possibilidades de negócio. Ganhar escala para as iniciativas locais e regionais realizadas em cooperação por entidades portuguesas e espanholas. Racionalizar a utilização de equipamentos e melhorar a prestação de serviços às populações e às empresas.	Concretização dos planos nacionais de infra-estruturas de acessibilidades. Modernização dos eixos ferroviários de articulação do território. Reforço da intermodalidade e parques logísticos em articulação com as actividades económicas. Afirmação como um espaço de charneira. Condições para a produção e comercialização de produtos com imagem regional de qualidade garantida em termos de origem. Desenvolvimento de produções biológicas. Florestação e aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos. Possibilidade de extensão e incremento das áreas e culturas regadas. Valorização dos conhecimentos e saber-fazeres tradicionais e específicos das populações rurais. Aprofundamento da internacionalização, quer através do acesso aos mercados, quer através de processos de subcontratação. Consolidação da internacionalização das produções pecuárias. Procura crescente de pedras ornamentais a nível mundial. Reabilitação dos valores patrimoniais – naturais e culturais – de interesse turístico numa perspectiva de valorização internacional. Expansão e qualificação da oferta de alojamento turístico, designadamente unidades hoteleiras de categoria superior sustentadas nos recursos endógenos. Exploração das complementaridades do património nos dois lados da fronteira, nomeadamente na organização de roteiros transfronteiriços. Atracção do investimento externo. Aproveitamento do potencial científico e tecnológico existente e da mão de obra formada na região. Desenvolvimento das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias da informação, no sentido de esbater o efeito fronteira. Alargamento das cadeias de valor. Articulação entre lanifícios e vestuário. Aproveitamento do potencial dos minerais metálicos, sobretudo na região estremenha (ex.: ouro, chumbo, zinco e níquel). Aproveitamento eficaz do reforço da oferta de formação profissional. Estabelecimento de canais de intercâmbio de informação e promoção de possibilidades de negócio. Ganhar escala para as iniciativas locais e regionais realizadas em cooperação por entidades portuguesas e espanholas. Racionalizar a utilização de equipamentos e melhorar a prestação de serviços às populações e às empresas.	Processo de integração europeia e de construção do espaço económico europeu. Desenvolvimento de sistemas de actividades complementares vinculadas à agricultura de regadio do litoral. Integração nas redes de valorização do potencial turístico e de lazer que possibilite o aproveitamento dos recursos complementares existentes entre as economias litorais de mar e rio de Huelva, do Algarve e do Alentejo. Diversificação do produto turístico tradicional no contexto do novo complexo de actividades de turismo e de lazer. Actividades de especialização no sector da construção nos segmentos de recuperação do património urbano, monumental e residencial. Aproveitamento eficaz do reforço da oferta de formação profissional. Novos investimentos em estruturas científicas e tecnológicas das Universidades de Huelva, Faro e Évora. Desenvolvimento de novas ofertas escolares e de prestação de serviços vinculadas às actividades económicas.

- Matrizes SWOT regionais - ameaças

GALIZA-NORTE DE PORTUGAL	CASTILLA Y LEÓN – NORTE DE PORTUGAL	CENTRO - CASTILLA Y LEÓN	ALENTEJO, CENTRO DE PORTUGAL E DA EXTREMADURA	ANDALUZIA, ALGARVE E ALENTEJO
Particularidades de incidência de efeitos da crise estrutural do sector agrícola não devidamente acautelados nos mecanismos compensatórios da PAC (p.e. insuficiência de protecção à pequena agricultura e débil importância das ajudas ambientais). Incerteza quanto aos cenários prospectivos da União Europeia (com referência ao trabalho da Célula de Prospectiva da Comissão Europeia), com riscos em vários dos cenários possíveis de recentramento penalizador do Noroeste Peninsular. Riscos de que os desafios da globalização determinem que os grupos empresariais mais representativos das duas Regiões tendam a descolar dos tecidos empresariais locais no quadro de estratégias de internacionalização de largo alcance e espectro. Riscos de que o mesmo quadro de globalização estimule estratégias de internacionalização de pequena escala (institucionais e empresariais) isoladas e eventualmente contraditórias. Intensificação da relevância de factores dinâmicos de competitividade empresarial e territorial relativamente aos quais os tecidos empresariais e principais centros urbanos das duas Regiões não estão à partida bem posicionados. Factores de incerteza internacional na fileira automóvel com reflexos potenciais em extensões desta fileira existentes na Galiza e no Norte de Portugal. A importância do capital humano e do conhecimento como factores de desenvolvimento geram tendencialmente condições para o desenvolvimento divergente, penalizando periferias menos bem dotadas nesse tipo de recursos.	Particularidades de incidência de efeitos da crise estrutural do sector agrícola não devidamente acautelados nos mecanismos compensatórios da PAC e da COM (p.e. insuficiência de protecção à pequena agricultura, com relevância para o sector vitivinícola, e débil importância das ajudas ambientais). Incerteza quanto aos cenários prospectivos da União Europeia (com referência ao trabalho da Célula de Prospectiva da Comissão Europeia), com riscos em vários dos cenários possíveis de recentramento penalizador do Noroeste Peninsular. Riscos de que os desafios da globalização determinem que os grupos empresariais mais representativos nas duas Regiões tendam a descolar dos tecidos empresariais locais no quadro de estratégias de internacionalização de largo alcance e espectro. Riscos de que o mesmo quadro de globalização estimule estratégias de internacionalização de pequena escala (institucionais e empresariais) isoladas e eventualmente contraditórias. Baixo nível de produtividade nos contextos nacionais e europeus	Relegação para segundo plano de itinerários que sustentam o desenvolvimento do território de fronteira. «Efeito de túnel» dos grandes eixos viários: sem ligação ao território que atravessam. Declínio demográfico e aceleração da desertificação. Dificuldade de sobrevivência da pequena agricultura. Abandono dos campos. Destruição da floresta (incêndios,...). Desaparecimento de tradições e conhecimentos ancestrais. Poluição dos recursos naturais e em particular, dos recursos hídricos. Degradação do património construído. Perda de factores de competitividade baseados no custo (ex. vestuário e componentes de automóvel). Migração de empresas e quadros da região para outros territórios. Estabelecimento de processos formais de cooperação sem impacto directo nas populações e nos agentes económicos regionais.	Relegação para segundo plano de itinerários que sustentam o desenvolvimento do território de fronteira. «Efeito de túnel» dos grandes eixos viários (risco de fraca ligação ao território que atravessam). Declínio demográfico e aceleração da desertificação. Intensificação do movimento de concentração populacional nos centros urbanos. Dificuldade de sobrevivência da pequena agricultura. Abandono dos campos. Destruição da floresta (incêndios,...). Desaparecimento de tradições e conhecimentos ancestrais. Poluição dos recursos naturais e em particular dos recursos hídricos. Degradação do património construído e da paisagem. Perda de competitividade (anteriormente baseada no custo). Migração de empresas e quadros da região para outros territórios. Inexistência de mão-de-obra disponível e com as qualificações adequadas. Estabelecimento de processos formais de cooperação sem impacto directo nas populações e nos agentes económicos regionais.	Agravamento das tendências de recessão demográfica. Estreitamento da pirâmide nos grupos dotados de vitalidade demográfica no interior. Estruturas dinâmicas mas algo desequilibradas pela emigração recente nas áreas litorais. Pressões sobre a biodiversidade e os valores naturais. Evolução da dotação de recursos hídricos e das restrições respectivas de gestão. Sustentabilidade dos modelos de aproveitamento dos recursos turísticos da faixa costeira. Reduzida capacidade de recomposição dos factores de competitividade dos produtos turísticos. Agravamento do declínio dos sectores tradicionais sem reconversão económica. Insuficiente potencial efectivo de atracção de novos investimentos.

CAPÍTULO 2. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

2.1. Experiência de cooperação entre Portugal e Espanha: novo enquadramento estratégico

2.1.1. A experiência anterior do PIC – bases contributivas para a identificação de prioridades de desenvolvimento

A integração de Portugal e Espanha no espaço económico e político europeu, ao contribuir para o esbatimento das fronteiras políticas e psicológicas, significou a abertura de um vasto campo de oportunidades no domínio da cooperação entre os territórios fronteiriços de ambos os países.

Estas oportunidades, especialmente importantes no contexto de uma faixa fronteiriça fortemente deprimida do ponto de vista sócio-económico, vão dar origem a um novo período das relações entre os dois países, até aqui caracterizadas por baixíssimos níveis de articulação e de aproveitamento das sinergias potenciais decorrentes de estratégias de intervenção comuns a ambos os territórios fronteiriços. Um período em que a cooperação para o desenvolvimento de territórios com problemas comuns, pela primeira vez, suplantou o tradicional isolamento e desconfiança que séculos de contradições históricas foram consolidando entre os dois estados peninsulares.

O PIC INTERREG, pela sua oportunidade e pertinência, tem vindo a desempenhar um papel chave na evolução atrás mencionada, não só enquanto catalizador do espírito de cooperação transfronteiriça entre as várias entidades dos dois países, mas também enquanto instrumento de promoção de acções concretas de cooperação.

Tendo em atenção a situação de partida existente ao nível das relações transfronteiriças entre os dois países e as características de carências múltiplas existentes nos territórios raianos, não é de estranhar que as várias gerações do PIC tenham vindo a apresentar uma evolução no que respeita às suas estratégias de intervenção, evolução essa que, expressando a resolução dos problemas mais prementes existentes nesses territórios, se pode caracterizar por uma crescente aposta em acções mais ambiciosas do ponto de vista da estruturação de uma cultura de cooperação coerente, sustentada e alargada aos mais diversos agentes. Ou seja, após um período em que o lançamento das bases da cooperação transfronteiriça implicava um esforço considerável no domínio das acções de natureza material, assiste-se agora, progressivamente, ao reforço das intervenções de natureza imaterial e ao alargamento do quadro dos agentes activos de cooperação transfronteiriça.

Nesta medida, pode-se afirmar que a resolução das inúmeras deficiências de carácter básico orientou a primeira geração do PIC, especialmente nos seguintes domínios de actuação:

- acessibilidades, tendo em vista a redução da perifericidade dos territórios transfronteiriços e uma maior aproximação física dos dois lados da fronteira;
- infra-estruturas básicas de abastecimento de água e saneamento, no sentido de proporcionar uma melhoria da qualidade de vida da população residente e reduzir impactes ambientais;

- recuperação do património construído e natural, tendo como objectivo dinamizar a actividade turística e, desta forma, diversificar e potenciar a base económica das áreas raianas e aumentar os níveis de rendimento das populações aí residentes;
- acções específicas de fomento da cooperação transfronteiriça, tendo como objectivo potenciar uma cultura de cooperação e criar instituições para isso vocacionadas;
- apoio às actividades primárias, tendo em atenção e reconhecendo o papel ainda significativo que desempenhavam na área de fronteira.

O INTERREG II, quando surgiu, deparou-se com uma situação de partida marcada por dois grandes vectores aparentemente contraditórios:

- por um lado, as zonas fronteiriças continuavam a evidenciar um conjunto alargado de fragilidades específicas (problemas demográficos, níveis de desenvolvimento económico muito abaixo das respectivas médias nacionais, persistência de deficiências no domínio das infra-estruturas e equipamentos sociais, ambientais e económicos);
- por outro, as mesmas zonas fronteiriças evidenciavam efeitos positivos decorrentes da aplicação do PIC e da sua conjugação com outros programas de iniciativa comunitária ou nacional. Essa evolução positiva era atestada pelas dinâmicas de diversos indicadores durante a segunda metade da década de 90 (sobretudo no campo das infra-estruturas e domínios de natureza mais material).

Ou seja, a segunda geração do PIC, pese embora a manutenção de carências e problemas estruturais nos territórios fronteiriços, surgiu num contexto de melhoria recente das condições económicas, sociais e infraestruturais, a qual que vai permitir e aconselhar estratégias de intervenção vocacionadas para outros domínios que não os exclusivamente focalizados na resolução dos problemas básicos dos territórios e populações transfronteiriços, domínios esses fundamentais para o reforço e consolidação das bases imateriais da cooperação. Acresce que, em 1994 e nos anos subsequentes, a nova geração do PIC, como resultado do avanço no domínio específico da criação e reforço das estruturas de cooperação, vai poder contar e apoiar-se num conjunto de instituições (algumas embrionárias) que consubstanciam e são a alma da vontade colectiva de cooperação das populações e agentes económicos dos territórios transfronteiriços.

Assim, a orientação do PIC INTERREG II, em termos de objectivos e acções contempladas, vai procurar ajustar-se a este novo contexto de problemas e oportunidades, através de:

- um claro reforço do apoio a projectos de dinamização da cooperação empresarial, social e institucional (sobretudo, Medidas 1.5 e 1.6);
- apoio a iniciativas visando a dinamização e qualificação da actividade económica, com continuidade em relação ao INTERREG I, no caso dos projectos no sector da *Agricultura e Desenvolvimento Rural*, e com descontinuidade no que respeita aos *Equipamentos de Apoio à Actividade Produtiva e Telecomunicações*;
- continuação da aposta (muitas das vezes com iniciativas complementares às levadas a efeito no INTERREG I) em vários domínios já considerados na geração anterior, com destaque para as acessibilidades, equipamentos urbanos e ambientais.

É neste quadro evolutivo, marcado por avanços significativos e saltos qualitativos nos níveis de cooperação e desenvolvimento das áreas transfronteiriças, mas também pela persistência de problemas e entraves a essas dinâmicas (de resto bem expressos nos Estudos de Avaliação Intercalar do PIC INTERREG II Portugal e Espanha) que a nova geração do Programa tem de ser dimensionada de modo a corresponder às novas exigências e desafios existentes, bem

como permitir dar os saltos em frente que a experiência de uma década de cooperação aconselha e a realidade exige.

Neste contexto, o perfil estratégico do novo enquadramento para a cooperação transfronteiriça deverá assentar num conjunto de vectores-chave que a seguir se caracterizam sumariamente.

(a) Organização territorial e recursos comuns

Os avanços na integração territorial do espaço ibérico têm sido especialmente significativos no domínio da ligação das redes de transportes, tanto as que integram os grandes itinerários de vocação transeuropeia, como as de âmbito local e regional, de vocação transfronteiriça.

Desde 1990, as ligações viárias conheceram um desenvolvimento acentuado, salientando-se:

- a construção de seis pontes internacionais;
- a construção de três ligações fronteiriças através de vias de grande capacidade (auto-estradas e vias rápidas) que asseguram as ligações norte atlânticas (Lisboa-Porto-Vigo-Corunha), entre capitais administrativas (Lisboa-Elvas-Badajoz-Madrid) e sul atlânticas (Albufeira-Faro-Huelva-Sevilha).

Não obstante, os avanços assinalados subsistem zonas transfronteiriças com ligações insatisfatórias de que são exemplo os espaços centrais raianos (especialmente Trás-os-Montes/Zamora, Beiras/Salamanca; Cáceres/Alentejo), a par da inexistência de ligações ferroviárias de alta velocidade, ainda por concretizar.

A organização do território registou igualmente importantes impulsos no plano imaterial, nomeadamente através da elaboração de estudos de ordenamento de iniciativa conjunta segundo uma estratégia comum de utilização do espaço transfronteiriço e inter-regional de que são exemplo: (i) o Projecto Douro Internacional, cooperação entre Castilla y León e a Região Norte; (ii) o planeamento da área urbana transfronteiriça Elvas-Badajoz; e (iii) o esquema conjunto de ordenamento do litoral algarvio-onubense.

O aprofundamento destas experiências de cooperação deve evoluir para um ordenamento conjunto do espaço transfronteiriço, designadamente em zonas com problemas homogêneos (p.e., troços de baixo caudal do Minho e Guadiana, Douro Internacional em Arribes, áreas urbanas transfronteiriças de Verín-Chaves, Fuentes de Oñoro–Vilar Formoso, Valência de Alcántara–Castelo de Vide e Rosal de la Frontera–Vila Verde de Ficalho.

A fronteira luso-espanhola alberga três grandes rios (Douro, Tejo e Guadiana) que, a par de uma extensa e rica biodiversidade (fauna e flora), constituem a base em que tem assente um processo de cooperação ambiental nos domínios da gestão e da utilização de recursos hídricos e naturais comuns.

A nível institucional o contacto regular entre os Presidentes de Governo, em sucessivas Cimeiras Ibéricas, tem contribuído para atenuar gradualmente os contenciosos históricos existentes. Neste domínio assume particular importância o contencioso relativo à gestão dos recursos hídricos dos leitos fluviais transfronteiriços, actualmente regulados mediante um convénio internacional que assegura a recepção da água em condições de quantidade e qualidade, à luz, aliás, da futura directiva comunitária de regulação das fontes fluviais internacionais.

A nível regional foram constituídas diversas estruturas para o planeamento e gestão coordenada dos espaços naturais transfronteiriços, abrangendo o aproveitamento turístico-ambiental conjunto e a preservação contra incêndios. Como exemplos paradigmáticos desse

esforço de cooperação em curso, destaca-se: a cooperação Peneda-Gerês/Xurés, apoiada no âmbito do Sub-programa Norte de Portugal/Galícia do INTERREG II; as estruturas de cooperação ambiental Montesinho/Sanabria/Culebra e Arribes del Duero/Douro Internacional, que traçam um campo estratégico de cooperação, tendo presente a incidência transfronteiriça que decorre da aplicação das directivas comunitárias sobre “habitats” e espécies.

(b) Relações económicas e redes de cooperação

As trocas comerciais entre Espanha e Portugal cresceram acentuadamente após a integração comunitária de ambos os países.

A balança comercial teve um crescimento contínuo atingindo, em 1999, um volume global de 14 biliões de Euros, montante que representa 2,1% do PIB dos dois países. Espanha é simultaneamente o principal fornecedor e o primeiro cliente de Portugal que, por sua vez, é o terceiro fornecedor de Espanha e o seu décimo cliente. Estes dados estatísticos traduzem a consolidação de relações económicas e comerciais, parte importante da formação de um mercado ibérico.

O investimento directo entre empresas de ambos os países conheceu, igualmente um crescimento significativo com as empresas espanholas a investir em Portugal 853 milhões de Euros (correspondendo a uma quota de mercado superior a cinco por cento), enquanto as empresas portuguesas investiram em Espanha 238 milhões de Euros (quota de mercado de 1,24%).

Na dinâmica de trocas comerciais e de investimento directo, predominam os projectos de grandes empresas multinacionais. Todavia, o passado recente marca o início de inúmeras relações económicas de base regional entre empresas de pequena e média dimensão que beneficiam de uma maior dotação infraestrutural (com melhor permeabilização do espaço transfronteiriço), cultural e social entre os dois lados da fronteira que contribuiu, de modo decisivo, para ampliar a dimensão do mercado e o ritmo das trocas de bens e serviços. Este crescimento das relações económicas e empresariais, que é identificável em diversos territórios raianos, atinge maior relevo entre a Região Norte de Portugal e a Galiza, que possuem um tecido económico dotado de maior densidade e interdependência.

A consolidação do processo de cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha beneficiou, nos últimos anos, da generalização à totalidade do território transfronteiriço de estruturas regionais comuns para organizar e estruturar as iniciativas de cooperação. Na fase actual funcionam de forma regular as seguintes Comunidades de Trabalho e Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças nos espaços transfronteiriços:

- Norte-Galicia;
- Norte – Castilla y León;
- Centro – Castilla y León;
- Centro – Extremadura;
- Alentejo – Extremadura;
- Alentejo – Andalucía ();
- Algarve – Andalucía.

A par destas iniciativas de base regional constata-se igualmente a generalização de estruturas de cooperação de âmbito local, protagonizadas por associações de municípios, organismos

provinciais e grupos de acção local, que têm estabelecido acordos, protocolos, associações conjuntas e redes para a coordenação de iniciativas de cooperação nos respectivos territórios.

A preparação dos Sub-Programas inter-regionais a candidatar ao INTERREG III-A, constituiu um desafio à capacidade de coordenação de iniciativas de estruturas locais e regionais de cooperação, nomeadamente à possibilidade de aprofundar experiências anteriores, no quadro de competências dos diversos parceiros. As referências no ponto seguinte ao processo de programação conjunta, testemunham o perfil de coordenação já atingido nos diversos territórios.

(c) Balanço do passado - contributos para o novo período de programação

As primeiras gerações do PIC INTERREG II, que atravessaram quase toda a década de noventa, criaram condições para o estabelecimento de estruturas e laços de cooperação efectiva que ultrapassam o patamar formal dos protocolos e do funcionamento de grupos de trabalho. Para alcançar esses resultados contribuíram:

- os níveis de coerência em matéria de áreas de intervenção, que foram complementando investimentos anteriores na faixa fronteiriça;
- a actividade de Comissões Sectoriais específicas que criaram hábitos de trabalho e partilha em torno de soluções operacionais concretas, nomeadamente no plano de traçados de vias e de componentes físicas de investimentos.

De acordo com os Estudos de Avaliação Intercalar do P.O. INTERREG II, realizados em Portugal e Espanha, é possível traçar um quadro-síntese que liga as realizações anteriores da cooperação, nos seus aspectos positivos e menos positivos, a ensinamentos/recomendações de carácter operacional tendentes a melhorar as condições de eficácia do INTERREG III.

Resultados da avaliação do INTERREG II/ /Necessidades de (re)ajustamento	Recomendações
▪ Ambição dos objectivos e domínios de intervenção do INTERREG II face às debilidades das zonas de fronteira	▪ Selectividade dos domínios de intervenção
▪ Contributo das Comissões de	▪ Aprofundamento de mecanismos de cooperação

Trabalho/Gabinetes de Iniciativa Transfronteiriça na promoção de novos projectos de cooperação Promover as transformações institucionais necessárias à concretização/viabilização de parcerias entre operadores públicos	institucional transfronteiriça para atenuar disparidades de atribuições de natureza administrativa e territorial Parcerias assentes na troca de experiências a nível técnico e na divulgação/organização de eventos
- Promover uma articulação activa entre intervenções estruturais (regionais e sectoriais), numa óptica de complementaridade - Concentrar intervenções em projectos-tipo efectivamente contributivos para o desenvolvimento dos espaços transfronteiriços - Contributos genéricos para o desenvolvimento socioeconómico dos territórios de fronteira - Inclusão de apoios aos equipamentos de suporte à actividade produtiva e às telecomunicações	(Re)orientar projectos, na fase de aplicação dos critérios de selecção, de modo a aprofundar os contributos potenciais do Programa para os “mainstreamings”
Relevância do acompanhamento dos projectos pelas expectativas de promotores e organismos gestores regionais	Concepção de um dispositivo de monitorização, na óptica do acompanhamento e da avaliação que permita dispor regularmente de indicadores de realização e de resultados e de impacte (específicos e gerais)

2.1.2. O processo de programação conjunta

A preparação dos Sub-Programas inter-regionais a candidatar ao INTERREG III-A, constituiu um desafio à capacidade de coordenação de iniciativas de estruturas locais e regionais de cooperação, nomeadamente à possibilidade de aprofundar experiências anteriores, no quadro de competências dos diversos parceiros. As referências seguintes testemunham o perfil de coordenação já atingido nos diversos territórios.

O trabalho técnico de preparação dos diversos Sub-programas transfronteiriços beneficiou, em larga medida, do fortalecimento da cooperação inter-regional ao longo dos últimos anos ao abrigo dos vários protocolos de cooperação existentes entre as Comissões de Coordenação Regional e as Juntas Provinciais.

Esse fortalecimento assenta, nomeadamente, na aproximação entre as diversas entidades sectoriais de ambos os lados da fronteira que na fase de preparação dos Sub-programas se

traduziu num trabalho de concertação de objectivos e de metodologias em torno: das orientações da Comunicação da Comissão; das perspectivas e intenções de investimento dos diversos sectores de intervenção.

O modelo de organização e de funcionamento para a produção de resultados não foi homogéneo, fruto de experiências relativamente diversificadas em matéria de cooperação institucional e de coordenação de iniciativas. De entre os modelos e formatos experimentados é de salientar a constituição de comissões para a abordagem de problemas sectoriais, reunindo responsáveis regionais e locais em inúmeras áreas concretas de cooperação operacional. Cite-se, a título de exemplo, as comissões especializadas do Centro/Alentejo/Estremadura que contemplam a saúde, a toxicodependência, o turismo, a administração local, a acção social, a protecção civil, o património cultural, o emprego, o desporto, a promoção cultural, a educação, a juventude, a agricultura, o ambiente, a indústria, o comércio e empresas, as universidades, as infra-estruturas e a novas tecnologias.

Da actividade destas comissões especializadas destacam-se dois vectores preponderantes:

- abordagem crítica das experiências de cooperação anteriores – envolvendo uma reflexão aprofundada sobre os meios adequados para promover o desenvolvimento transfronteiriço;
- identificação de projectos e de acções a desenvolver em conjunto, orientada para a preparação dos Sub-programas a candidatar ao INTERREG III-A.

Na fase de preparação dos documentos de programação (entre Maio e Agosto de 2000) assistiu-se a uma concentração de iniciativas e acções em coordenação ou por iniciativa das partes portuguesa e espanhola, actividades essas que podem ser agrupáveis da seguinte forma:

(i) *Fundamentação técnica*

- apreciação de resultados das experiências anteriores na base de um balanço fundamentado de pontos fortes e fracos, impactos esperados e factores críticos de sucesso (p.e., Inquérito da Universidade de Évora às entidades intervenientes em projectos INTERREG II);
- identificação de domínios prioritários de intervenção para actuação conjunta das entidades regionais, numa óptica de compatibilização das Medidas e da tipologia de acções;

(ii) *Preparação dos documentos de programação*

- reuniões específicas envolvendo altos responsáveis pelas diferentes áreas sectoriais;
- trabalho preparatório de concertação de projectos e acções conjuntas entre as regiões integradas nos diversos Sub-programas;
- reunião de trabalho de abordagem às características de programação e de funcionamento do INTERREG III-A, envolvendo participantes das regiões transfronteiriças;
- elaboração das Propostas de Acção Conjunta.

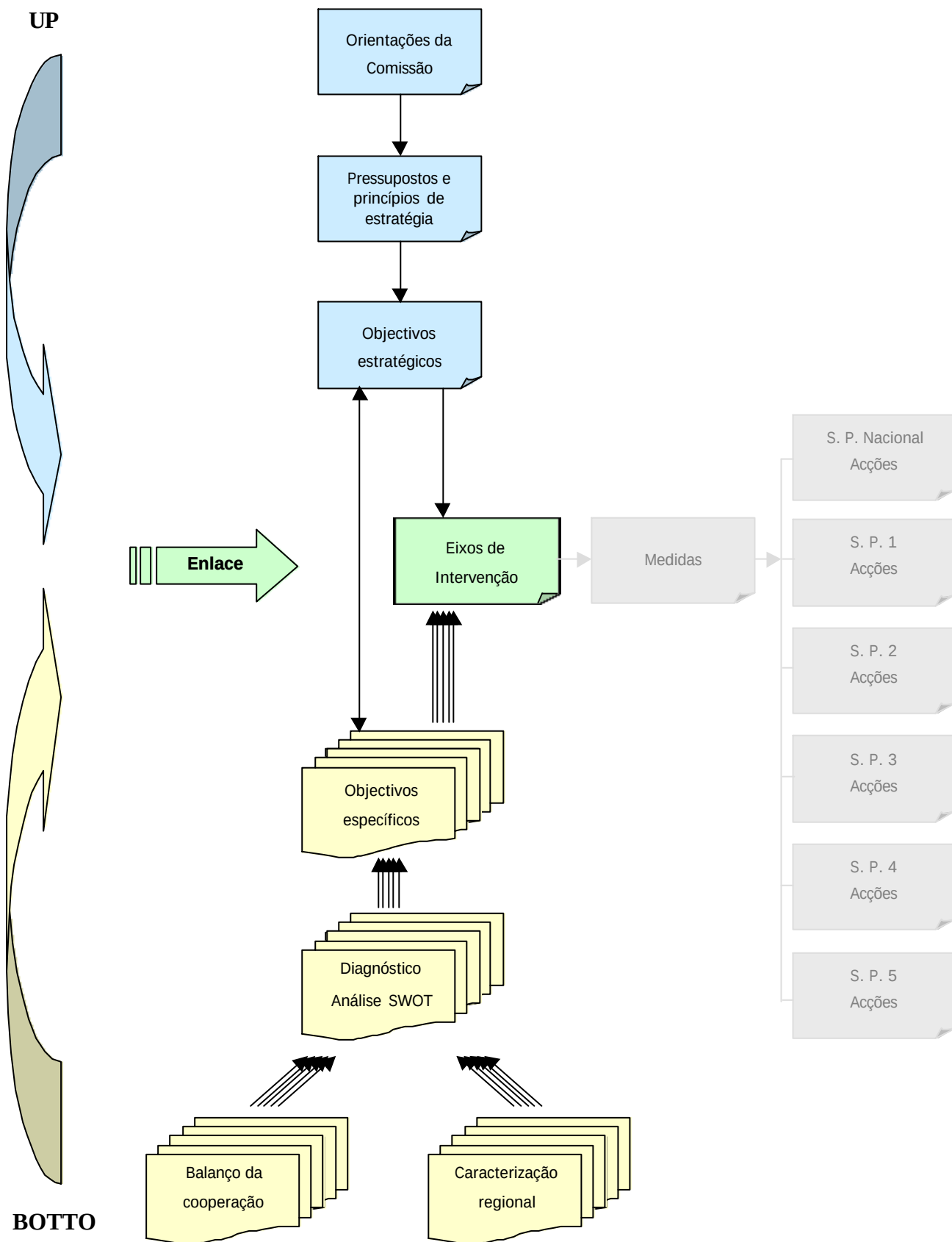
Os processos de trabalho sucintamente referenciados se, por um lado, assentam no aprofundamento de experiências de coordenação anteriores, por outro lado, conduzem o relacionamento institucional formal para um patamar de eficácia potencial que até agora não se havia registado criando, assim, condições acrescidas para a concretização dos objectivos específicos das diferentes medidas do PIC INTERREG III.

Uma descrição detalhada do processo de programação e consulta a nível regional, para cada sub-programa, é apresentada em anexo.

Acresce, ainda, na fase de programação conjunta, a realização de diversas reuniões envolvendo organismos do Governo Português (Direcção Geral do Desenvolvimento Regional) e do Governo Espanhol (Ministério da Hacienda) tendo em vista:

- organizar o processo de programação conjunta, compreendendo as responsabilidades das estruturas centrais e regionais (Comunidades de Trabalho, Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças,...);
- consensualizar opções prioritárias para a Proposta Portugal/Espanha face às orientações estratégicas da Comunicação da Comissão;
- analisar e decidir o enquadramento financeiro da Proposta Conjunta ao PIC INTERREG III-A;
- discutir as modalidades de gestão e acompanhamento do Programa, num novo contexto de partilha de responsabilidades.

PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO CONJUNTO – 1ª FASE



2.2. Orientações estratégicas globais: objectivos e eixos de intervenção

2.2.1. Pressupostos da estratégia

Na perspectiva da Proposta Portugal/Espanha há um conjunto de pressupostos que devem nortear a concepção, a promoção e o desenvolvimento do PIC INTERREG III - Vertente A e que estão intimamente associados ao perfil de objectivos/eixos estratégicos mais adiante apresentados:

(a) Pressupostos associados à concepção

- Aprofundamento do processo de integração europeia que, tendo-se revelado determinante na superação das condições de atraso absoluto das regiões periféricas, representa actualmente um instrumento-chave para a afirmação de capacidade competitiva destas regiões, designadamente através da construção de ligações às redes transeuropeias de transportes e comunicações.
- Articulação activa, no equilíbrio das medidas e da tipologia de acções, entre intervenções orientadas para a competitividade económica (das organizações e dos territórios) e para a coesão social (das populações residentes).
- Articulação activa dos projectos e acções com os demais instrumentos de promoção do desenvolvimento regional (programas nacionais e regionais, designadamente), tendo em vista ampliar o perfil de recursos de excelência e factores endógenos de competitividade que projectem os diversos espaços transfronteiriços no contexto nacional e internacional.

(b) Pressupostos associados à promoção e desenvolvimento

- Sensibilização dos agentes sociais e económicos (públicos, associativos e privados) das diversas regiões para as vantagens mútuas decorrentes da consolidação gradual de um espaço integrado e assente em redes que facilitam a projecção conjunta no exterior. Entidades com a tutela de determinados domínios prioritários de intervenção que não possuem tradição de abordagem do Programa devem identificar zonas de cooperação caracterizadas pelo florescimento de vantagens mútuas.
- Estímulo ao intercâmbio de informação e de saberes proporcionado pela existência frequente de competências distintas em ambos os lados da fronteira, com origem na Universidade, em Centros de investigação e experimentação cuja disseminação permite alargar, nomeadamente, as condições de valorização de mercado. A concepção de iniciativas voluntaristas que partam dessas competências tende a contribuir para incrementar factores de competitividade e reduzir a condição periférica.
- Difusão dos valores e recursos associados à sociedade de informação e do conhecimento, um instrumento com um campo de produção de efeitos vastos, designadamente no domínio da melhoria das condições de vida, da universalização das condições de acesso a bens e serviços e na fluidez das relações económicas.
- Inclusão dos *mainstreaming* - assumidos no enquadramento das diversas políticas da União Europeia - na promoção, gestão e desenvolvimento dos Sub-programas e respectivas Medidas e Linhas de Acção.

2.2.2. Objectivos e eixos da estratégia

A Proposta conjunta de Portugal e Espanha para o Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III - Vertente A, entende a nova geração deste instrumento de financiamento para promover o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos territórios de fronteira, como uma janela de oportunidade com virtualidades próprias para reposicionar o espaço transfronteiriço, com economias periféricas, no seio dos Estados-membros da União Europeia.

Esta ideia de reposicionamento inscreve-se numa visão mais vasta que decorre da necessidade de os territórios (as cidades e as regiões) desenvolverem estratégias de afirmação positiva, como forma de corrigir o seu declínio e perda de influência. O sucesso dessas estratégias depende da capacidade de associar competitividade territorial e sustentabilidade, mobilizando, de modo activo, quer recursos mais tradicionais, quer recursos de inovação e conhecimento.

A competitividade territorial é suportada em duas vertentes/capacidades:

- capacidade de valorizar recursos existentes (naturais e construídos) e recursos com origem na identidade histórica e cultural locais;
- capacidade de atrair e fixar novos recursos susceptíveis de valorizar os factores locativos na competição com outros territórios, pela captação de novos residentes, de investimentos e de fluxos de visitantes.

A sustentabilidade estratégica decorre de um forte nexo de relação existente entre os recursos território e ambiente (nas vertentes de ordenamento e de protecção/valorização) e as componentes imateriais de desenvolvimento (potencial humano e sociedade do conhecimento):

- o território, em intervenções vincadamente de estruturação das redes de acessibilidades inter-regionais e de criação de condições de atracção do investimento produtivo para fora dos eixos de localização tradicional;
- o ambiente, em intervenções articuladas com o ordenamento do território mas também em intervenções ligadas à reorganização dos espaços ocupados pelas actividades económicas, como é o caso no âmbito da Faixa Pirítica Ibérica;
- a Sociedade de Informação, na óptica do acolhimento dos aspectos ligados à inovação e ao conhecimento e facilitados pela existência de recursos de partida, nomeadamente, ligados às Universidades e outros centros de competência;
- a formação de competências centrada na valorização do potencial humano (qualificações de base, profissionais e superiores) dinamicamente associadas às exigências da empregabilidade, mas também da competitividade económica e territorial.

A procura de condições para a afirmação positiva das economias periféricas das zonas fronteiriças deverá, assim, assentar na qualificação dos vários sistemas/recursos regionais com destaque para a organização territorial, a especialização económica, as redes de infra-estruturas e de equipamentos, os valores naturais e a biodiversidade, os espaços urbanos e rurais.

Esta visão de abordagem do PIC INTERREG III vai ao encontro das orientações estratégicas dos fundos estruturais e das políticas comunitárias, referidas na Comunicação da Comissão, designadamente nos vectores da *"melhoria da competitividade das zonas abrangidas"*, da *"introdução de políticas de desenvolvimento sustentável"*, e da *"criação de postos de trabalho"*, num contexto de fomento da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego e ao rendimento.

A concretização desta visão exigente da cooperação transfronteiriça - exigente porque centrada

numa efectiva transformação estrutural dos territórios abrangidos e potenciando as respectivas estratégias de desenvolvimento regional - pressupõe fazer melhor o que de positivo já foi alcançado e inovar em torno de áreas de intervenção que contribuam para ampliar as pontes de cooperação, nomeadamente aproximando-as do terreno material do fortalecimento das estruturas económicas, condição para o reforço das capacidades competitivas.

Os elementos de diagnóstico procuraram deixar claro, para a generalidade dos espaços transfronteiriços, que existe, com carácter de persistência, um conjunto de problemas que motiva:

- a adopção de apoios do INTERREG num contexto de consolidação dos laços de cooperação;
- a orientação dos apoios para domínios do fortalecimento da base produtiva e da valorização de mercado das produções locais.

Nesta perspectiva, existe uma conexão intensa entre necessidades-tipo identificadas/objectivos específicos das principais prioridades/indicadores específicos e gerais do Programa.

Necessidades prioritárias	Objectivos específicos
Prioridade 1. Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	
Acessibilidade no seio dos espaços transfronteiriços (bens e mercadorias e pessoas) Relações económicas geradoras de emprego e fixação de populações Actividades económicas que aproveitem e valorizem os recursos endógenos	Facilitar a integração económica e de mercado dos espaços transfronteiriços, ibérico e europeu; aumentar os fluxos de investimento, de relações económicas e de visitantes entre ambos os países; ordenar e qualificar os territórios transfronteiriços com vista a melhorar a sua capacidade competitiva; promover a integração territorial e o desenvolvimento dos espaços rurais transfronteiriços e das suas actividades de especialização.
Prioridade 2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	
Preservação de recursos ambientais, a par da valorização económica dos mesmos Aproveitamento turístico de recursos do património natural e construído Diversificação de fontes de abastecimento energético	Promover as condições necessárias à sustentabilidade dos usos no domínio do ambiente, dos espaços naturais e dos recursos hídricos das zonas de fronteira; proteger e integrar numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos naturais, patrimoniais, culturais e de identidade dos territórios transfronteiriços; promover a actividade turística assegurando a protecção e valorização das diversas vertentes do património (natureza, cultura e história); promover a diversificação das fontes de abastecimento energético mediante o aproveitamento de fontes renováveis.
Prioridade 3 – Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade	
Construir uma base económica com componentes produtivas e de inovação Fixar competências escolares e profissionais	Criar capacidade competitiva inter-regional a partir do fortalecimento do tecido empresarial e da base produtiva; promover a inovação e os níveis de desenvolvimento tecnológico das actividades das empresas e das organizações regionais; fortalecer as economias locais com base no alargamento e qualificação da oferta de serviços às actividades de especialização das zonas de fronteira;

	promover a qualificação dos recursos humanos e a equidade de acesso ao mercado de trabalho transfronteiriço.
Prioridade 4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional	
Criação de equipamentos e serviços locais de carácter conjunto Existência de mecanismos de cooperação técnica e institucional para reforçar a eficácia da cooperação transfronteiriça	Desenvolver níveis de integração social entre os espaços transfronteiriços, nomeadamente nos domínios da saúde e da inserção de grupos sociais desfavorecidos; aumentar os níveis de cobertura inter-regional em matéria de equipamentos e de serviços de apoio às famílias e às pessoas; consolidar/institucionalizar os mecanismos de cooperação transfronteiriça.

O conjunto de medidas e objectivos específicos que estruturam o PO Portugal/Espanha é largamente tributário da arquitectura de eixos estratégicos e respectivos objectivos no âmbito do Programa. Os traços de diagnóstico socio-económico e territorial apresentam uma homogeneidade acentuada dos espaços sub-regionais com ligeiros elementos de diferenciação que fundamentam o peso assumido por alguns objectivos específicos e categorias de acções em determinados sub-espacos transfronteiriços.

Elementos-chave de diagnóstico	Orientações predominantes do quadro de objectivos dos Sub-programas
Galiza Norte de Portugal	
Capacidade de atracção do investimento estrangeiro Consolidação da base económica da Euro-região Racionalização do uso de equipamentos e serviços de apoio à actividade económica	Relevância das acções de cooperação de base económica e empresarial Reforço de instrumentos/serviços de apoio à actividade económica Integração social e mercado de trabalho
Castilla Y León - Norte de Portugal	
Carências infraestruturais nos domínios das acessibilidades, equipamentos e serviços Evolução da procura de mercado das componentes de turismo alternativo Acessibilidades intra-regionais acentuam isolamento face ao exterior Consolidação de infra-estruturas logísticas e de acolhimento de actividades industriais Dotação de recursos extractivos	Redes de transportes e comunicações Estudos de viabilidade, renovação da rede – infra-estruturas rodó e ferroviárias Desenvolvimento de iniciativas empresariais (instrumentos financeiros e outras ajudas ao investimento) Desenvolvimento agrícola e rural sustentável
Alentejo - Centro de Portugal e Extremadura	
Valências económicas de empreendimentos hidro-agrícolas Articulação litoral continental interior de Espanha Qualidade das produções regionais/necessidade de incorporar factores de inovação	Diversificação das actividades económicas a partir da melhoria das estruturas agrícolas Estímulo ao desenvolvimento das PME e micro empresas Reforço do potencial científico e tecnológico
Andaluzia/Algarve/Alentejo	
Organização das produções primárias e distribuição das redes de comercialização Valorização do potencial turístico e do lazer Sustentabilidade e recuperação dos recursos ambientais (orla costeira, Faixa Pirítica Ibérica, biodiversidade,...)	Relevância de acções orientadas para a sustentabilidade económica e ambiental dos projectos de turismo e lazer Investigação no domínio das actividades agrícolas florestais (culturas mediterrânicas) Integração territorial com recurso a

	acessibilidades estruturantes Recuperação ambiental e desenvolvimento sustentável de espaços degradados pelas actividades mineiras (Faixa Pirítica Ibérica)
--	--

A formulação de objectivos/eixos estratégicos, a que se procede nos pontos seguintes, responde assim:

- (i) por um lado, aos elementos de diagnóstico/necessidades prioritárias dos espaços de cooperação transfronteiriça; e
- (ii) por outro lado à apropriação para o Espaço Transfronteiriço Portugal-Espanha das orientações e domínios prioritários da Iniciativa Comunitária e tem em vista *aprofundar potencialidades comuns, promover condições para o desenvolvimento económico e contribuir para o bem estar das populações e repor a coesão social, preocupações assentes no aprofundamento de experiências de cooperação anterior e na integração gradual dos territórios.*

Eixo estratégico 1.

Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço

As necessidades de reposicionamento geoeconómico, no âmbito da correcção gradual da condição periférica dos territórios de fronteira, vão no sentido de atribuir uma forte prioridade às infra-estruturas de comunicação procurando criar limiares de acessibilidade que atenuem (em alguns casos, será possível eliminar) o afastamento das redes transeuropeias e alterar as relações de atracção de fluxos de investimento e de visitantes.

Os investimentos em matéria de acessibilidade e redes de comunicações, para além de traduzirem obrigatoriamente abordagens comuns aos territórios abrangidos por cada Sub-programa, devem reflectir preocupações ambientais, de ordenamento do território e de desenvolvimento sustentável, nomeadamente em vista da qualificação das zonas costeiras e da revalorização dos recursos endógenos. Nesta última componente assumem particular relevância os vastos territórios rurais de ambos os lados da fronteira que constituem campos de necessidade, e também de oportunidade, para a cooperação inter-regional.

Objectivos estratégicos

- facilitar a integração económica e de mercado dos espaços transfronteiriço, ibérico e europeu;
- aumentar os fluxos de investimento, de relações económicas e de visitantes entre ambos os países;
- ordenar e qualificar os territórios transfronteiriços com vista a melhorar a sua capacidade competitiva;
- promover a integração territorial e o desenvolvimento dos espaços rurais transfronteiriços e das suas actividades de especialização.

Eixo estratégico 2.

Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais

A visão estratégica para os territórios transfronteiriços assenta na consolidação de limiares de recursos, fomentando redes e níveis primários de inter-relação e aproveitando complementaridades existentes e geradas a partir da inovação e do conhecimento). O desenvolvimento de condições de valorização de mercado para os recursos do património natural e construído deve ocorrer num quadro que garanta a sustentabilidade dos valores e recursos naturais e da identidade dos territórios.

Trata-se de integrar nas estratégias de dinamização da actividade económica um conjunto diversificado de recursos (natureza, história, tradições culturais,...) com potenciais de procura próprios e cuja organização económica é geradora de oportunidades de emprego e de integração sócio-profissional das populações, como o comprovam o aproveitamento dos recursos turísticos e o fomento das energias renováveis.

A sustentabilidade da paleta diversificada dos recursos destes espaços de fronteira, a par da sua promoção externa nos diferentes mercados de implantação, na óptica do “marketing” territorial que valorize complementaridades específicas, constitui um terreno promissor para actuações conjuntas.

Objectivos estratégicos

- promover as condições necessárias à sustentabilidade dos usos no domínio do ambiente, dos espaços naturais e dos recursos hídricos das zonas de fronteira;
- proteger e integrar numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos naturais, patrimoniais, culturais e de identidade dos territórios transfronteiriços;
- promover a actividade turística assegurando a protecção e valorização das diversas vertentes do património (natureza, cultura e história);
- promover a diversificação das fontes de abastecimento energético mediante o aproveitamento de fontes renováveis.

Eixo estratégico 3

Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade

A necessidade de romper com modelos tradicionais de organização da actividade económica, de valorização dos recursos e de ocupação das populações (amplamente limitadas nas comunidades das regiões marginais), encontra hoje respostas promissoras na margem de crescimento resultante da incorporação de tecnologias de informação e da comunicação nas várias dimensões das relações económicas, sociais e económicas.

Nesta perspectiva, pretende-se incentivar e organizar a cooperação empresarial (dar uma base económica à cooperação transfronteiriça), estimular novas iniciativas empresariais de base local e assegurar condições para desenvolver a inovação e a transferência de I&D em domínios-chave dos padrões produtivos dos vários espaços de fronteira (p.e., a exploração florestal, agro-industrial, actividades de aproveitamento de recursos endógenos ambientais e

naturais, património construído, actividades turísticas e de lazer).

Os desenvolvimentos recentes da sociedade de informação e do conhecimento, apoiados num novo papel das competências humanas e da mobilidade, devem fertilizar as intervenções no âmbito da Iniciativa Comunitária de modo a assegurar impactes positivos nas estruturas territoriais, ambientais e socioeconómicas das regiões de fronteira.

Objectivos estratégicos

- criar capacidade competitiva inter-regional a partir do fortalecimento do tecido empresarial e da base produtiva;
- promover a inovação e os níveis de desenvolvimento tecnológico das actividades das empresas e das organizações regionais;
- fortalecer as economias locais com base no alargamento e qualificação da oferta de serviços às actividades de especialização das zonas de fronteira;
- promover a qualificação dos recursos humanos e a equidade de acesso ao mercado de trabalho transfronteiriço.

Eixo estratégico 4

Fomento da cooperação e integração social e institucional

Uma visão mais exigente da cooperação transfronteiriça, que tenha por finalidade ampliar resultados e fortalecer as redes necessárias para dotar de massa crítica própria os espaços sub-regionais, pressupõe o aprofundamento das experiências de cooperação das gerações anteriores do Programa.

Nesta perspectiva, importa dotar o espaço transfronteiriço de um quadro institucional e de iniciativas que estimulem a cooperação e a alarguem a novos domínios de que são exemplo: a sustentabilidade ambiental, a requalificação urbana, o ordenamento do território, a inovação económica e a harmonização da legislação, designadamente em matérias sócio-laborais.

A possibilidade de (re)criar novas parcerias (públicas-públicas e públicas-associativas, nomeadamente) e de aprofundar experiências de coordenação no seio de comissões específicas, é indispensável dadas as características inter-institucionais desses domínios prioritários.

Objectivos estratégicos

- desenvolver os níveis de integração social entre os espaços transfronteiriços, nomeadamente nos domínios da saúde e da inserção de grupos sociais desfavorecidos;
- aumentar os níveis de cobertura inter-regional em matéria de equipamentos e de serviços de apoio às famílias e às pessoas;
- consolidar/institucionalizar os mecanismos de cooperação transfronteiriça.

Eixo operacional

Assistência Técnica

A Assistência Técnica do programa financiará os custos decorrentes das operações de gestão, execução, supervisão e controlo, bem como despesas com estudos, acções de informação e divulgação e avaliações externas, cuja elegibilidade é definida pela regra 11 do Regulamento (CE) nº 1685 da Comissão. Este Eixo prioritário estrutura-se em duas medidas distintas de acordo com a tipologia das despesas definida na citada Regra, cujo detalhe será apresentado no Complemento de Programação.

Deverão ser asseguradas também duas vertentes de carácter estratégico:

- uma, ligada à concepção e desenvolvimento de estudos e de produção de estatísticas comuns suportadas em dados quantitativos mas também na recolha de elementos qualitativos que reflectam, com actualidade, a evolução socioeconómica das regiões transfronteiriças;
- outra, ligada ao balanço regular relativo aos resultados e impacto das diversas intervenções dos fundos estruturais que têm incidência nos espaços transfronteiriços e que pelas vias regional e sectorial promovem efeitos em domínios idênticos aos prosseguidos pelo INTERREG III (acessibilidades e comunicação, desenvolvimento rural, dinamização económica e empresarial, coesão social e económica,...).

Nesta perspectiva, a Assistência Técnica do Programa contém recursos de financiamento para assegurar a concepção e montagem de um dispositivo de acompanhamento do tipo Painel de Observação no qual deverão ter assento, para além das estruturas técnicas de coordenação dos Sub-programas, representantes técnicos das entidades gestoras das demais intervenções regionais e sectoriais e peritos, com um perfil de atribuições e competências ligado a:

- acompanhamento dos resultados das diversas intervenções (Programas Operacionais e Iniciativas Comunitárias) com incidência nas zonas de fronteira;
- identificação e avaliação de efeitos das acções co-financiadas por aquelas Intervenções e Programas;
- identificação de domínios de reorientação de investimento, com reflexos na aplicação de critérios de selecção de projectos.

Objectivos estratégicos

- qualificação das funções de coordenação, gestão e acompanhamento;
- avaliação de resultados e efeitos do Programa por relação aos objectivos programados e tendo presente as demais Intervenções estruturais com impacto no território transfronteiriço;
- criação de dispositivos de informação estatística comum.

2.3. Estrutura de medidas e respectivos objectivos específicos

Eixo Estratégico 1.

Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço

Medida de Intervenção 1.1. Infra-estruturas de transportes e comunicações de importância transfronteiriça

Objectivos específicos

- Melhorar a permeabilidade dos espaços transfronteiriços com vista a aumentar a eficiência das deslocações de pessoas e bens entre os principais centros urbanos, designadamente dos transportes públicos e a reforçar as ligações às redes ibéricas e transeuropeias de transportes, tendo em conta as preocupações ambientais;
- Promover a articulação coerente e eficaz entre os diversos modos de transporte de ambos os lados da fronteira;
- Melhorar as ligações locais das redes rodo-ferroviárias de modo a aumentar a conectividade dos territórios de proximidade;
- Melhorar as redes de telecomunicações indispensáveis ao desenvolvimento das condições de acesso às diversas aplicações da sociedade da informação.

Medida de Intervenção 1.2. Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças

Objectivos específicos

- Fortalecer a rede de cidades médias nos domínios dos equipamentos colectivos e da reabilitação urbana e patrimonial;
- Reforçar a integração territorial na base de mecanismos de ordenamento conjunto dos espaços transfronteiriços que podem implicar a elaboração coordenada de planos de ordenamento territorial;
- Promover o ordenamento espacial das actividades económicas mediante a oferta de espaços infraestruturados;
- Valorizar os espaços urbanos e as zonas costeiras, aos níveis urbanístico-ambiental e paisagístico;
- Desenvolver a cooperação entre áreas urbanas e rurais com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

Medida de Intervenção 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Objectivos específicos

- Apoiar a construção e adaptação de infra-estruturas e equipamentos de suporte ao desenvolvimento das áreas rurais;
- Incrementar a integração de mercado dos produtos agro-rurais mediante o apoio a acções facilitadoras do acesso dos pequenos produtores, nomeadamente, no domínio da (re)organização das produções primárias;
- Promover as potencialidades específicas dos territórios rurais de ambos os lados da fronteira;
- Reforçar o associativismo agro-rural enquanto instrumento de dinamização socioeconómica dos meios rurais;
- Aprofundar as áreas da informação e da investigação científica e experimental em torno

das culturas e produções tradicionais

Eixo Estratégico 2.

Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais

Medida de Intervenção 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Objectivos específicos

- Melhorar a qualidade ambiental dos centros urbanos, nomeadamente corrigindo os desequilíbrios associados à sobrecarga de utilização imobiliário-turística dos centros urbanos do litoral;
- Promover uma articulação racional entre intervenções florestais que estimulem a protecção ambiental, incluindo a prevenção e combate a incêndios, e assegurem níveis de aproveitamento económico da floresta adequados à sustentação dos rendimentos das populações rurais;
- Apoiar intervenções orientadas para o planeamento e gestão coordenada dos recursos hídricos, designadamente das mais importantes bacias hidrográficas comuns;
- Promover acções de protecção e conservação do ambiente, incluindo a gestão e reabilitação de espaços naturais comuns;
- Desenvolver a cooperação em matéria de ordenamento cinegético e caça, recursos piscícolas e pesca;
- Revitalização e regeneração das áreas que apresentam problemas ambientais, recessão económica e crise dos sectores industriais tradicionais.

Medida de Intervenção 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local

Objectivos específicos

- Recuperar e revitalizar em rede os diversos elementos do património histórico, arquitectónico, etnográfico e cultural;
- Contribuir para o reforço das identidades locais mediante a promoção de produtos culturais (arqueologia, arquitectura, artesanato, gastronomia, eventos de raiz etnográfica, ...), num contexto de oferta conjunta;
- Associar estratégias de valorização de património cultural e histórico a intervenções de renovação urbana, tanto nas cidades médias, como nos pequenos aglomerados.
- Apoio à criação e/ou utilização de infra-estruturas culturais transfronteiriças.

Medida de Intervenção 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Objectivos específicos

- Promover o conhecimento aprofundado das potencialidades de diversificação das fontes de abastecimento energético, quer nas regiões de interior, quer nas zonas litorais;
- Estimular a utilização racional e eficiente dos recursos energéticos, por parte das

empresas, dos organismos públicos e dos particulares.

Medida de Intervenção 2.4. Valorização turística do património

Objectivos específicos

- Conceber uma oferta conjunta de produtos turísticos com poder diferenciador orientando-a para os mercados de implantação mais adequados;
- Valorizar produtos turísticos comuns que assentem nos valores ambientais e patrimoniais das zonas de fronteira, estimulando a sua utilização/fruição de modo sustentável;
- Promover acções de dinamização e animação cultural que visem a afirmação de mercado dos espaços transfronteiriços como destinos turísticos qualificados.

Eixo Estratégico 3.

Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade

Medida de Intervenção 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial da base produtiva

Objectivos específicos

- Identificar os impactos de internacionalização e da globalização da economia nas regiões periféricas e as novas condições a construir para o desenvolvimento estrutural das empresas e dos territórios;
- Conceber e desenvolver instrumentos financeiros transfronteiriços de apoio ao tecido empresarial das PME e Micro-Empresas
- Promover a intensificação e diversificação das relações entre empresas e associações empresariais com vista a explorar oportunidades de negócio;
- Valorizar recursos produtivos endógenos a partir da criação de condições logísticas e de iniciativa que favoreçam processos transfronteiriços de transformação.

Medida de Intervenção 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade de informação

Objectivos específicos

- Estimular a criação de ambientes favoráveis à cooperação empresarial, científica e tecnológica, nomeadamente a partir do desenvolvimento de experiências de trabalho comum;
- Valorizar a produção e a disseminação de resultados dos processos de inovação e de desenvolvimento tecnológico realizados em conjunto por instituições de I&D de ambos os lados da fronteira.
- Apoiar a concepção e desenvolvimento de acções conjuntas com a finalidade de promover a investigação técnica e científica em domínios orientados para a valorização de recursos regionais;
- Dinamizar o crescimento da utilização das diversas expressões técnicas da sociedade de informação, com destaque para o comércio electrónico, o tele-trabalho e a modernização dos serviços públicos, a partir da introdução das novas tecnologias de informação e de

comunicação.

Medida de Intervenção 3.3. Dinamização socioeconómica local, agrária e serviços

Objectivos específicos

- Promover as condições de desenvolvimento das economias locais, valorizando factores de atratividade e estimulando os potenciais de iniciativa existentes e mobilizáveis;
- Contribuir para a criação de limiares de funcionalidade económica nos espaços transfronteiriços, nomeadamente através da reorientação da oferta de equipamentos e serviços públicos;
- Promover os recursos produtivos e outros de base local junto dos mercados tendo em vista a atracção de investidores externos e de fluxos de visitantes;
- Estimular um melhor aproveitamento dos sistemas agro-florestais mediante a oferta de serviços (consultoria técnica e de gestão, ...), em condições favoráveis.

Medida de Intervenção 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Objectivos específicos

- Fomentar a cooperação nas áreas do ensino e da formação profissional, tendo em vista promover o intercâmbio de competências e de modalidades de aprendizagem;
- Facilitar o acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade de oportunidades que contribuam, nomeadamente para a colocação de desempregados;
- Estimular o desenvolvimento de iniciativas-piloto que envolvam entidades públicas, associativas e privadas, assentes na ligação entre iniciativa económica e empregabilidade.

Eixo Estratégico 4

Fomento da cooperação e integração social e institucional

Medida de Intervenção 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional

Objectivos específicos

- Estabelecer mecanismos de cooperação nos domínios da saúde e da acção social tendo em vista reforçar os níveis de cobertura e atendimento das populações raianas;
- Promover as condições (logísticas e outras) indispensáveis ao reforço da cooperação entre os jovens, na perspectiva da integração social das populações raianas;
- Criar as condições necessárias à garantia de direitos e regalias sociais para os trabalhadores fronteiriços, permanentes e sazonais, evoluindo gradualmente para a harmonização dos regimes de segurança social e da legislação laboral;
- Promover uma maior integração sócio-cultural entre as populações raianas.

Medida de Intervenção 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Objectivos específicos

- Promover a utilização em rede de equipamentos sociais, culturais e de lazer;
- Estabelecer mecanismos de cooperação para a circulação de informação nos domínios da educação, da formação e do emprego;
- Contribuir para a criação de serviços associados às novas tecnologias da informação e da comunicação e para a sua difusão junto das famílias e das empresas.

Medida de Intervenção 4.3. Estruturas institucionais para a Cooperação

Objectivos específicos

- Melhorar a eficácia dos dispositivos e processos de cooperação transfronteiriça;
- Promover o estabelecimento de redes de cooperação intermunicipal, nomeadamente, nos domínios da gestão e ordenamento do território, do desenvolvimento empresarial e da integração social;
- Dinamizar a cooperação entre entidades da administração pública regional de ambos os lados da fronteira e entre estas e os agentes económicos, sociais e culturais;
- Desenvolver a cooperação na acção, sensibilização e informação para a prevenção de riscos e catástrofes naturais e no domínio da protecção civil.
- Ampliar o apoio às estruturas de cooperação transfronteiriças já constituídas ou a constituir com vista ao reforço do seu papel de promoção e dinamização conjunta do Programa e apoio técnico aos órgãos de decisão

Eixo Operacional

Assistência técnica

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a “plafond”.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna da intervenção e das operações;
- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;
- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;

Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

2.4. Relação entre as Medidas e os Objectivos específicos na óptica das linhas directrizes

Na página seguinte, apresenta-se um conjunto de quadros que relacionam os objectivos específicos de cada uma das medidas do DOCUP com as prioridades definidas no âmbito dos “mainstreamings” comunitários:

- Preservação e valorização do ambiente;
- Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Desenvolvimento da sociedade da informação.

Posteriormente, no Complemento de Programação, identificar-se-á, perante a tipologia de projectos de cada medida, o tipo de vínculo específico existente.

RELAÇÃO ENTRE AS MEDIDAS E OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS NA ÓPTICA DAS POLÍTICAS TRANSVERSAIS

- AMBIENTE -

EIXOS	EIXO 1			EIXO 2				EIXO 3				EIXO 4		
MEDIDAS	MED 1.1	MED 1.2	MED 1.3	MED 2.1	MED 2.2	MED 2.3	MED 2.4	MED 3.1	MED 3.2	MED 3.3	MED 3.4	MED 4.1	MED 4.2	MED 4.3
Objectivos específicos (ver legenda na página seguinte)				OE 2.1.1		OE 2.3.1								
		OE 1.2.2		OE 2.1.2		OE 2.3.2	OE 2.4.2							OE 4.3.2
		OE 1.2.3		OE 2.1.3										
	OE 1.1.4	OE 1.2.4		OE 2.1.4						OE 3.3.4				OE 4.3.4
		OE 1.2.5		OE 2.1.5										

- IGUALDADE DE OPORTUNIDADES -

EIXOS	EIXO 1			EIXO 2				EIXO 3				EIXO 4		
MEDIDAS	MED 1.1	MED 1.2	MED 1.3	MED 2.1	MED 2.2	MED 2.3	MED 2.4	MED 3.1	MED 3.2	MED 3.3	MED 3.4	MED 4.1	MED 4.2	MED 4.3
Objectivos específicos (ver legenda na página seguinte)		OE 1.2.1	OE 1.3.1							OE 3.3.1		OE 4.1.1	OE 4.2.1	
					OE 2.2.2		OE 2.4.2			OE 3.3.2	OE 3.4.2			
	OE 1.1.3													
			OE 1.3.4											

- SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO -

EIXOS	EIXO 1			EIXO 2				EIXO 3				EIXO 4		
MEDIDAS	MED 1.1	MED 1.2	MED 1.3	MED 2.1	MED 2.2	MED 2.3	MED 2.4	MED 3.1	MED 3.2	MED 3.3	MED 3.4	MED 4.1	MED 4.2	MED 4.3
Objectivos específicos (ver legenda na página seguinte)						OE 2.3.1		OE 3.1.1	OE 3.2.1		OE 3.4.1			
								OE 3.1.2	OE 3.2.2				OE 4.2.2	OE 4.3.2
								OE 3.1.3	OE 3.2.3				OE 4.2.3	
	OE 1.1.4								OE 3.2.4	OE 3.3.4				
		OE 1.2.5	OE 1.3.5											

Objectivos específicos relacionados com a preservação e valorização do ambiente

- O.E.1.1.4. Melhorar as redes de telecomunicações indispensáveis para o desenvolvimento de condições de acesso às diversas aplicações da sociedade da informação
- O.E. 1.2.2. Reforçar a integração territorial na base de mecanismos de ordenamento conjunto dos espaços transfronteiriços que podem implicar a elaboração coordenada de planos de ordenamento territorial
- O.E. 1.2.3. Promover o ordenamento espacial das actividades económicas mediante a oferta de espaços infraestruturados
- O.E. 1.2.4. Valorizar os espaços urbanos e as zonas costeiras, aos níveis urbanístico-ambiental e paisagístico
- O.E. 1.2.5. Desenvolver a cooperação entre as áreas urbanas e rurais, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável
- O.E. 2.1.1. Melhorar a qualidade ambiental dos centros urbanos, em especial corrigindo os desequilíbrios associados à sobrecarga de utilização imobiliário-turística dos centros urbanos do litoral
- O.E. 2.1.2. Promover uma articulação racional entre intervenções florestais que estimulem a protecção ambiental incluindo a prevenção e luta contra incêndios e assegurem níveis de aproveitamento económico dos bosques adequados à sustentabilidade dos rendimentos das populações rurais
- O.E. 2.1.3. Apoiar intervenções orientadas ao planeamento e gestão coordenada dos recursos hidráulicos, em especial os das mais importantes bacias hidrográficas comuns
- O.E. 2.1.4. Promover acções de protecção e conservação do meio ambiente, incluindo a gestão e reabilitação do meio ambiente
- O.E. 2.1.5. Desenvolver a cooperação em matéria de ordenamento cinegético, caça, recursos piscícolas e pesca
- O.E. 2.3.1. promover o conhecimento aprofundado das potencialidades de diversificação das fontes de abastecimento energético, quer nas regiões de interior, quer nas zonas litorais
- O.E. 2.3.2. Estimular a utilização racional e eficiente dos recursos energéticos, por parte das empresas, dos organismos públicos e dos particulares
- O.E. 2.4.2. Identificar produtos turísticos comuns que assentem nos valores ambientais e patrimoniais das zonas de fronteira, estimulando a sua utilização/desfrute de modo sustentável
- O.E. 3.3.4. Estimular um melhor aproveitamento dos sistemas agro-florestais mediante a oferta de serviços (assessoria técnica e gestão, etc) em condições favoráveis
- O.E. 4.3.2. Promover o estabelecimento de redes de cooperação intermunicipal, em especial nos campos da gestão e do ordenamento do território, do desenvolvimento empresarial e da integração social
- O.E. 4.3.4. Desenvolver a cooperação no campo das acções, sensibilização e informação para a prevenção de riscos e catástrofes naturais e protecção civil.

Objectivos específicos relacionados com a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres

- OE 1.1.3. Melhorar as ligações locais das redes rodo-ferroviárias de modo a aumentar a conectividade dos territórios de proximidade;
- OE 1.2.1. Fortalecer a rede de cidades médias nos domínios dos equipamentos colectivos e da reabilitação urbana e patrimonial;
- OE 1.3.1. Apoiar a construção e adaptação de infra-estruturas e equipamentos de suporte ao desenvolvimento das áreas rurais;
- OE 1.3.4. Reforçar o associativismo agro-rural enquanto instrumento de dinamização socioeconómica dos meios rurais;
- OE 2.2.2. Contribuir para o reforço das identidades locais mediante a promoção de produtos culturais (arqueologia, arquitectura, artesanato, gastronomia, eventos de raiz etnográfica, ...), num contexto de oferta conjunta;

OE 2.4.2. Identificar produtos turísticos comuns que assentem nos valores ambientais e patrimoniais das zonas de fronteira, estimulando a sua utilização/desfrute de modo sustentável;

OE 3.3.1. Promover as condições de desenvolvimento das economias locais, valorizando factores de atractividade e estimulando os potenciais de iniciativa existentes e mobilizáveis;

OE 3.3.2. Contribuir para a criação de limiares de funcionalidade económica nos espaços transfronteiriços, nomeadamente através da reorientação da oferta de equipamentos e serviços públicos;

OE 3.4.2. Facilitar o acesso ao mercado de trabalho em condições de igualdade de oportunidades que contribuam, nomeadamente para a colocação de desempregados;

OE 4.1.1. Estabelecer mecanismos de cooperação nos domínios da saúde e da acção social tendo em vista reforçar os níveis de cobertura e atendimento das populações raianas;

OE 4.2.1. Promover a utilização em rede de equipamentos sociais, culturais e de lazer.

Objectivos específicos relacionados com o desenvolvimento da sociedade da informação

OE 1.1.4. Melhorar as redes de telecomunicações indispensáveis ao desenvolvimento das condições de acesso às diversas aplicações da sociedade da informação.

OE 1.2.5. Desenvolver a cooperação entre áreas urbanas e rurais com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.

OE 1.3.5. Aprofundar as áreas da informação e da investigação científica e experimental em torno das culturas e produções tradicionais

OE 2.3.1. Promover o conhecimento aprofundado das potencialidades de diversificação das fontes de abastecimento energético, quer nas regiões de interior, quer nas zonas litorais;

OE 3.1.1. Identificar os impactos de internacionalização e da globalização da economia nas regiões periféricas e as novas condições a construir para o desenvolvimento estrutural das empresas e dos territórios;

OE 3.1.2. Promover a intensificação e diversificação das relações entre empresas e associações empresariais com vista a explorar oportunidades de negócio;

OE 3.1.3. Promover a intensificação e diversificação das relações entre empresas e associações empresariais com vista a explorar oportunidades de negócio;

OE 3.2.1. Estimular a criação de ambientes favoráveis à cooperação empresarial, científica e tecnológica, nomeadamente a partir do desenvolvimento de experiências de trabalho comum;

OE 3.2.2. Valorizar a produção e a disseminação de resultados dos processos de inovação e de desenvolvimento tecnológico realizados em conjunto por instituições de I&D de ambos os lados da fronteira.

OE 3.2.3. Apoiar a concepção e desenvolvimento de acções conjuntas com a finalidade de promover a investigação técnica e científica em domínios orientados para a valorização de recursos regionais;

OE 3.2.4. Dinamizar o crescimento da utilização das diversas expressões técnicas da sociedade de informação, com destaque para o comércio electrónico, o tele-trabalho e a modernização dos serviços públicos, a partir da introdução das novas tecnologias de informação e de comunicação.

OE 3.3.4. Estimular um melhor aproveitamento dos sistemas agro-florestais mediante a oferta de serviços (consultoria técnica e de gestão, ...), em condições favoráveis.

OE 3.4.1. Fomentar a cooperação nas áreas do ensino e da formação profissional, tendo em vista promover o intercâmbio de competências e de modalidades de aprendizagem;

OE 4.2.2. Estabelecer mecanismos de cooperação para a circulação de informação nos domínios da educação, da formação e do emprego;

OE 4.2.3. Contribuir para a criação de serviços associados às novas tecnologias da informação e da comunicação e para a sua difusão junto das famílias e das empresas.

OE 4.3.2. Promover o estabelecimento de redes de cooperação intermunicipal, nomeadamente, nos domínios da gestão e ordenamento do território, do desenvolvimento empresarial e da integração social;

2.5. Apresentação de indicadores e definição de metas

a) Enquadramento dos indicadores

A avaliação ex-ante traçou um quadro-síntese de necessidades prioritárias fortemente articulado (*dimensão de coerência*) com o perfil de objectivos específicos associado a cada Prioridade. O sistema de indicadores que consta da Proposta de P.O. beneficia, no essencial, do exercício de identificação sistemática da tipologia de acções a apoiar realizado pelos avaliadores externos, exercício que desenha campos de produção de efeitos (criação de empregos, sustentabilidade, integração socioeconómica, acessibilidades intra-fronteiras, melhoria de qualidade de vida, ...).

O Relatório de Avaliação ex-ante integra as listagens de indicadores que foram retidas no texto do Programa Operacional.

Necessidades prioritárias	Campos de produção de efeitos
Prioridade 1. Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	
Acessibilidade no seio dos espaços transfronteiriços (bens e mercadorias e pessoas)	Fluxos de tráfego de pessoas e bens Níveis de cobertura da rede pública de esgotos
Relações económicas geradoras de emprego e fixação de populações	Ligações rodoviárias e ferroviárias entre os principais Centros Urbanos
Actividades económicas que aproveitem e valorizem os recursos endógenos	
Prioridade 2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	
Preservação de recursos ambientais, a par da valorização económica dos mesmos	Níveis de poluição dos rios transfronteiriços Despesa efectuada pelos visitantes nos espaços naturais
Aproveitamento turístico de recursos do património natural e construído	Níveis de consumo de energias renováveis
Diversificação de fontes de abastecimento energético	
Prioridade 3 – Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade	
Construir uma base económica com componentes produtivas e de inovação	PIB <i>per capita</i> dos espaços transfronteiriços Níveis de frequência dos diversos graus de ensino
Fixar competências escolares e profissionais	População activa abrangida por acções de formação profissional

Prioridade 4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional	
Criação de equipamentos e serviços locais de carácter conjunto	Instituições com estruturas formais transfronteiriças
Existência de mecanismos de cooperação técnica e institucional para reforçar a eficácia da cooperação transfronteiriça	Instrumentos de cooperação com vista à utilização conjunta de equipamentos e serviços

Necessidades prioritárias	Objectivos específicos	Indicadores
Prioridade 1. Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço		
Acessibilidade no seio dos espaços transfronteiriços (bens e mercadorias e pessoas) Relações económicas geradoras de emprego e fixação de populações Actividades económicas que aproveitem e valorizem os recursos endógenos	Facilitar a integração económica e de mercado dos espaços transfronteiriços, ibérico e europeu; aumentar os fluxos de investimento, de relações económicas e de visitantes entre ambos os países; ordenar e qualificar os territórios transfronteiriços com vista a melhorar a sua capacidade competitiva; promover a integração territorial e o desenvolvimento dos espaços rurais transfronteiriços e das suas actividades de especialização.	Fluxos de tráfego de pessoas e bens Níveis de cobertura da rede pública de esgotos Ligações rodoviárias e ferroviárias entre os principais Centros Urbanos
Prioridade 2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais		
Preservação de recursos ambientais, a par da valorização económica dos mesmos Aproveitamento turístico de recursos do património natural e construído Diversificação de fontes de abastecimento energético	Promover as condições necessárias à sustentabilidade dos usos no domínio do ambiente, dos espaços naturais e dos recursos hídricos das zonas de fronteira; proteger e integrar numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos naturais, patrimoniais, culturais e de identidade dos territórios transfronteiriços; promover a actividade turística assegurando a protecção e valorização das diversas vertentes do património (natureza, cultura e história); promover a diversificação das fontes de abastecimento energético mediante o aproveitamento de fontes renováveis.	Variação de níveis de poluição dos rios transfronteiriços Variação da despesa efectuada pelos visitantes nos espaços naturais Níveis de consumo de energias renováveis
Prioridade 3 – Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade		
Construir uma base económica com componentes produtivas e de inovação Fixar competências escolares e profissionais	Criar capacidade competitiva inter-regional a partir do fortalecimento do tecido empresarial e da base produtiva; promover a inovação e os níveis de desenvolvimento tecnológico das actividades das empresas e das organizações regionais; fortalecer as economias locais com base no alargamento e qualificação da oferta de serviços às actividades de especialização das zonas de fronteira; promover a qualificação dos recursos humanos e a equidade de acesso ao mercado de trabalho transfronteiriço.	Variação do PIB <i>per capita</i> dos espaços transfronteiriços Níveis de frequência dos diversos graus de ensino Percentagem da população activa abrangida por acções de formação profissional
Prioridade 4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional		
Criação de equipamentos e serviços locais de carácter conjunto Existência de mecanismos de cooperação técnica e institucional para reforçar a eficácia da cooperação transfronteiriça	Desenvolver níveis de integração social entre os espaços transfronteiriços, nomeadamente nos domínios da saúde e da inserção de grupos sociais desfavorecidos; aumentar os níveis de cobertura inter-regional em matéria de equipamentos e de serviços de apoio às famílias e às pessoas; consolidar/institucionalizar os mecanismos de cooperação transfronteiriça.	Percentagem de instituições com estruturas formais transfronteiriças Acordos de cooperação com vista à utilização conjunta de equipamentos e serviços

b) Indicadores para o acompanhamento e avaliação

Tendo presentes as orientações da Comissão Europeia, assim como os objectivos estratégicos do INTERREG III e os objectivos específicos das suas várias medidas, são propostas 3 categorias de **indicadores de acompanhamento e avaliação** (ver quadro):

- indicadores de realizações – avaliam os procedimentos necessários à produção de um bem ou serviço (p.e. aluguer de recinto ou compra de painéis necessários à realização de uma exposição de artesanato) – a especificidade deste indicadores e a necessidade de atender à tipologia dos projectos a incluir em cada medida, remetem a sua identificação para o Complemento de Programação;
- indicadores de resultados – avaliam a produção dos bens ou serviços decorrentes da concretização dos projectos aprovados no âmbito do Programa (p.e. número de exposições e mostras de artesanato);
- indicadores de impactes – avaliam os efeitos directos e indirectos relacionados com a função atribuível ao bem ou serviços produzido (p.e. número de visitantes das exposições e mostras de artesanato ou incremento das vendas de produtos artesanais)

A construção dos três tipos de indicadores implica o recurso a fontes distintas. No caso dos indicadores de realizações e de resultados, os dados são fornecidos pelos promotores. Relativamente aos indicadores de impactes, poder-se-á, nalguns casos, recorrer a informação estatística disponível e será necessário, noutros casos, efectuar uma recolha directa de informação, prevista, aliás, no eixo relativo à assistência técnica.

Os indicadores comuns ao conjunto dos programas constantes do anexo 1 do mandato negocial, designadamente os (a) “indicadores do contexto transfronteiriço e do grau de integração das zonas envolvidas”; e (b) “indicadores relativos ao nível de intensidade da cooperação transfronteiriça”, serão apresentados no Complemento de Programação.

c) Definição de metas

A informação actualmente disponível não permite uma caracterização completa da situação de partida ao nível das dimensões directamente associadas aos impactes que se podem esperar do INTERREG III e, por isso, torna-se difícil encontrar indicadores em que se possa basear a definição de metas.

Tendo em conta esses condicionalismos, foi escolhido um conjunto restrito de indicadores que abrangem os 4 eixos estratégicos, a partir dos quais foram estabelecidas metas a atingir no final do período de programação, relacionadas com resultados a obter e impactos esperados.

Os indicadores seleccionados, os valores que assumem no final dos anos noventa e as metas a atingir com o Programa, são apresentados no Quadro **Definição de metas para o PIC INTERREG III**.

Indicadores de resultados e de impactes para o acompanhamento e avaliação do PIC INTERREG III

Eixos Estratégicos	Medidas	Indicadores de resultados	Indicadores de impactes directos e indirectos
1. Infra-estruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça	Ligações transfronteiriças de natureza: - Rodoviária - Telecomunicação Acções conjuntas de empresas/entidades de transporte público Melhoria/Criação de serviços de transporte público transfronteiriço	Tráfego médio diário anual (TMDA) de veículos nas principais conexões transfronteiriças Densificação das ligações rodoviárias transfronteiriças Tempo médio gasto para efectuar um conjunto de percursos transfronteiriços Densidade do tráfego de telecomunicações Frequência das deslocações transfronteiriças segundo os motivos <u>Velocidade dos serviços postais</u>
	1.2. Ordenamento urbano e das zonas costeiras transfronteiriças	Elaboração de planos conjuntos relativos ao ordenamento do território Lugares de estacionamento em áreas urbanas e em áreas de praia Áreas verdes urbanas Extensão e capacidade da rede pública de esgotos Recolha e tratamento de resíduos sólidos	Qualidade das águas marítimas e fluviais Qualidade do ar Congestionamento do tráfego automóvel
	1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço	Mostras e exposições de artesanato Alojamento de turismo rural Estudos/acções de desenvolvimento rural	Incidência de processos epidemiológicos nos efectivos pecuários Receitas médias dos agregados familiares das áreas rurais Receitas médias dos agregados domésticos cujo representante trabalha na agricultura Índice do poder de compra das áreas rurais
2. Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	Espaços naturais transfronteiriços contíguos com acordos de gestão coordenada Acções de florestação Planos de ordenamento dos recursos cinegéticos ou piscícolas Acções de requalificação dos recursos hídricos Instalação de estações de tratamento de águas/esgotos	Níveis de poluição dos rios transfronteiriços Níveis de poluição da água do mar nas zonas costeiras transfronteiriças Variação da área florestal Área florestal afectada por incêndios Despesa efectuada pelos visitantes de espaços naturais <u>Rendimento da população que vive nas proximidades de espaços naturais</u>
	2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	Eventos culturais conjuntos Eventos culturais em rede Acções de divulgação do património Bens patrimoniais recuperados Criação/utilização de infra-estruturas culturais transfronteiriças	População que não gostaria de mudar de local de residência (concelho/ayuntamiento) Despesa efectuada pelos visitantes de centros históricos
	2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis	Consumo de energias renováveis Edifícios com painéis de energia solar Poupança energética em instalações e equipamentos públicos locais	Despesas familiares consagradas a consumos energéticos % das despesas das empresas industriais consagradas a consumos energéticos
	2.4. Valorização turística do património	Comercialização de produtos turísticos conjuntos Oferta turística vinculada a centrais de reserva em rede Acções de marketing turístico conjuntas Desenvolvimento de infra-estruturas turísticas de aproveitamento comum	Operadores turísticos que actuam na zona da fronteira Despesa efectuada pelos visitantes/turistas de fronteira Número de dormidas de turistas portugueses em Espanha e de espanhóis em Portugal Frequência turística de locais de interesse histórico/cultural Frequência turística de áreas naturais <u>Turistas estrangeiros na zona da fronteira</u>

(continua)

(continuação)

Eixos Estratégicos	Medidas	Indicadores de resultados	Indicadores de impactes directos e indirectos
3. Desenvolvimento socio-económico e promoção da empregabilidade	3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva	Criação de empresas mistas (luso-espanholas) Organizações transfronteiriças de desenvolvimento comercial Criação de instrumentos financeiros transfronteiriços para o desenvolvimento de PME, Micro empresas e Terceiro Sector (i.e. IPSS)	Empresas que vendem uma parte significativa da sua produção/serviços na outra região Empresas que efectuaram investimentos na outra região Aquisição de capital social empresarial Comércio externo (importações e exportações) das NUT III de fronteira com o país vizinho Taxa de produtividade das empresas Emprego em serviços de apoio às actividades económicas
	3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação	projectos de I&D (instituições de ensino superior) investigadores integrados nesses projectos Realização de encontros, seminários, colóquios, workshops, congressos apoiada pelo PIC INTERREG Realização de estudos técnicos e científicos apoiada pelo PIC INTERREG	Despesas das empresas em I&D Agregados domésticos com computador pessoal Ligações à INTERNET
	3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços de proximidade	Empresas que participaram em feiras/exposições/mostras na outra região Serviços de proximidade com utentes de ambas as regiões Integração de redes empresariais Serviços comuns a PME	Taxa de frequência dos estabelecimentos de educação pré-escolar Utentes de serviços de apoio a idosos (ponderados pelo total de população idosa)
	3.4. Formação, educação e empregabilidade	Ações de formação com formandos de ambas as regiões (homens/mulheres) Serviços de emprego comuns Pactos de emprego transfronteiriços	Estudantes que estudam na outra região (homens/mulheres) Trabalhadores que trabalham na outra região (homens/mulheres) População que fala a língua da outra região (homens/mulheres)
4. Fomento da cooperação e integração social e institucional	4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional	Ações conjuntas no âmbito da defesa dos consumidores Ações conjuntas no âmbito da prevenção da exclusão social Ações conjuntas no âmbito do apoio a comunidades imigradas Ações conjuntas no âmbito do apoio a vítimas de violência Cursos de português em Espanha e cursos de galego ou castelhano em Portugal	População que sintoniza canais de televisão da outra região População que lê jornais da outra região Participação em provas desportivas de atletas da outra região (homens/mulheres) Participação em espectáculos de artistas da outra região Venda de livros de autores da outra região
	4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	Ações conjuntas no âmbito da informação às famílias e empresas Protocolos e acordos de cooperação entre serviços de saúde e acção social com vista à utilização conjunta dos recursos disponíveis Instituições com: • contactos informais com a outra região • acordos/programas de cooperação pontuais acordos/programas de cooperação estáveis	População que utiliza serviços ou equipamentos da outra região Deslocações de população a centros de saúde e hospitais
	4.3. Estruturas institucionais para a cooperação	Instrumentos de cooperação em vigor na zona de fronteira nos domínios institucional, desenvolvimento territorial e ambiente, investigação, empresarial, desporto e juventude e emprego Instituições com estruturas formais transfronteiriças Volume de iniciativas geradas pela actividade das comunidades de trabalho/GIT	

Assistência técnica	Criação de estruturas comuns de gestão Concepção e implementação de sistemas de informação Estudos sobre as problemáticas transfronteiriças no âmbito das políticas de cooperação e integração	
---------------------	--	--

Definição de metas para o PIC INTERREG III (resultados a obter e impactes esperados)

Eixo estratégico	Objectivos	Indicador	Situação de partida	Meta a alcançar (2000-2006)
1 – Infra-estruturação ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	Facilitar a integração económica e de mercado dos espaços transfronteiriços, ibérico e europeu; aumentar os fluxos de investimento, de relações económicas e de visitantes entre ambos os países; ordenar e qualificar os territórios transfronteiriços com vista a melhorar a sua capacidade competitiva; promover a integração territorial e o desenvolvimento dos espaços rurais transfronteiriços e das suas actividades de especialização.	Tráfego médio diário anual (TMDA) de veículos nas principais conexões transfronteiriças (Valença do Minho – Tui; Chaves – Verin; Quintanilla – Alcañices; Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro; Castelo de Vide – Valença de Alcantara; Elvas – Badajoz; Vila Verde de Ficalho – Rosal de la Frontera; Vila Real de Santo António – Ayamonte)	59 047 veículos/dia (1997) Variação média anual 1992-97 = +1,05%	Incremento do TMDA em 6% TMDA 2006 = 64 000 veículos
		Planos conjuntos relativos ao ordenamento do território	Não existem iniciativas deste tipo apoiadas pelo INTERREG II	Desenvolvimento de pelo menos 1 plano conjunto em cada uma das subregiões
2 – Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	Promover as condições necessárias à sustentabilidade dos usos no domínio do ambiente, dos espaços naturais e dos recursos hídricos das zonas de fronteira; proteger e integrar numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos naturais, patrimoniais, culturais e de identidade dos territórios transfronteiriços; promover a actividade turística assegurando a protecção e valorização das diversas vertentes do património (natureza, cultura e história); promover a diversificação das fontes de abastecimento energético mediante o aproveitamento de fontes renováveis.	Espaços naturais transfronteiriços contíguos com acordos de gestão coordenada	Parque Nacional de Peneda Gerês – Parque Natural Baixa Limia-Serra de Xurés (93 210 Ha)	Estabelecimento de acordos entre todos os parques/espaços naturais com contiguidade transfronteiriça (Parque Natural de Montesinho – Parque Natural del Lago de Sanabria – Reserva Nacional de Caza de la Sierra de Culebra; Parque Natural do Douro Internacional – Espaço Natural de Arribes del Duero; Parque Natural da Serra de São Mamede – Espaço Natural de la Sierra de San Pedro; Sapais de Castro Marim e Vila Real de Santo António – Marismas de Isla Cristina)
		Número de dormidas de turistas portugueses em Espanha e de espanhóis em Portugal	3 987 160 dormidas (1999) Variação média anual 1994-99 = +10,1%	Incremento do número de dormidas em 50% (6 400 000 dormidas)

(cont.)

Definição de metas para o PIC INTERREG III (resultados a obter e impactes esperados)

(cont.)

Eixo estratégico	Objectivos	Indicador	Situação de partida	Meta a alcançar (2000-2006)
3 – Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade	Criar capacidade competitiva inter-regional a partir do fortalecimento do tecido empresarial e da base produtiva; promover a inovação e os níveis de desenvolvimento tecnológico das actividades das empresas e das organizações regionais; fortalecer as economias locais com base no alargamento e qualificação da oferta de serviços às actividades de especialização das zonas de fronteira; promover a qualificação dos recursos humanos e a equidade de acesso ao mercado de trabalho transfronteiriço.	Criação de instrumentos financeiros transfronteiriços	1 Fundo de Capital de Risco	Consolidação e desenvolvimento do instrumento existente
		Importância relativa do comércio externo das NUT II fronteiriças com Portugal/Espanha (importações e exportações) em relação ao total do comércio externo das NUT II fronteiriças	14,2% (1998) Diferença 1993-98 = +3,8%	Incremento entre 4 a 6% (diferença entre o valor de 2000 e o de 2006) do peso do comércio externo das NUT II fronteiriças com Portugal/Espanha relativamente ao total do seu comércio externo
		Incremento dos fluxos comerciais entre as NUT II de fronteira (importações e exportações) e Portugal/Espanha	+154,6% (variação percentual 1993-1998)	+75% (2000-2006)
		Realização de encontros, seminários, colóquios, workshops, congressos apoiada pelo PIC INTERREG	INTERREG II = 31 iniciativas	INTERREG III = acréscimo de 60%, sendo pelo menos 3 iniciativas em cada uma das subregiões
		Realização de estudos técnicos e científicos apoiada pelo PIC INTERREG	INTERREG II = 29 iniciativas	INTERREG III = acréscimo de 40%, sendo pelo menos 2 iniciativas em cada uma das subregiões
4 – Fomento da cooperação e integração social e institucional	Desenvolver níveis de integração social entre os espaços transfronteiriços, nomeadamente nos domínios da saúde e da inserção de grupos sociais desfavorecidos; aumentar os níveis de cobertura inter-regional em matéria de equipamentos e de serviços de apoio às famílias e às pessoas; consolidar/institucionalizar os mecanismos de cooperação transfronteiriça.	Protocolos e acordos de cooperação entre serviços de saúde e acção social com vista à utilização conjunta dos recursos disponíveis	O INTERREG II aprovou um projecto deste tipo, especificamente no domínio da prevenção e tratamento da toxicodependência	Estabelecimento de pelo menos 1 protocolo ou acordo em cada sub-região.
		Instrumentos de cooperação em vigor na zona de fronteira nos domínios institucional, desenvolvimento territorial e ambiente, investigação, empresarial, desporto e juventude e emprego	32 instrumentos de cooperação	Reforço e consolidação da cooperação nos domínios actuais e ampliação dos instrumentos de cooperação a outros domínios, bem como sua extensão em termos territoriais.

(cont.)

Definição de metas para o PIC INTERREG III (resultados a obter e impactes esperados)

(cont.)

Eixo estratégico	Objectivos	Indicador	Situação de partida	Meta a alcançar (2000-2006)
Assistência técnica	Qualificação das funções de coordenação, gestão e acompanhamento; avaliação de resultados e efeitos do Programa por relação aos objectivos programados e tendo presente as demais intervenções estruturais com impacto no território transfronteiriço; criação de dispositivos de informação estatística comum.	Criação de estruturas comuns de gestão		5 a nível regional 1 a nível nacional

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS SUB-PROGRAMAS

3.1. Estrutura de medidas e domínios de intervenção dos Sub-programas

A Proposta Portugal/Espanha ao Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III-A de cooperação transfronteiriça, apresenta uma estrutura complexa que tem por finalidade apropriar de forma dinâmica as Orientações da Comunicação da Comissão Europeia, tendo presente, tanto as disparidades de carácter institucional e de competências regionais existentes entre os dois Estados, como as assimetrias territoriais derivadas de problemáticas estruturais e funcionais distintas ao longo do espaço raiano. O Programa Operacional está organizado em seis Sub-programas:

- *cinco Sub-programas de carácter territorial*, que acolhem os objectivos e as estratégias de cooperação transfronteiriça das cinco sub-regiões geográficas que articulam o espaço raiano, as quais se constituíram em parceria inter-regional, abrangendo autoridades territoriais e organismos desconcentrados;
- *um Sub-programa de carácter nacional/pluri-regional* que acolhe os objectivos e estratégias de cooperação transfronteiriça vinculados à actuação da Administração Central, não incluídos nos Sub-programas anteriores.

O extenso e diverso território em que se aplica o PIC introduz um factor de heterogeneidade espacial que a intervenção comunitária não pode ignorar. Nas regiões fronteiriças encontramos uma ampla diversidade de situações, tanto do ponto de vista do desenvolvimento socioeconómico e territorial, como do ponto de vista do grau de maturidade da cooperação transfronteiriça e inter-regional. Uma das principais recomendações da Avaliação Intercalar do PO INTERREG II apontava justamente neste sentido: *“a segmentação do PO em Sub-programas regionais cujos objectivos, acções e medidas respondam às necessidades específicas de cada território e ao diferente nível de cooperação existente”*.

Num exercício de programação que seguiu as orientações da abordagem “bottom-up”, as estruturas de cooperação inter-regional que operam na fronteira - Comunidades de Trabalho -, decidiram uma organização espacial das suas intervenções com base em cinco Sub-programas territoriais que acolhem experiências de cooperação bilaterais e trilaterais que, em cada caso, se consideram tendencialmente mais eficazes para enfrentar a terceira geração de INTERREG.

Na perspectiva da apresentação desta Proposta de Programa Operacional Portugal/Espanha, os Estados-membros procuraram assegurar uma sistematização coerente face às Orientações da Comunicação e às prioridades identificadas nas propostas regionais, tendo-se preocupado menos com a homogeneização de conteúdos e recursos financeiros dos Sub-programas regionais.

As duas matrizes seguintes procuram evidenciar o exercício de racionalidade e coerência a que se procedeu a partir dos contributos dos sucessivos documentos preparados pelas Comunidades de Trabalho sub-regionais.

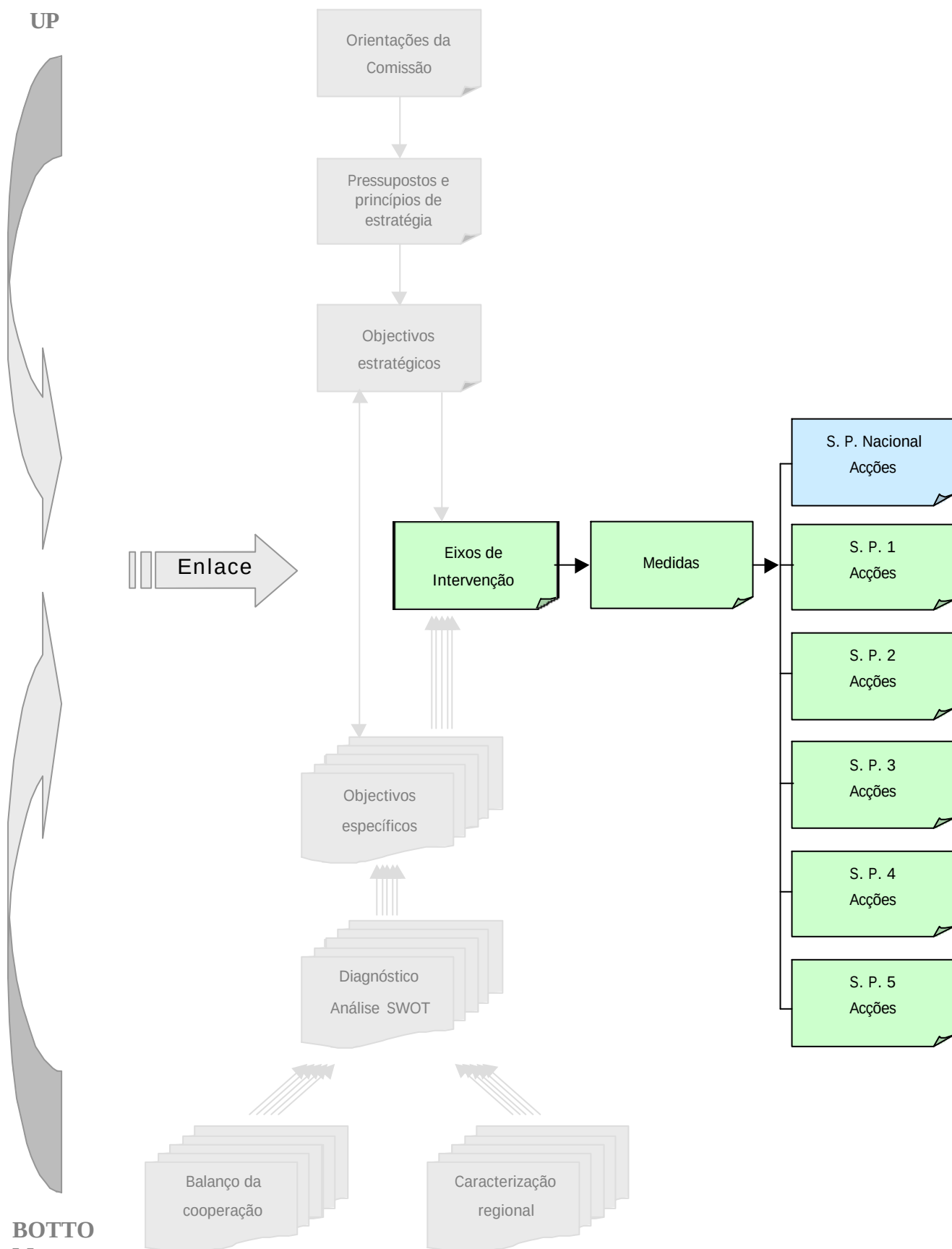
A primeira Matriz toma por referência o conjunto de quatro eixos estratégicos do Programa Operacional Portugal/Espanha, cuja formulação traduz a interpretação e a apropriação pelos dois Estados-membros das Orientações da Comunicação da Comissão Europeia, à luz das dimensões-problema deste espaço transfronteiriço.

A segunda Matriz resulta da identificação, no contexto dos quatro eixos estratégicos (mais um quinto operacional – Assistência Técnica), de quinze Medidas que abarcam a totalidade de domínios de intervenção propostos nos Sub-programas Regionais.

A organização a que se chegou, permite dispor de uma estrutura agregada que compreende a

enorme diversidade de acções que integram um Programa Operacional tão complexo como este. Essa estrutura agregada tem uma funcionalidade fundamentalmente operativa: apresentar às autoridades comunitárias de forma sistematizada, resultados da abordagem “bottom up”, num quadro de coerência como resulta do preenchimento da Matriz a seguir apresentada a qual concretiza as relações entre a estrutura de Medidas e os Domínios de Intervenção que configuram os cinco Sub-programas regionais.

PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO CONJUNTO – 2ª FASE



Matriz de relação Eixos Estratégicos do P.O. Portugal/Espanha ao INTERREG III-A/Objectivos estratégicos dos Sub-programas

Objectivos estratégicos dos Sub-Programas Eixos Estratégicos do PO Portugal/Espanha	Sub-programa Galiza/Norte de Portugal	Sub-programa Norte de Portugal/Castela e Leão	Sub-programa Centro de Portugal/Castela e Leão	Sub-programa Alentejo/Centro/Estremadura	Sub-programa Algarve/Alentejo/Andaluzia
1. <i>Infra-estruturação ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço</i>	- Vertebrar e capilarizar o espaço transfronteiriço	- Estruturar o espaço transfronteiriço	- Estruturar o território	- Qualificar e afirmar o território da fronteira	- Articular o espaço transfronteiriço
2. <i>Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais</i>	- Promover a valorização, promoção, gestão e preservação dos recursos comuns e do território como oportunidade e meio de intensificação das inter-relações no interior do espaço funcional transfronteiriço e deste com o espaço regional alargado	- Valorização, promoção e preservação dos recursos comuns	- Valorizar os recursos	- Valorizar os recursos comuns	- Valorizar o património e os recursos de qualidade comuns
3. <i>Desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade</i>	- Animar sócio-economicamente o espaço transfronteiriço e promover melhores condições da empregabilidade	- Desenvolvimento do tecido económico e promoção da empregabilidade	- Dinamizar a economia - Promover a inovação	- Dinamizar a economia através do desenvolvimento da capacidade empresarial - Promover a inovação	- Promover o reforço da capacidade competitiva inter-regional
4. <i>Fomento da cooperação e integração social e institucional</i>	- Dotar o espaço transfronteiriço de um quadro institucional e de iniciativas que favoreça a cooperação e promova novas condições de excelência e atractividade	- Fomento do intercâmbio e integração social e institucional - Difusão e consolidação do processo de cooperação	- Intensificar a cooperação	- Incentivar a cooperação em todos os sectores e áreas de relevância para o desenvolvimento social e cultural	- Incentivar os mecanismos de cooperação transfronteiriça

RELAÇÕES ENTRE A ESTRUTURA DE MEDIDAS E OS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO QUE CONFIGURAM OS CINCO SUB-PROGRAMAS REGIONAIS

Sub-programa	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS														
		1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	2.4	3.1	3.2	3.3	3.4	4.1	4.2	4.3	5.1
Galiza-Norte de Portugal	(Reforçar e qualificar a dotação de) Infra-estruturas de conexão e de capilarização e de transp.	X														
	Desenvolvimento e qualificação urbana e territorial		X											X		
	(Promoção do) Desenvolvimento rural e costeiro		X	X	X						X					
	(Promoção, valorização e preservação de) Equipamentos e espaços naturais de uso comum				X											
	(Promoção e valorização dos) Recursos patrimoniais e turísticos e reforço de dinâmicas culturais			X		X		X			X		X			
	Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico			X					X	X	X					X
	Articulação e fomento do mercado de emprego											X				
	Promoção de produtos de excelência							X	X	X	X					
	Desenvolvimento da Sociedade de Informação	X								X						
	Promoção externa e atracção de investimento directo								X	X						
	Valorização e desenvolvimento de recursos institucionais												X		X	X
	Mobilidade e integração social												X			X
	Educação e Formação Profissional											X	X			
Castilla y León – Norte de Portugal	Cooperação em matéria de investigação e intercâmbio universitário									X						
	Prospectiva e estratégia															X
	Reforço da permeabilidade da fronteira	X														
	Ordenamento urbano e territorial transfronteiriço		X			X								X		
	Desenvolvimento rural do espaço fronteiriço			X	X					X	X		X			
	Articulação das redes inter-regionais de transporte	X														
	Valorização e recuperação do património natural				X							X				
	Valorização e recuperação do património cultural					X		X				X				
	Promoção do património cultural da Euroregião					X							X			
	Promoção e desenvolvimento turístico inter-regional						X		X	X	X	X				
	Promoção de produtos turísticos de excelência							X		X	X					
	Desenvolvimento turístico transfronteiriço		X					X		X	X					
	Dinamização socio-económica local						X		X	X	X	X	X			
Região Centro/Castilla y León	Cooperação tecnológica, económica e científica								X	X			X			
	Desenvolvimento da sociedade da informação para a estruturação territorial da Euroregião		X							X						X
	Reforço das dinâmicas culturais, sociais e institucionais					X						X	X			
	Organização, assistência técnica e acompanhamento															X
	Gestão															X
	Reforço da permeabilidade da fronteira	X								X	X					
	Ordenamento territorial transfronteiriço		X		X	X			X	X				X		
	Desenvolvimento agrícola e rural sustentável			X	X						X	X	X			
	Recuperação do património natural e cultural e valorização turística				X	X		X			X	X	X			
	Cooperação económica, tecnológica e científica								X	X	X	X	X			
	Dinamização socio-económica local										X	X		X		
	Integração sócio-cultural das populações raianas											X	X	X		X
	Estruturas institucionais para a cooperação		X							X					X	X
Região Alentejo-Centro/Extremadura	Infra-estruturas e Acessibilidade	X			X		X			X						
	Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano		X											X		
	Agricultura e Desenvolvimento Rural			X	X	X		X	X	X	X	X	X			
	Recuperação de recursos naturais e patrimoniais				X	X	X	X	X		X					
	Cooperação económica e empresarial							X	X		X					
	Desenvolvimento tecnológico e científico e promoção da sociedade de informação	X								X				X		
	Qualificação de recursos humanos e integração no mercado de trabalho										X	X	X			
	Cooperação institucional		X						X	X			X		X	X
	Cooperação social e cultural					X						X	X			
	Assistência técnica										X				X	X
Alentejo-Algarve / Andalusia	Acessibilidade e Comunicações	X							X	X		X	X			
	Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental		X	X	X		X		X							
	Cultura, património e turismo					X		X			X		X			
	Cooperação económica, tecnológica e científica			X	X				X	X	X		X			
	Competências humanas, mobilidade e coesão social											X	X			
	Cooperação institucional e Assistência Técnica														X	X

3.2. Descrição de cada Sub-programa através da tipologia de projectos correspondentes a cada uma das medidas

Os domínios de intervenção e tipologias de acções a seguir apresentadas para cada um dos sub-programas não correspondem a uma inventariação exaustiva e definitiva, devendo ser objecto de detalhe no Complemento de Programação. A fundamentação técnica da inclusão de zonas adjacentes aos sub-espacos de cooperação transfronteiriça corresponde, em síntese, a dois tipos de problemas identificados numa primeira leitura avaliativa do DOCUP:

- Criação (e, em alguns casos, consolidação) de dinâmicas de integração e complementaridade, agregando limites de população e de recursos susceptíveis de suportar intervenções de estruturação do território de fronteira; são disto exemplo as NUT III adjacentes ao espaço fronteiriço do Centro/Castilla y León e do Centro/Alentejo/Extremadura, nomeadamente condições de acesso à faixa litoral da Região Centro e adensando recursos produtivos e de património natural e histórico, geradores de mais valias para o processo de cooperação.
- Reforço da selectividade das intervenções em espaços transfronteiriços com experiência de cooperação anterior e onde se afigura conveniente dar um passo em frente em matéria de "up-grading" das intervenções. Esta óptica pressupõe a associação de territórios que concentrem recursos de excelência e massa crítica de investimento e dinâmica empresarial. Está neste caso a NUT adjacente do Grande Porto, incluída no Sub-programa Galiza/Norte de Portugal, trazendo para o processo de cooperação, redes de centros tecnológicos, universidades, unidades de formação profissional, sistema financeiro, etc..

SUB-PROGRAMA - NORTE DE PORTUGAL / GALIZA

Medida 1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça

Domínios:

(Reforçar e qualificar a dotação de) Infra-estruturas de conexão e de capilarização e de transportes

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Construção e/ou melhoria de infra-estruturas e equipamentos de transportes

Correspondentes a:

- Investimentos em infra-estruturas de conexão e integração do espaço conjunto, destinadas a complementar os investimentos estratégicos já realizados, sobretudo em matéria viária e de atravessamentos: novas estradas de coesão da malha viária, infra-estruturas de telecomunicações, novos atravessamentos, sistemas de transportes, etc.; Podem ainda ser abrangidos projectos e iniciativas destinadas a reforçar a coerência do sistema de comunicações e transportes transfronteiriços.

Medida 1.2. Ordenamento urbano e territorial e zonas costeiras transfronteiriças

Domínios:

Desenvolvimento e qualificação urbana e territorial

Desenvolvimento Rural e Costeiro

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Estratégias comuns de ordenamento e compatibilização dos respectivos instrumentos de planeamento
- Reabilitação, revitalização e valorização urbana

Correspondentes a:

- Formulação de orientações comuns para o planeamento e a gestão das zonas situadas entre aglomerações urbanas próximas da fronteira.
- Cooperação entre zonas urbanas e rurais com vista à promoção do desenvolvimento sustentável, a renovação e desenvolvimento dos centros urbanos históricos mediante uma estratégia comum de carácter transfronteiriço (excepto habitação), bem como o planeamento de zonas industriais transfronteiriças. Protecção do ambiente costeiro mediante a prevenção, o controlo e a requalificação ambiental das zonas degradadas e a criação e/ou utilização comum de recursos e infra-estruturas, assim como a protecção da qualidade dos recursos hídricos terrestres e marítimos nas zonas costeiras.
- Articular numa perspectiva de espaço conjunto a rede já existente de equipamentos patrimoniais, culturais e turísticos existente no sistema urbano transfronteiriço. Para além dos centros urbanos de ordem hierárquica superior, há ainda que sublinhar a relevância da rede de centros históricos do espaço transfronteiriço, que apresenta a particularidade estratégica de constituir um factor de coesão, pois integra centros urbanos inseridos em regiões mais dinâmicas e mais deprimidas.

Medida 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Domínios:

(Promoção do) Desenvolvimento rural

(Promoção e valorização dos) Recursos patrimoniais e turísticos e reforço de dinâmicas culturais
Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Planeamento e melhoria das estruturas agrárias, incluindo a diversificação das actividades económicas
- Criação e adaptação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento rural
- Criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos e reabilitação e conservação do património nas aglomerações rurais

Correspondentes a:

- Planeamento das terras agrícolas e outros melhoramentos transfronteiriços ao nível das estruturas fundiárias, bem como à formulação de orientações comuns para o planeamento e gestão das zonas costeiras.
- Desenvolvimento rural transfronteiriço, principalmente mediante a comercialização e promoção de produtos de qualidade; fomento das actividades turísticas e artesanais; desenvolvimento e conservação de determinadas zonas transfronteiriças protegidas e o melhoramento, desenvolvimento sustentável e conservação dos recursos florestais transfronteiriços.
- Programas de promoção integrada de resultados e iniciativas concretizadas no âmbito das intervenções LEADER de valorização do mundo rural transfronteiriço.
- Construção de infra-estruturas hidro-agrícolas, incluindo barragens de fins múltiplos e redes de rega.

Medida 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Domínios:

(Promoção, valorização e preservação de) Equipamentos e espaços naturais de uso comum

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Conservação ambiental e restauração de habitats
- Acções de florestação, restauro e conservação da floresta, bem como prevenção e combate a incêndios e calamidades
- Recursos hídricos e qualidade da água e do ar
- Ordenamento cinegético e caça, recursos piscícolas e pesca
- Construção e melhoria de infra-estruturas e equipamentos que visem a qualidade ambiental

Correspondentes a:

- Valorização dos espaços ambientais de utilização comum ou complementar, com especial relevância para a Bacias do Minho, Lima e Tâmega e para a Peneda-Gerês. Investimentos e acções que visem dotar os referidos recursos naturais de melhores condições de utilização, de visibilidade e excelência, criando por essa via mais oportunidades para a intensificação de relações no espaço transfronteiriço.

Medida 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local

Domínios:

(Promoção e valorização dos) Recursos patrimoniais e turísticos e reforço de dinâmicas culturais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação e sinalização
- Compatibilização e articulação de medidas
- Recuperação e valorização do património edificado e não edificado

Correspondentes a:

- Promoção de eventos culturais conjuntos;
- Promoção de programações culturais em rede;
- Iniciativas conjuntas de prospecção e formação de novos públicos no domínio cultural;
- Realização de jornadas, seminários e encontros entre os responsáveis pela cultura de ambas as regiões e representantes de entidades culturais de outras instituições europeias com a finalidade de obter um melhor conhecimentos dos mercados, formas de acesso, público-alvo e canais de difusão mais adequados;
- Acções de promoção e difusão exterior da imagem cultural conjunta da Euroregião, em especial, relativamente aos itinerários culturais com maior potencial de gerar fluxos de visitantes: Capitais Culturais em Cidades Património Mundial, Itinerários dos Caminhos de Santiago;
- Acções de valorização e recuperação do património.

Medida 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Domínio:

Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Gestão energética e fontes energéticas renováveis
- Racionalização do uso de energia, reciclagem e eliminação de resíduos

Medida 2.4. Valorização turística do património

Domínios:

(Promoção e valorização dos) Recursos patrimoniais e turísticos e reforço de dinâmicas culturais
Promoção de produtos de excelência

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Edição de materiais, acções de divulgação, informação e sinalização turística
- Criação e identificação de produtos e definição de circuitos turísticos

Correspondentes a:

- Criar as condições necessárias para articular os elementos promocionais do espaço turístico conjunto e estimular o desenvolvimento turístico transfronteiriço através da aposta no valor dos numerosos recursos naturais, culturais, antropológicos e artesanais de possível aproveitamento turístico conjunto. Poderão ser abrangidas as seguintes acções: promoção de eventos conjuntos; promoção de programações em rede; iniciativas conjuntas de prospecção e formação de novos públicos; projectos comuns de investigação museológica destinadas a dinamizar programas expositivos em torno da realidade cultural do espaço conjunto; identificação de produtos turísticos conjuntos; elaboração de material promocional da Euroregião; organização e participação em feiras turísticas no Norte de Portugal e na Galiza; conceber e promover rotas turísticas locais ligadas aos diversos sectores fronteiriços desde que inseridos e considerados estritamente necessários e coerentes com as formas de animação atrás referidas.

Medida 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva

Domínios:

Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico
Promoção externa e atracção de investimento directo

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação de estruturas ou iniciativas para o desenvolvimento da empresarialidade
- Ajudas ao investimento
- Encontros, seminários, colóquios, participação em feiras e acções de divulgação e promoção no exterior
- Acções de promoção de factores de competitividade nos sectores dominantes na estrutura produtiva de ambas as regiões

Correspondentes a:

- Concepção, animação e lançamento de projectos de desenvolvimento local dinamizadores das zonas de fronteira.
- Desenvolvimento de instrumentos financeiros transfronteiriços adequados.
- Processos de engenharia financeira (capital de risco e outros instrumentos de política de inovação); políticas tecnológicas e de transferências de tecnologia; missões empresariais conjuntas subordinadas a objectivos estratégicos comuns; encontros sectoriais; projectos empresariais comuns; experiências de incubação de nova capacidade empresarial.
- Missões de alto nível junto das fontes geradoras de investimento directo; realização e participação em mostras internacionais; projectos de desenvolvimento empresarial com forte componente de transferência de tecnologia e participação de capital estrangeiro; concepção e lançamento de centros de competências em áreas tecnológicas susceptíveis de atrair novo investimento estrangeiro; projectos de contratualização de formação avançada em domínios relevantes para atracção de capital estrangeiro, designadamente os já contratualizados com investidores estrangeiros.

Medida 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação
--

Domínios:

Cooperação em matéria de investigação e intercâmbio universitário

Desenvolvimento da Sociedade de Informação

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Reforço do potencial científico e tecnológico
- Mobilidade/intercâmbio de professores, investigadores, técnicos e alunos e criação de cursos conjuntos
- Acções no âmbito das novas tecnologias e metodologias relacionadas com a informação e o conhecimento

Correspondentes a:

- Promoção de formas de cooperação de professores e alunos no âmbito de projectos concretos de investigação; promoção do potencial científico do espaço conjunto em áreas susceptíveis de contribuir para a atracção de capital estrangeiro e para níveis mais elevados de internacionalização empresarial; lançamento de projectos de transferência de "saber-fazer" entre centros de investigação e a actividade produtiva susceptível de melhorar as suas condições de internacionalização; apoio à preparação e formatação de candidaturas conjuntas a financiamentos do 5º Programa-Quadro da União Europeia, com prioridade atribuída às que envolvam redes internacionais com parceiros considerados pertinentes para a internacionalização do espaço conjunto.
- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação com reflexos na dinâmica transfronteiriça, abrangendo a informação estatística de suporte às próprias dinâmicas transfronteiriças, às instituições regionais e ao desenvolvimento regional e local, às pequenas e médias empresas e ao desenvolvimento do próprio processo de cooperação e configurando acções de construção de sistemas de informação, bases de dados,

observatórios e outras formas de organização e difusão de informação relevante, concepção e realização de processos de formação conjuntos, criação de pólos de excelência em domínios relacionados com a organização e com as tecnologias de informação e comunicação, etc..

- Estimular projectos e acções no domínio da ciência e tecnologia susceptíveis de ampliar e reforçar a infra-estrutura de telecomunicações, criando simultaneamente condições para o arranque e consolidação de um mercado de produtos multimédia, a partir de uma capacidade acrescida de produção de conteúdos e de serviços avançados de telecomunicações, explorando, entre outras vias, as oportunidades de mercados públicos regionais no espaço Galiza+Norte de Portugal e a sua articulação com a indústria dos eventos culturais e da criatividade em geral.
- Apoiar a concepção e implementação de políticas de inovação tecnológica e de transferência de tecnologia.

Medida 3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços

Domínios:

Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico

Promoção de produtos de excelência

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Controlo de qualidade, certificação e inovação tecnológica
- Encontros, *workshops*, seminários, colóquios, congressos, participação em feiras, acções de promoção e divulgação
- Desenvolvimento, diversificação e melhoria dos mecanismos de comercialização e das relações comerciais

Correspondentes a:

- Programas de certificação, valorização e promoção de produtos locais transfronteiriços, incluindo lançamento de mostras e feiras conjuntas.
- Acções de apresentação a agentes do sector e jornalistas, incluindo a realização de seminários, exposições e manifestações culturais. De forma complementar contempla-se a visita e participação em feiras e jornadas especializadas. Comercializar os produtos mediante a realização de diversas acções que cubram desde a fixação de preços até ao apoio e assistência técnica nos diferentes pontos de venda dos produtos.

Medida 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Domínios:

Articulação e fomento do mercado de emprego

Educação e Formação Profissional

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Integração dos diplomados no mercado de emprego
- Cooperação em geral, nas áreas da formação, do ensino e da inserção profissional
- Dotação de equipamentos e instalações educativas e formativas de uso comum

Correspondentes a:

- Programas de formação e inserção profissional de trabalhadores e agentes de desenvolvimento transfronteiriço; reconhecimento mútuo de diplomas e sistemas de transferência de direitos de pensão; desenvolvimento de pactos territoriais transfronteiriços para o emprego.
- Instrumentos de intervenção: Planos directores de formação conjuntos para temáticas e problemáticas específicas, com intervenção dos principais Centros de Formação Profissional; projectos de intercâmbio de Escolas Secundárias e Profissionais no âmbito de programas de abertura das Escolas ao meio e à sociedade; programas conjuntos de cursos de Verão para população estrangeira, designadamente para filhos de população galega e nortenha emigrada; práticas regulares de partilha de tempos lectivos entre professores e alunos das duas regiões em áreas afins ou em áreas complementares e de especialização dos curricula em vigor; promoção de cursos conjuntos em áreas de excelência exigidas pela aposta da internacionalização; projectos comuns no lançamento de acções e cursos de formação superior em gestão cultural; programas de formação e inserção profissional de agentes de desenvolvimento transfronteiriço; Práticas regulares de difusão de oportunidades em matéria de educação e formação profissional.

Medida 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional

Domínios:

Mobilidade e integração social

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios
- Integração social de grupos mais frágeis e melhoria das condições de vida em geral

Correspondentes a:

- Iniciativas orientadas para a cooperação entre jovens das duas regiões; intercâmbio de jovens e de idosos; desenvolvimento de projectos comuns, com geração de novas metodologias de intervenção social para problemas similares; encontros temáticos de valorização profissional de profissionais de saúde e de assistência social; encontros temáticos de avaliação de intervenções sociais integradas em meio urbano (intervenções URBAN) e em meio rural; gestão articulada de equipamentos de saúde e de apoio a grupos desfavorecidos.

Medida 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Domínios:

Desenvolvimento e qualificação urbana e territorial

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Serviços e equipamentos colectivos

Correspondentes a:

- criação e/ou valorização de equipamentos de uso comum destinados à prestação de serviços públicos à população e que prossigam objectivos de racionalização da dotação de equipamentos.
- Prestação de serviços em áreas relevantes para o desenvolvimento e integração das duas regiões.

Medida 4.3. Estruturas institucionais para a cooperação

Domínios:

Dinamização socio-económica e inovação tecnológica de suporte ao desenvolvimento económico

Prospectiva e estratégia

Valorização e desenvolvimento de recursos institucionais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Redes e sistemas de informação
- Criação de novas instituições de cooperação ou apoio a outras já existentes
- Estudos de carácter estratégico e prospectivo
- Criação de novas instituições de cooperação ou apoio a outras já existentes

Correspondentes a:

- Projectos de concepção e implantação de observatórios de dinâmicas transfronteiriças, tendentes a gerar procura de serviços de informação especializada.
- Programas de robustecimento técnico e organizativo de associações para o desenvolvimento e de associações empresariais de base local com actividade incidente em zonas de fronteira e portadoras de projectos transfronteiriços de cooperação empresarial e de desenvolvimento local em geral.
- Estudo e investigação aplicada, em estreita cooperação com o desenvolvimento da Comunidade de Trabalho e das suas necessidades de conhecimento estratégico não só territorial mas também sectorial. Serão fundamentalmente apoiados estudos prospectivos que permitam antecipar necessidades estratégicas de intervenção.
- Promover acções de robustecimento institucional da cooperação transfronteiriça e interregional, através do apoio a projectos de constituição de novas instituições, com estratégia e programa de intervenção orientados para o cumprimento dos objectivos estratégicos de difusão de uma postura e posicionamento de espaço conjunto entre os principais agentes económicos e institucionais das duas regiões.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a “plafond”.

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna da intervenção e das operações;
- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;

- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;

Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

NUT III Adjacentes

Identificação

Em Portugal

- Área Metropolitana do Porto
- Ave
- Tâmega
- Douro

Em Espanha

- A Coruña
- Lugo

Justificação da inclusão

1) Área Metropolitana do Porto, Ave e Tâmega

Desde 1986 as relações comerciais e de investimento mútuo entre as duas regiões tem crescido a ritmo muito intenso, em especial nos seus centros industriais, e esse relacionamento tem provocado um impacto de grande importância na localização de novas unidades empresariais na zona de elegibilidade. Este fenómeno resulta também de iniciativas com apoio público que no caso de Portugal, tiveram por base organizações sediadas no Grande Porto (casos de FRIE – Capital de Risco, encontros empresariais, rede de centros tecnológicos, articulação das universidades do Norte de Portugal e de Galiza, cooperação de sistemas de formação profissional, etc.).

O próprio sistema financeiro português e espanhol começa a considerar este espaço alargado (no caso português, as NUT pertencentes ao âmbito básico, a Área Metropolitana do Porto, o Tâmega e o Ave) como uma possível unidade geográfica de negócio relevante, e a apoiar as oportunidades de suporte à interpenetração económica que se está a verificar.

No entanto, atendendo ao curto espaço de tempo decorrido até agora, o grau de articulação entre as entidades orientadas para o apoio ao desenvolvimento empresarial não se apresenta ainda suficientemente consolidado para ser um apoio credível à dinâmica de articulação económica interregional. Exemplos do que se acaba de afirmar, são os domínios:

qualificação avançada de recursos humanos;

- utilização conjunta de recursos tecnológicos;
- exploração do *e-bussiness*;
- definição conjunta de formação superior orientada por os requisitos das empresas;
- associativismo empresarial orientado para a internacionalização.

Assim, a inclusão destes NUTIII no Subprograma Norte de Portugal-Galicia, tende a garantir e consolidar esta articulação económica e comercial.

2) A Coruña e Lugo

a) A consolidação de dois tipos de dinâmicas cada vez mais interdependentes: as transfronteiriças e as interregionais.

Na actualidade, as relações entre a Galiza e o Norte de Portugal revelam uma forte interdependência entre dinâmicas estritamente fronteiriças e relações mais amplas de carácter interregional, contribuindo, assim, para a intensificação dos fluxos entre ambos os espaços.

Uma das razões desta interdependência deriva da oportunidade de superar um paradoxal passado de isolamento e da necessidade de organizar relações de cooperação entre os sistemas urbanos das duas regiões, já é nas principais aglomerações que, obviamente, se encontram os mais relevantes recursos para o desenvolvimento.

- b) A Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal, experiência pioneira de cooperação.

A Comunidade de Trabalho constitui uma experiência pioneira no espaço ibérico e no âmbito das regiões Objectivo 1, representando um elemento de primeira ordem no sentido da aceleração da dinâmica de cooperação e de interrelação entre a Galiza e o Norte de Portugal.

A Comunidade de Trabalho é um instrumento impulsor da cooperação descentralizada: difunde o pensamento estratégico, sensibiliza e incentiva as instituições e agentes públicos e privados de ambas as regiões para a intensificação das interrelações e para a promoção de acções conjuntas.

Neste momento, a Comunidade de Trabalho é constituída por 10 Comissões Sectoriais, formadas por representantes da administração da Galiza e da Região Norte de Portugal, 3 Comunidades Territoriais de Cooperação que cobrem toda a zona de fronteira e nas quais participam 84 municípios portugueses e galegos da zona transfronteiriça, e por uma Comissão Específica composta pelo Eixo Atlântico (associação de 18 cidades do Norte de Portugal e Galiza).

- c) Uma crescente incorporação de instituições e agentes locais no processo de cooperação e aprofundamento das relações económicas e culturais.

Um exemplo ilustrativo da ampliação e consolidação da interrelação e cooperação entre a Galiza e o Norte de Portugal é a cada vez maior diversidade de actores e instituições locais e regionais que participam nas distintas Comissões da Comunidade de Trabalho, cuja prática de cooperação será agora fundamental para definir acções e projectos no domínio do INTERREG III-A.

As acções de cooperação já não constituem algo de exclusivo das Administrações Públicas nacionais e regionais, uma vez que se estendem às instituições locais e ao conjunto da sociedade civil, incorporando empresários e associações empresariais de âmbito interregional.

- d) O cenário-objectivo para a evolução do espaço conjunto.

Dada a situação e tendências actuais, é necessário avançar para um cenário baseado numa vinculada vontade de cooperação e na complementaridade entre ambos os espaços transfronteiriços (e, de uma forma mais ampla, entre a Galiza e o Norte de Portugal), fundamentalmente estruturado em torno da cooperação entre instituições e da articulação de externalidades empresariais, cuja actividade se repercute na criação/intensificação de um ambiente dinâmico entre as empresas implantadas nas duas regiões e cujos resultados positivos conduzam à emergência de processos de cooperação estratégica interempresarial.

- e) Tipologia de projectos aos quais seria aplicável a elegibilidade nas áreas adjacentes.

Em geral, todos os projectos com efeitos que transvazem a sua localização concreta e com externalidades que se façam sentir para além do seu domínio específico de incidência. É o caso da saúde animal e vegetal, investimentos imateriais e intangíveis no campo empresarial, investigação e tecnologia, cultura e cooperação em matérias sociais.

Com a superação do efeito de barreira induzido pela fronteira, a euroregião Galiza-Norte de Portugal alcançou níveis de integração, mobilidade e interdependência que se estendem muito para além das áreas estritamente fronteiriças: a integração da região ao longo do eixo atlântico Coruña-Vigo-Porto e os núcleos interiores de vertebração de Lugo e Ourense estreitamente ligados ao referido eixo, aconselham a manter a elegibilidade dos projectos anteriormente referidos nas áreas adjacentes de A Coruña e Lugo.

Em apoio do que se acaba de afirmar, basta pensar nos projectos realizados durante o período de 1994-99: a elegibilidade nas zonas adjacentes foi decisiva para projectos de I+D entre as Universidades da Galiza (A Coruña, Santiago e Vigo) e as portuguesas de Trás-os-Montes, Minho e Porto, bem como para os projectos de saneamento animal que se estabeleceram não só na Zona Transfronteiriça, mas também ao nível interregional.

Por tudo isto, a definição de projectos a apoiar no âmbito do INTERREG III-A não pode deixar de considerar a integração com dinâmicas de natureza e alcance interregional, dado que certas dinâmicas de promoção nas áreas elegíveis, para alcançar resultados significativos, terão que ser geradas no exterior. A inexistência de massa crítica de recursos nas áreas fronteiriças e/ou a interrelação e articulação interregional podem determinar que, em certos domínios, seja necessário formular estratégias mais amplas de intervenção para produzir efeitos nas áreas elegíveis. Será o caso do desenvolvimento de redes empresariais, integração de mercados e promoção de serviços comuns, cooperação para o desenvolvimento tecnológico, investigação, comunicação, cultura e sociedade da informação, assim como a cooperação e integração social, laboral e institucional.

SUB-PROGRAMA - NORTE DE PORTUGAL / CASTILLA Y LÉON /

Medida 1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça

Domínios:

Articulação das redes inter-regionais de transporte

Reforço da permeabilidade da fronteira

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Redes de transporte e comunicações: estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental
- Construção e/ou melhoria de infra-estruturas e equipamentos de transportes
- Promoção do desenvolvimento e a dinamização da navegabilidade do Douro

Correspondentes a:

- Estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental. Estudos de mercado. Acções de promoção, material de divulgação. Conferências, seminários e acções de âmbito técnico.
- Construção e melhoramento de infra-estruturas viárias: pontes, estradas e caminhos municipais, acessos viários a estradas de nível superior.
- Construção de equipamentos de apoio aos transportes, sobretudo centrais de camionagem, armazéns de mercadorias, parques de estacionamento e infra-estruturas de intercâmbio modal.
- Construção de portos fluviais ou cais de embarque e respectivos acessos a outros meios de transporte, e obras de beneficiação do canal navegável.
- Estudos, projectos ou análises de mercado e viabilidade técnica.

Medida 1.2. Ordenamento urbano e territorial e zonas costeiras transfronteiriças

Domínio:

Ordenamento urbano e territorial transfronteiriço

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Estratégias comuns de ordenamento e compatibilização dos respectivos instrumentos de planeamento
- Reabilitação, revitalização e valorização urbana
- Criação de espaços próprios para as actividades económicas

Correspondentes a:

- Elaboração de Directrizes Sub-regionais de Ordenamento Transfronteiriço do Território para as Áreas Funcionais de Fronteira em relação com as determinações normativas contidas nos Planos Directores Municipais.
- Elaboração de esquemas de ordenamento e planos territoriais e sectoriais que adoptem uma visão conjunta do território de fronteira.
- Redacção de instrumentos de planeamento urbanístico geral, especial e de detalhe de zonas específicas, de acordo com as Directrizes Sub-regionais de Ordenamento do Território enunciadas anteriormente.
- Acções de reabilitação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas que demonstrem uma capacidade funcional de influenciar o conjunto do núcleo fronteiriço.
- Projectos de revitalização comercial e terciário de áreas centrais destes núcleos que tenham a capacidade de promover novas actividades económicas ou fortalecer estruturas existentes nestes espaços.
- Acções de dotação de áreas locais para a promoção de actividades industriais, turísticas e terciárias.

Medida 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Domínio:

Desenvolvimento rural do espaço fronteiriço

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação e adaptação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento rural
- Coordenação de acções de controlo de doenças, sanidade e melhoria genética do gado em ambos os lados da fronteira
- Estudos e ensaios tendo em vista promover uma agricultura sustentável
- Apoio ao desenvolvimento das zonas rurais transfronteiriças promovendo a sustentabilidade e a diversificação

Correspondentes a:

- Permeabilização da fronteira aos produtos agro-pecuários, mediante o estabelecimento de redes de vigilância epidemiológica que realize o intercâmbio de informação e que permita a adopção de medidas de prevenção para impedir a difusão de doenças entre as explorações fronteiriças.
- Incremento dos recursos agrários de interesse regional transfronteiriço, através da elaboração de Estudos e Ensaios, prioritariamente sobre a vide, castanheiros, leguminosas, gado ovino, raças autóctones, acções de desenvolvimento tecnológico destinadas a unidades produtivas ligadas aos sectores agrícola, ganadeiro e agro-industrial da zona fronteiriça e actividades na pequena indústria agro-alimentar para a sua adequação à legislação ambiental.
- Construção de infra-estruturas hidro-agrícolas, incluindo barragens de fins múltiplos e

redes de rega.

Medida 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Domínios:

Desenvolvimento rural do espaço fronteiro

Valorização e recuperação do património natural

Recursos hidráulicos e qualidade da água

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Acções de florestação, restauro e conservação da floresta
- Prevenção e combate a incêndios
- Conservação ambiental e restauração de habitats
- Preservação e melhoria dos valores ambientais dos espaços naturais classificados
- Recursos hidráulicos e qualidade da água

Correspondentes a:

- Florestação e restauração das áreas florestais, através de acções de reflorestação concertada em zonas fronteiriças afectadas por incêndios e com problemas de erosão, ajudas à regeneração natural e obtenção de material de base, disponibilidade de sementes, melhoria do nível técnico dos viveiros e melhoria da qualidade genética das espécies florestais.
- Tratamentos silvícolas, para além de serem imprescindíveis para a conservação dos bosques e para protecção contra incêndios, constituem um importante mecanismo de prevenção de doenças, observando-se acções de limpeza da mata, podas, abertura de clareiras e um maior aproveitamento extra-madeireiro, tais como a micologia e a biomassa, que contribuem para a diversificação de actividades agrárias.
- Actuações contra incêndios, mediante o desenvolvimento das acções contidas no programa conjunto luso-espanhol nos âmbitos da melhoria da rede viária e das áreas de corta-fogo, instalação de pontos de água para combate a incêndios, vigilância e ligações radiofónicas para estabelecer um sistema de vigilância conjunta.
- Espaços Naturais: Rede Natura 2000 - lugares/sítios de interesse Comunitário e Zonas de Protecção Especial para as Aves, por forma a que se incluam todas as áreas fronteiriças, estabelecendo uma colaboração nas tarefas de conservação de espécies de maneira compatível com o fomento do turismo. Também se prevêem acções de elaboração e difusão de publicações conjuntas, restauração de habitats incluídos na Directiva 92/43 e restauração paisagística; Realização de infra-estruturas para uso público, tais como centros de recepção de visitantes e interpretação da natureza, traçado de rotas, sinalização, aulas didácticas, edição de folhetos. Aquisição de terrenos para preservação dos valores ambientais e paisagísticos. Melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento rural dos habitantes das zonas de influência socio-económica dos Espaços Naturais Protegidos, onde se observam acções de criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos adequados, fomento da integração

- Recursos hidráulicos e qualidade da água

Medida 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local
--

Domínios:

Ordenamento urbano e territorial transfronteiriço

Promoção do património cultural da Euroregião

Valorização e recuperação do património cultural

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Recuperação, reconversão e protecção do património arquitectónico e arqueológico
- Divulgação e sinalização

Correspondentes a:

- Acções de recuperação do património cultural e histórico capazes de desencadear novos fluxos turísticos que valorizem o espaço raiano numa estratégia binacional de promoção; Projectos de dotação de serviços e equipamentos colectivos considerados básicos neste escalão funcional e que não encontrem cobertura em territórios próximos.
- Elaboração de publicações especializadas, em formato tradicional e electrónico, sobre os itinerários Culturais Norte/Castilla y León, destinadas a mercados exteriores específicos altamente qualificados.
- Projectos de recuperação e acções de valorização de castelos, fortificações e vilas fortificadas fronteiriças.
- Projectos de recuperação e acções de valorização de locais, edifícios, centros históricos e conjuntos de monumentos classificados.

Medida 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Domínio

Dinamização socio-económica local

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Gestão energética e fontes energéticas renováveis

Correspondentes a:

- Iniciativas para desenvolver as energias renováveis, incluindo estudos de viabilidade e

pequenas instalações, especialmente, no âmbito da biomassa florestal e reutilização de resíduos verdes.

Medida 2.4. Valorização turística do património

Domínios:

Desenvolvimento turístico transfronteiriço

Promoção de produtos turísticos de excelência

Promoção e desenvolvimento turístico inter-regional

Valorização e recuperação do património cultural

Promoção do património cultural da EuroRegião

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação/identificação de produtos e definição de circuitos turísticos
- Aproveitamento turístico do património
- Redes de alojamentos e de serviços complementares
- Edição de materiais, acções de divulgação, informação e sinalização turística
- Realização de encontros, *workshops*, seminários, colóquios e congressos

Correspondentes a:

- Concepção e promoção de rotas turísticas locais. Ambas as regiões têm recursos turísticos de grande afinidade que poderiam constituir a base para promover rotas turísticas comuns, especialmente, nos âmbitos do turismo cultural, Douro navegável, turismo natural, turismo activo, gastronomia e vinhos ou artesanato. Neste âmbito os projectos a desenvolver referem-se a: Acções de estudo, desenho e criação de rotas transfronteiriças concebidas por forma conjunta para todo o território raiano luso-espanhol ou sectores específicos que articulem um conjunto de recursos, tais como espaços naturais- Arribes del Duero/Douro Internacional -, núcleos de valor histórico-cultural - Toro, Zamora, Puebla de Sanabria, Alcañices, Fermoselle, Bragança, Miranda do Douro, ... - ou áreas de produção vinícola de qualidade - Douro, Toro, Arribes... - Acções de elaboração de material promocional dos recursos e rotas anteriormente assinaladas, em diferentes formatos e suportes.
- Recuperação urbanística e ambiental de pequenos núcleos rurais e aldeias de interesse turístico, com a finalidade de criar uma rede para apoiar a valorização turística do espaço rural raiano. Neste âmbito, os projectos a desenvolver referem-se a: Acções de dotação de infra-estruturas e serviços urbanísticos e ambientais para melhorar a imagem e os níveis de serviço nos pequenos núcleos rurais e aldeias fronteiriças; Acções para estruturar uma marca promocional de Aldeias Rurais, definida a partir de um conjunto de serviços identificados nos núcleos rurais que já constituem produtos ou recursos turísticos; Acções para a criação de uma rede de Aldeias Rurais Turísticas, através da utilização de sistemas de comunicação e informação multimédia ao serviço dos núcleos rurais.

- Desenvolvimento e promoção de uma rede básica de alojamentos e actividades turísticas no território fronteiriço rural, combinando padrões de qualidade e de simplicidade de serviços oferecidos, por forma a contribuir para a criação de uma imagem de marca específica destes territórios. Neste âmbito, os projectos a desenvolver referem-se a: Acções de recuperação para o uso turístico de edifícios públicos sem uso actual com valores arquitectónicos, culturais ou ambientais, que reflectam as tradições de usos e costumes da zona; Acções de dotação de serviços e promoção de actividades turísticas complementares à função de alojamento e ligadas ao aproveitamento dos recursos endógenos. Acções de promoção e aposta no valor da rede de alojamentos rurais que evidenciem a suas características de qualidade e simplicidade ligadas ao meio rural fronteiriço.
- Acções promocionais nos mercados exteriores à própria Euroregião, de produtos turísticos que tenham como âmbito territorial o espaço comum Castilla y León/Norte de Portugal e que supunham a valorização de recursos culturais, ambientais e tradicionais sob formas de aproveitamento conjunto.
- Acções dirigidas à obtenção de um melhor conhecimento quantitativo e qualitativo dos mercados exteriores e dos canais de comercialização mais operativos.
- Acções de difusão e sensibilização comercial dirigidas a operadores turísticos especializados na comercialização de produtos qualificados em mercados de excelência.
- Identificação de produtos turísticos conjuntos da Euroregião Castilla y León/Norte de Portugal, com a criação de uma imagem de marca identificativa. São necessários estudos prévios que definam potencialidades, vantagens comparativas, pontos fortes e fracos, determinação de elementos críticos, análise da área de actuação, realização de inventários de recursos e sua hierarquização, determinação do âmbito espacial de actuação, mercados actuais e potenciais de cada produto. É igualmente necessária a concepção de mecanismos operativos de actualização temporal que evitem a obsolescência dos produtos concebidos, através da observação das dinâmicas dos mercados captados e emergentes.
- Elaboração de material promocional da Euroregião Castilla y León/Norte de Portugal em diferentes formatos e suportes, desde folhetos a redes informáticas, passando por vídeos, produtos cartográficos, CD-ROM, rotas específicas. Para além disso, este material pode incluir determinados suportes promocionais como expositores, escaparates em centros comerciais, envios por correio e propaganda escrita em diferentes suporte, notas de imprensa, boletins informativos, revistas de difusão dos produtos; em resumo, acções de comunicação que necessitem da realização de materiais promocionais, que actuem de forma antecipada nos mercados de destino dos produtos a comercializar.
- Realização de encontros, seminários, reuniões e acções de informação, conhecimento e participação de agentes públicos e privados, interessados na promoção turística da Euroregião, que actuem como motor gerador de ideias para a concepção de produtos e linhas para a sua internacionalização.
- Organização e participação em feiras turísticas no Norte de Portugal e em Castilla y León como escaparate de conhecimento e promoção dos recursos e produtos regionais, com o objectivo de intensificar os fluxos turísticos entre ambas as regiões.
- Constituição de um foro turístico inter-regional orientado para a realização de estudos, estatísticas, relatórios técnicos e juízos dirigidos para a identificação de mercados de destino e para a concepção de estratégias de comercialização dos produtos, bem como a sua ligação com os promovidos no âmbito da região turística do Noroeste Ibérico.
- Estudos e programas de reabilitação e aproveitamento de edifícios e outras infra-

estruturas culturais para o uso turístico.

Medida 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva

Domínio:

Dinamização socio-económica local

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação de estruturas ou iniciativas para o desenvolvimento da empresarialidade
- Encontros, seminários, colóquios, participação em feiras e acções de divulgação e promoção no exterior
- Redes de informação e de transferência de know-how
- Ajudas ao investimento

Correspondentes a:

- Prestação de serviços comuns e das actividades económicas no campo da informação, "marketing", assistência em técnicas empresariais, inovação tecnológica, controlo da qualidade.
- Desenvolvimento de instrumentos financeiros em favor das PME/Micro-Empresas (p.ex. Fundos de Capital de Risco)
- Acções de divulgação do tipo de apoios à actividade empresarial dos dois lados da fronteira.
- Promoção e realização de encontros de agentes económicos locais e regionais.
- Apoio à criação de redes de informação empresarial e de transferência de "Know-how".

Medida 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação

Domínios:

Cooperação tecnológica, económica e científica

Desenvolvimento da sociedade da informação para a estruturação territorial da Euroregião

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Centros tecnológicos
- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios

- Redes e sistemas de informação

Correspondentes a:

- Planos de acção conjuntos fundamentados no potencial existente nos Centros Tecnológicos das duas regiões; actuações conjuntas orientadas para a participação no desenvolvimento de uma política de inovação tecnológica; iniciativas e/ou actuações em rede dos Centros Tecnológicos de ambas as regiões.
- Projectos de benchmarking das políticas e instrumentos de inovação nas duas regiões
- Projectos de investigação de investigação conjuntos, tendo em conta o desenvolvimento do potencial científico das duas regiões,
- Estabelecimento de um Sistema de Informação Territorial Castilla y León/Norte, SITCAN, como ferramenta operativa para um melhor conhecimento e representação conjunta dos principais atributos físicos, socio-económicos e territoriais que caracterizam o espaço inter-regional. O Sistema permitirá criar uma base gráfica e estatística de representação comum dos principais elementos que definem o território, ao mesmo tempo que pode servir de "logotipo espacial" para a representação gráfica das acções incluídas neste Programa, contribuindo para reforçar a imagem conjunta inter-regional.
- Desenvolvimento de instrumentos estratégicos e de reflexão sobre a evolução dos sistemas urbanos e rurais, infra-estruturas de ligação e articulação do território, utilização do solo no planeamento urbanístico, localização de serviços e equipamentos colectivos, sistemas económicos industriais e terciários.

Medida 3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços

Domínios:

Desenvolvimento rural do espaço fronteiriço

Dinamização socio-económica local

Promoção de produtos turísticos de excelência

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Encontros, *workshops*, seminários, colóquios, congressos, participação em feiras, acções de promoção e divulgação
- Apoio técnico a investidores
- Desenvolvimento, diversificação e melhoria dos mecanismos de comercialização e das relações comerciais
- Diversificação da estrutura económica e fixação da população
- Controlo de qualidade, certificação e inovação tecnológica

Correspondentes a:

- Intensificação do intercâmbio comercial de produtos agro-pecuários e agro-industriais mediante a realização de feiras anuais.
- Promoção da qualidade nas indústrias de preparação e transformação de produtos de origem animal, através da implantação de sistemas que garantam a segurança dos produtos a comercializar e o intercâmbio de conhecimentos mediante a realização de jornadas e intercâmbios de sectores profissionais.
- Acções de apoio à realização ou participação em feiras e exposições necessárias para a divulgação e promoção dos produtos regionais que geram um valor real acrescentado a essas produções.
- Programas de acolhimento de potenciais investidores, especialmente, de apoio à formulação de projectos, no acesso aos programas de apoio mais adequados, nos procedimentos burocráticos e na selecção da localização.
- Definição e estabelecimento dos procedimentos adequados para dar uma resposta aos problemas pontuais apresentados pelas empresas, através do seu encaminhamento para as autoridades competentes ou da mobilização técnica necessária.
- Projectos de apoio ao desenvolvimento de relações comerciais e intercâmbio de informação entre os diferentes agentes comerciais, contribuindo assim, para o reforço do tecido empresarial de ambos os lados da fronteira.
- Acções que tenham como finalidade a preparação da informação necessária para os investidores extra-regionais sobre a respectiva região e apoio à procura de sócios locais.
- Projectos indutores para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes com a finalidade de evitar o despovoamento de zonas economicamente mais debilitadas.
- Acções de aproveitamento racional dos recursos endógenos apostando na alta qualidade dos produtos, na sua comercialização "in situ" e nos nichos de mercado que valorizem essa qualidade.
- Iniciativas para impulsionar a diversificação da estrutura económica tradicional através do fomento do sector terciário - actividades turísticas, desportivas e de lazer - que permitam complementar o rendimento dos grandes agregados familiares mais dependentes da actividade agrícola.
- Estudos de diversificação da produção e valorização dos recursos endógenos.
- Estudos de mecanismos de defesa e controlo de produções de qualidade.
- Acções de apoio à comercialização dirigidas à assistência técnica nos pontos de venda dos produtos e realização de documentação comercial e outros elementos de logística comercial que impulsionem a qualidade intrínseca do produto.

Medida 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Domínios:

Dinamização socio-económica local

Promoção e desenvolvimento turístico inter-regional

Valorização e recuperação do património cultural

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Cooperação em geral, nas áreas da formação, do ensino e da inserção profissional
- Acções de intercâmbio de processos formativos orientados para o desenvolvimento local.
- Formação de agentes de desenvolvimento e de intervenção e animação social
- Cursos de curta duração

Correspondentes a:

- Realização de acções de formação orientadas para a qualificação dos recursos humanos especialmente relevantes no desenvolvimento do sector, tais como gestão de estabelecimentos, animadores de turismo cultural e rural, gestores de grupos juvenis e de terceira idade, guias turísticos, fomento de empresas de animação, etc..
- Cursos de formação de curta duração para técnicos das duas regiões.

Medida 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional
--

Domínios:

Cooperação tecnológica, económica e científica

Desenvolvimento rural do espaço fronteiriço

Dinamização socio-económica local

Promoção do património cultural da Euroregião

Reforço das dinâmicas culturais, sociais e institucionais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Centros tecnológicos
- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios
- Informação e divulgação, realização de espectáculos e exposições
- Promoção e articulação de iniciativas conjuntas orientadas para a intervenção social entre as autoridades das duas regiões

Correspondentes a:

- Iniciativas que tenham por finalidade o conhecimento mútuo e o conhecimento dos contextos económico-sociais em que estão integradas.
- Projectos de benchmarking das políticas e instrumentos de inovação nas duas regiões.
- Planos de acção conjuntos fundamentados no potencial existente nos Centros Tecnológicos das duas regiões; actuações conjuntas orientadas para a participação no desenvolvimento de uma política de inovação tecnológica; iniciativas e/ou actuações em rede dos Centros Tecnológicos de ambas as regiões.
- Projectos inovadores em empresas da região.

- Projectos comuns orientados para a mobilização da capacidade de iniciativa empresarial
- Formação, estudos e divulgação, em geral acções de conteúdo conceptual, mas elementares para intensificar a cooperação, tal como a realização de reuniões e seminários conjuntos, intercâmbios de experiências, formação de gestores, realização de estudos e investigações e acções de informação e divulgação.
- Acções de intercâmbio de experiências para a criação de emprego vinculado aos recursos locais
- Realização de jornadas, seminários e encontros entre os responsáveis pela cultura de ambas as regiões e representantes de entidades culturais de outras instituições europeias com a finalidade de obter um melhor conhecimento dos mercados, formas de acesso, público-alvo e canais de difusão mais adequados.
- Acções de promoção e difusão exterior da imagem cultural conjunta da Euroregião, em especial, relativamente aos itinerários culturais com maior potencial de gerar fluxos de visitantes: Capitais Culturais em Cidades Património Mundial, Itinerário Cultural do Douro/Douro, Itinerários dos Caminhos de Santiago, Alto Douro Vinícola.
- Iniciativas de promoção conjunta da rede de equipamentos culturais.
- Lançamento de programações conjuntas itinerantes das principais cidades fronteiriças; realização de festivais de teatro, dança, música e promoção de exposições itinerantes de arte contemporânea; organização e participação em feiras de arte, congressos ou bienais de arte; intercâmbios culturais, tais como, visitas temáticas a museus, casas de escritores, seminários e palestras, actividades de aproximação cultural com carácter formativo e educacional.
- Programas de igualdade de oportunidades dirigidos às mulheres; programas de intercâmbio de idosos, jovens desfavorecidos e pessoas com necessidades especiais, designadamente, convívios e encontros de curta ou média duração a realizar, alternativamente, nas duas regiões; programas de intercâmbio de técnicos.

Medida 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Domínios:

Ordenamento urbano e territorial transfronteiriço

Reforço das dinâmicas culturais, sociais e institucionais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Serviços na área das NTI
- Promoção e harmonização de procedimentos, tendo em conta a utilização conjunta e/ou em rede de equipamentos sociais, desportivos e outros
- Serviços e equipamentos colectivos

Correspondentes a:

- Acções de criação de serviços ligados à sociedade da informação, como centros orientados para o desenvolvimento laboral, sanitário, assistencial, educativo e recreativo,

centros de teletrabalho e foros electrónicos.

- Iniciativas de promoção conjunta da rede de equipamentos e serviços locais.
- Dotação de serviços e equipamentos colectivos de uso comum visando a recionalização da sua cobertura às populações.

Medida 4.3. Estruturas institucionais para a cooperação

Domínios:

Desenvolvimento da sociedade da informação para a estruturação territorial da Euroregião

Organização, assistência técnica e acompanhamento

Reforço das dinâmicas culturais, sociais e institucionais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Redes e sistemas de informação
- Apoio técnico e assessoria
- Criação de novas instituições de cooperação e apoio a outras já existentes.

Correspondentes a:

- Estabelecimento de um Sistema de Informação Territorial Castilla y León/Norte, SITCAN, como ferramenta operativa para um melhor conhecimento e representação conjunta dos principais atributos físicos, socio-económicos e territoriais que caracterizam o espaço inter-regional. O Sistema permitirá criar uma base gráfica e estatística de representação comum dos principais elementos que definem o território, ao mesmo tempo que pode servir de "logotipo espacial" para a representação gráfica das acções incluídas neste Programa, contribuindo para reforçar a imagem conjunta inter-regional. Desenvolvimento de instrumentos estratégicos e de reflexão sobre a evolução dos sistemas urbanos e rurais, infra-estruturas de ligação e articulação do território, utilização do solo no planeamento urbanístico, localização de serviços e equipamentos colectivos, sistemas económicos industriais e terciários.
- Animação e assistência técnica para a formação de grupos territoriais de cooperação supramunicipais e dinamização das já existentes.
- Assistência técnica para a formação de novos agentes de desenvolvimento e cooperação transfronteiriça. Animação para a constituição de redes binacionais de agentes de desenvolvimento local.
- Realização de estudos de apoio para a tomada de decisões sobre as acções a desenvolver ou o arranque de novas iniciativas. Realização de avaliações das medidas e de projectos específicos.
- Realização de seminários de debate e divulgação.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a "plafond".

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e

avaliação interna da intervenção e das operações;

- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;
- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;

Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

NUT III Adjacentes

Identificação

Em Portugal

- Cávado
- Ave
- Tâmega

Em Espanha

- Léon
- Valladolid
- Ávila

Justificação da inclusão

a) Cávado, Ave e Tâmega

No contexto da região Norte as NUT's III Fronteiriças do sub-programa Norte de Portugal-Castilla y León têm relações de interdependência com as outras NUT's III que dela fazem parte, ganhando consistência a estratégia definida para o território fronteiriço deste sub-programa se tiver em conta as NUT's III Adjacentes: Cávado, Ave e Tâmega.

Esta interdependência pode ser justificada por um lado por neste espaço inter-regional fronteiriço do Norte de Portugal- Castilla y León destacar-se como fenómeno integrador, o Rio Douro, que atravessa os dois territórios percorrendo grande parte da linha de fronteira. Este fenómeno proporciona grandes semelhanças nas formas de economia que se desenvolvem ao longo do mesmo e, conseqüentemente, oferece um enorme potencial de actuações conjuntas. Sendo assim, a continuidade física da Bacia do Douro e sua influência em termos sócio-económicos justifica plenamente a inclusão da NUT III adjacente do Tâmega.

A importância da componente tecnológica e científica nas NUT's III do Cávado e do Ave, cuja influência se vem alargando para as zonas de Alto de Trás-os-Montes e do Douro, bem como as relações empresariais e comerciais de interdependência entre as NUT's fronteiriças e as do Cávado e Ave, tornam importante a sua elegibilidade que virá dar mais abrangência e consistência a acções que se venham a desenvolver nestas áreas, com natural repercussão para as zonas mais próximas de fronteira.

As tipologias de projectos a desenvolver nestas NUT's III Adjacentes serão as seguintes: Desenvolvimento de estudos, projectos piloto de carácter não infra-estrutural e intercâmbio em experiências e recursos humanos em todas as áreas definidas nas diversas medidas.

b) Léon, Valladolid e Ávila

As orientações da Iniciativa, no ponto 10 “Zonas Subvencionadas”, unicamente exigem que as zonas NUT III contíguas às fronteiras sejam mencionadas no PIC correspondente. A justificação concreta destes casos especiais deveria poder realizar-se posteriormente mediante a comprovação do cumprimento, por parte dos projectos, dos critérios de selecção (referentes ao carácter e interesse transfronteiriço dos mesmos) aprovados pelo Comité de Seguimento.

Em qualquer dos casos, a inclusão de projectos incidentes nas províncias de Ávila, Léon e Valladolid, respeitando a flexibilidade dos 20 % constantes nas Orientações, serão alvo de uma forte exigência em termos dos valores acrescentados à cooperação com Portugal. A título de exemplo, e para além de outras possibilidades de cooperação que possam surgir durante a implementação do Programa, podem citar-se os financiamentos dos Secretariados Técnicos Conjuntos e dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças (em Valladolid), ou de projectos de investigação tecnológica conjunta através de Centros Tecnológicos, ainda que

receptivos a outras possibilidades de cooperação que possam surgir durante o desenvolvimento do programa.

Tipologia de projectos:

Desenvolvimento de estudos, projectos piloto de carácter “não infra-estrutural” e intercâmbio de experiências e recursos humanos em todas as áreas definidas nas diversas medidas.

Nomeadamente, nos âmbitos seguintes:

- Planeamento de infra-estruturas de acessibilidade transfronteiriça e ordenamento do território fronteiriço.
- Protecção da paisagem e reforço da qualidade ambiental, particularmente no que se refere aos recursos hídricos das “bacias” dos rios internacionais.
- Dinamização de uma agricultura sustentável vinculada à valorização de sectores estratégicos.
- Conservação, divulgação e promoção dos recursos do território;
- Dinamização da actividade turística relacionada com os valores naturais e históricos.
- Cooperação empresarial, divulgação e promoção das potencialidades económicas.
- Cooperação científica e tecnológica e articulação do tecido empresarial.
- Promoção da empregabilidade associada à valorização dos recursos do território de fronteira.
- Participação em acções de cooperação de âmbito cultural.

SUB-PROGRAMA - CENTRO/CASTILLA Y LEÓN

Medida 1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça

Domínios:

Reforço da permeabilidade da fronteira

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Redes de transporte e comunicações: estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental.
- Construção e/ou melhoria de infra-estruturas e equipamentos de transportes
- Criação de serviços e redes locais telemáticas.

Correspondentes a:

- Estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental sobre o traçado de redes viárias e ferroviárias de transporte, assim como sobre a instalação de centros e áreas de serviço.
- Estudos de mercado relativos a infra-estruturas de transporte, incluindo o transporte fluvial, e a redes de telecomunicações.
- Construção e melhoria de infra-estruturas viárias: pontes, estradas, caminhos municipais e acessos viários a estradas de nível superior.
- Construção de equipamentos de apoio aos transportes, como centros de transporte, áreas de serviço, armazéns de mercadorias, estacionamento e infra-estruturas de intercâmbio modal.
- Renovação da rede e dos equipamentos (estações, cais de mercadorias, etc.) do transporte ferroviário.
- Construção de portos fluviais ou molhes de embarque e seus acessos a outros meios de transporte.
- Criação de serviços e redes locais telemáticas para a consolidação de relações institucionais, socioeconómicas e laborais entre as duas regiões.

Medida 1.2. Ordenamento urbano e territorial e zonas costeiras transfronteiriças

Domínios:

Ordenamento territorial transfronteiriço

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Estratégias comuns de ordenamento e compatibilização dos respectivos instrumentos de planeamento
- Reabilitação, revitalização e valorização urbana
- Criação de espaços próprios para as actividades económicas

Correspondentes a:

- Elaboração de directrizes subregionais de ordenamento do território para as áreas funcionais de fronteira, coordenando as determinações dos respectivos instrumentos de ordenamento urbanístico.
- Elaboração de esquemas de ordenamento e planos territoriais e sectoriais que adoptem uma visão conjunta do espaço de fronteira.
- Redacção de planos estratégicos conjuntos destinados à planificação de infra-estruturas e à protecção e valorização do património natural e cultural.
- Reabilitação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas, nomeadamente centros históricos.
- Revitalização comercial e terciária de áreas centrais destes núcleos.
- Criação de áreas de localização de actividades industriais, turísticas e terciárias.

Medida 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Domínios:

Desenvolvimento agrário e rural sustentável

Recuperação do património natural e cultural e valorização turística

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação e adaptação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento rural
- Coordenação de acções de controlo de doenças, sanidade e melhoria genética do gado em ambos os lados da fronteira
- Estudos e ensaios tendo em vista promover uma agricultura sustentável
- Desenvolvimento do sector agro-alimentar
- Melhoria da qualidade de vida dos habitantes de áreas protegidas

Correspondentes a:

- Permeabilização da fronteira para produtos agro-pecuários, nomeadamente através do reforço da sanidade dos produtos animais em circulação e prevenir e impedir a difusão de agentes patogénicos. Para isso prevê-se o estabelecimento de uma rede de vigilância epidemiológica que dinamize o fluxo de informação entre os dois lados da fronteira e que permita a adopção de medidas de prevenção conjuntas e coordenadas. Prevê-se, também, iniciativas destinadas a melhorar o bem estar animal e a sanidade da fauna.

- Construção de infra-estruturas hidro-agrícolas, incluindo barragens de fins múltiplos e redes de rega.
- Estudos e ensaios relacionados com a conservação dos recursos genéticos das espécies de cultivo tradicionais, a recuperação e selecção de variedades autóctones de interesse agrícola, relacionados com a agricultura sustentável e a melhoria da eficiência reprodutiva, identificação e preservação dos recursos genéticos animais e do desenvolvimento das cadeias de valor associadas (leite, queijo, enchidos, etc.).
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico das unidades produtivas dos sectores agrícola, pecuário e agro-industrial localizadas na zona fronteiriça. Em concreto prevê-se o desenvolvimento sector agro-alimentar (produtos transformados em matadouros, queijarias, adegas e outras pequenas indústrias agro-alimentares) de grande interesse para o mundo rural, nomeadamente no que se refere ao cumprimento da legislação ambiental.
- Melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nos espaços naturais e promoção do desenvolvimento rural. Nestas áreas é preciso definir uma série de ajudas técnicas, económicas e financeiras, com o fim de compensar as dificuldades que sofrem as populações que vivem nestes espaços: criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos adequados; reabilitação de casas rurais e conservação do património arquitectónico; realização de iniciativas culturais, científicas, pedagógicas e recreativas de animação dos espaços naturais; integração dos habitantes nas actividades geradas pela conservação e gestão do espaço natural.

Medida 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Domínios:

Desenvolvimento agrário e rural sustentável

Recuperação do património natural e cultural e valorização turística

Recursos hidráulicos e qualidade da água

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Acções de florestação, restauro e conservação da floresta
- Prevenção e combate a incêndios
- Conservação ambiental e restauração de habitats
- Ordenamento cinegético e caça, recursos piscícolas e pesca
- Sinalização, informação, espaços de observação, de descanso e de interpretação da natureza
- Recursos hidráulicos e qualidade da água

Correspondentes a:

- Florestação e restauro do coberto florestal.
- Tratamentos silvícolas nas explorações da zona de fronteira para melhorar o estado vegetativo da floresta, levando-a a uma densidade óptima que propicie o seu

desenvolvimento climático. Os tratamentos silvícolas, além de serem imprescindíveis para a conservação da floresta e para a protecção contra incêndios, supõem um importante mecanismo de prevenção de doenças.

- Actuações contra incêndios: melhoria da rede viária e das áreas corta-fogos, nomeadamente a criação de uma zona de corta-fogos comum, das dimensões que se estime convenientes tecnicamente. Estas faixas de corta-fogos ficarão em zonas estratégicas, para defender áreas especialmente valiosas e de alto risco; instalação de pontos de água distribuídos de forma articulada e complementar dos dois lados da fronteira; vigilância conjunta, que inclua sistemas de comunicação comuns (comunicações radiofónicas) e a coordenação dos meios aéreos existentes em Espanha e Portugal.
- Colaboração em tarefas de conservação de espécies. Com estes projectos procura-se definir os espaços naturais contínuos hispanos-portugueses e avaliar as condições para a gestão comum ou a colaboração em iniciativas de conservação de espécies de maneira compatível com a promoção do turismo. Como projectos concretos dentro desta acção, consideram-se os destinados à restauração de habitats incluídos na Directiva 92/43 e a melhoria da qualidade do meio ambiente (restauração paisagística); realização de infra-estruturas de uso público, de maneira coordenada a ambos lados da fronteira, com o fim de aproveitar o potencial que os espaços protegidos têm para o desenvolvimento socio-económico da zona.
- Aquisição de terrenos para conservação da paisagem, nos casos em que se considere necessário para a conservação dos valores paisagísticos.
- Planos de recuperação e conservação de espécies catalogadas. O abandono da agricultura tradicional repercute negativamente sobre a riqueza faunística da zona, pelo que é de interesse a recuperação de espécies vegetais autóctones, com o fim de melhorar as pirâmides alimentares e, ao mesmo tempo, como fonte de rendimento para a agricultura.
- Planos de ordenamento e melhoria dos ecossistemas aquáticos nos rios, ribeiros e albufeiras transfronteiriços, com o objectivo de alcançar a médio prazo níveis similares de qualidade das águas e de defesa e recuperação de margens nos dois lados da fronteira. Para isso será necessário o apoio mútuo, a solução de problemas comuns e o intercâmbio de conhecimentos e experiências num leque muito variado de temas que podem integrar um plano conjunto de ordenamento dos ecossistemas aquáticos que são partilhados pelas duas regiões.
- Aproveitamento sustentável dos recursos piscícolas e melhoria das práticas de pesca na zona fronteiriça, com o fim de garantir a sustentabilidade dos recursos, a continuidade dos equilíbrios naturais e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma actividade económica crescente e geradora de empregos e rendimentos em meio rural.
- Planos de recuperação e melhoria de espécies cinegéticas e seus habitats.
- Gestão coordenada de reservas de caça.
- Definição de zonas cinegéticas transfronteiriças "piloto" para actuação conjunta.
- Criação de uma "rede de Vigilância Epidemiológica" de determinadas espécies cinegéticas.
- Apoio à conservação dos habitats e desenvolvimento rural em zonas de ordenamento cinegético.
- Sinalização de itinerários culturais e ambientais de interesse fronteiriço.

Medida 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local

Domínios:

Ordenamento territorial transfronteiriço

Recuperação do património natural e cultural e valorização turística

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Recuperação, reconversão e protecção do património edificado
- Recuperação e valorização do património não edificado
- Divulgação e sinalização

Correspondentes a:

- Criação de serviços e equipamentos colectivos considerados básicos, particularmente nos âmbitos educativo, sanitário, assistencial, recreativo, desportivo, que não encontrem cobertura em territórios próximos, nomeadamente através da recuperação e reconversão de edifícios com valor patrimonial.
- Recuperação de edifícios antigos com valor patrimonial e sua reutilização com vista ao desenvolvimento de novos serviços transfronteiriços.
- Recuperação e protecção do património construído característico da paisagem do território de fronteira: fortificações e castelos, aldeias e pequenos aglomerados tradicionais, núcleos arqueológicos, caminhos tradicionais.
- Edição de material de divulgação e sinalização do património construído.
- Recuperação e protecção do património mobiliário, bibliográfico.
- Recuperação e divulgação de usos e costumes artesanais tradicionais.
- Edição de material de divulgação do património "móvel".

Medida 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Nesta fase não foram identificadas acções a incluir nesta Medida (sem prejuízo da sua inclusão em fase posterior).

Medida 2.4. Valorização turística do património

Domínios:

Recuperação do património natural e cultural e valorização turística

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação/identificação de produtos e definição de circuitos turísticos
- Edição de materiais, acções de divulgação, informação e sinalização turística
- Realização de encontros, *workshops*, seminários, colóquios e congressos
- Redes de alojamentos e de serviços complementares

Correspondentes a:

- Identificação de produtos turísticos conjuntos, particularmente os relacionados com rotas turísticas de fronteira, espaços naturais de interesse fronteiriço e vilas e cidades de grande valor histórico.
- Elaboração de material promocional dos recursos e produtos turísticos, em diferentes formatos e suportes, desde folhetos a redes telemáticas, passando por vídeos, mapas ou CD-ROM.
- Realização de encontros, seminários, reuniões e foruns de informação, conhecimento e intercâmbio entre agentes públicos e privados interessados na promoção turística do território raiano.
- Acções promocionais como a realização de feiras turísticas transfronteiriças (de carácter sectorial e territorial) ou participação conjunta em feiras for a do território de fronteira ou mesmo for a das duas regiões, como "montra" para intensificar os fluxos turísticos orientados para estes territórios.
- Acções de desenvolvimento e promoção de uma rede básica de alojamentos e actividades turísticas no território fronteiriço rural, combinando parâmetros de qualidade e de simplicidade de serviços oferecidos, de forma a que contribua para criar uma imagem de marca própria destes territórios.
- Acções de dotação de serviços e promoção de actividades turísticas complementares à função de alojamento, assentes no aproveitamento dos recursos endógenos.
- Estudos, formação e intercâmbio de experiências.
- Intercâmbios e encontros de curta duração entre técnicos das duas regiões.
- Intercâmbios e encontros de curta duração entre técnicos das duas regiões.

Medida 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica
Ordenamento territorial transfronteiriço

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação de estruturas ou iniciativas para o desenvolvimento da empresarialidade
- Redes de informação e de transferência de know-how
- Encontros, seminários, colóquios, participação em feiras e acções de divulgação e promoção no exterior

- Ajudas ao investimento

Correspondentes a:

- Projectos comuns orientados para a mobilização da capacidade de iniciativa empresarial e criação das condições para a sua operacionalidade.
- Criação de redes de informação empresarial e de transferência de conhecimentos.
- Encontros empresariais, seminários e participação ou realização de feiras de âmbito regional.
- Acções de divulgação e promoção das actividades e potencialidades económicas de ambos os espaços.
- Acções de promoção exterior da base económica interregional.
- Criação de centros empresariais como espaços para o desenvolvimento de iniciativas empresariais locais e actividades de formação.
- Desenvolvimento de instrumentos financeiros em favor das PME/Micro-Empresas (p.ex. Fundos de Capital de Risco)

Medida 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação
--

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Estruturas institucionais para a cooperação

Reforço da permeabilidade da fronteira

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação, sensibilização, edição de materiais de informação e troca de experiências
- Reforço do potencial científico e tecnológico
- Mobilidade/intercâmbio de professores, investigadores, técnicos e alunos e criação de cursos conjuntos
- Encontros, workshops, seminários, colóquios, congressos e participação em eventos de I&D

Correspondentes a:

- Intercâmbio de experiências e de técnicos especializados.
- Projectos demonstrativos das políticas e instrumentos de inovação nas duas regiões.
- Planos de acção conjuntos com base no potencial existente nas instituições tecnológicas de ambas as regiões.
- Acções orientadas para a participação no desenvolvimento de uma política conjunta de inovação tecnológica; iniciativas e actuações em rede das instituições tecnológicas para o desenvolvimento de projectos inovadores.

- Programas de mobilidade e intercâmbio de recursos humanos, professores e alunos, entre as instituições educativas universitárias e politécnicas de ambos os territórios.
- Projectos de investigação conjuntos, no âmbito do desenvolvimento territorial, tomando em consideração a promoção do potencial científico das duas regiões.
- Promoção de encontros de I&D em áreas científicas.
- Programas conjuntos de especialização e cursos de pós-graduação em áreas relevantes para o desenvolvimento territorial.
- Projectos de multimedia orientados para o desenvolvimento de serviços comuns.
- desenvolvimento de acções de sensibilização e difusão sobre a sociedade de informação, como demonstrações multimédia, publicação de material impresso e audiovisual, elaboração de ferramentas informáticas, criando instrumentos funcionais e de ampla difusão - internet, CD-ROM.
- Realização de acções de sensibilização e difusão sobre a sociedade da informação, como demonstrações multimedia, publicação de material impresso e audiovisual, elaboração de ferramentas informáticas de informação para a sociedade civil.

Medida 3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Desenvolvimento agrário e rural sustentável

Dinamização socio-económica local

Reforço da permeabilidade da fronteira

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Controlo de qualidade, certificação e inovação tecnológica
- Agro-alimentar
- Encontros, *workshops*, seminários, colóquios, congressos, participação em feiras, acções de promoção e divulgação
- Apoio técnico a investidores
- Desenvolvimento, diversificação e melhoria dos mecanismos de comercialização e das relações comerciais
- Diversificação da estrutura económica e fixação da população

Correspondentes a:

- Desenvolvimento de serviços comuns às actividades económicas no campo da informação, marketing, assistência em técnicas empresariais, inovação tecnológica e controlo de qualidade.
- Ajudas destinadas a investimentos em serviços e instalações que sirvam para apoiar e promover o desenvolvimento das pequenas e médias empresas agro-alimentares e as

empresas de artesanato e, em particular, a transferência de tecnologia e serviços de apoio à comercialização.

- Intercâmbio de produtos agro-pecuários, agro-industriais e artesanato através da dinamização da actividade comercial neste território, tradicionalmente fragilizado em consequência da própria estrutura do sector agrário e do relativo isolamento da zona. Os projectos destinam-se à potenciação e difusão dos produtos agro-pecuários de qualidade mediante diferentes estratégias, como são a realização de feiras anuais alternativamente em cada país, o apoio à implantação de sistemas de qualidade em indústrias de preparação e transformação de produtos de origem animal que garantam a segurança dos produtos a comercializar, o apoio aos conselhos reguladores e órgãos promotores de produtos alimentares de qualidade, assim como o intercâmbio de conhecimento entre empresários, dirigentes de cooperativas, associações e artesãos do sector agro-industrial.
- Apoio à participação em feiras e exposições de âmbito transfronteiriço para a divulgação e promoção dos produtos e recursos locais.
- Acompanhamento e assistência a potenciais investidores, especialmente no apoio à elaboração do projecto, no acesso aos mecanismos de ajuda mais adequados, nos procedimentos burocráticos ou na selecção da localização mais favorável.
- Apoio ao desenvolvimento de relações comerciais e intercâmbio de informação entre diferentes agentes comerciais, contribuindo para o reforço do tecido empresarial fronteiriço.
- Preparação de informação de apoio aos investidores extraregionais, assim como apoio na procura de parceiros locais.
- Aproveitamento racional dos recursos endógenos apostando na alta qualidade dos produtos, nos nichos de mercado que valorizem essa qualidade e na sua comercialização "in situ".
- Diversificação da estrutura económica tradicional através do fomento de actividades e serviços que permitam complementar os rendimentos das famílias rurais.
- Projectos indutores da melhoria da qualidade de vida das populações raianas com o fim de evitar o despovoamento destes territórios.
- Acções de promoção e divulgação.
- Conferências, seminários e encontros de âmbito técnico.

Medida 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Dinamização socio-económica local

Integração sócio-cultural das populações raianas

Recuperação do património natural e cultural e valorização turística

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Formação no âmbito da iniciativa empresarial
- Formação de agentes de desenvolvimento e de intervenção e animação social
- Integração dos diplomados no mercado de emprego
- Intercâmbio de experiências e de informação e realização de encontros
- Aprendizagem das línguas
- Acções para o conhecimento e permeabilização dos mercados de trabalho
- Igualdade de oportunidades
- Cooperação em geral, nas áreas da formação, do ensino e da inserção profissional

Correspondentes a:

- Acções de formação conjuntas no âmbito da iniciativa empresarial.
- Realização conjunta de acções formativas para a qualificação de agentes de desenvolvimento e dinamização local que tenham como função a animação, a assistência técnica e o acompanhamento de acções de cooperação transfronteiriça.
- Programas de desenvolvimento profissional dos agentes formados para integração em instituições e organismos de âmbito local.
- Acções de intercâmbio transfronteiriço de experiências para a criação de novos emprego relacionados como aproveitamento dos recursos locais.
- Acções de intercâmbio de experiências relacionadas com processos formativos orientados para o desenvolvimento local.
- Realização de Encontros Intercomunitários Ibéricos, com jovens de ambas as regiões para fomentar o conhecimento da realidade cultural, tendo como base a língua.
- Formação de técnicos especialistas em trabalho com jovens, trabalhos com idosos e grupos desfavorecidos.
- Formação de técnicos para ensino-aprendizagem dos desportos de natureza.
- Formação em actividades de ocupação de tempos livres: cursos de monitores e coordenadores, campos de trabalho, defesa do meio ambiente, caminhadas e orientação.
- Acções de aprendizagem dos idiomas português e espanhol, particularmente no ensino básico, utilizando nomeadamente meios audiovisuais.
- Realização de estudos sobre a situação dos mercados de trabalho transfronteiriços.
- Desenvolvimento de acções conjuntas no campo da formação profissional e ocupacional em temáticas relacionadas com o desenvolvimento local e a valorização dos recursos endógenos.
- Acções de permeabilização dos mercados de trabalho que contemplem o território fronteiriço globalmente.
- Formação para a criação de novas empresas, novas jazidas de emprego, auto-emprego, aproveitamento e gestão de recursos, particularmente de mulheres.
- Promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres.
- Formação e extensão do conhecimento em desportos autóctones tradicionais.

- Realização de acções de formação orientadas para a qualificação dos recursos humanos especialmente relevantes no desenvolvimento do sector turístico, tais como gestão de estabelecimentos, animadores de turismo cultural e rural, animadores de grupos juvenis e da terceira idade, guias turísticas, empresas de animação, em temas de âmbito transfronteiriço.

Medida 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Desenvolvimento agrário e rural sustentável

Integração sócio cultural das populações raianas

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Acções de promoção do emprego e combate ao desemprego
- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios
- Informação e divulgação, realização de espectáculos e exposições

Correspondentes a:

- Projectos comuns de organizações sindicais orientados para a melhoria da qualidade do emprego e de desenvolvimento do mercado de trabalho.
- Encontros e jornadas sindicais.
- Iniciativas que tenham por finalidade o conhecimento mútuo e do contexto económico, social e funcional em que estão integradas.
- Acções que fortaleçam o conhecimento mútuo e as interrelações entre instituições científicas, tecnológicas e empresariais / sindicais.
- Estudos, formação e intercâmbio de experiências, com base em reuniões e seminários conjuntos.
- Criação de pontos de informação juvenil nas zonas fronteiriças: informação sobre associativismo, actividades, programas europeus, intercâmbios educativos.
- Encontros musicais e artísticos.
- Realização de encontros desportivos para crianças.
- Encontros internacionais das selecções.
- Jornadas de detecção de talentos desportivos.
- Jornadas juvenis de desporto e meio ambiente.
- Encontros desportivos juvenis transfronteiriços.
- Intercâmbio de idosos, jovens desfavorecidos e pessoas com necessidades especiais, particularmente convívios e encontros de curta ou média duração, a realizar em ambos os territórios.

- Intercâmbio de técnicos no âmbito social e institucional, incluindo encontros bilaterais, jornadas técnicas e acções formativas conjuntas.
- Intercâmbio de experiências e métodos de trabalho na área sanitária e assistencial.
- Lançamento de programações conjuntas itinerantes nos principais centros urbanos transfronteiriços.
- Realização de festivais de teatro, dança, música e promoção de exposições itinerantes de arte.
- Organização e participação em feiras de arte, congressos ou bienais de arte.
- Intercâmbios culturais, tais como visitas temáticas a museus, casas de escritores ou actividades de aproximação cultural com carácter formativo e educacional.
- Divulgação de eventos culturais conjuntos.
- Intercâmbio de experiências e informação entre entidades e organismo culturais.
- Utilização dos meios de comunicação social para divulgar iniciativas relevantes promovidas no território de fronteira.

Medida 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Domínios:

Dinamização socio-económica local

Integração sócio-cultural das populações raianas

Ordenamento territorial transfronteiriço

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Serviços e equipamentos sociais
- Serviços e equipamentos estruturantes
- Serviços e equipamentos culturais
- Serviços e equipamentos colectivos
- Serviços na área das NTI

Correspondentes a:

- Desenvolvimento de convénios intermunicipais para facilitar o uso comum de serviços e equipamentos, nomeadamente de carácter sanitário, assistencial, desportivo e recreativo.
- Criação de equipamentos e serviços de uso transfronteiriço localizados em núcleos com capacidade de estruturação territorial em contextos rurais.
- Criação de uma rede de espaços culturais (exposições, salões polivalentes, etc.), particularmente recuperando edifícios já existentes.
- Acções piloto de utilização conjunta de equipamentos colectivos.
- Iniciativas de promoção conjunta da rede de equipamentos culturais.

- Criação de serviços na área da sociedade da informação, como centros orientados para o desenvolvimento laboral, sanitário, assistencial, educativo e recreativo, nomeadamente espaços de teletrabalho, fóruns electrónicos, etc..

Medida 4.3. Estruturas institucionais para a cooperação

Domínios:

Estruturas institucionais para a cooperação

Integração sócio cultural das populações raianas

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação, edição de materiais, realização de encontros
- Redes e sistemas de informação
- Cooperação inter-municipal, estabelecimento de redes
- Estudos de carácter estratégico e prospectivo

Correspondentes a:

- Divulgação do programa de acção.
- Realização de eventos (conferências, seminários, etc.) e publicação de documentação de divulgação.
- Difusão de informação sobre iniciativas de cooperação e potenciais parcerias.
- Apoio no estabelecimento de contactos do outro lado da fronteira; realização de iniciativas de interesse geral para a cooperação.
- Animação para a construção de redes conjuntas de agentes de desenvolvimento local.
- Realização de estudos de apoio para a tomada de decisões sobre acções a desenvolver em territórios concretos.
- Realização de seminários de debate e de divulgação e de aproximação dos agentes dos dois lados da fronteira.
- Desenvolvimento de sistemas de informação territorial como ferramentas operativas para um melhor conhecimento e representação conjunta dos principais atributos físicos, socioeconómicos e territoriais que caracterizam o espaço das duas regiões.
- Desenvolvimento de instrumentos estratégicos e de reflexão sobre a evolução dos factores condicionantes do desenvolvimento regional e local. Terão como função produzir informação sobre assuntos concretos que incidam no desenvolvimento territorial, elaboração de índices e indicadores ou informações específicas.
- Elaboração de informação estatística e documental e relatórios periódicos, anuários, boletins informativos e outros meios de difusão (nomeadamente electrónica) sobre a dinâmica de cooperação entre ambos os territórios, a fim de informar a sociedade e sectores profissionais específicos.

- Acções de prospectiva e estratégia para apoio da Comunidade de Trabalho nas suas necessidades de conhecimento estratégico sectorial e territorial.
- Criação de redes interregionais entre as Administrações Públicas, para um fácil intercâmbio de informação interno e sua conexão com sistemas europeus de informação, em áreas específicas de interesse comum - transportes, PME, meio ambiente, saúde, trabalho.
- Apoio à realização de geminações entre entidades e municípios do território fronteiriço.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a “plafond”.

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna da intervenção e das operações;
- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;
- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;

Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

NUT III Adjacentes

Identificação

Em Portugal

- Dão-Lafões
- Serra da Estrela
- Cova da Beira
- Beiral Interior Sul

Em Espanha

- Valladolid
- Avila

Justificação da inclusão

a) Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul

Em termos territoriais e populacionais a NUT III Beira Interior Norte e a Província de Salamanca apresentam grandes disparidades. Assim, a primeira corresponde a cerca de 1/3 da área e da população da Província de Salamanca. Além disso, as cidades que estruturam estas NUT – Guarda e Salamanca – apresentam dimensões extremamente diferenciadas: Salamanca tem quase 200 mil habitantes enquanto a Guarda não chega aos 50 mil.

Neste contexto, as NUT III adjacentes - Dão-Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul – adquirem uma importância muito significativa. Conjuntamente com estas, o território de fronteira na Região Centro adquire uma dimensão mais ajustada face ao território vizinho de Salamanca. Em termos de área aproximam-se (13.535 km² e 12.350 km², respectivamente) enquanto em termos populacionais o território de fronteira na Região Centro ganha um peso muito superior (617 140 habitantes e 365 293, respectivamente). Por outro lado, estas NUT III integram-se, dando continuidade, no que tem a ver com o ordenamento e desenvolvimento do território de fronteira.

A NUT III Dão-Lafões assegura a continuidade geográfica do território de fronteira – Beira Interior Norte – para o litoral da Região Centro, consolidada pela presença do principal eixo de atravessamento de Portugal – o IP5 – que tem continuidade em Espanha (Província de Salamanca) através da EN 630 (em direcção à fronteira com a França), constituindo o Itinerário Europeu E-80. Por outro lado, esta NUT III é um espaço com algum dinamismo – assente num centro urbano importante (Viseu) e num tecido empresarial activo - que pode conferir uma escala mais ajustada à capacidade de afirmação e cooperação económica com a região de Castilla y León, em geral, e a província de Salamanca, em particular.

As NUT III Serra da Estrela e Cova da Beira, com a Beira Interior Norte, completam o quadro territorial da principal serra portuguesa que é também um parque natural. Desta forma, a estruturação de intervenções em domínios como o ambiente e a protecção da natureza, o

turismo ou a agricultura e o desenvolvimento rural só fazem sentido com a integração destes territórios adjacentes.

Finalmente, entre as NUT Beira Interior Sul, a Cova da Beira e a Beira Interior Norte existe uma forte unidade que decorre da sua posição geográfica, da homogeneidade e, principalmente, da complementaridade face a determinados factores – físicos, humanos e económicos. Este território é estruturado por um sistema urbano formado por um conjunto de pequenas cidades (Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco) que, aproximadas por uma rede viária ainda em construção, permitirá consolidar uma dinâmica de integração e complementaridade, estruturando o território de fronteira. Este sistema urbano, no seu conjunto, ganha uma nova dimensão – populacional, funcional e económica – que lhe permite ser um factor de equilíbrio entre os territórios de fronteira das duas regiões (Centro e Castilla y León). Por outro lado, a existência de funções específicas nas diversas NUT III permite o estabelecimento de complementaridades que podem contribuir para o processo de cooperação. Entre elas encontra-se o ensino superior, com a Universidade da Beira Interior na Covilhã e o Instituto Politécnico de Castelo Branco (que integra a Escola Superior Agrária) ou a inovação tecnológica, com o Centro Tecnológico do Têxtil e Vestuário na Covilhã.

Para além disso, em cada uma destas NUT III desenvolveu-se um tecido empresarial com alguma importância que decorre da tradição comum ligada ao têxtil.

Finalmente, quer ao nível da administração pública quer ao nível associativo, particularmente da área empresarial, o respectivo território de acção ultrapassa o território da Beira Interior Norte, abrangendo as NUT III adjacentes.

Desta forma, a concretização de um Subprograma Centro-Castilla y León pode ocorrer num patamar de maior capacidade de cooperação e afirmação do espaço fronteiriço pela integração daqueles territórios.

O envolvimento dos agentes daquelas NUT III adjacentes da Beira Interior Norte poderá ocorrer nas seguintes áreas:

- a estruturação do espaço fronteiriço;
- planificação e ordenamento do território fronteiriço;
- • a valorização dos recursos comuns;
- protecção da paisagem e dos parques e reservas naturais;
- dinamização de uma agricultura sustentável assente na valorização de sectores estratégicos (agricultura biológica, floresta, pecuária, vinho e frutas, produtos agro-alimentares, etc.);
- desenvolvimento rural (conservação do património rural, valorização das actividades artesanais, promoção do turismo rural);
- conservação do património histórico;
- divulgação e promoção dos recursos do território;
- dinamização da actividade turística relacionada com os valores naturais e históricos.
 - desenvolvimento sócio-económico e promoção do emprego;
- cooperação empresarial;
- divulgação e promoção das potencialidades económicas;
- cooperação científica e tecnológica;

- promoção da ligação entre as estruturas científicas e tecnológicas e o tecido empresarial;
- promoção da empregabilidade associada à valorização dos recursos do território de fronteira;
 - cooperação e integração social e institucional;
- participação em acções de cooperação no âmbito da cultura.

b) Valladolid e Avila

As orientações da Iniciativa, no ponto 10 “Zonas Subvencionadas”, unicamente exigem que as zonas NUT III contíguas às fronteiras sejam mencionadas no PIC correspondente. A justificação concreta destes casos especiais deveria poder realizar-se posteriormente mediante a comprovação do cumprimento, por parte dos projectos, dos critérios de selecção (referentes ao carácter e interesse transfronteiriço dos mesmos) aprovados pelo Comité de Seguimento.

Em qualquer dos casos, e no que se refere a actuações da responsabilidade desta Administração Regional, a inclusão de projectos incidentes nas províncias de Ávila e Valladolid, respeitando a flexibilidade dos 20 % constantes nas Orientações, serão alvo de uma forte exigência em termos dos valores acrescentados à cooperação com Portugal. A título de exemplo, e para além de outras possibilidades de cooperação que possam surgir durante a implementação do Programa, podem citar-se os financiamentos dos Secretariados Técnicos Conjuntos e dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças (em Valladolid), ou de projectos de investigação tecnológica conjunta através de Centros Tecnológicos, embora abertos a outras possibilidades de cooperação que possam surgir durante o desenvolvimento do programa.

SUB-PROGRAMA - ALENTEJO-CENTRO/EXTREMADURA

Medida 1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça

Domínios:

Desenvolvimento tecnológico e científico e promoção da sociedade de informação

Infra-estruturas e Acessibilidade

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação de serviços e redes locais telemáticas.
- Redes de transporte e comunicações: estudos de viabilidade técnica, económica e ambiental.
- Construção e/ou melhoria de infra-estruturas e equipamentos de transportes.
- Promoção dos meios de transporte não poluentes.
- Instalações e serviços de telecomunicações, de distribuição de água e de energia.

Correspondentes a:

- Dotar o espaço Alentejo-Centro-Extremadura de serviços avançados de telecomunicações, incluindo-o nas grandes redes europeias. Em particular, constituindo um elemento importante de união entre Portugal e Espanha.
- Estudos preparatórios, de viabilidade técnica, económica e ambiental sobre o traçado das redes viárias e ferroviárias de transporte, assim como sobre a instalação de centros de áreas de serviços.
- Acondicionamento, ampliação ou melhoria de estradas que sirvam para articular a zona transfronteiriça, abrindo vias para a circulação de pessoas e mercadorias, que assegurem a existência de uma boa rede viária de circulação transfronteiriça e que, simultaneamente reduza as distâncias entre os principais eixos viários, facilitando a inserção económica de todo o território das três regiões.
- Adequação e ampliação da capacidade das pontes existentes na rede de estradas e construção de novas pontes de ligação entre as três regiões.
- Supressão de obstáculos ao transporte público, particularmente entre localidades próximas da fronteira.
- Fomento das modalidades de transporte que respeitem o ambiente sobretudo os meios de transporte alternativos (de bicicleta ou a pé) com as suas respectivas infra-estruturas, incluindo acções de promoção e divulgação, conferências, seminários e encontros de âmbito técnico.
- Desenvolvimento e melhoria das infra-estruturas transfronteiriças a uma escala apropriada para o desenvolvimento local e o emprego, mediante a construção de equipamentos de apoio como centros de transporte, áreas de serviços, armazéns de

mercadorias e infra-estruturas de intercâmbio modal.

- Disponibilização de instalações e serviços transfronteiriços de telecomunicações e distribuição de água e energia.
- Melhorias das redes e serviços de informação e comunicação, passando pela criação de redes telemáticas para a consolidação de relações institucionais, sócio-económicas e laborais entre as três regiões.

Medida 1.2. Ordenamento urbano e territorial e zonas costeiras transfronteiriças

Domínios:

Cooperação institucional

Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Estratégias comuns de ordenamento e compatibilização dos respectivos instrumentos de planeamento
- Reabilitação, revitalização e valorização urbana
- Criação de espaços próprios para as actividades económicas
- Cooperação entre áreas urbanas e rurais

Correspondentes a:

- Desenvolvimento de instrumentos estratégicos de reflexão sobre a evolução dos factores condicionantes do desenvolvimento regional e local. A sua função consistirá na produção de informação sobre assuntos concretos que incidam no desenvolvimento territorial.
- Análise da zona transfronteiriça, com vista à elaboração de directrizes sub-regionais conjuntas de ordenamento do território.
- Preparação de orientações e planificação conjunta da gestão da zona fronteiriça, como uma unidade geográfica integrada (incluída a prevenção de catástrofes naturais e tecnológicas).
- Promoção de acordos multi-sectoriais para a utilização do solo fronteiriço.
- Preparação de orientações comuns para a planificação e gestão das zonas situadas entre aglomerados urbanos próximos das fronteiras, com especial destaque para os princípios e directrizes do "Quadro de Actuação para o Desenvolvimento Sustentável" (COM (98) 605 final).
- Renovação e desenvolvimento dos centros históricos das cidades, assim como reabilitação de áreas urbanas degradadas ou abandonadas mediante uma estratégia comum de carácter transfronteiriço (com excepção para a habitação).
- Revitalização comercial e terciária de áreas centrais destes núcleos.
- Planeamento de zonas industriais transfronteiriças, assim como criação de áreas de localização de actividades industriais, turísticas e terciárias.
- Cooperação entre as zonas urbanas e rurais para fomentar o desenvolvimento sustentável.

Medida 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Domínios:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Planeamento e melhoria das estruturas agrárias, incluindo a diversificação das actividades económicas
- Criação e adaptação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento rural
- Coordenação de acções de controlo de doenças, sanidade e melhoria genética do gado em ambos os lados da fronteira
- Criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos e reabilitação e conservação do património nas aglomerações rurais.
- Estudos e ensaios tendo em vista promover uma agricultura sustentável

Correspondentes a:

- Planeamento transfronteiriço das áreas agrícolas e outras melhorias transfronteiriças nas estruturas agrárias.
- Construção de infra-estruturas hidro-agrícolas, incluindo barragens de fins múltiplos e redes de rega.
- Permeabilização da fronteira para produtos agro-pecuários através do reforço da sanidade dos produtos animais em circulação e prevenção da difusão de agente patogénicos. Nesta sequência, prevê-se a criação de uma rede de vigilância epidemiológica que dinamize o fluxo de informação entre as fronteiras e que permita adoptar medidas de prevenção conjuntas e coordenadas. Prevêem-se também iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar animal e a saúde da fauna silvestre.
- Melhoria das condições de vida, renovação e desenvolvimento de aldeias e conservação do património rural através de: criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos adequados; reabilitação de casas rurais e conservação do património arquitectónico; realização de iniciativas culturais, científicas, pedagógicas e recreativas de animação dos espaços naturais; integração dos habitantes em actividades geradas pela conservação da gestão dos espaços naturais.
- Melhoria da qualidade e competitividade das produções agrárias em concreto, através de: estudos e ensaios relacionados com a conservação dos recursos genéticos das espécies de cultivos tradicionais, a recuperação e selecção de variedades autóctones de interesse agrícola, relacionados com a agricultura sustentável e com a melhoria da eficácia reprodutiva, identificação e preservação de recursos genéticos animais e o desenvolvimento de redes de valor associado (leite, queijo, enchidos...).

Medida 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Domínios:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Recuperação de recursos naturais e patrimoniais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Acções de florestação, restauro e conservação da floresta
- Prevenção e combate a incêndios
- Recursos hídricos e qualidade da água
- Conservação ambiental e restauração de habitats
- Ordenamento cinegético e caça, recursos piscícolas e pesca

Correspondentes a:

- Repovoamento e ajuda à regeneração da área florestal nas zonas afectadas por incêndios e que têm problemas de erosão. O intercâmbio permanente de experiências de ambos os lados da fronteira e a coordenação transfronteiriça dos trabalhos, permitirá obter um grande aproveitamento das intervenções.
- Obtenção de material de base para melhorar a qualidade genética das populações florestais. Pretende-se a criação de um sistema de certificação de material florestal de multiplicação, a disponibilidade de sementes em quantidade e qualidade para toda a região fronteiriça, elaboração de um catálogo regional de base, a melhoria do nível técnico dos viveiros, a criação de infra-estruturas necessárias, os ensaios técnicos de recolha e conservação de sementes ou outros projectos que também se realizem em estreita colaboração entre as três regiões.
- Actuações de luta contra incêndios, através de: melhoria das redes viárias rurais e das áreas de corta-fogo, principalmente através da criação de uma rede de corta-fogo comum nas fronteiras das três regiões; instalação de pontos de água, distribuídos de forma articulada; vigilância conjunta que inclua sistemas de comunicação comuns (comunicações radiofónicas) e coordenação dos meios aéreos existentes.
- Cooperação e coordenação para maior aproveitamento dos recursos hídricos. As acções contempladas estão dirigidas no sentido de aumentar a qualidade das águas que passam da Extremadura a Portugal, mediante a construção de infra-estruturas de depuração e melhorando as existentes em todas as povoações fronteiriças.
- Actividades de cooperação: observação, diagnóstico de soluções preventivas e de tratamentos para as situações críticas de pragas e doenças; intercâmbio de conhecimentos e experiências no âmbito da protecção de *Quercus suber* e *Quercus rotundifolia* ou a comparação dos métodos utilizados nos trabalhos de extracção de cortiça e resina.
- Planeamento e protecção dos espaços naturais das zonas fronteiriças, incluídos ou não na Rede Natura 2000. No que se refere aos espaços naturais bem conservados e com valores ambientais notáveis nas zonas fronteiriças e com o objectivo de evitar a sua

degradação e facilitar o uso e aproveitamento por parte do Alentejo, do Centro e da Extremadura, realizar-se-á um plano de ordenamento dos recursos em todos os espaços fronteiriços para evitar que da sua exploração derivem impactos negativos. Serão restauradas as áreas degradadas por antigas extracções em zonas transfronteiriças e, finalmente, serão aplicadas todas as medidas necessárias para evitar ou minimizar impactos ambientais negativos derivados das actividades que se desenvolvam.

- Acções conjuntas e colaboração em tarefas de recuperação, conservação de espécies protegidas e catalogadas (no âmbito da Rede Natura 2000).
- Utilização conjunta de infra-estruturas e serviços destinados à melhoria da qualidade ambiental e aquisição de terrenos para a conservação de valores paisagísticos quando assim for necessário.
- Planos de ordenamento e melhoria dos sistemas aquático dos rios, ribeiras e albufeiras transfronteiriças, com o objectivo de alcançar a médio prazo, níveis semelhantes de qualidade das águas e de defesa e recuperação das margens dos rios da fronteira. Para isso será necessário o apoio mútuo na solução de problemas comuns e o intercâmbio de conhecimentos e experiências nos mais diversos temas de forma a que possam integrar um plano conjunto de ordenamento dos ecossistemas aquáticos, que sejam partilhados pelas regiões implicadas.
- Aproveitamento sustentável dos recursos piscícolas e melhoria das práticas de pesca na zona de fronteira, para garantir a sustentabilidade dos recursos e a continuidade do equilíbrio natural e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma actividade crescente e geradora de empregos e rendimentos no meio rural.
- Ordenamento cinegético conjunto que passe pela elaboração de planos de recuperação e melhoria de espécies cinegéticas e respectivos habitats, pela gestão coordenada de reservas de caça, pela definição de zonas cinegéticas transfronteiriças piloto ou pela criação de uma rede de "vigilância epidemiológica" de determinadas espécies cinegéticas.

Medida 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local
--

Domínios:

Cooperação social e cultural

Recuperação de recursos naturais e patrimoniais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Recuperação e valorização do património não edificado
- Compatibilização e articulação de medidas

Correspondentes a:

- Recuperação de festas tradicionais de ambos os lados da fronteira.
- Colaboração com vista à articulação de um conjunto de medidas de protecção, informação e valorização do património da fronteira.

Medida 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Domínios:

Recuperação de recursos naturais e patrimoniais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Racionalização do uso de energia, reciclagem e eliminação de resíduos
- Gestão energética e fontes energéticas renováveis

Correspondentes a:

- Uso racional de energia, reciclagem e eliminação de resíduos e criação ou utilização comum de recursos e infra-estruturas (incluindo o tratamento de águas residuais).
- Gestão energética eficaz, fontes energéticas alternativas e renováveis.

Medida 2.4. Valorização turística do património

Domínios:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Cooperação económica e empresarial

Recuperação de recursos naturais e patrimoniais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação/identificação de produtos e definição de circuitos turísticos
- Edição de materiais, acções de divulgação, informação e sinalização turística
- Aproveitamento turístico do património

Correspondentes a:

- Fomento das actividades turísticas e artesanais na zona de fronteira.
- Desenvolvimento de um turismo de qualidade compatível com o ambiente (incluindo o turismo rural) mediante projectos de investimento, definição e introdução de novos produtos turísticos (turismo cultural e ecológico) que dêem lugar à criação de empregos duradouros. No que se refere às zonas transfronteiriças, especialmente deprimidas pela sua situação fronteiriça e pelo seu afastamento das vias rápidas de comunicação, serão contempladas várias actuações tais como: criação de um espaço de animação turística ao longo da fronteira; articulação das bases empresariais num esforço de identificação de pontos de interesse comuns; abertura de linhas de investigação e exploração para a concepção de produtos temáticos; exploração de sinergias no que diz respeito à interligação de produtos temáticos (turismo rural, cinegético, desportivo).
- Elaboração conjunta de um "Plano de Valorização do Património Histórico da Fronteira",

com investimentos que permitam incorporar a riqueza patrimonial a circuitos turísticos atractivos. São de destacar os seguintes investimentos: recuperação de edifícios antigos de valor patrimonial e sua reutilização com vista ao desenvolvimento de novos serviços transfronteiriços; recuperação e protecção do património construído característico da paisagem do território de fronteira (fortificações e castelos, aldeias e pequenos aglomerados tradicionais, núcleos arqueológicos, caminhos históricos, etc.); Recuperação e protecção do património mobiliário, bibliográfico.

- Articulação dos componentes e elaboração de um programa de sinalização turística conjunta, procurando definir uma base comum que insira redes temáticas complementares e que defina percursos turísticos integrados.
- Criação de centros de interpretação, escritórios e serviços de informação, rotas de viagem, bem como outras actividades complementares, fruto do "Plano Conjunto de Valorização do Património", que convertam o património num instrumento de desenvolvimento económico sustentável ao nível das indústrias alternativas.
- Construção de áreas de descanso transfronteiriças, aproveitando e recuperando todos os postos transfronteiriços e de fronteira actualmente em situação de abandono.
- Medidas promocionais, estudos de mercado e criação de sistemas de reservas partilhados, incluindo a elaboração de material promocional dos recursos e produtos turísticos em diferentes formatos e suportes, desde folhetos a redes telemáticas, passando por vídeos, mapas ou CD-ROM.

Medida 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva

Domínios:

Cooperação económica e empresarial

Cooperação institucional

Recuperação de recursos naturais e patrimoniais

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Ajudas ao investimento
- Criação de estruturas ou iniciativas para o desenvolvimento da empresarialidade
- Encontros, seminários, colóquios, participação em feiras e acções de divulgação e promoção no exterior

Correspondentes a:

Apoio e estímulo ao desenvolvimento das PME e Micro-Empresas através de ajudas ao investimento (p.ex. Fundos de Capital de Risco) e melhoria do acesso transfronteiriço aos serviços de financiamento, de crédito e de empresa

Acções de divulgação e promoção de actividades e potencialidades económicas de ambos os espaços, bem como acções de formação conjunta ao nível da iniciativa empresarial.

- Criação de fundos com recursos limitados (linha de crédito para micro projectos) destinados à realização de projectos de pequena escala para fomentar a integração

transfronteiriça de pessoas (tipo "pessoa a pessoa"), cuja gestão será da responsabilidade dos respectivos e já existentes Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças.

- Elaboração de planos de promoção e comercialização do Alentejo, Centro e Extremadura, em mercados nacionais e estrangeiros.

Medida 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação
--

Domínios:

Desenvolvimento tecnológico e científico e promoção da sociedade de informação

Infra-estruturas e Acessibilidade

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Reforço do potencial científico e tecnológico
- Encontros, *workshops*, seminários, colóquios, congressos e participação em eventos de I&D
- Reforço do potencial científico e tecnológico
- Divulgação, sensibilização, edição de materiais de informação e troca de experiências

Correspondentes a:

- Aumento da rede de centros de I+D existentes e complementar com outros dedicados à adaptação de tecnologias existentes aos requisitos específicos da base produtiva do Alentejo, do Centro e da Extremadura.
- Promoção de encontros de I+D em áreas científicas, bem como projectos de investigação conjuntos ao nível do desenvolvimento territorial, considerando a promoção do potencial científico das três regiões.
- Coordenação entre os institutos de investigação e fomento de transferências tecnológicas entre os mesmos.
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e difusão da sociedade de informação, como demonstrações multimédia, publicações de material impresso audiovisual, elaboração de ferramentas informáticas, criação de instrumentos funcionais e de ampla difusão - Internet, CD-ROM.
- Acções que tendem a ultrapassar as debilidades funcionais e as dificuldades nas comunicações, principalmente no que afecta a sensibilização para o uso das tecnologias modernas que facilitem o acesso generalizado à sociedade de informação.

Medida 3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços

Domínios:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Cooperação económica e empresarial

Qualificação de recursos humanos e integração no mercado de trabalho

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Controlo de qualidade, certificação e inovação tecnológica
- Diversificação da estrutura económica e fixação da população
- Agro-indústria
- Encontros, workshops, seminários, colóquios, congressos, participação em feiras, acções de promoção e divulgação
- Desenvolvimento, diversificação e melhoria dos mecanismos de comercialização e das relações comerciais
- Apoio técnico a investidores
- Desenvolvimento de redes de serviços

Correspondentes a:

- Fomento de intercâmbios de produtos agro-pecuários através da dinamização da actividade comercial neste território, através da realização de feiras anuais alternadas em cada região, ou apoiando a implantação de sistemas de qualidade em indústrias de preparação e transformação de produtos de origem animal que garantam a segurança dos produtos a comercializar, ou mediante o apoio aos conselhos reguladores e órgãos promotores de produtos alimentares de qualidade, assim como o intercâmbio de conhecimentos entre empresários dirigentes de cooperativas, associações e artesãos do sector agro-industrial.
- Diversificação de actividades económicas, de explorações agrícolas para aumentar as novas oportunidades de emprego ou gerar rendimentos adicionais na população rural. A formação de agentes de desenvolvimento local com capacidade para valorizar as possibilidades oferecidas pela cooperação transfronteiriça - intercâmbio de experiências, projectos piloto, difusão de boas práticas...- constitui um elemento essencial.
- Investimentos em serviços e instalações que sirvam para apoiar e promover o desenvolvimento de pequenas e médias empresas agro-alimentares e artesanais, e particularmente a transferência de tecnologia e serviços de apoio à comercialização de produtos agrários, silvícolas, pecuários, de caça e de pesca.
- Promoção externa dos produtos transfronteiriços de qualidade, através de feiras e mostras internacionais e nacionais.
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico das unidades produtivas dos sectores agrícola, pecuário e agro-industrial localizados na zona de fronteira. Em particular, prevê-se o desenvolvimento dos produtos transformados em matadouros, rouparias, adegas e outras pequenas indústrias agro-alimentares de grande interesse para o mundo rural.

- Apoio na prospecção de novos mercados e acções dirigidas à ampliação de mercados onde já existam relações comerciais. Por exemplo, através de encontros empresariais, seminários e participação em feiras de âmbito regional, entre outros.
- Actuações dirigidas ao estabelecimento de representações comerciais nas respectivas regiões transfronteiriças e desenvolvimento de redes transfronteiriças de relações económicas entre PME para a criação ou expansão de organizações transfronteiriças de desenvolvimento comercial e profissional com o objectivo de dinamizar a cooperação, a informação e a transferência de qualificações ao nível da gestão, tecnologia e estudo e investigação de mercado.
- Acções de cooperação empresarial criando infra-estruturas e serviços comuns para os empresários das três regiões ao nível da informação, marketing, assistência em técnicas empresariais, inovação tecnológica e controlo de qualidade.
- Estabelecimento de redes de serviços de proximidade ou de serviços de outro tipo no contexto das iniciativas locais de desenvolvimento e emprego.

Medida 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Domínios:

Assistência técnica

Cooperação social e cultural

Qualificação de recursos humanos e integração no mercado de trabalho

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Formação de agentes de desenvolvimento e de intervenção e animação social
- Intercâmbio de experiências e de informação e realização de encontros
- Acções para o conhecimento e permeabilização dos mercados de trabalho
- Cooperação em geral, nas áreas da formação, do ensino e da inserção profissional
- Formação no âmbito da iniciativa empresarial

Correspondentes a:

- Prestar assistência técnica e assessoria para formação de novos agentes de desenvolvimento e cooperação transfronteiriça.
- Acções de cooperação e realização de encontros e intercâmbios em matéria de educação, formação e emprego: cooperação e colaboração entre Universidades e Institutos Politécnicos, bem como intercâmbios educativos e científicos, por exemplo, através de programas conjuntos de especialização e cursos de pós-graduação em áreas relevantes para o desenvolvimento territorial; cursos de idiomas português e castelhano, principalmente ao nível do ensino básico, utilizando preferencialmente meios audiovisuais; programas de mobilidade e intercâmbio de recursos humanos, professores e alunos, entre as instituições educativas, universitárias e politécnicas destas regiões.
- Estabelecimento de mecanismos de intercâmbio de informação sobre o mercado laboral transfronteiriço entre os centros de emprego que cubram as áreas fronteiriças,

principalmente no que respeita a ofertas de emprego que sistematicamente não são satisfeitas e a ajuda para a colocação de pessoal.

- Criação ou desenvolvimento de um mercado laboral integrado para ambos os lados da fronteira, de acordo com os objectivos do Fundo Social Europeu (Artigo 1 do Regulamento do FSE), tendo devidamente presente a obrigação de fomentar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres envolvendo também os interlocutores sociais. Incluem-se nesta linha o desenvolvimento de pactos territoriais de emprego transfronteiriços.
- Acções que permitam a elaboração de programas conjuntos de ocupação temporária de jovens, de desempregados de longa duração, programas de inserção de jovens na vida activa e iniciativas locais de emprego.
- Valorizar o potencial humano, qualificando-o para o desempenho de tarefas de animação, de actividades de cooperação e incentivando as capacidades locais de iniciativa e empreendimento.
- Formação de agentes de dinamização sócio-económica transfronteiriça.
- Estimular a cooperação em matéria de formação profissional, reconhecimento mútuo de diplomas entre Centros/Escolas de formação profissional, com o objectivo de ampliar e aprofundar o conhecimento das regiões implicadas.
- Desenvolvimento de acções conjuntas no âmbito da formação profissional e ocupacional em temas relacionados com o desenvolvimento local e com a valorização dos recursos endógenos.
- Acções de permeabilização dos mercados de trabalho que contemplem o território fronteiriço globalmente.
- Formação para a criação de novas empresas, novas oportunidades de emprego, auto-emprego, aproveitamento e gestão de recursos, particularmente de mulheres.

Medida 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional

Domínios:

Agricultura e Desenvolvimento Rural

Cooperação social e cultural

Qualificação de recursos humanos e integração no mercado de trabalho

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios
- Estudos e projectos piloto no âmbito do PAMU

Correspondentes a:

- Estudos, formação e intercâmbio de experiências, com base em reuniões e seminários conjuntos, onde se exponham as diferentes experiências e se promovam encontros com a participação dos responsáveis do sector de ambos os lados, para a melhoria da formação dos técnicos implicados na gestão, manutenção e aproveitamento da massa

florestal.

- Acções de cooperação, formação e realização de encontros e intercâmbios juvenis e desportivos: realização de encontros, com jovens das três regiões para fomentar o conhecimento da realidade cultural, tendo como base a língua; formação de técnicos especialistas para trabalhar com jovens e grupos desfavorecidos; criação de pontos de informação juvenil nas zonas fronteiriças, informação sobre associativismo juvenil, actividades, programas europeus, intercâmbios educativos... criação de uma rede de espaços culturais (exposições, salas polivalentes...), recuperando principalmente edifícios existentes; encontros musicais, artísticos e desportivos; formação de técnicos para o ensino/aprendizagem de desportos de natureza; formação de actividades de ócio e tempos livres: cursos de monitores e coordenadores, campos de trabalho, defesa do ambiente, etc..
- Acções de cooperação e realização de encontros e intercâmbios em matéria de saúde e assistência social: promoção da igualdade de oportunidades; intercâmbio de pessoas deficientes, jovens desfavorecidos e pessoas com necessidades especiais através de convívios e encontros de curta e média duração; intercâmbio de técnicos no âmbito social e institucional, incluindo encontros bilaterais, jornadas técnicas e acções formativas conjuntas; intercâmbio de experiências e métodos de trabalho na área sanitária e de assistência social; acções piloto de utilização conjunta de equipamentos colectivos. Facilitar o acesso da população local às oportunidades.
- Acções de cooperação e realização de encontros e intercâmbios na área cultural: iniciativas de promoção conjunta de redes de equipamentos culturais; lançamento de promoções conjuntas itinerantes nos principais centros urbanos fronteiriços; realização de festivais de teatro, dança, música e promoção de exposições de arte itinerantes; organização e participação em feiras de arte, congressos ou bienais de arte; intercâmbios culturais com carácter formativo e educacional; divulgação de eventos culturais conjuntos; intercâmbio de experiências e informação entre entidades e organismos culturais; utilização dos meios de comunicação social para divulgar iniciativas relevantes promovidas no território de fronteira.
- Trabalhos preparatórios (estudos e projectos piloto) para reduzir os problemas colocados pelos obstáculos que subsistem no mercado único, no contexto do "Plano de Acção para o Mercado Único" (por exemplo, protecção dos direitos dos consumidores, serviços financeiros, contratação pública, ajudas regionais), ou pela existência de diferenças entre os sistemas jurídicos (por exemplo, segurança social, impostos) e administrativos (por exemplo, tráfico ilícito, imigração e asilo, protecção civil, criação de zonas industriais transfronteiriças).

Medida 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Domínios:

Desenvolvimento tecnológico e científico e promoção da sociedade de informação

Ordenamento do território e Desenvolvimento Urbano

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Serviços na área das NTI
- Serviços e equipamentos colectivos

Correspondentes a:

- Criação de serviços em determinadas áreas da sociedade de informação, como centros orientados para o desenvolvimento laboral, sanitário, assistencial, educativo e recreativo, principalmente, através do teletrabalho, foros electrónicos, etc..
- Criação de serviços e equipamentos colectivos considerados básicos, particularmente nos âmbitos educativo, sanitário, assistencial, recreativo, desportivo, que não encontrem cobertura nos territórios próximos, principalmente através da recuperação e reconversão de edifícios com valor patrimonial.

Medida 4.3. Estruturas institucionais para a cooperação

Domínios:

Assistência técnica

Cooperação institucional

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação, edição de materiais, realização de encontros
- Redes e sistemas de informação
- Criação de novas instituições de cooperação ou apoio a outras já existentes

Correspondentes a:

- Realização de estudos, bases de dados, missões de conhecimento, troca de experiências, reuniões de trabalho, etc., em áreas específicas, com interesse para a concretização da estratégia.
- Acções de dinamização em colaboração com as entidades públicas e privadas, que conduzam ao desenvolvimento da cooperação entre as administrações públicas e os agentes económicos, sociais e culturais.
- Criação de redes interregionais entre as administrações públicas implicadas, de forma a facilitar o intercâmbio de informação interna e a sua ligação a sistemas europeus de informação em áreas específicas de interesse comum: transportes, PME, ambiente, saúde, trabalho, etc..
- Apoio ao desenvolvimento, melhoria e coordenação dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e das Comunidades de Trabalho, para satisfazer as suas necessidades de conhecimento estratégico sectorial e territorial.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a “plafond”.

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna da intervenção e das operações;
- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;
- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas
--

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;

Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

NUT III Adjacentes

Identificação

Em Portugal

- Beira Interior Norte
- Cova da Beira
- Pinhal Interior Sul
- Baixo Alentejo

Em Espanha

-
-
- Córdoba

Justificação da inclusão

a) Beira Interior Norte, Cova da Beira, Pinhal Interior Sul e Baixo Alentejo

Em termos territoriais e populacionais as NUT III destas regiões fronteiriças apresentam grandes disparidades. Assim, a Beira Interior Sul, com 3,7 mil km² de superfície e 81 mil habitantes, fica muito longe das NUT III no Alentejo (21 mil Km² e 441 mil habitantes) e mais ainda da Extremadura, cuja totalidade do território é espaço de fronteira (41 mil Km² e 1 milhão de habitantes). Desta forma, as NUT III adjacentes à Beira Interior Sul - Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Norte - adquirem um significado particular, nomeadamente no que se refere ao equilíbrio entre as três regiões.

A NUT III Pinhal Interior Sul forma um corredor de acesso do litoral da Região Centro à fronteira com a Extremadura. Este território integra-se ainda na bacia hidrográfica do Tejo, assim, como a Beira Interior Sul e a Cova da Beira, sendo atravessado por numerosos afluentes deste rio internacional que atravessa também a Extremadura. Nesta NUT III não existe nenhum centro urbano de dimensão relevante, integrando-se na área de influência da cidade de Castelo Branco.

Por outro lado, predomina a floresta na ocupação do solo, factor que condiciona fortemente a sua estrutura económica, onde sobressaem as actividades relacionadas com a fileira da floresta. Esta paisagem física e económica tem continuidade nos municípios da Beira Interior Sul, particularmente Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

As NUT III Cova da Beira e Beira Interior Norte constituem, conjuntamente com a NUT III Beira Interior Sul, o espaço natural de fronteira na Região Centro.

A Cordilheira Central, marcada pela Serra da Estrela, delimita de modo vincado a Raia fronteiriça na Região Centro. Um território de baixa densidade de população mas concentrando importantes recursos com elevado potencial como a fileira agro-alimentar (queijo, vinho ou fruta) ou o património natural (paisagens naturais, serras, rios e espaços protegidos) e o património histórico (aldeias históricas, arqueologia industrial, monumentos religiosos e militares, etc.). Para além disso, a coerência territorial neste espaço decorre de uma estrutura urbana particular que assenta num conjunto de cidades distribuídas ao longo do importante eixo de acesso à Europa e que atravessa longitudinalmente este território (IP2), com continuidade na região do Alentejo. Estas cidades (Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco), de pequena dimensão, apresentam dinamismos pouco significativos. Contudo, o conjunto dos centros urbanos assume uma dimensão e sinergias capazes de uma eficaz organização do território e de promover a sua competitividade e capacidade de afirmação, nomeadamente em cooperação com as regiões fronteiriças alentejanas e extremenhas.

Por outro lado, as NUT III adjacentes detêm determinadas funções que são decisivas para o território de fronteira e, em particular, para a cooperação transfronteiriça. Desde logo, destaca-se a presença da universidade, de associações empresariais (como a ANIL) e de estruturas tecnológicas (como o CITEVE) na Covilhã, mas também do Instituto Politécnico na Guarda, complementar ao de Castelo Branco. Assinala-se ainda que é comum ao conjunto do território uma tradição e capacidade de iniciativa em torno da indústria têxtil e do vestuário, as quais permitiram consolidar uma dinâmica empresarial significativa.

Finalmente, a intervenção no território de fronteira em variados sectores da actividade, pública e privada, nomeadamente ao nível das associações empresariais (como o NERCAB), tem uma abrangência de nível distrital, pelo que abarca também diversas NUT adjacentes referidas.

Assim, a estratégia definida para a intervenção no território fronteiriço Centro-Alentejo-Extremadura, ganha consistência se tiver em conta aqueles territórios (NUT III Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Norte, mas também a de charneira e articulação Baixo Alentejo), particularmente pela mais valia que decorre do envolvimento no processo de cooperação de um maior e mais variado leque de actores.

O envolvimento dos agentes daquelas NUT III adjacentes da Beira Interior Sul poderá ocorrer nas seguintes áreas:

- a estruturação do espaço fronteiriço;
- planificação e ordenamento do território fronteiriço;
- a valorização dos recursos comuns;
- protecção da paisagem e reforço da qualidade ambiental particularmente no que se refere aos recursos hídricos nas bacias dos rios internacionais;
- protecção dos parques e reservas naturais;

- dinamização de uma agricultura sustentável assente na valorização de sectores estratégicos (agricultura biológica, floresta, pecuária, vinho e frutas, produtos agro-alimentares, etc.);
- desenvolvimento rural (conservação do património rural, valorização das actividades artesanais, promoção do turismo rural);
- conservação do património histórico;
- divulgação e promoção dos recursos do território;
- dinamização da actividade turística relacionada com os valores naturais e históricos;
- desenvolvimento sócio-económico e promoção do emprego;
- cooperação empresarial;
- divulgação e promoção das potencialidades económicas;
- cooperação científica e tecnológica;
- promoção da ligação entre as estruturas científicas e tecnológicas e o tecido empresarial;
- promoção da empregabilidade associada à valorização dos recursos do território de fronteira;
- cooperação e integração social e institucional;
- participação em acções de cooperação no âmbito da cultura.

b) Córdoba

A inclusão da província de Córdoba como zona adjacente do âmbito transfronteiriço do Programa encontra a sua justificação numa série de argumentos territoriais que, apoiados pelo documento de Bases e Estratégias do Plano de Ordenamento do Território da Andaluzia, se centra na continuidade existente entre os territórios situados nos limites das Comunidades Autónomas da Andaluzia e Extremadura:

- No plano ambiental, a unidade territorial denominada “Forestal” da Serra Morena estende-se, tanto para o Norte da Comunidade Autónoma da Andaluzia, como para o Sul da Extremadura. Isto implica que a paisagem, a exploração dos recursos ambientais e o desenvolvimento das actividades económicas tenham uma mesma base, tanto no Norte da província de Córdoba, como no Sul da de Badajoz.
- Do ponto de vista urbano, tanto a zona *extremenha* como a andaluza apresentam um alto grau de debilidade, com centros rurais de escassa representatividade populacional e debilmente articulados. Todavia, no domínio da actividade económica ligada fundamentalmente aos recursos pecuários, é de destacar a influencia de cidades médias andaluzas, tais como Pozoblanco e Peñarroya.
- No âmbito das infra-estruturas de comunicação, são de destacar dois eixos de articulação das relações entre os territórios mencionados:
 - um, de carácter transfronteiriço, que põe em contacto Córdoba (e através dela toda a Andaluzia Oriental) com o Centro de Portugal: a que, desde Córdoba, passa pelo Vale do Guadiato, Pañarroya e, através do Sudoeste da província de Badajoz, chega à fronteira portuguesa e continua, por Évora, até Lisboa;

- outro, de carácter interregional, que, desde Fuente Obejuna em Córdova, se prolonga pelo território da Extremadura (Azuaga-Llerena), até confluir com o corredor “de la Planta”.

SUB-PROGRAMA - ALENTEJO-ALGARVE / ANDALUCÍA

Medida 1.1. Infra-estruturas básicas de importância transfronteiriça

Domínio:

Acessibilidade e Comunicações

Acções enquadradas no seguinte grupo:

- Construção e/ou melhoria de infra-estruturas e equipamentos de transportes

Correspondentes a:

- Acções que combatam a perifericidade desta Região transfronteiriça, através da melhoria das ligações dos vários modos de transporte aos espaços ibéricos, mediterrânicos e europeus.
- Acções que visem favorecer a integração, a cooperação e a dinamização sócio-económica e cultural, mediante a construção ou remodelação de atravessamentos viários entre os espaços transfronteiriços ou que favoreçam a sua ligação a eixos de articulação inter-regionais e transnacionais.
- Acções de permeabilização das zonas fronteiriças por forma a eliminar os constrangimentos físicos à mobilidade do Rio Guadiana e a recriar, do ponto de vista sócio - económico, parcerias ancestrais.
- Acções que visem a compatibilização das condições de transporte quer ao nível dos meios, quer ao nível da respectiva área de actuação geográfica.

Medida 1.2. Ordenamento urbano e territorial e zonas costeiras transfronteiriças

Domínio:

Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Estratégias comuns de ordenamento e compatibilização dos respectivos instrumentos de planeamento
- Criação de espaços próprios para as actividades económicas
- Reabilitação, revitalização e valorização urbana

Correspondentes a:

- Acções que visem compatibilizar instrumentos de ordenamento do território e coordenem de modo eficaz as diferentes intervenções de qualificação do espaço.
- Construção ou melhoramento de áreas infra-estruturadas destinadas à actividade económica numa perspectiva integrada e com disponibilização de serviços de apoio.
- Promoção de estratégias de conservação e requalificação urbanística, e paisagística, realizando intervenções que contribuam para uma valorização das áreas urbanas bem como o desenvolvimento sustentado, ordenamento integrado e protecção do ambiente das zonas costeiras, por forma a garantir uma melhor fruição da população residente e turística.
- Estabelecimento de estratégias comuns para o ordenamento, planeamento e gestão das zonas costeiras e litorais.

Medida 1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Planeamento e melhoria das estruturas agrárias, incluindo a diversificação das actividades económicas
- Criação e adaptação de infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao desenvolvimento rural
- Coordenação de acções de controlo de doenças, sanidade e melhoria genética do gado em ambos os lados da fronteira
- Promoção do desenvolvimento endógeno
- Criação de infra-estruturas, serviços e equipamentos e reabilitação e conservação do património nas aglomerações rurais.

Correspondentes a:

- Acções que potenciem os recursos agrários de interesse fronteiriço.
- Construção de infra-estruturas hidro-agrícolas, incluindo barragens de fins múltiplos e redes de rega.
- Acções de diversificação das actividades económicas das explorações agrícolas (turismo rural, artesanato, etc).
- Acções de melhoramento genético e sanidade.
- Acções que promovam os recursos endógenos, as potencialidades do mundo rural e a valorização humana.
- Conclusão e consolidação das Infra-estruturas de recursos hídricos e saneamento básico das zonas de fronteira.

Medida 2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal

Domínios:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Conservação ambiental e restauração de habitats
- Recursos hídricos e qualidade da água
- Sinalização, informação, espaços de observação, de descanso e de interpretação da natureza
- Recuperação de áreas degradadas.

Correspondentes a:

- Acções de preservação e valorização do meio natural e rural.
- Acções que visem a despoluição de rios e linhas de água e de regularização das suas margens, com particular incidência nos troços desses cursos que sejam comuns aos dois países.
- Desenvolvimento de acções conjuntas tendentes à preservação e valorização do património faunístico e florístico comum.
- Acções que visem a viabilização de sistemas de informação ambiental comuns e em particular a monitorização da qualidade da água dos rios internacionais.
- Instalação de centros de interpretação e informação da natureza.
- Acções de gestão, ordenamento, valorização/aproveitamento e promoção dos rios comuns e respectivos afluentes.
- Projectos de requalificação e educação ambiental em todo o espaço fronteiriço.
- Criação de parques de lazer e zonas de observação da natureza.
- Recuperação ambiental de áreas degradadas por actividades mineiras.

Medida 2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local

Domínio:

Cultura, património e turismo

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Recuperação e valorização do património não edificado

- Recuperação, reconversão e protecção do património edificado
- Divulgação e sinalização
- Valorização dos recursos culturais comuns.

Correspondentes a:

- Apoiar projectos de animação sócio - cultural.
- Acções de valorização patrimonial, histórica e cultural de lugares, na óptica da reabilitação e preservação das aldeias rurais.
- Realização de acções de prática e animação desportiva.
- Realização de festivais de teatro, dança, música e promoção de exposições itinerantes.
- Apoiar projectos destinados à promoção e ao desenvolvimento, com base nos recursos culturais transfronteiriços.

Medida 2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis

Domínio:

Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Gestão energética e fontes energéticas renováveis

Correspondentes a:

- Implementação ou remodelação de redes de energia e de sistemas de energia, de preferência renováveis, destinados ao abastecimento urbano, sistemas públicos e actividades económicas.

Medida 2.4. Valorização turística do património

Domínio:

Cultura, património e turismo

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Realização de encontros, *workshops*, seminários, colóquios e congressos
- Aproveitamento turístico do património
- Criação/identificação de produtos e definição de circuitos turísticos
- Edição de materiais, acções de divulgação, informação e sinalização turística
- Redes de alojamentos e de serviços complementares

Correspondentes a:

- Realização de jornadas de reflexão sobre as novas formas de turismo a desenvolver nesta região (turismo de interior, da natureza, cultural, náutico entre outros), procurando a harmonização de conceitos e políticas e trocando experiências e boas práticas.
- Adaptação de edifícios construídos para núcleos museológicos e de uso turístico. Acções de promoção conjunta eficaz, através da venda de pacotes integrados. Apoiar estudos e projectos que visem a diversificação e a promoção dos produtos turísticos.
- Organização de circuitos turísticos integrados, que contemplem actividades em Portugal e em Espanha, aumentando assim a duração actual das estadias.
- *Workshops* de promoção e elaboração de publicações conjuntas.
- Implementação de um Plano de Sinalização Turística conjunto.
- Criação de centrais de reserva conjuntas.
- Preparação de itinerários temáticos para a prática do turismo de natureza.
- Realização de jornadas de reflexão sobre o fenómeno turismo de natureza.
- Instalação de infra-estruturas de apoio à prática de actividades turístico desportivas ligadas à natureza.

Medida 3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial e da base produtiva

Domínio:

Acessibilidade e Comunicações

Cooperação económica, tecnológica e científica

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Criação de estruturas ou iniciativas para o desenvolvimento da empresarialidade
- Ajudas ao investimento

Correspondentes a:

- Apoio a novas iniciativas empresariais que façam da rede o seu meio de actuação.
- Acções que visem a cooperação empresarial criando infra-estruturas e serviços para os empresários das regiões envolvidas.
- Desenvolvimento de instrumentos financeiros em favor das PME/Micro-Empresas (p.ex. Fundos de Capital de Risco).
- Acções que se destinem à promoção de áreas importantes de criação de valor acrescentado para sectores económicos ou de resultante económica para as regiões abrangidas.

Medida 3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade da informação

Domínios:

Acessibilidade e Comunicações

Cooperação económica, tecnológica e científica

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação, sensibilização, edição de materiais de informação e troca de experiências
- Aplicação de NTI nas actividades económicas
- Reforço do potencial científico e tecnológico
- Aplicação das Novas Tecnologias da Informação às actividades económicas e à melhoria da qualidade de vida da população.

Correspondentes a:

- Acções que visem ultrapassar as debilidades funcionais e as dificuldades nas comunicações, designadamente ao nível da sensibilização para o uso das modernas tecnologias que facilitem o acesso generalizado à sociedade de informação.
- Acções destinadas a melhorar a rentabilidade dos processos e fomentar a diversificação dos produtos marinhos e agro-florestais.
- Acções de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.
- Acções que visem o estímulo à criação de estruturas integradas em áreas ligadas à actividade empresarial, à investigação científica e ao desenvolvimento técnico e tecnológico.
- Acções que promovam a inovação ao nível da investigação científica em domínios específicos das regiões envolvidas.
- Acções dirigidas à melhoria da prestação de serviços públicos através da aplicação das Novas Tecnologias da Informação.

Medida 3.3. Dinamização socio-económica local, agro-indústria e serviços

Domínio:

Cooperação económica, tecnológica e científica

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Desenvolvimento, diversificação e melhoria dos mecanismos de comercialização e das relações comerciais
- Encontros, *workshops*, seminários, colóquios, congressos, participação em feiras, acções de promoção e divulgação

Correspondentes a:

- Acções de promoção e valorização e comercialização de produtos agrícolas, silvícolas, minerais pecuária, caça e pesca.
- Acções que visem a criação de condições para o aprofundamento das trocas comerciais entre as regiões e entre estas e o mundo exterior, com aproveitamento, entre outros, das técnicas da economia digital.
- Acções de marketing e promoção de produtos regionais.
- Feiras e exposições.

Medida 3.4. Educação, formação e empregabilidade

Domínios:

Acessibilidade e Comunicações

Competências humanas, mobilidade e coesão social

Cultura, património e turismo

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Cooperação em geral, nas áreas da formação, do ensino e da inserção profissional
- Aprendizagem das línguas
- Formação de agentes de desenvolvimento e de intervenção e animação social

Correspondentes a:

- Desenvolvimento de programas de "alfabetização tecnológica" nos diversos níveis educativos (básico, secundário, universitário, de adultos, profissionais, etc.), que eliminem as possibilidades de exclusão geradas por esta nova forma de comunicar, de aprender, de trabalhar.
- Acções que visem a frequência de cursos de formação de ambos os lados da fronteira por trabalhadores fronteiriços em igualdade de condições em áreas como nomeadamente a aprendizagem de línguas.
- Acções que visem a formação de animadores de Postos de Informação Transfronteiriços.
- Acções de formação e animação turística.

Medida 4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional

Domínios:

Acessibilidade e Comunicações

Competências humanas, mobilidade e coesão social

Cultura, património e turismo

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Protecção civil
- Harmonização dos mercados
- Acções de promoção do emprego e combate ao desemprego
- Integração social de grupos mais frágeis e melhoria das condições de vida em geral
- Troca de experiências, encontros, seminários, colóquios
- Informação e divulgação, realização de espectáculos e exposições

Correspondentes a:

- Assegurar a disponibilização de comunicações para apoio às acções da protecção civil qualquer que seja o seu âmbito de actuação e as parcerias envolvidas.
- Disponibilizar medidas e instrumentos para a prevenção de desastres naturais e dispositivos de intervenção em incêndios e inundações.
- Acções que visem incrementar a comunicação recíproca dos fluxos fronteiriços de mão de obra que abranjam trabalhos do tipo sazonal ou permanente.
- Acções que visem incrementar a troca de informações entre os centros de emprego que cubram as áreas fronteiriças, nomeadamente no que respeita a ofertas de emprego que sistematicamente não são satisfeitas e caracterização da procura que não encontra colocação.
- Acções que visem a troca de informações relativamente ao sistema de controlo dos trabalhadores subsidiados e à metodologia da sua integração no mercado de trabalho.
- Acções que promovam a elaboração de programas conjuntos no âmbito do apoio comunitário, nomeadamente de ocupação sazonal de jovens, de desempregados de longa duração, programa de inserção de jovens na vida activa e iniciativas locais de emprego.
- Acções que visem a aproximação das populações e a melhoria das condições sociais e de lazer.
- Acções que visem a criação de instrumentos de integração social e lúdica, de idosos e deficientes.
- Acções que visem o intercâmbio de experiências e métodos de trabalho nas da educação, juventude saúde e desporto.
- Acções que visem a atenuação das barreiras de comunicação à cooperação e que facilitem a colocação dos desempregados.
- Organização e participação em feiras de arte, congressos ou bienais de arte.
- Iniciativas de intercâmbio cultural e promoção conjunta da rede de equipamentos culturais.

Medida 4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais

Domínio:

Ordenamento do Território e Qualificação Urbana e Ambiental

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Implementação de equipamentos

Correspondentes a:

- Implementação de equipamentos estruturantes que contribuam para a identidade das cidades.

Medida 4.3. Estruturas institucionais para a cooperação

Domínio:

Cooperação institucional e Assistência Técnica

Acções enquadradas nas seguintes categorias:

- Divulgação, edição de materiais, realização de encontros
- Apoio técnico e assessoria

Correspondentes a:

- Desenvolver acções que permitam melhorar a informação sobre a zona de fronteira aos agentes económicos, sociais e culturais e à população em geral.
- Realização de seminários e de jornadas de reflexão estratégica com interesse para a evolução da cooperação.
- Realização de estudos, bases de dados, missões de conhecimento, troca de experiências, reuniões de trabalho, etc., em áreas específicas, com interesse para a concretização da estratégia.
- Prestar assistência técnica e assessoria para formação de novos agentes de desenvolvimento e cooperação transfronteiriça.

Medida de Intervenção 5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo

As despesas com a Assistência técnica serão financiadas nos termos do Regulamento 1685/2000 (Regra nº 11) e as medidas 5.1 e 5.2 a seguir apresentadas correspondem, respectivamente, às categorias sujeitas (parágrafo 2.5) e não sujeitas (parágrafo 3) a “plafond”.

Objectivos específicos

- Apoiar as despesas relacionadas com a preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e

avaliação interna da intervenção e das operações;

- Apoiar as despesas com reuniões de comités ou sub-comités de acompanhamento relacionadas com a execução das intervenções;
- Apoiar as despesas relacionadas com auditorias e verificações no terreno das operações;
- Apoiar as despesas com remunerações de pessoal, incluindo as contribuições para a segurança social, nos termos definidos no ponto 2.2. da regra 11 do Reg. 1685.

Medida de Intervenção 5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas

Objectivos específicos

- Incrementar a qualidade dos sistemas de informação de base territorial transfronteiriça, nomeadamente concebendo e alimentando dispositivos de produção de informação estatística conjunta destinada ao acompanhamento e avaliação do PIC;
- Apoiar a promoção, divulgação, publicidade e informação do programa;
- Apoiar a constituição e o funcionamento de grupos de trabalho temáticos, que funcionarão sob a orientação do Comité de Acompanhamento, com vista a proporcionar instrumentos de apoio à tomada de decisão pelas estruturas comuns;
- Apoiar acções específicas de formação e aperfeiçoamento que se venham a revelar necessárias para o corpo técnico das estruturas comuns de cooperação, por forma a garantir a maior eficácia no desempenho das suas funções;
- Apoiar a realização de avaliações independentes incidindo sobre o programa ou sobre as operações.

NUT III Adjacentes

- **Identificação**

Em Portugal

- Alentejo Central

Em Espanha

- Sevilha
- Cádiz

Justificação da inclusão das NUT'S III de Cádiz e Sevilha

A Junta da Andaluzia tem a intenção de utilizar, nos casos considerados necessários, a possibilidade que oferece a normativa comunitária de apresentar projectos nas províncias de Cádiz e Sevilha – na qualidade de zonas adjacentes à área elegível – até um máximo de 20% do Sub-Programa Alentejo-Algarve/Andaluzia.

A justificação desta posição prende-se com a própria característica da iniciativa INTERREG, a qual aposta na integração dos sectores socioeconómicos e na valorização dos aspectos ambientais. Ora, em qualquer destes domínios de intervenção, será difícil ajustar o conteúdo dos projectos aos limites administrativos sem que os mesmos percam coerência e integridade.

No caso concreto do Sub-Programa Algarve-Alentejo/Andaluzia, são numerosas as características territoriais, ambientais e socioeconómicas das zonas adjacentes andaluzas susceptíveis de ocasionar a apresentação de projectos que excedam o âmbito estritamente transfronteiriço da província de Huelva. Estas características, apesar de patentes na análise e diagnóstico já efectuado, merecem ser sublinhadas com alguns elementos complementares:

1. Do ponto de vista territorial e ambiental, o documento de Bases e Estratégias do Plano de Ordenamento do Território da Andaluzia estabelece uma série de Unidades Territoriais que se definem pela sua homogeneidade física e por apresentarem problemas e oportunidades comuns em matérias relacionadas com o uso económico do território e a gestão dos recursos naturais e culturais:
 - unidades forestais: representadas com continuidade territorial nas províncias de Sevilha e Huelva;
 - unidades com vocação florestal – representadas com continuidade territorial nas províncias de Sevilha e Huelva;
 - unidades do Litoral Atlântico – que incluem com continuidade territorial as províncias de Cádiz, Sevilha e Huelva;
 - unidades de Campina – representadas nas províncias de Cádiz, Sevilha e Huelva.
2. Do ponto de vista socioeconómico também nos deparamos com uma zona, mais ampla que a estrita da província de Huelva, com traços claramente comuns: sectorialmente, a emergência da actividade turística e da agricultura intensiva; territorialmente, a clara dicotomia entre os domínios litorais e interiores.

No caso do turismo, este tem, nas províncias de Cádiz, Sevilha e Huelva, uma vertente ligada ao aproveitamento das potencialidades que oferecem os destinos litorais, aos quais se contrapõe um turismo de interior ligado às possibilidades de valorização dos espaços naturais concentrados sobretudo nas zonas serranas.

No caso da agricultura também se verifica a dicotomia atrás evidenciada através da existência de uma agricultura intensiva no litoral com cultivos sobre plástico (em extensão para as campinas interiores) e, nos âmbitos serranos, uma agricultura nos declives.

3. No domínio urbano-relacional detectam-se importantes continuidades e complementaridades:
 - a rede de vias rápidas e auto-estradas andaluzas ligam, em rede, os centros urbanos principais das províncias de Cádiz, Sevilha e Huelva;

- o aeroporto de Sevilha constitui a porta de entrada para numerosos visitantes de Huelva e Cádiz, bem como para alguns segmentos de visitantes da costa portuguesa; os portos de Cádiz, Algeciras e Huelva partilham problemas e oportunidades e são complementares em termos funcionais;
- as decisões económicas e político-administrativas que têm uma clara repercussão sobre a fronteira são tomadas nos centros urbanos provinciais, muito em particular, pelo seu carácter de centro político da região, no caso de Sevilha;
- o sistema de relações move-se, cada vez mais, para o campo imaterial, de modo que aspectos relacionados com o tráfico de informação, recursos económicos e tecnologia se efectuam através de actividades ligadas à sociedade da informação, a qual tem como centros nevrálgicos as cidades.

Assim sendo, tudo aponta para a necessidade de existir flexibilidade quando abordamos um programa operativo com as características do INTERREG III-A e, em concreto, quando se procede à delimitação espacial das suas actuações, flexibilidade essa que, como não poderia deixar de ser, a própria normativa comunitária contempla e que, em todos os casos, será aferida, projecto a projecto, através da análise do carácter transfronteiriço e integrador dos mesmos.

SUB-PROGRAMA NACIONAL

Paralelamente aos cinco Sub-programas territorializados de âmbito regional, o PIC INTERREG inclui um sexto Sub-programa de gestão nacional e de âmbito pluriregional que apresenta dois objectivos básicos:

- dar cobertura a determinadas intervenções da Administração Central nos territórios de fronteira;
- dotar a Administração Central de um mecanismo potencial de compensação interterritorial em relação às iniciativas locais.

Em primeiro lugar, o Sub-programa pluriregional é necessário para equilibrar as assimetrias administrativas e de competências entre os dois Estados Ibéricos, relativas à inexistência de níveis de governação local e regional equivalentes. Estas assimetrias implicam que a parceria a nível regional se estabeleça entre as Comunidades Autónomas espanholas – órgãos políticos de administração regional dotados de amplas competências – e as Comissões de Coordenação Regional portuguesas – órgãos descentralizados da Administração Central. Com base nesta parceria foram elaborados cada um dos cinco Sub-programas regionais adequando os seus objectivos estratégicos e conteúdos às necessidades/exigências específicas de cada território.

A Administração Central espanhola não participou neste processo de cooperação, dado que as Comunidades Autónomas têm, em maior ou menor medida, as suas próprias competências em todos os âmbitos de intervenção do Programa. Todavia, a nível estatal, permanecem determinadas competências cuja gestão pode ser acolhida num Programa como o INTERREG. Alguns exemplos são:

- as redes de comunicações de interesse supra-regional, envolvendo vários tipos de conexões transfronteiriças, incluindo infra-estruturas viárias de atravessamento;
- a recuperação e valorização do património monumental;
- as Bacias Hidrográficas que escoam por mais de uma Comunidade Autónoma, como é o caso do Douro, Tejo e Guadiana, todas elas transfronteiriças;
- os programas de investigação, desenvolvimento e inovação (I+D+i) realizados pelas Universidades e organismos especializados como o “Consejo Superior de Investigaciones Científicas”;
- a rede de saúde pública;
- as acções de protecção civil, luta contra a delinquência e segurança;
- As actuações de competência das corporações locais. No caso de Espanha os projectos provenientes de corporações locais são da responsabilidade da Administração Geral do Estado através do Ministério da Fazenda, o qual será responsável, conjuntamente com as autoridades portuguesas designadas para o efeito, da sua selecção de forma conjunta.

É no Sub-programa pluriregional que as Administrações Centrais poderão estabelecer mecanismos de concertação nos âmbitos acima mencionados, a fim de desenvolverem projectos de cooperação transfronteiriça elegíveis no quadro do INTERREG.

Em segundo lugar, o Sub-programa pluriregional justifica-se, também, pela diferente intensidade e dinamismo que a cooperação transfronteiriça tem em cada um dos territórios regionais em que se aplica o INTERREG. Este diferente dinamismo pode gerar assimetrias territoriais significativas

no número e qualidade dos projectos locais de cooperação transfronteiriça que venham a candidatar-se aos futuros concursos públicos, gerando diferenças entre territórios ao nível da sua participação financeira no Programa.

Neste contexto, as Administrações Centrais, através do Sub-programa pluriregional, podem ter um papel de compensação inter-territorial, animando ou desenvolvendo projectos de cooperação nos territórios que mostrem mais dificuldades para gerar iniciativas locais.

Num esforço para regionalizar todas as actuações que não sejam da competência das Comunidades Autónomas, os recursos financeiros do PIC foram regionalizados em 81,7%, estando os restantes 18,3% não regionalizados, tal como indicado no quadro financeiro dos sub-programas, do capítulo 4, por forma a que, em concordância com o anteriormente exposto, se verifique a necessária flexibilidade, tendo em conta o resultado das diferentes candidaturas aprovadas no decurso da vigência do programa. No entanto, prevê-se que ao longo da execução temporal do Programa, praticamente todas as actuações serão regionalizadas, salvo aquelas que, pela sua natureza, não se confinem a um único território regional.

Com estes dois objectivos, o Sub-programa pluriregional tem a mesma estrutura por Eixos Estratégicos que os Sub-programas regionais, já que os potenciais projectos a desenvolver pelas Administrações Centrais cobrem todos os campos de cooperação identificados.

CAPÍTULO 4. PLANO FINANCEIRO

O custo total previsto para o programa de iniciativa comunitária INTERREG III-A “Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha” é de 1.132,017200 MEURO, sendo o total das despesas públicas de 1075,883200 MEURO ao qual está associada uma comparticipação do FEDER de 806,915200 MEURO.

Este montante FEDER foi determinado pela soma das contribuições de cada um dos Estados membros para este programa, da seguinte forma:

- Espanha: 515,500000 MEURO;
- Portugal: 291,415200 MEURO.

A taxa de comparticipação do FEDER relativamente ao total das despesas públicas é de 75%, tendo em conta a situação das respectivas regiões envolvidas, nos termos do parágrafo 3 do Artigo 29º do Regulamento 1260/99 do Conselho de 21 de Junho de 1999.

A repartição percentual das despesas públicas por Prioridade é a seguinte:

(%)

Eixo 1: Infra-estruturação, Ordenamento e Desenvolvimento Rural do Espaço Transfronteiriço	34,1
Eixo 2: Valorização, Promoção e Conservação do Ambiente e dos Recursos Patrimoniais e Naturais	29,8
Eixo 3: Desenvolvimento Sócio-Económico e Promoção da Empregabilidade	22,1
Eixo 4: Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional	10,7
Eixo 5: Assistência Técnica	3,3

O montante máximo previsto respeitante às despesas de Assistência Técnica, de acordo com o previsto na Regra de Elegibilidade nº 11, é de 35,593014 MEURO e corresponde a 3,3% do total das despesas públicas.

Esta percentagem poderá ser ajustada tendo em conta as despesas já realizadas e as previsões de execução até final do programa.

No Complemento de Programação será detalhado o financiamento de cada uma das medidas incluindo a Assistência Técnica.

Nos quadros seguintes é apresentado o plano de financiamento indicativo do programa, por Eixo Prioritário e por anos, bem como uma ponderação financeira indicativa da Despesa Pública por sub-programas.

A ventilação das contrapartidas nacionais é estimada e poderá ser alterada à medida que for sendo conhecida a natureza concreta dos promotores.

Prevê-se uma participação do sector privado da ordem dos 5% do custo total do programa, nas seguintes medidas:

- Medida 1.3. “Desenvolvimento Rural Transfronteiriço”
- Todas as medidas do Eixo 2 “Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais”
- Todas as medidas do Eixo 3 “Desenvolvimento sócio-económico e promoção da empregabilidade”

Esta percentagem de participação bem como os domínios concretos de intervenção do sector privado são indicativos e serão ajustados ao longo da execução do programa.

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA**Programação Total por Anos**

Un.:Euro

ANOS	Custo Total	Despesa	Despesa Pública						Despesa Privada
		Pública	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais					
		Total	FEDER	Total	Central	Regional	Local	Outra	

2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	169 189 766	160 800 243	120 600 600	40 199 643	22 096 675	10 608 910	4 551 844	2 942 214	8 389 523
2002	191 893 426	182 377 233	136 783 400	45 593 833	25 064 102	12 042 051	5 155 362	3 332 318	9 516 193
2003	191 737 175	182 229 234	136 672 400	45 556 834	25 042 390	12 026 763	5 155 363	3 332 318	9 507 941
2004	192 905 162	183 339 898	137 505 400	45 834 498	25 193 401	12 093 560	5 191 720	3 355 817	9 565 264
2005	193 379 471	183 790 028	137 843 000	45 947 028	25 257 053	12 130 467	5 198 991	3 360 517	9 589 443
2006	192 912 200	183 346 564	137 510 400	45 836 164	25 194 379	12 094 249	5 191 720	3 355 816	9 565 636
TOTAL	1 132 017 200	1 075 883 200	806 915 200	268 968 000	147 848 000	70 996 000	30 445 000	19 679 000	56 134 000

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA**Eixo Prioritário 1: Infra-estruturação, Ordenamento e Desenvolvimento Rural do Espaço Transfronteiriço**

Un.: Euro

ANOS	Custo Total	Despesa	Despesa Pública						Despesa Privada
		Pública	Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais					
			FEDER	Total	Central	Regional	Local	Outra	
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	56 252 274	54 752 152	41 064 079	13 688 073	8 502 138	2 735 011	1 960 829	490 095	1 500 122
2002	63 799 815	62 098 417	46 573 773	15 524 644	9 644 277	3 104 480	2 220 811	555 076	1 701 398
2003	63 748 430	62 048 402	46 536 262	15 512 140	9 635 714	3 100 539	2 220 811	555 076	1 700 028
2004	64 137 424	62 427 023	46 820 228	15 606 795	9 693 574	3 117 759	2 236 472	558 990	1 710 401
2005	64 294 386	62 579 798	46 934 809	15 644 989	9 718 337	3 127 274	2 239 605	559 773	1 714 588
2006	64 139 740	62 429 277	46 821 918	15 607 359	9 693 960	3 117 937	2 236 472	558 990	1 710 463
TOTAL	376 372 069	366 335 069	274 751 069	91 584 000	56 888 000	18 303 000	13 115 000	3 278 000	10 037 000

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA**Eixo Prioritário 2: Valorização, Promoção e Conservação do Ambiente e dos Recursos Patrimoniais e Naturais**

Un.: Euro

ANOS	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública						Despesa Privada
			Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais					
				FEDER	Total	Central	Regional	Local	
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	49 244 913	47 931 594	35 948 810	11 982 784	6 251 624	3 084 976	1 890 110	756 074	1 313 319
2002	55 848 633	54 359 198	40 769 529	13 589 669	7 090 913	3 501 720	2 140 716	856 320	1 489 435
2003	55 805 736	54 317 446	40 738 214	13 579 232	7 084 920	3 497 275	2 140 716	856 321	1 488 290
2004	56 148 723	54 651 285	40 988 594	13 662 691	7 127 820	3 516 699	2 155 813	862 359	1 497 438
2005	56 283 405	54 782 376	41 086 913	13 695 463	7 145 633	3 527 431	2 158 832	863 567	1 501 029
2006	56 150 655	54 653 166	40 990 005	13 663 161	7 128 090	3 516 899	2 155 813	862 359	1 497 489
TOTAL	329 482 065	320 695 065	240 522 065	80 173 000	41 829 000	20 645 000	12 642 000	5 057 000	8 787 000

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA**Eixo Prioritário 3: Desenvolvimento Sócio-Económico e Promoção da Empregabilidade**

Un.: Euro

ANOS	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública						Despesa Privada
			Fundos Estruturais FEDER	Recursos Públicos Nacionais					
				Total	Central	Regional	Local	Outra	
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	41 151 743	35 575 661	26 681 784	8 893 877	3 923 373	3 263 694	487 703	1 219 107	5 576 082
2002	46 682 493	40 357 132	30 267 893	10 089 239	4 451 545	3 704 581	552 366	1 380 747	6 325 361
2003	46 639 545	40 319 923	30 239 986	10 079 937	4 446 946	3 699 878	552 366	1 380 747	6 319 622
2004	46 917 833	40 560 408	30 420 350	10 140 058	4 472 885	3 720 427	556 262	1 390 484	6 357 425
2005	47 039 652	40 665 826	30 499 414	10 166 412	4 485 159	3 731 781	557 041	1 392 431	6 373 826
2006	46 919 768	40 562 084	30 421 607	10 140 477	4 473 092	3 720 639	556 262	1 390 484	6 357 684
TOTAL	275 351 034	238 041 034	178 531 034	59 510 000	26 253 000	21 841 000	3 262 000	8 154 000	37 310 000

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA
Eixo Prioritário 4: Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional

Un.: Euro

ANOS	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública						Despesa Privada
			Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais					
				FEDER	Total	Central	Regional	Local	
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	17 219 989	17 219 989	12 914 955	4 305 034	2 423 280	1 354 282	131 868	395 604	0
2002	19 533 021	19 533 021	14 649 724	4 883 297	2 748 659	1 537 229	149 352	448 057	0
2003	19 515 807	19 515 807	14 636 814	4 878 993	2 746 307	1 535 277	149 352	448 057	0
2004	19 633 147	19 633 147	14 724 818	4 908 329	2 762 902	1 543 804	150 406	451 217	0
2005	19 683 132	19 683 132	14 762 307	4 920 825	2 769 844	1 548 516	150 616	451 849	0
2006	19 633 922	19 633 922	14 725 400	4 908 522	2 763 008	1 543 892	150 406	451 216	0
TOTAL	115 219 018	115 219 018	86 414 018	28 805 000	16 214 000	9 063 000	882 000	2 646 000	0

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA
Eixo Prioritário 5: Assistência Técnica

Un.: Euro

ANOS	Custo Total	Despesa Pública Total	Despesa Pública						Despesa Privada
			Fundos Estruturais	Recursos Públicos Nacionais					
				FEDER	Total	Central	Regional	Local	
2000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	5 320 847	5 320 847	3 990 972	1 329 875	996 260	170 947	81 334	81 334	0
2002	6 029 465	6 029 465	4 522 481	1 506 984	1 128 708	194 041	92 117	92 118	0
2003	6 027 656	6 027 656	4 521 124	1 506 532	1 128 503	193 794	92 118	92 117	0
2004	6 068 035	6 068 035	4 551 410	1 516 625	1 136 220	194 871	92 767	92 767	0
2005	6 078 896	6 078 896	4 559 557	1 519 339	1 138 080	195 465	92 897	92 897	0
2006	6 068 115	6 068 115	4 551 470	1 516 645	1 136 229	194 882	92 767	92 767	0
TOTAL	35 593 014	35 593 014	26 697 014	8 896 000	6 664 000	1 144 000	544 000	544 000	0

INTERREG III-A: COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA PORTUGAL-ESPANHA**Ponderação financeira indicativa por Sub-Programas**

Un.: Euros

SUB-PROGRAMAS	Despesa Pública	%
SUB-PROGRAMA 1		
Norte/Galiza	295.010.055	27,4
SUB-PROGRAMA 2		
Norte/Castela-Leão	123.681.023	11,5
SUB-PROGRAMA 3		
Centro/Castela-Leão	75.142.014	7,0
SUB-PROGRAMA 4		
Centro/Alentejo/Extremadura	243.196.045	22,6
SUB-PROGRAMA 5		
Alentejo/Algarve/Andaluzia	141.810.026	13,2
SUB-PROGRAMA 6		
NACIONAL	197.044.037	18,3
TOTAL	1.075.883.200	100,0

Nota: A estrutura de financiamento por Eixos em cada sub-programa, poderá vir a ser modificada à medida que a natureza concreta dos projectos e a sua dimensão financeira forem conhecidas.

CAPÍTULO 5 – DISPOSIÇÕES DE GESTÃO E EXECUÇÃO

Considerando o último parágrafo do Artº 34º do Reg. 1260/99, onde se prevê que “...a autoridade de gestão desempenhará as suas funções na plena observância dos sistemas institucionais, jurídicos e financeiros do Estado-membro em questão”;

Considerando o parágrafo 22 da Comunicação da Comissão aos Estados-membros de 28 de Abril de 2000 que estabelece as orientações relativas ao INTERREG III, designadamente quando refere que a elaboração dos Programas para a vertente (A) incumbe “...às autoridades regionais ou locais das zonas elegíveis, em parceria com as autoridades nacionais, em função da estrutura institucional de cada Estado-membro”;

Considerando o parágrafo 25 daquela Comunicação relativo às disposições de execução dos PIC, em particular quando refere que “...a designação pelas autoridades competentes que participam no Programa, de estruturas comuns de cooperação estabelecidas com base em acordos específicos, tendo em conta as legislações nacionais, as quais assumirão funções definidas:...”;

A estrutura de gestão, acompanhamento e avaliação conjunta do Programa será composta pelos seguintes órgãos com as competências e funções a seguir descritas:

- Um Comité de Acompanhamento
- Seis Sub-Comités de Gestão
- Seis secretariados comuns
- Um Comité de Gestão conjunto
- Uma Autoridade de Gestão
- Uma Autoridade de Pagamento.

No âmbito das respectivas competências, cada Estado poderá designar um responsável pela coordenação nacional do programa no seu país, cujas funções não põem em causa as competências dos órgãos instituídos nem o princípio das decisões comuns.

5.1. Gestão Estratégica: Comité de Acompanhamento

A Gestão estratégica do Programa é exercida por um Comité de Acompanhamento conjunto Portugal/Espanha, constituído no prazo máximo de três meses após a decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa. A presidência do Comité de Acompanhamento é assegurada de forma alternada pelos representantes das Direcções-Gerais do Desenvolvimento Regional (Portugal) e de Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha).

Composição

- Representantes das Direcções Gerais do Desenvolvimento Regional (Portugal) e Dirección General de Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha) que presidem de forma alternada e poderão ser assistidos pelos coordenadores nacionais designados para o efeito.
- Membros dos Sub-Comités de Gestão regionais;

- Dois representantes nacionais (um por cada país) do sector do Ambiente e Ordenamento do Território;
- Representantes dos municípios envolvidos (em fórmula a acordar entre os Estados-membros);
- Representantes dos parceiros económicos e sociais, de carácter regional e nacional, com estatuto consultivo;
- A Autoridade de Gestão com estatuto consultivo;
- A Autoridade de Pagamento com estatuto consultivo;
- O responsável pela coordenação nacional do Programa (Portugal) com estatuto consultivo;
- Um representante da Comissão Europeia (com estatuto consultivo);

Será assegurada uma representação paritária entre os dois Estados-membros.

Na composição do Comité de Acompanhamento deverá ser favorecida, na medida do possível, uma participação equilibrada entre homens e mulheres.

Competências

Nos termos do Artº 35 do Reg.(CE) 1260/99, compete ao Comité de Acompanhamento:

- Confirmar ou adaptar o Complemento de Programação, incluindo os indicadores físicos e financeiros a utilizar no acompanhamento do Programa;
- Analisar e aprovar, nos seis meses subsequentes à aprovação do Programa, os critérios a utilizar na selecção dos projectos em cada medida com o objectivo de determinar o carácter ou o interesse transfronteiriço dos mesmos;
- Analisar e aprovar todas as propostas de alteração ao conteúdo da decisão da Comissão Europeia que aprova o Programa;
- Analisar e aprovar os relatórios anuais e o relatório final de execução antes do seu envio à Comissão;
- Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objectivos específicos do Programa, bem como analisar os resultados da execução, designadamente a realização dos objectivos definidos para as diferentes medidas, bem como a avaliação intercalar prevista no Artº 42 do Regulamento Geral;
- Propor ao órgão de gestão uma adaptação ou revisão do Programa que permita alcançar os objectivos definidos ou aperfeiçoar a respectiva gestão, inclusivamente na vertente financeira.

O Comité de Acompanhamento poderá constituir grupos técnicos temáticos conjuntos nos quais participarão representantes dos Organismos relevantes, para cada um dos Eixos prioritários do Programa, com o objectivo de acompanhar o desenvolvimento do Programa e contribuir para o processo de avaliação

Prevê-se a criação de um dispositivo técnico de acompanhamento, tipo Painel de Observação, para coordenação e monitorização das acções enquadradas noutras intervenções (programas operacionais e iniciativas comunitárias) incidindo nas zonas de fronteira.

O Comité de Acompanhamento definirá, em regulamento próprio, as modalidades de articulação e cooperação com estes grupos temáticos.

O Comité de Acompanhamento reunirá pelo menos uma vez por ano ou mais se for considerado necessário.

5.2. Gestão Operacional

A gestão operacional do Programa é exercida pela Autoridade de Gestão através de Sub-Comités de Gestão Conjuntos Portugal/Espanha, pelos respectivos Secretariados Comuns Conjuntos e pelo Comité de Gestão Nacional conjunto.

5.2.1. Sub-Comités de Gestão Conjuntos (um por cada Sub-programa)

5.2.1.1. Sub-Comités de Gestão Regionais

Os Sub-Comités de Gestão Regionais são presididos alternadamente pelos Presidentes das Comissões de Coordenação Regionais e Presidentes das Juntas Autónomas, de acordo com a rotação da presidência das Comunidades de Trabalho.

São órgãos responsáveis pela selecção dos projectos cuja responsabilidade de execução cabe a entidades regionais.

Composição

A composição dos Sub-Comités de Gestão regionais será determinada por acordo entre os dois Estados, sem prejuízo de assegurar as seguintes representações:

- Representantes (em paridade) das Comissões de Coordenação Regionais (Portugal) e das Juntas Autónomas (Espanha), territorialmente envolvidas;
- Representantes das administrações regionais ou sectoriais regionalizadas responsáveis pelo Ambiente e Ordenamento do Território;
- Coordenadores das Comunidades de Trabalho e Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças;
- Representantes dos departamentos das administrações centrais (um de cada país) responsáveis pelo FEDER;
- Representantes dos municípios envolvidos (em fórmula a acordar entre os dois Estados);

- Um representante das Autoridades de Gestão e de Pagamento (com estatuto consultivo)

Um representante da Comissão poderá participar nas reuniões com o estatuto de observador.

Integrarão também os Sub-Comités de Gestão (com estatuto consultivo representantes sectoriais regionais e nacionais quando as decisões envolvam matérias dos respectivos domínios.

5.2.1.2. Sub-Comité de Gestão Nacional (Sub-programa nacional)

O Sub-Comité de Gestão nacional é presidido alternadamente por um representante da Dirección General de los Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha) e da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (Portugal), ou pelos coordenadores nacionais designados para o efeito pelas Administrações nacionais.

É o órgão responsável pela selecção dos projectos cuja responsabilidade de execução cabe a entidades da Administração Central.

Composição

A composição do Sub-Comité de Gestão Nacional será determinada por acordo entre os dois Estados e terá uma composição flexível de acordo com os sectores envolvidos no processo de decisão, sem prejuízo de assegurar as seguintes representações:

- Representantes dos departamentos das administrações centrais (um de cada país) responsáveis pelo FEDER;
- Representantes dos departamentos das administrações centrais quando as decisões envolvam matérias dos respectivos domínios (Representantes dos ministérios responsáveis pelo Ambiente e Ordenamento do Território; Equipamento Social; Cultura; e Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas...);
- Um representante nacional dos municípios por cada Estado Membro (em fórmula a acordar entre os Estados);
- Um representante das Autoridades de Gestão e de Pagamento (com estatuto consultivo);
- Um representante da Comissão poderá participar nas reuniões com o estatuto de observador

5.2.1.3. Competências

No sentido de garantir a desejável aproximação aos promotores locais, os sub-comités de gestão com o apoio dos respectivos secretariados técnicos, exercerão as suas competências sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão e sob a coordenação do Comité de Gestão Conjunto. Sendo estruturas de decisão conjuntas, garantem a selecção comum dos projectos que serão instruídos mediante parecer comum elaborado pelas estruturas de apoio técnico.

Os Sub-Comités de Gestão conjuntos desempenharão as suas funções, no âmbito do respectivo Sub-programa, na plena observância dos sistemas institucionais, jurídicos e financeiros aplicáveis em cada um dos Estados, competindo-lhes:

- Elaborar e aprovar o respectivo regulamento interno, de acordo com as orientações do Comité de Gestão Conjunto;
- Coordenar as tarefas de apoio do Secretariado Técnico conjunto;

- Seleccionar e aprovar candidaturas de acordo com os princípios e regras definidas pelo Comité de Acompanhamento, sob parecer prévio do Secretariado Técnico conjunto, e garantir o acompanhamento da respectiva execução. No caso dos projectos de competência nacional, estes serão aprovados no Sub-Comité de Gestão Nacional e, posteriormente, levados ao conhecimento dos respectivos Sub-Comités de Gestão Regionais onde o projecto se localize;
- Garantir a articulação e as sinergias entre os investimentos apoiados pelo Programa e pelos outros instrumentos financeiros comunitários em vigor em cada um dos Estados;
- Assegurar o cumprimento, por cada projecto ou acção, das normas nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente a sua compatibilidade com as políticas comunitárias no que se refere ao respeito pelas regras de concorrência, à adjudicação de contratos públicos, à protecção e melhoria do ambiente e à promoção da igualdade entre homens e mulheres;
- Assegurar que seja instituído um sistema de controlo interno adequado à verificação dos processos de candidatura e dos pagamentos conforme aos normativos aplicáveis;
- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental dos projectos;
- Garantir a regularidade das operações de financiamento e estabelecimento de medidas de controlo interno compatíveis com os princípios de boa gestão financeira, bem como pela resposta às observações, pedidos de medidas correctivas e recomendações de adaptação apresentados pelas autoridades nacionais ou pela Comissão Europeia nos termos dos nº 2 do artigo 34º e nº 4 do artigo 38º do Regulamento Geral;
- Estabelecimento de um sistema contabilístico e de monitorização adequado ao seguimento de todas as operações de financiamento;
- Apreciar da conformidade dos pedidos de pagamento que sejam apresentados pelos beneficiários finais e efectuar, ou assegurar que sejam efectuados, os referidos pagamentos;
- Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para a avaliação intercalar e "ex-post" e para eventuais avaliações temáticas ou transversais;
- Participar na elaboração dos relatórios previstos no Artº 37 do Reg. Geral;
- Assegurar o cumprimento das obrigações nacionais e comunitárias em matéria de informação e de publicidade.

5.2.2. Secretariado Técnico Conjunto (um por cada Sub-programa)

Os Sub-Comités de Gestão serão assistidos por Secretariados Técnicos conjuntos na execução das suas tarefas.

Os Secretariados Técnicos conjuntos regionais funcionarão com 'antenas' localizadas nas instalações das respectivas administrações regionais. Cada 'antena' recebe as candidaturas do

respectivo Organismo/chefe de fila, reunindo periodicamente para efeitos de apreciação e instrução conjunta das candidaturas e elaboração do respectivo parecer.

Será criado um Secretariado Técnico Conjunto que funcionará junto do Comité de Gestão Conjunto e da Autoridade de Gestão e prestará também apoio Técnico à preparação das reuniões e projectos de decisão do Sub-Comité de Gestão Nacional. No exercício das suas tarefas, este Secretariado Técnico Conjunto terá um interlocutor junto da Administração portuguesa.

O pessoal destas estruturas de apoio técnico será recrutado (contratado ou recorrendo a funcionários da administração) pelas respectivas administrações regionais/nacionais de acordo com critérios de competência e experiência na área da cooperação. A sua composição garantirá a representação de elementos de ambos os lados da fronteira.

Composição

- Estrutura permanente recrutada pelas respectivas administrações regionais/nacionais que acordarão a dimensão adequada ao desempenho das suas funções.

Competências

O Secretariado Técnico Conjunto actua sob as orientações dos Sub-Comités de Gestão, competindo-lhe:

- Preparar as decisões do Sub-Comité de Gestão, garantindo o respectivo secretariado;
- Executar as tarefas técnicas, administrativas e financeiras associadas à gestão do Programa,
- Coordenar as acções e iniciativas de animação, promoção e divulgação do Programa, no caso dos Sub-programas regionais com a colaboração dos grupos técnicos que funcionam junto das estruturas de cooperação (Comunidades de Trabalho e Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças);
- Prestação de assistência técnica e informação às entidades que se candidatem ao Programa
- Assegurar a instrução das candidaturas recebidas, verificando designadamente o cumprimento das condições de acesso e garantindo a aplicação dos critérios de selecção;
- Garantir o registo de todas as operações relativas à execução e acompanhamento dos projectos numa base de dados informatizada;
- Elaborar um parecer sobre as candidaturas a submeter ao Sub-Comité de Gestão;
- Assegurar a verificação da conformidade e elegibilidade dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários finais e propor o pagamento das respectivas participações FEDER;
- Executar todas as demais tarefas que lhe sejam confiadas pelo Sub-Comité de Gestão.

Será criado um Secretariado Técnico Conjunto que funcionará junto do Comité de Gestão Conjunto e da Autoridade de Gestão e prestará também apoio técnico à preparação das reuniões e projectos de decisão do Sub-Comité de Gestão Nacional. No exercício das suas tarefas, este Secretariado Técnico Conjunto terá um interlocutor junto da administração portuguesa.

5.2.3. Autoridade de Gestão

A gestão global do Programa será assegurada pela Autoridade de Gestão referida no Artº 34º do Regulamento 1260/99, que exerce as competências previstas para esta autoridade por delegação e sob a orientação do Comité de Gestão Conjunto e do Comité de Acompanhamento.

A Autoridade de Gestão é assegurada pela Dirección General de los Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha), que funciona no Paseo de la Castellana 162 - 28046 Madrid. FAX nº 91 583 73 17 e Email: JGomezP@sepg.minhac.es.

A Autoridade de Gestão, é responsável pela gestão técnica, administrativa e financeira (controlo financeiro) do Programa, e responde directamente perante a Comissão Europeia, envolvendo conjuntamente as respectivas administrações responsáveis pela gestão do FEDER através do Comité de Gestão Conjunto e do Comité de Acompanhamento.

Competências

Nos termos do artigo 34º do Regulamento Geral a Autoridade de Gestão é responsável pela eficácia e regularidade da gestão e execução, nomeadamente pelo seguinte:

- criação de um dispositivo de recolha de dados financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento referidos no artigo 36º e para a avaliação prevista nos artigos 42º e 43º, bem como pela transmissão desses dados segundo as regras acordadas entre o Estado-membro e a Comissão, utilizando, na medida do possível, sistemas informáticos que permitam o intercâmbio de dados com a Comissão, como previsto no nº 3 alínea e) do artigo 18º;
- adaptação, nos termos do nº 3, e execução do complemento de programação, na aceção do nº 3 do artigo 18º, sem prejuízo do disposto no artigo 35º do Reg. Geral;
- elaboração e, depois de obtida a aprovação do Comité de Acompanhamento, apresentação do relatório anual de execução à Comissão;
- organização da avaliação intercalar referida no artigo 42º, em cooperação com a Comissão e o Estado-membro;
- utilização, pelos organismos que participam na gestão e na execução da intervenção, de um sistema de contabilidade separada ou de uma codificação contabilística adequada de todas as transacções abrangidas pela intervenção;
- regularidade das operações financiadas a título da intervenção, designadamente pela aplicação de medidas de controlo interno compatíveis com os princípios da boa gestão financeira, bem como pela resposta às observações e pedidos de medidas correctivas adoptados ao abrigo do nº 4, primeiro parágrafo, do artigo 38º ou às recomendações de adaptação formuladas ao abrigo do nº 2 do artigo 34º, nos termos do disposto nesses artigos;
- compatibilidade com as políticas comunitárias, como previsto no artigo 12º do Reg. Geral; no âmbito da aplicação das normas comunitárias sobre contratos públicos, os anúncios enviados para publicação no Jornal Oficial das Comunidades Europeias especificarão as referências dos projectos em relação aos quais tenha sido pedida ou decidida uma participação dos Fundos;
- cumprimento das obrigações em matéria de informação e de publicidade referidas no artº 46 do Reg. Geral.

No exercício das suas competências a Autoridade de Gestão apoiar-se-á nos secretariados técnicos regionais que funcionarão na dependência das respectivas administrações.

5.2.4. Comité de Gestão Conjunto

O Comité de Gestão Conjunto desempenha funções de coordenação operacional a nível nacional de todo o Programa.

Tem como principais missões propor a regulamentação interna do programa e emitir normas de procedimentos comuns com vista a assegurar a uniformidade da aplicação dos critérios de selecção e a organização dos processos de candidaturas pelos secretariados comuns.

A presidência do Comité de Gestão Conjunto é assegurada pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (Portugal) e pela Dirección General de Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha) com a mesma alternância do Comité de Acompanhamento. Ambas poderão delegar estas funções nos respectivos coordenadores nacionais designados para o efeito.

Composição

- Autoridade de Gestão;
- Autoridade de Pagamento;
- Representantes de cada um dos Sub-Comités de Gestão Regionais;
- Representante da Dirección General de los Fondos Comunitarios e Financiación Territorial (Espanha);
- Representante da Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (Portugal).
- Um representante da Comissão poderá participar nas reuniões com o estatuto de observador

Em qualquer dos casos, será assegurada uma representação paritária entre ambos Estados-Membros

5.3. Gestão Financeira

A Gestão Financeira e a definição dos circuitos de transferências deverá adaptar-se às especificidades legislativas e administrativas de cada Estado Membro, garantindo a recepção atempada das contribuições comunitárias pelos beneficiários finais.

Os princípios que estão subjacentes à definição dos procedimentos e circuitos financeiros, são os seguintes:

- a salvaguarda dos interesses financeiros de cada estado membro, através do acordo sobre as respectivas contribuições FEDER para o Programa;
- a responsabilidade financeira de cada Estado Membro no Programa é limitada ao montante (Fundo+contrapartida nacional) da respectiva contribuição.

5.3.1. Circuito de pagamentos/Autoridade de Pagamento

A participação do FEDER será transferida para uma conta bancária única sediada na Direcção Geral do Tesouro (Portugal) cujo titular é a Direcção Geral do Desenvolvimento Regional que actua como Autoridade de Pagamento, tal como prevista na alínea o) do Artigo 9º do Reg. 1260/99.

A partir da conta única, e com base nas decisões dos Sub-Comités de Gestão relativas à selecção dos projectos, a Autoridade de Pagamento emitirá ordens de pagamento a favor dos beneficiários finais (ou para uma conta ou contas subsidiárias). Os montantes pagos corresponderão às contribuições FEDER devidas aos 'chefes de fila' e parceiros nacionais, de acordo com os planos financeiros dos projectos e com os pedidos de pagamento verificados e certificados pelos Secretariados Técnicos Conjuntos.

Cada projecto será coordenado por um 'chefe de fila' que será responsável pela globalidade do projecto, assumindo a figura de beneficiário final. As obrigações e responsabilidade dos parceiros na execução do projecto deverão ficar definidas num 'contrato de parceria', podendo o chefe de fila exigir garantias bancárias aos outros parceiros, cujo custo é elegível ao Programa.

O 'chefe de fila' será responsável pela organização do 'dossier' FEDER do projecto, devendo reunir todas os documentos justificativos de despesa e pagamentos, a fim de facilitar as operações de controlo que venham a ser efectuadas.

Cada projecto transfronteiriço aprovado pelos Sub-Comités de Gestão, será objecto de uma convenção ou carta de outorga, que constituirá o compromisso entre o 'chefe de fila' e as autoridades responsáveis pela gestão do Programa.

5.3.2. Controlo financeiro

De acordo com o artigo 38º do Regulamento Geral, os Estados-membros são os primeiros responsáveis pelo controlo financeiro das intervenções.

O Regulamento nº 438/2001 estabelece as regras de execução daquele Regulamento no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções no quadro dos Fundos estruturais. Em conformidade com estas normativas, designadamente pelo artigo 2º deste Regulamento, os Estados-membros deverão garantir que as autoridades de gestão e de pagamento e os organismos intermédios recebam uma orientação adequada relativamente à organização dos sistemas de gestão e de controlo necessários para garantir a boa gestão financeira dos Fundos estruturais, em conformidade com as normas e princípios geralmente aceites e, nomeadamente, para proporcionar uma garantia adequada da correcção, regularidade e elegibilidade dos pedidos de ajuda comunitária.

Nos termos do artigo 3º do mesmo Regulamento, os sistemas de gestão e de controlo das autoridades de gestão e de pagamento e de todos os organismos intermédios, tendo em conta a proporcionalidade em relação ao volume da ajuda administrada, proporcionarão:

- uma definição e atribuição claras e, sempre que necessário para garantir uma boa gestão financeira, uma separação adequada das funções no âmbito da organização em causa;
- sistemas eficazes que garantam que as funções sejam desempenhadas de um modo satisfatório;
- no caso dos organismos intermédios, a comunicação de informações à autoridade responsável sobre o desempenho das suas tarefas e os meios utilizados.

Os Estados-membros comunicarão à Comissão, de acordo com o artigo 5º deste Regulamento, nos três meses seguintes à aprovação da intervenção, a organização das autoridades de gestão e

de pagamento e dos organismos intermédios, e os sistemas de gestão e de controlo aplicados por essas autoridades e organismos.

Cada Estado-Membro assegura os vários níveis de controlo segundo as suas próprias modalidades, junto do respectivo chefe de fila ou parceiro nacional.

Atendendo às características da intervenção e de acordo com o artigo 19º do Regulamento nº 438/2001, os dois Estados estabelecerão as regras de cooperação e coordenação relativamente às acções de controlo bem como a respectiva metodologia, tendo em conta o direito nacional, e informarão a Comissão destes acordos. Os Estados acordarão também os procedimentos para a realização das correcções financeiras no respeito pelas disposições do Regulamento nº 448/2001.

Os controlos “à posteriori”, tal como exigidos pelo artigo 10º do Regulamento nº 438/2001, devem ser efectuados por um organismo/serviço funcionalmente independente da Autoridade de Gestão.

Será emitida uma declaração, aquando do encerramento da intervenção, nos termos do artigo 15º do Regulamento nº 438/2001.

Os dois Estados estabelecerão as regras e circuitos dos procedimentos de controlo, em articulação com as respectivas entidades inspectivas, designadamente no que respeita ao controlo aprofundado (5% do Programa), definindo a metodologia de amostragem tendo em conta a tipologia das acções, a nacionalidade dos ‘chefes de fila’, e o grau de realização da intervenção.

5.3.3. Elegibilidade das despesas

As regras comuns de elegibilidade decorrem da aplicação do Regulamento 1685/2000 que define as modalidades de execução do Regulamento 1690/1999.

A elegibilidade das despesas será avaliada no contexto dos planos financeiros das operações aprovadas tendo em conta o seu enquadramento nas medidas do Programa e as regras gerais de elegibilidade.

As despesas a título da assistência técnica serão conformes à regra 11 do Regulamento 1685/2000 de 28 de Julho de 2000.

5.3.4. Taxa de co-financiamento

As taxas de co-financiamento dos projectos não poderão ultrapassar os limites fixados no Artº 29 do Regulamento 1260/99. Sendo as regiões abrangidas pelo Programa classificadas como Objectivo 1, a taxa máxima admissível é de 75%, ficando este limite condicionado às excepções previstas nos números 3 e 4 daquele Artigo.

5.4. Instrução e Selecção de Projectos

5.4.1. Apresentação e instrução

Os projectos serão enviados pelo respectivo 'chefe-de-fila' em simultâneo às 'antenas' do Secretariado Comum e serão objecto de instrução conjunta, tendo em consideração os diferentes procedimentos administrativos, jurídicos e financeiros em vigor em cada um dos Estados.

Os projectos de iniciativa regional cuja incidência territorial ultrapasse o espaço correspondente a um sub-programa, serão apresentados e instruídos na região onde se localiza o respectivo chefe-de-fila, sendo o seu custo imputado a esse sub-programa.

As candidaturas serão apresentadas de acordo com o princípio do "chefe-de-fila" que assumirá toda a responsabilidade pela execução do projecto perante as entidades responsáveis pelo Programa, assegurando, designadamente a constituição e actualização do "dossier" FEDER do projecto.

As obrigações entre os parceiros do projecto e o respectivo "chefe-de-fila" serão reguladas através de contrato (convenção) a celebrar entre as partes.

O Secretariado Comum certificará que o 'dossier' de candidatura contém todos os elementos necessários para a sua instrução e verificará a sua elegibilidade ao Programa com base numa 'Check-list' de critérios que será definida pelo Comité de Acompanhamento.

A metodologia da instrução comum será definida em regulamento próprio.

Todos os projectos serão tidos em consideração pelo Secretariado Comum para efeitos de instrução e emissão de parecer conjunto.

Uma vez obtida a aprovação pelo sub-comité de gestão, o secretariado comum preparará uma 'carta de outorga' que fixa o plano financeiro aprovado bem como os montantes da comparticipação comunitária e as demais condições de execução e acompanhamento do projecto a que o 'chefe-de-fila' é obrigado. Este documento será assinado pelo 'chefe-de-fila' e pelas autoridades nacionais responsáveis pela gestão do Programa.

Em princípio, as candidaturas poderão ser apresentadas de forma contínua, definindo-se uma periodicidade para as reuniões dos comités e sub-comités de gestão conjuntos que procederão à selecção comum dos projectos.

Porventura justificar-se-ão procedimentos distintos ao nível de cada medida, atendendo ao volume, natureza dos promotores e complexidade dos projectos, que deverão ser explicitados no Complemento de Programação, com possibilidade de revisão ou adaptação pelo Comité de Acompanhamento.

5.4.2. Elegibilidade e selecção dos projectos

Os projectos aprovados no Programa devem obedecer às condições gerais de elegibilidade previstas no Reg. 1260/99, Reg. 1685/2000 e na Comunicação aos Estados membros. As condições de elegibilidade serão aprovadas pelo Comité de Acompanhamento nos seis meses seguintes à aprovação do Programa pela Comissão Europeia.

Constituem exemplos de **condições de elegibilidade**:

- Terem um carácter transfronteiriço e implicarem parceiros dos dois países;
- Enquadrarem-se nos objectivos e medidas do Programa;

- Serem compatíveis com as políticas nacionais e comunitárias, designadamente em matéria de mercados públicos, ambiente e igualdade de oportunidades;
- Contribuírem objectivamente para o desenvolvimento integrado das regiões transfronteiriças;
- Demonstrarem a mobilização das contrapartidas nacionais;
- Não estarem concluídos à data da candidatura.

As autoridades ambientais dos dois países emitirão parecer prévio na fase de instrução das candidaturas, nos termos das respectivas legislações em vigor. Será tida em consideração a integração dos aspectos ambientais nas actividades produtivas e de transportes.

Relativamente aos **critérios de selecção**, o Comité de Acompanhamento, nos termos do Artº 35º ponto 3. do Reg. 1260/99, examinará e aprovará os critérios de selecção nos seis meses seguintes à aprovação do Programa pela Comissão Europeia.

5.5. Informação e Publicidade

De acordo com o artigo 34º do Regulamento (CE) nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho de 1999, a Autoridade de Gestão é responsável pela criação e funcionamento de um dispositivo de recolha e tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos fiáveis sobre a execução do Programa, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação.

O sistema de informação específico ao Programa, permitirá fornecer as informações financeiras requeridas pela Comissão para efeitos de controlo, tal como definidas no artigo 18º do Regulamento nº 438, com o conteúdo e especificações constantes dos anexos IV e V deste Regulamento, bem como dar resposta ao mínimo comum definido nas orientações da Comissão (lista indicativa referida no artigo 36º do Regulamento 1260/99), disponibilizando a informação para a avaliação prevista nos artigos 42º e 43º.

Este sistema de informação será dotado dos recursos humanos necessários à estabilidade e funcionamento do mesmo, sendo aqueles recursos sujeitos a acções de informação inicial e periódicas de actualização de conhecimentos, no sentido de assegurar a eficiência do sistema.

Deverá ser garantida a compatibilidade e a transferência de dados entre os sistemas nacionais e o sistema específico do programa, independentemente das suas características próprias. O sistema permitirá a troca de dados informatizados com a Comissão.

Este sistema de informação integra dois níveis de acesso: um, que permite o acesso à informação para gestão, acompanhamento, avaliação e controlo, e outro, de informação para divulgação.

O nível que integra e trata a informação necessária ao processo de tomada de decisão, ao acompanhamento, à avaliação e ao controlo, e providencia de forma casuística a informação previamente definida, permite nomeadamente:

- a Garantir a actualidade e consolidação de toda a informação do Programa, bem como a homogeneidade dos instrumentos ao dispor dos órgãos de gestão;
- b Quantificar os indicadores considerados relevantes;
- c Criar registos históricos;
- d Disponibilizar informação do Programa em formato electrónico a todos os potenciais interessados;
- e Adoptar predominantemente a “Internet” como veículo de comunicação;

- f Fornecer a informação actualizada de apoio à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do Programa;
- g Integrar módulos de apoio à decisão.

A alimentação do sistema será feita ao nível do projecto e o calendário das diferentes etapas de implementação do sistema de informação será discriminado no Complemento de Programação. A informação respeitante ao Programa será acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização dos públicos-alvo usando, designadamente, a Internet.

A informação a disponibilizar será definida e tratada por perfis de utilização de acordo com interesses dos diferentes públicos-alvo, sendo facultada a informação aos interessados sem grandes exigências de requisitos tecnológicos. Garantir-se-á, desta forma, que a informação respeitante ao conteúdo e execução do Programa será acessível a todos os potenciais interessados, encontrando-se definidos diferentes níveis de acesso: desde a informação pública até à informação restrita para utilização pelos organismos ou serviços da Administração, pelos parceiros sociais, beneficiários finais e instituições comunitárias, visando, por uma lado, garantir a transparência, informando o público-alvo (parceiros sociais, agentes económicos e potenciais beneficiários finais) sobre os Fundos Estruturais e correspondentes modalidades de aplicação, e por outro lado, aumentar a visibilidade da acção comunitária, sensibilizando a opinião pública para o papel dos Fundos Estruturais no apoio ao desenvolvimento da cooperação transfronteiriça.

Recorrer-se-á, para atingir esse objectivo, a todos os meios disponíveis - desde a escrita, utilizando a divulgação de "Newsletters", desdobráveis, panfletos, etc. até à electrónica, com a produção de CDs e páginas na Internet, video-filmes, etc., designadamente em articulação com o sistema de informação.

A implementação das acções de Informação e Publicidade no âmbito do Programa, obedece a um "Plano de Comunicação" definindo os objectivos, estratégia, públicos-alvo, dotação orçamental prevista, organismo responsável pela sua execução e critérios de avaliação para as acções desenvolvidas. Este plano deverá ser transmitido à Comissão Europeia no complemento de programação. No âmbito da gestão do Programa será designado um responsável em matéria de Informação e Publicidade.

A implementação das acções de Informação e Publicidade descritas atrás respeitarão o disposto no Regulamento (CE) 1159/2000 de 30/05/2000.

5.6. Avaliação do Programa

O Programa será objecto de uma avaliação intercalar que analisará, tendo em conta a avaliação ex-ante, os primeiros resultados do Programa, a sua pertinência e a realização dos objectivos, apreciando igualmente a utilização das dotações e o funcionamento da execução e do acompanhamento. Na sequência desta análise, os montantes afectos aos Eixos prioritários do programa serão objecto de um eventual ajustamento. Esta avaliação efectua-se sob a responsabilidade da Autoridade de Gestão em colaboração com a Comissão Europeia, devendo assegurar a coordenação do calendário de lançamento das diferentes avaliações. Será realizada por avaliadores independentes, apresentada à Comissão de Acompanhamento do Programa e, seguidamente, transmitida à Comissão Europeia o mais tardar até 31 de Dezembro de 2004.

Poderá ser criado um Grupo Técnico para a Avaliação que terá representantes dos órgãos de Gestão do Programa e da Comissão Europeia. O Grupo Técnico de Avaliação deve, nomeadamente, propor a metodologia dos estudos de avaliação e acompanhar o lançamento e a realização dos estudos de avaliação efectuados pelos avaliadores independentes, bem como pronunciar-se sobre os resultados dos referidos estudos de avaliação.

No prolongamento da avaliação intercalar, será efectuada até 31 de Dezembro de 2006 uma actualização dessa avaliação para o Programa.

A Autoridade de Gestão do Programa procederá, em colaboração com a Comissão Europeia, à selecção dos avaliadores independentes até final de 2003 no que respeita à avaliação intercalar e até final de 2005 no que se refere à sua actualização.

O Programa será ainda objecto de uma avaliação ex-post, destinada a dar conta da utilização dos recursos, da eficácia das intervenções e do seu impacte, bem como a tirar ensinamentos para a política de coesão económica e social, tendo em conta os resultados da avaliação ex-ante. Incidirá nos factores de êxito ou de insucesso da execução bem como nas realizações e nos resultados, incluindo a sua sustentabilidade.

A avaliação ex-post é da responsabilidade da Comissão Europeia, em colaboração com a Autoridade de Gestão e é realizada por avaliadores independentes. Esta avaliação deverá estar concluída, o mais tardar, três anos após a conclusão do período de programação.

A Autoridade de Gestão facultará todos os elementos necessários à realização das avaliações intercalar e ex-post, tomando as medidas necessárias para que essa informação seja disponibilizada aos avaliadores independentes. Por outro lado, os avaliadores devem respeitar a confidencialidade no tratamento dos dados a que tenham acesso.

Por iniciativa da Autoridade de Gestão ou da Comissão Europeia após informação daquela, poderão, ainda, ser lançadas avaliações complementares, eventualmente temáticas, nomeadamente para identificar experiências transferíveis.

A Autoridade de Gestão e a Comissão Europeia dotar-se-ão de meios adequados e reunirão todos os dados necessários para que as avaliações sejam efectuadas da forma mais eficaz. A avaliação utilizará neste contexto, os diferentes elementos que o sistema de acompanhamento pode fornecer, completados se necessário, pela recolha de informação destinada a melhorar a sua pertinência.

Os resultados da avaliação serão postos à disposição do público, mediante pedido, salvaguardado o necessário acordo prévio do Comité de Acompanhamento no caso da avaliação intercalar.

5.7. Conformidade e Complementaridade com as Políticas Comunitárias

A estratégia e os eixos prioritários definidos no programa, tiveram em conta as orientações indicativas da Comissão, publicadas no JO C 1999/267 de 22 de Setembro, e que são retomadas na Comunicação da Comissão aos Estados membros publicada no JO C 143 de 23 de Maio de 2000, que estabelece as orientações para os programas de Iniciativa Comunitária INTERREG III, designadamente no seu Anexo II, ao indicar os domínios prioritários e medidas elegíveis a título da vertente A (cooperação transfronteiriça).

Em conformidade com o Artigo 12 do Regulamento (CE) 1260/1999 as acções que forem co-financiadas pelos Fundos estruturais devem adequar-se às disposições dos Tratados e dos actos adoptados na sequência dos mesmos, assim como às directivas das políticas comunitárias.

A Autoridade de Gestão da intervenção é responsável pelo cumprimento da normativa comunitária e pela compatibilidade com as políticas comunitárias, em virtude do Artigo 34 do Regulamento (CE) 1260/1999, o que se comprovará durante o exame dos pedidos de financiamento e também durante a aplicação das medidas, assinalando os eventuais problemas e propondo soluções para os mesmos.

A verificação do cumprimento das políticas comunitárias realizar-se-á de forma prioritária, mas não exclusivamente, no que se refere a:

- normas de concorrência;
- adjudicação de contratos;
- protecção do ambiente;
- pequenas e médias empresas;
- igualdade de oportunidades;
- política de emprego.

a) Adjudicação de contratos

As operações co-financiadas pelos Fundos estruturais realizar-se-ão em conformidade com a política e a normativa comunitária em matéria de adjudicação de contratos públicos de empreitadas, fornecimentos e serviços.

Os anúncios que se remetam para publicação no Diário Oficial das Comunidades Europeias e/ou Diário da República, e/ou Boletín Oficial del Estado e/ou Boletín Oficial de la Comunidad Autónoma no âmbito da aplicação de tais normas, precisarão as referências aos projectos para os quais se decidiu conceder ajuda comunitária.

b) Protecção do meio ambiente

Compatibilidade com a política de Ambiente

As operações co-financiadas pelos Fundos estruturais devem ser coerentes com os princípios e objectivos de desenvolvimento sustentável e de protecção e melhoria do meio ambiente previstos no Tratado e expressos no “Programa comunitário de política e acção em matéria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, assim como com os compromissos assumidos pela União no quadro de acordos internacionais. Devem respeitar igualmente a legislação comunitária em matéria de ambiente.

Aplicação do princípio do Poluidor-Pagador

A Autoridade de Gestão tomará as medidas adequadas para ter em conta a aplicação do princípio poluidor-pagador durante o período de programação, e informará a Comissão Europeia das medidas tomadas para a aplicação progressiva daquele princípio antes da avaliação intercalar.

Os Estados membros darão a garantia formal que não deixarão deteriorar os sítios a proteger ao título da rede Natura 2000 aquando da realização das intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais. Comprometem-se igualmente, a fornecer à Comissão Europeia no momento da apresentação do Complemento de Programação as informações sobre as medidas tomadas para evitar a deterioração dos Sítios Natura 2000 afectados pela intervenção.

c) Promoção das pequenas e médias empresas

No quadro da avaliação da conformidade com as políticas comunitárias das operações co-financiadas pelos Fundos estruturais, ter-se-á particularmente em conta a participação das pequenas e médias empresas no programa.

d) Igualdade de oportunidades

As disposições relativas à igualdade de oportunidades do Regulamento Geral dos Fundos estruturais reflectem as novas obrigações do Tratado de Amsterdão. Os artigos 2 e 3 do Tratado estabelecem como um dos princípios centrais das políticas comunitárias “eliminar as desigualdades entre homens e mulheres e promover a sua igualdade”. Esta obrigação legal cumprir-se-á de forma horizontal em todas as acções co-financiadas através das orientações “mainstreaming” para a igualdade de oportunidades.

O “mainstreaming” implica que sejam tomados em consideração os efeitos sobre a situação dos sexos sempre e quando se planifiquem implementem, sigam e avaliem os diferentes níveis de programação. Adicionalmente, os diferentes níveis de programação devem contribuir para a melhoria da igualdade entre homens e mulheres.

e) Política de emprego

O Tratado de Amsterdão e o Conselho do Luxemburgo assumiram um desenvolvimento em matéria de emprego à escala europeia, embora se reconheça a competência de cada Estado membro nesta matéria. A preocupação pelo emprego, que já se manifesta na Exposição dos

Princípios do Tratado, é reiterada no desenvolvimento do articulado e consubstancia-se definitivamente no Tratado da EU no título VIII dedicado ao emprego. Nele estabelecem-se as bases de uma política de emprego com identidade própria, assim como a necessidade de coordenação das diversas políticas dos Estados membros. O Conselho sobre o Emprego do Luxemburgo, estabeleceu as Directivas orientadoras da Estratégia Europeia para o Emprego num quadro de acção coordenado através dos Planos de Acção para o Emprego que se aprovam anualmente. Este facto configura uma estratégia de emprego a nível europeu, que situa a ocupação no centro de atenção prioritária da política da União.

Nestes termos, as acções no âmbito deste programa com incidência na área do emprego, serão conduzidas em articulação e complementaridade com as políticas comunitárias e nacionais em vigor, designadamente a Estratégia Europeia para o Emprego, os Planos Nacionais de Emprego e os Planos de Acção para o Emprego.

A estratégia do programa pretende contribuir para desenvolver as actividades e o emprego a fim de reforçar o desenvolvimento e a integração da área da cooperação. Visa também contribuir para o crescimento do PIB, fixar as populações nos espaços mais vulneráveis e contribuir globalmente para um desenvolvimento sustentável do espaço de cooperação. Apoiará os domínios da cooperação susceptíveis de desenvolver os sectores de maior impacto económico, nomeadamente na área do turismo. Promoverá igualmente as acções de cooperação que contribuem para melhorar a empregabilidade, as condições de acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade profissional, ao nível transfronteiriço mas também de forma global.

f) Articulação e complementaridade com outras intervenções financiadas pelos Fundos estruturais

Por forma a garantir as necessárias sinergias e complementaridades e a excluir qualquer possibilidade de duplicação dos financiamentos comunitários para a mesma acção, o Comité de Acompanhamento estabelecerá os mecanismos de coordenação adequados com os seguintes programas e instrumentos de financiamento da União Europeia:

- INTERREG III-B (para os outros espaços de cooperação) e III-C;
- Programas Objectivo 1, designadamente os programas regionais do QCA III, financiados por fundos estruturais;
- Outros programas de iniciativa comunitária com incidência nestas regiões (EQUAL e LEADER+);
- Intervenções co-financiadas pelo Fundo de Coesão.

No domínio do Desenvolvimento Rural, as acções apoiadas no âmbito deste programa não receberão ajudas a título das acções previstas no Regulamento (CE) 1257/99, da Iniciativa LEADER+ ou outros instrumentos da política agrícola comum. No caso concreto das medidas 1.3, 2.1 e 3.3 as ajudas a conceder deverão evitar qualquer duplicação com as acções supra-mencionadas e ser conformes às especificações das orientações da União sobre as ajudas de Estado no sector agrícola.

Desde já, prevê-se a criação de um dispositivo técnico de coordenação estratégica (Painel de Observação) que funcionará junto do Comité de Acompanhamento e que reportará sobre a articulação e as sinergias entre as acções financiadas por este programa e as que decorrem das intervenções acima mencionadas.

Quanto à coordenação operacional com outras intervenções incidindo na mesma zona geográfica, prevê-se a instituição dos seguintes mecanismos:

- obrigatoriedade de declaração pelos promotores, na respectiva candidatura, de eventuais complementaridades ou sinergias entre os projectos candidatos e acções financiadas por outras intervenções;
- estabelecimento de circuitos de contacto, na fase de selecção das candidaturas, entre os secretariados técnicos do programa e das outras intervenções com incidência na zona transfronteiriça;
- disponibilização a todos os órgãos de decisão das intervenções do QCA III, através do sistema informático de gestão, de toda a informação relevante sobre o projecto.

Estas tarefas de coordenação serão facilitadas pelo facto de as estruturas técnicas e de decisão dos vários programas estarem sediadas ou na dependência das administrações regionais ou centrais que detêm responsabilidades na gestão ou coordenação de todas as intervenções co-financiadas por fundos estruturais.

5.8. Política de Concorrência e Regimes de Auxílio

O quadro seguinte evidencia a observância das regras comunitárias em matéria de concorrência no domínio das ajudas de Estado.

Referência da Medida (cod. e designação)	Título da ajuda	Nº do regime de ajuda	Referência à carta de aprovação	Duração de Regime
1.1. Infra-estruturas de transportes e comunicações de importância transfronteiriça	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
1.2. Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças	• Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida	•		
1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço	• As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação	• •		2000-2006
2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	• As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos	• •		2002-2006

	artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			
2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			2002-2006
2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis	As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			2002-2006
2.4. Valorização turística do património	As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			2002-2006

(Cont.)

(Continuação)

Referência da Medida (cod. e designação)	Título da ajuda	Nº do regime de ajuda	Referência à carta de aprovação	Duração de Regime
3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial de base produtiva	Está prevista a criação de um Fundo de Capital de Risco, na sequência de idêntico instrumento aprovado pela C.E. no âmbito do INTERREG II-A, que será executado após aprovação pela C.E. das modalidades concretas de aplicação e no respeito pela Regra nº 8 do Reg (CE) nº 1685/2000 de 28.07.2000; As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			2002-2006

3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade de informação	As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação			2002-2006
3.3. Dinamização socio-económica local, agrícola e serviços	• As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação	•		2002-2006
3.4. Educação, formação e empregabilidade	• As ajudas de Estado concedidas por esta medida serão conformes aos regulamentos de isenção sobre a aplicação dos artigos 87 e 88 do tratado CE às ajudas de minimis, às ajudas de Estado a favor das pequenas e médias empresas e da formação	• •		2002-2006
4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
4.3. Estruturas institucionais para a Cooperação	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
5.1. Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			
5.2. Despesas com estudos, seminários, acções de informação e avaliação externas	Nenhuma ajuda de estado, no sentido do artigo 87.1 do Tratado, foi acordado para esta Medida			

A Autoridade de Gestão, de acordo com o disposto na alínea g) do 1º parágrafo do artigo 34º, deve manter actualizado este quadro e informar a Comissão, aquando da apresentação do Complemento de Programação, de todas as modificações existentes. A introdução de novos regimes de ajudas implica uma modificação da decisão da Comissão, relativa à intervenção.

CAPÍTULO 6 - AVALIAÇÃO EX-ANTE

Os exercícios de avaliação ex-ante foram concebidos e instituídos na arquitectura dos procedimentos atinentes à mobilização dos fundos estruturais, com a finalidade de dotar os trabalhos de preparação dos Programas Operacionais de um instrumento de validação de opções e prioridades, relativamente:

- à interpretação das Orientações da Comissão Europeia que enquadram as diferentes Intervenções;
- ao equilíbrio das opções estratégicas das Medidas que integram as Intervenções.

A possibilidade de fazer acompanhar a elaboração das Propostas de Programas Operacionais, neste caso a Proposta Portugal/Espanha ao PIC INTERREG III-A, de um trabalho de aprofundamento gradual de dimensões de análise e diagnóstico e de harmonização de perspectivas estratégicas, representa um contributo valioso na perspectiva da qualificação da Proposta, desde os objectivos às modalidades de execução, passando pela racionalidade da afectação dos recursos, nomeadamente financeiros.

De acordo com as orientações da Comissão Europeia em matéria de avaliação ex-ante, os elementos de síntese, que se apresentam neste Capítulo como resultados da avaliação da Proposta Portugal/Espanha ao Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III – Vertente A, percorrem seis dimensões fundamentais:

- **Preparação da Intervenção**, assente na referência ao conjunto de iniciativas realizadas pelos agentes institucionais dos diversos espaços de cooperação transfronteiriços, concretizando a abordagem "bottom-up" sugerida nas Orientações da Comissão, mas valorizando também experiências de cooperação desenvolvidas em gerações anteriores do INTERREG.
- **Contexto da intervenção**, assente numa visão de síntese de vantagens e desvantagens e de desafios e oportunidades do espaço transfronteiriço que fundamente um quadro de dimensões-problema, a cruzar com os domínios prioritários de intervenção;
- **Avaliação da coerência interna da estratégia e medidas**, (assente na análise dos objectivos estratégicos face às necessidades prioritárias e na análise da estrutura de medidas face ao perfil de domínios prioritários enunciados na Comunicação da Comissão aos Estados-Membros); e **da coerência externa da Proposta**, assente na análise das estratégias e da estrutura de Medidas face às complementaridades existentes com outras Intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais;
- **Análise em termos de ambiente e de igualdade de oportunidades**, assente na identificação sistemática dos elementos relativos à integração destas problemáticas e "mainstreams" das políticas comunitárias, no texto do DOCUP;
- **Impacto esperado das acções previstas**, assente no enunciado qualitativo das dimensões-chave de efeitos a atingir;
- **Análise das modalidades de implementação**, assente em breves comentários em torno das soluções adoptadas as quais devem ter detalhes operacionais no Complemento de Programação.

Respondendo às dimensões – chave identificadas, as notas seguintes assumem uma perspectiva que se pretende positiva, no sentido de evidenciar elementos de racionalidade e coerência mas procurando, simultaneamente, identificar/accentuar aspectos de sinergia e complementaridade e outros de aprofundamento, que permitam valorizar competências distintivas entre os vários espaços de cooperação transfronteiriça, em vista de uma maior eficácia e eficiência na concretização dos objectivos e prioridades comuns.

6.1. Preparação do Programa Operacional

A terceira geração do PIC INTERREG delimita um campo de oportunidades e de desafios para a cooperação transfronteiriça que introduziu experiências particulares na fase de preparação das propostas dos diversos espaços sub-regionais de cooperação.

A experiência anterior das gerações I e II do Programa; tendo sido relevante nos contributos que ofereceu à redução de "deficits" infraestruturais que inibiam o desenvolvimento socioeconómico e territorial dos espaços fronteiriços e à criação de relações de cooperação mais intensas - foi, no entanto, marcada por uma relativa autonomia de iniciativas longe, ainda, da construção colectiva de acções e projectos comuns.

A preparação da intervenção dos cinco espaços transfronteiriços - em que foi subdividida a fronteira Portugal/Espanha, representou, assim, um momento de viragem nas práticas de cooperação e de fundamentação técnica das intervenções, tanto no plano dos parceiros regionais, como no plano do acompanhamento pelas tutelas de ambos os Estados-Membros (DGDR e Ministério da Hacienda).

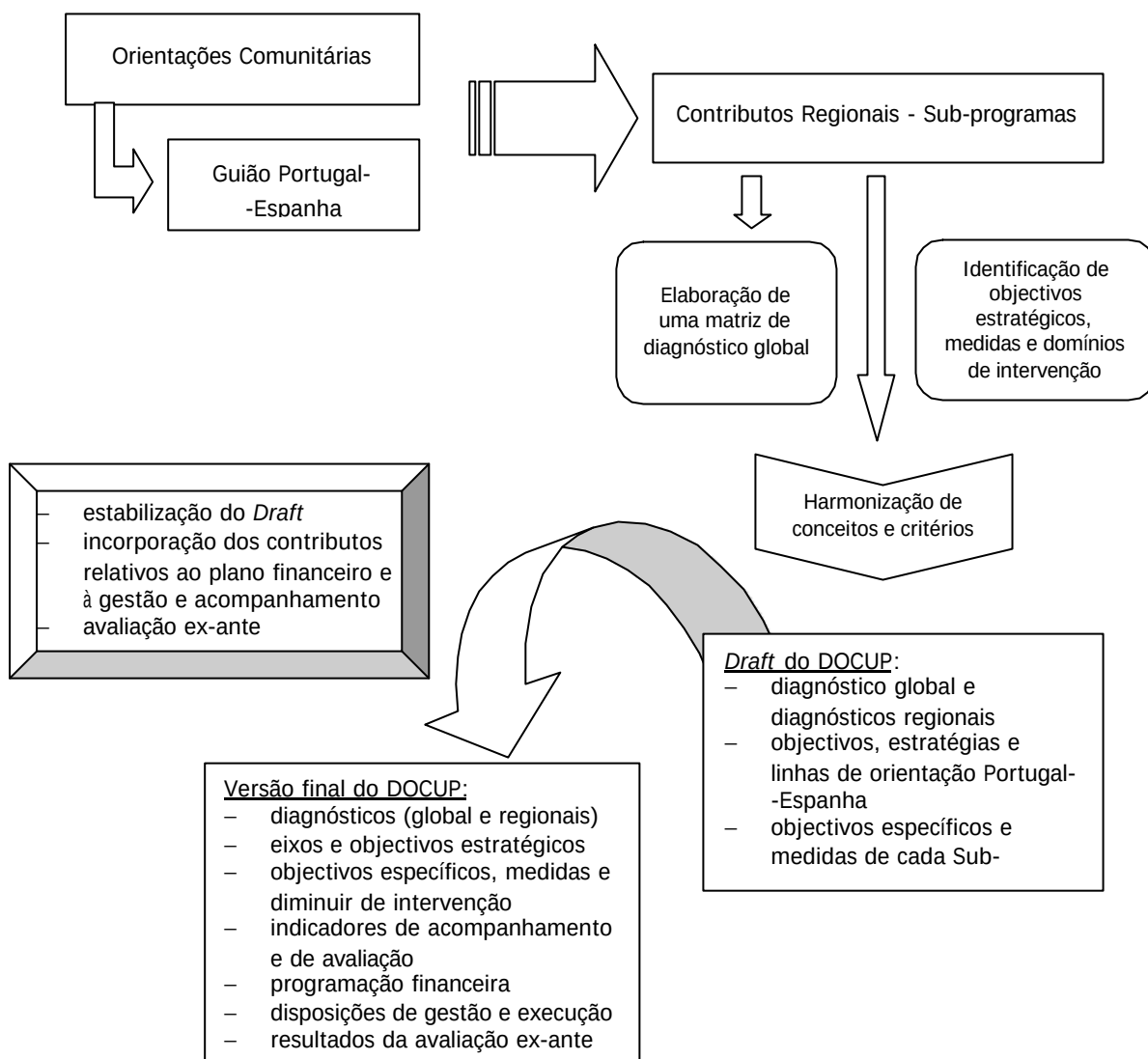
É esse processo de preparação complexo e participado que importa reter na óptica da avaliação ex-ante através dos seguintes **elementos de contextualização**: (a) processo de elaboração do DOCUP e interpretação das Orientações da Comissão; (b) abordagem "bottom-up" - aprofundamento de experiências de cooperação anteriores.

(a) Elaboração do DOCUP

Os contributos regionais para o Documento Único de Programação do Interreg III Portugal-Espanha foram configurados a partir de dois pilares principais: as Orientações Comunitárias (Comunicação aos Estados-Membros de 28.04.2000) e o Guião - Estrutura do Programa, elaborado pelos dois governos nacionais e difundido no final de Julho de 2000 junto dos espaços de cooperação sub-regionais, como elemento orientador da preparação dos sub-programas.

O processo de elaboração do DOCUP encontra-se sintetizado na Figura seguinte.

Processo de elaboração do DOCUP INTERREG III Portugal-Espanha



As Orientações nacionais constantes do *Guião PIC Portugal/Espanha*, para além de elementos genéricos ligados ao enquadramento e caracterização/diagnóstico das zonas transfronteiriças, optaram por estimular a condução de um exercício de programação comum assente no envolvimento em parceria dos agentes institucionais regionais de ambos os lados da fronteira.

Nesta perspectiva, aquelas Orientações nacionais sublinham:

- a importância das parcerias institucionais no exercício de programação e concretizam indicações nos domínios da estratégia (basear a estratégia no diagnóstico e especialmente nas potencialidades e constrangimentos ligados ao efeito de fronteira, garantir a coerência lógica através da selecção de um número restrito de domínios prioritários de intervenção);
- a relevância da componente imaterial do desenvolvimento e da ligação entre acções materiais e imateriais, no contexto das 4 linhas estruturantes/eixos prioritários que devem consubstanciar a estratégia global (A - estruturação do espaço fronteiriço, B - valorização, promoção e preservação dos recursos comuns, C - desenvolvimento sócio-económico e promoção da empregabilidade, D - fomento da cooperação e integração social e institucional).

As orientações comunitárias e nacionais, relativas: à necessidade de evidenciar a inclusão dos *mainstreamings* europeus na estratégia, não aprofundam a necessidade de promover a articulação do Programa Operacional com as outras políticas regionais, nacionais e comunitárias.

No âmbito da identificação e apresentação das Medidas, não existem referências nas Orientações nacionais e as menções existentes nas Orientações comunitárias são muito genéricas, remetendo para os regulamentos gerais.

(b) A abordagem ascendente no processo de programação

A preparação da Proposta de Programa Operacional Portugal/Espanha ao PIC INTERREG III-A releva de um trabalho técnico de programação conjunta, desenvolvendo os passos próprios de uma abordagem ascendente na aproximação ao Programa:

(i) nível regional

- realização de iniciativas e acções com parceiros/operadores sectoriais para identificação de domínios prioritários de intervenção, com aproximação ao enunciado de prioridades e tipologia de acções e, em alguns casos, a indicação de intenções de investimento concreto e financeiramente estimado;
- promoção de encontros de trabalho de coordenação entre parceiros institucionais com vista à elaboração das Propostas de Acção Conjunta.

(ii) nível nacional

- realização de reuniões de trabalho a partir da análise das propostas de sub-programas, com vista a proceder a ajustamentos e aprofundamentos necessários, nomeadamente em aspectos ligados à evidenciação do processo de programação conjunta, à clarificação de objectivos específicos e descrição das medidas e à simplificação das acções a apoiar;
- elaboração da Proposta de Programa Operacional a partir dos sub-programas regionais, envolvendo um exercício de harmonização de eixos e objectivos estratégicos, de Medidas e Domínios de Intervenção;
- realização de reuniões com os responsáveis regionais para validação da Proposta de Programa Operacional.

(iii) nível de relação entre Estados-Membros

- do processo de programação conjunta;
- concretização das prioridades para o Programa Operacional face às questões da Comunicação e às perspectivas nacionais e regionais;
- reflexão em torno das opções de gestão e execução do Programa, num quadro de maior exigência de cooperação.

As conclusões e recomendações do Estudo de Avaliação relativas à valorização dos procedimentos de programação ascendente, nomeadamente no tocante à metodologia utilizada na preparação dos Sub-programas, foram contempladas neste Projecto de DOCUP Portugal/Espanha. Com efeito, o Organigrama constante da alínea a) identifica, em caixa nuclear (a montante) a relevância dos contributos regionais para os Sub-programas, sendo de salientar que:

- a elaboração desses contributos assentou no trabalho dos técnicos das CCR's e das Juntas Provinciais;

- a realização de reuniões dos Comités Sectoriais especializados, abrangeu a identificação de projectos e intenções de investimento;
- a fundamentação de objectivos específicos e de medidas do P.O., bem como a definição da tipologia de acções a apoiar, beneficiou daquele trabalho que foi igualmente impulsionado pelo trabalho paralelo dos avaliadores externos; cite-se, neste particular e como exemplo, a identificação da tipologia de acções das diversas medidas que contribuiu para aprofundar a coerência interna das Medidas do Programa.

As dificuldades de concertação de interesses, naturais perante a heterogeneidade das situações de partida (em termos de recursos e necessidades prioritárias, dos montantes financeiros afectos ao Programa por cada Estado-membro, e das posições em presença no domínio das novas modalidades de gestão e execução do Programa), não impediram que o balanço do processo de programação conjunta seja bastante positivo tendo, nomeadamente, assegurado condições favoráveis à preparação do Complemento de Programação e ao próprio desenvolvimento do Programa.

Tendo presentes as Orientações comunitárias e nacionais que enquadraram a configuração dos documentos regionais, na óptica da avaliação ex-ante considera-se que:

- a margem de decisão atribuída ao nível regional foi muito ampla, quer em termos da identificação dos objectivos operacionais e das Medidas, plano em que as regiões detêm a maior parcela de soberania, quer na própria definição estratégica, balizada apenas pela lista indicativa dos domínios prioritários elaborada pela Comissão Europeia e pelos 4 eixos prioritários, com um carácter muito genérico, definidos pelos governos português e espanhol;
- esta margem de liberdade se, por um lado, permite fazer fluir perspectivas e perguntas ao nível regional, por outro lado, dificulta a definição dos elementos estruturantes da Proposta global sabendo-se que o efeito de fronteira se faz sentir de formas muito diferenciadas nas várias regiões que compõem a zona transfronteiriça e as experiências de partida em matéria de cooperação são igualmente distintas.

6.2. Contexto da intervenção

As experiências de cooperação ao longo da fronteira Portugal-Espanha têm antecedentes nas gerações anteriores da Iniciativa INTERREG a qual permitiu suportar frentes de investimento em cooperação que marcaram uma relativa ruptura com um passado de relações limitadas e um espaço fronteiriço pouco permeável.

Para além dos projectos co-financiados (com expressão no terreno das infraestruturas materiais, mas a que haverá que juntar um conjunto de estudos que aprofundaram o conhecimento comum do espaço transfronteiriço e diversos projectos de investigação científica e de promoção económica), importa valorizar a experiência de trabalho comum no seio dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e das Comunidades de Trabalho, entretanto, constituídas.

Estes antecedentes de investimento material e imaterial têm sido marcados por uma relativa continuidade nos processos de cooperação e permitem, no âmbito da actual Proposta, a definição de um conjunto de opções mais ambiciosas e exigentes em matéria de concretização de projectos comuns, como adiante se analisará.

Na óptica da avaliação ex-ante, a apreciação do **contexto da intervenção** assenta em duas dimensões: balanço da cooperação e integração transfronteiriça; diagnóstico socioeconómico do espaço transfronteiriço.

(a) Experiência de cooperação anterior

A Proposta de Programa Operacional desenvolve um balanço dos processos de cooperação enquadrados pelas duas gerações anteriores do INTERREG que compreende uma análise aos conjuntos de acções apoiadas com o objectivo da integração transfronteiriça e às modalidades de cooperação encetadas. O documento que integra o Capítulo I da Proposta, procede a uma análise dos projectos apoiados por categorias de promotores e tipologia de acções apoiadas, sendo de salientar como traços-chave de balanço:

↳ **Vertente institucional** - Construção de uma cultura de cooperação transfronteiriça, inexistente, constituindo o INTERREG um marco fundamental no processo de cooperação e integração transfronteiriça, consumando o estabelecimento de diversos protocolos e, posteriormente, gabinetes de cooperação transfronteiriça/comunidades de trabalho/comissões sectoriais.

A circunstância de o Programa Portugal/Espanha ter assentado em duas vertentes nacionais, com dispositivos autónomos de aprovação e gestão, não facilitou o aprofundamento dos requisitos mais exigentes da cooperação e integração transfronteiriça, reflectindo o esgotamento do modelo, em termos de eficácia e eficiência, face a estes objectivos fundadores do INTERREG.

↳ **Vertente de intervenção** - O balanço entre as duas gerações anteriores do Programa aponta para uma coerência retrospectiva predominantemente positiva pela sustentabilidade gradualmente oferecida às intervenções básicas iniciais, percorrendo domínios complementares que densificam os planos de intervenção do Programa, contribuindo para a integração do território transfronteiriço.

Em termos da tipologia de projectos, essa complementaridade traduz-se numa evolução dos recursos afectos a projectos, de infraestruturas e de apoio à cooperação empresarial e à promoção do emprego e a projectos de estudo e investigação, face a um passado em que predominavam as componentes materiais, de carácter infraestrutural. Em consonância com esta recomendação, os estabelecimentos de ensino e de investigação reforçam o seu peso na mobilização de recursos do Programa, mantendo-se um peso relevante das Associações de desenvolvimento local e regional.

Embora se mantenha um peso percentual superior (sobretudo em volume de investimento) dos organismos regionais ligados à Administração Central e dos Governos e Juntas Provinciais, emergem no Programa novos protagonistas em novas áreas de intervenção. Esta evolução traduz uma coerência retrospectiva muito importante, sobretudo na óptica do reforço da cooperação e da (re)estruturação e integração do território transfronteiriço.

(b) Diagnóstico socioeconómico e territorial

Os diagnósticos socioeconómicos constantes dos vários Sub-programas correspondentes aos vários espaços de cooperação evidenciam os elementos territoriais negativos que persistem e constroem uma visão prospectiva de oportunidades em torno de um reposicionamento geo-económico assente, sobretudo, na revalorização dos recursos naturais e do ambiente (particularmente ricos nas várias regiões) e nas vantagens associadas à sociedade da informação e do conhecimento.

O diagnóstico socioeconómico constitui matéria abundantemente desenvolvida no Capítulo I do P.O., nomeadamente na caracterização das sub-regiões transfronteiriças, segundo uma grelha de dimensões de análise recomendada pelos avaliadores externos. Esta grelha valoriza elementos de

dinâmica social e económica territorial, utilizando indicadores de síntese onde se repercutem os efeitos identificáveis de intervenções de base regional com incidência nos territórios fronteiriços.

O Relatório de Avaliação ex-ante procede a uma síntese da evolução socioeconómica destes territórios e aponta alguns elementos de balanço do período 1994-99 que delimitam uma nova situação de partida:

- dinâmicas demográficas negativas com excepção do Cavado e do Algarve na parte portuguesa, mas num contexto em que ocorre uma recuperação dos índices de natalidade;
- maior atractividade dos centros urbanos de média dimensão com melhoria da qualidade de vida, com desenvolvimento das telecomunicações e dos serviços e o alargamento das ofertas de formação escolar e profissional;
- evolução favorável das dinâmicas sociais, nomeadamente nos indicadores relacionados com o ensino pré-escolar, a saúde e o poder de compra;
- desenvolvimento das actividades económicas, com destaque para as actividades turísticas e da construção, com reflexos no crescimento do VAB regional.

Os quadros seguintes sintetizam elementos-chave da Análise SWOT numa perspectiva de sistematizar os traços fundamentais de evolução por sub-região.

Elementos-chave de diagnóstico socioeconómico

Sub-região	Debilidades	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
<i>Galiza/Norte de Portugal</i>	- Política diferenciada de incentivos ao investimento. - Orientação das estratégias empresariais de internacionalização que não apostam na Euro-região. - Dependência da iniciativa privada face às administrações regionais. - Perda de capacidade de atracção por parte do capital estrangeiro.	- Melhoria das acessibilidades viárias transfronteiriças. - Peso crescente do emprego nas actividades industriais. - Reforço das competências em matéria de qualificações e de Unidades de I&D.	- Consolidação dos vectores de integração das duas economias criando um mercado ibérico (Euro-região). - Competitividade ambiental e urbana na atracção de fluxos de investimento e de visitantes. - Racionalização do uso de equipamentos e de serviços de natureza social e de apoio à actividade económica.	- Aprofundamento da crise estrutural do sector agrícola. - Recentramento do modelo de crescimento europeu penalizador do Noroeste Peninsular. - Subordinação das estratégias empresariais às lógicas de globalização sem arrastamento do tecido empresarial local. - Predomínio da procura de recursos de localização em que a Região é menos dotada (capital humano e serviços às empresas).
<i>Castilla y León-Norte de Portugal</i>	- Reduzida vitalidade demográfica (baixa densidade, despovoamento e envelhecimento). - Carências infraestruturais (acessibilidades, equipamentos e	- Valor patrimonial da Bacia do Douro nos planos natural, ambiental, cultural. - Complementaridade das estruturas económicas, num contexto marcado pela existência	- Evolução da procura de mercado das componentes de turismo ambiental, cultural e de descoberta. - Programação de eventos com visibilidade à escala mundial e	- Efeitos negativos da crise estrutural do sector agrícola. - Insuficiente capacidade competitiva dos centros urbanos e das economias locais no contexto da União Europeia

	serviços). • Estrutura económica dependente das actividades primárias e dos serviços públicos.	de apreciável dinamismo económico.	contributivos para a preservação de valores patrimoniais.	(baixos níveis de produtividade do trabalho e do capital.
--	---	---	--	--

Elementos-chave de diagnóstico socioeconómico (cont.)

Sub-região	Debilidades	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
<i>Centro-Castilla y León</i>	- Baixos índices de potencial demográfico. - Acessibilidades intra-regionais desfavoráveis acentuando o isolamento do interior. - Problemas de reconversão económica das actividades tradicionais, aprovadas pela debilidade dos serviços de apoio às empresas.	- Articulação do território do Noroeste ibérico, num contexto territorial marcado pela inserção favorável nas redes transeuropeias. - Dotação de recursos minerais e rochas ornamentais susceptíveis de aproveitamento económico (transformação industrial). - Existência de pólos com tradição empresarial com proximidade a centros tecnológicos e estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico.	- Completamento dos planos nacionais de acessibilidade viárias. - Consolidação de infra-estruturas logísticas e de acolhimento de actividades industriais dotadas de vantagens locativas (interfaces de redes de transportes). - Qualificação da oferta de alojamento, a par da reabilitação de valores patrimoniais de interesse turístico.	- Emergência e consolidação de novos factores de competitividade que desvalorizam as funções de custo tradicionais. - Efeitos da deslocalização produtiva, empresarial e de competências. - Efeito túnel dos grandes eixos viários.
<i>Alentejo/Centro de Portugal e Estremadura</i>	- Reduzida dimensão demográfica dos centros urbanos de fronteira. - Baixos índices de cobertura por parte das infra-estruturas básicas. - Incapacidade de retenção de poupanças regionais e de	- Valências económicas dos empreendimentos hidro-agrícolas. - Tradição e qualidade das produções regionais num contexto de incorporação crescente de factores de	- Modernização de eixos ferroviários de articulação territorial - efeito charneira entre litoral continental e interior de Espanha. - Sub-contratação económico-empresarial em processos de	- Ligação económica dos grandes eixos viários à Região marcada pelo efeito túnel. - Concentração populacional crescente nos centros urbanos com reduzidos efeitos na procura local transfronteiriça.

	canalização para investimento económico. Dificuldade de consolidação de equipamentos e serviços de apoio à actividade económica - fragilidade da procura	inovação. - Níveis de preservação do ambiente e do património natural e construído (histórico e arquitectónico) - Oferta de formação profissional e escolar, nomeadamente superior e politécnica.	internacionalização activa. Investimento em alojamento turístico de categoria superior, de suporte ao aproveitamento de recursos turísticos endógenos.	Dotação de recursos humanos e serviços de excelência não favorece fixação de iniciativa empresarial.
--	---	---	---	--

Elementos-chave de diagnóstico socioeconómico (cont.)

Sub-região	Debilidades	Potencialidades	Oportunidades	Ameaças
Andaluzia/Algarve/ /Alentejo	- Desarticulação do sistema de povoamento. - Base demográfica recessiva - escasso potencial de activos. - Desequilíbrios espaciais na organização do território. - Restrições estruturais de carácter físico e ambiental. - Carências objectivas de	- Recursos hídricos da plataforma litoral com efeitos sobre o desenvolvimento de agricultura de primores e de citrinos. - Recursos ambientais e de património natural e construído de suporte a aproveitamentos de base turística de qualidade e alternativos. - Produtos regionais específicos	- Actividades complementares da agricultura de regadio do litoral. - Valorização do potencial turístico e de lazer das economias litorais do Algarve e de Huelva. - Fileira de recuperação do património urbano, monumental e residencial. - Serviços vinculados às	- Tendências de recessão demográfica com redução do potencial de recursos humanos do interior. - Pressões sobre a biodiversidade e os valores naturais. - Sustentabilidade dos modelos de aproveitamento dos recursos turísticos da faixa costeira. - Declínio dos sectores

	associativismo e organização das produções primárias com fraca estruturação das redes de comercialização.	com valor de mercado com necessidades de certificação e organização da comercialização. • Investimentos importantes nas redes de universidades, com vectores de especialização.	actividades económicas de especialização.	tradicionais sem reconversão económica.
--	---	--	---	---

O Diagrama seguinte procede a uma leitura dinâmica dos extensos quadros preenchidos a partir dos elementos de caracterização e da análise SWOT, constantes dos sub-programas e apresentados na Proposta de Programa Operacional.

A análise sintetizada neste Diagrama traça um perfil de necessidades prioritárias em que se destacam dimensões-chave fortemente correlacionadas com o conjunto de objectivos seleccionados:

- Perifericidade e distância económica às regiões de valorização de mercado das produções e serviços regionais, mas evidente também nas relações intra-regionais;
- Heterogeneidade geográfica com reflexos na dotação de recursos primários e na óptica das oportunidades económicas e sociais (p.e., dinâmicas e níveis de competitividade dos espaços de cooperação que englobem faixas litorais - Norte de Portugal/Galiza e Algarve/Huelva);
- Competitividade territorial em quebra, tornando indispensável o reforço da generalidade dos factores de atractividade (ambientais, urbanos, ordenamento do território, envolvente empresarial, etc.);
- Difusão dos valores e meios associados à sociedade da informação e do conhecimento, um instrumento de reflexos vastos na melhoria da qualidade de vida, na universalização das condições de acesso a bens e serviços, na fluidez das relações económicas, etc..

Vantagens	Desvantagens
• Dotação de recursos primários com poder diferenciador de mercado. • Investimentos importantes na infraestrutura material para o desenvolvimento. • Valor intrínseco de elementos do património natural, paisagístico, histórico e cultural. • Recursos de excelência (equipamentos/ /docentes/investigadores), a partir da rede de Universidades regionais com proximidade fronteira (p.e., Beira Interior, Salamanca, Faro, Sevilha)	• Afastamento face aos principais centros de decisão política, administrativa e económica. • Perifericidade face aos espaços dinâmicos de valorização do mercado dos recursos e produções regionais. • Fragilidade da base económica, entre o declínio de actividades tradicionais e a insuficiente afirmação de actividades alternativas. • Desequilíbrios espaciais acentuados com componentes estruturais associados ao isolamento.
Desafios	Oportunidades
• Inverter as tendências de recessão demográfica. • Sustentar os riscos de descaracterização de paisagens e de lugares provocados, quer pelos efeitos dos grandes eixos de atravessamento, quer pelos usos agrícolas extensos. • Impor limiares de sustentabilidade aos modelos actuais de aproveitamento dos recursos naturais (ambiente, paisagem, costa atlântica,...). • Recompôr em permanência os factores de competitividade dos produtos e serviços deste espaço transfronteiriço.	• Aprofundamento da construção do espaço económico europeu e das vantagens distintivas das suas zonas geográficas. • Emergência de novas actividades económicas, aproveitando elementos de dinamismo associados às procuras urbanas e à procura empresarial de serviços de apoio às actividades económicas. • Potencial de diversificação de produtos turísticos com potencial específico, associando turismo, lazer e aventura. • Margem de crescimento das tecnologias da informação e da comunicação (num espaço com índices limitados de utilização), com vista a atenuar os efeitos da periferia.

6.3. Avaliação da Coerência do Programa Operacional

A avaliação da coerência do Programa Operacional Portugal/Espanha é organizada em torno de quatro grandes dimensões:

- (a) coerência dos eixos estratégicos do PO face aos domínios prioritários do PIC INTERREG III;
- (b) preferência das acções estratégicas do PO face a um quadro de necessidades prioritárias de intervenção nas regiões transfronteiriças;
- (c) coerência interna do PO organizado em torno da Matriz de relação Eixos estratégicos/Medidas do Programa;
- (d) coerência externa do PO tendo como referência de construção matricial, o tipo de complementaridades dos Eixos estratégicos do PO com outras intervenções de base territorial.

6.3.1. Coerência dos Eixos estratégicos relativamente aos domínios prioritários do INTERREG

A Proposta de Programa Operacional Portugal/Espanha ao INTERREG III-A, assume um posicionamento relativamente exigente ao procurar **associar uma visão de sustentabilidade estratégica** (assente nos recursos do território do ambiente e nos componentes imateriais do desenvolvimento - recursos humanos e sociedade da informação e do conhecimento) **à criação de condições para a afirmação positiva das economias periféricas das zonas fronteiriças**.

Trata-se de uma visão que, todavia, encontra eco na Comunicação da Comissão quando esta remete para três importantes orientações estratégicas dos fundos estruturais:

- *melhoria da competitividade das zonas abrangidas;*
- *introdução de políticas de desenvolvimento sustentável;*
- *criação de postos de trabalho.*

Esta opção exigente encontra referências frequentes no modo como se encontram formulados os objectivos estratégicos dos quatro eixos seleccionados, apontando-se como exemplo:

- no Eixo 1 - ordenar e qualificar os territórios fronteiriços com vista a melhorar a sua capacidade de competir;
- no Eixo 2 - promover as condições necessárias à sustentabilidade dos usos e, integrar numa estratégia de dinamização regional os vastos recursos naturais;
- no Eixo 3 - criar capacidade de competitiva inter-regional e promover a qualificação dos recursos humanos/mercado de trabalho transfronteiriço.

Tendo presente estas apostas estratégicas, verifica-se que os Eixos estratégicos do Programa Operacional e a formulação dos respectivos objectivos estratégicos, são coerentes com as políticas da União Europeia, não só no plano económico e empresarial, como no plano do ordenamento do território (orientação do EDECO) e das redes transeuropeias, procurando, neste particular, contribuir para completar o ciclo de ligações à Rede.

A Matriz seguinte sistematiza a coerência assinalada procurando valorizar (através de ponderações agregadas) o nível de articulação existente na interpretação da Proposta.

Matriz de Relação entre as Medidas do Sub-Programa e os Domínios Prioritários do PIC INTERREG III (vertente A)

INTERREG III _ A Eixos Estratégico do Programa Portugal /Espanha	Desenvolvimento Urbano, Rural e Costeiro	Incentivo da Capacidade Empresarial de Pequena Escala	Integração Social e do Mercado Trabalho	Cooperação Científica, e Tecnológica	Protecção do Ambiente, Eficiência Energética e Energias Renováveis	Redes e Serviços de Comunicações, Sistemas Hídricos e Energéticos	Cooperação Jurídica e Administrativa (desenvolvimento económico e coesão social)	Cooperação entre cidadãos e instituições
Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço								
Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais								
Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade								
Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional								

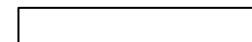
Relação Forte



Relação Média



Ausência de Relação



São de destacar os contributos tendencialmente mais determinantes que decorrem da opção valorização, "promoção e construção dos recursos comuns", traduzindo a importância dos recursos do território e do ambiente nos territórios transfronteiriços (*vector da sustentabilidade de estratégica*); das opções de "estruturação do espaço fronteiriço" e do "desenvolvimento do emprego" (*vector da capacidade competitiva*).

O perfil de preenchimento da Matriz deixa antever que as opções estratégicas, tendo uma apreciável adesão face aos domínios prioritários do PIC INTERREG III, reúnem virtualidades próprias para responder a necessidades prioritárias das regiões e para reforçar a adicionalidade de outras intervenções dos fundos estruturais em Portugal e Espanha, duas vertentes a analisar.

6.3.2. Pertinência das opções do Programa face ao Diagnóstico

O Diagrama que sistematiza os elementos-chave do Diagnóstico efectuado pela Proposta Portugal/Espanha, permite seleccionar um conjunto de vectores principais que reflectem as dimensões-problema (desvantagens/desafios/oportunidades) dos espaços transfronteiriços às quais o Programa Operacional, através dos seus Eixos e objectivos estratégicos, deverá proporcionar respostas.

A Matriz seguinte evidencia esses níveis de resposta em termos do impacto previsível dos objectivos estratégicos dos Eixos do Programa Operacional.

Uma análise do padrão de densidade de preenchimento da matriz, que pode, aliás, ser conduzida em termos de soma vertical (considerando 3 pontos para o impacto forte, 2 para o médio e 1 para o fraco), aponta uma diversidade de impactos previsíveis muito aproximada para a generalidade das dimensões problema (concentração de somatórios entre 28 e 33), o que reflecte uma pertinência muito elevada para o perfil de objectivos estratégicos dos quatro Eixos prioritários seleccionados, face às dimensões-problema resultantes do diagnóstico dos espaços de cooperação transfronteiriça.

Uma análise mais fina, permite destacar um conjunto de regularidades mais importantes quanto aos impactos potenciais.

- Elevada contributividade dos objectivos estratégicos para a correcção dos problemas da perifericidade/afastamento do mercado designadamente, com investimentos de comunicação e de qualificação do território e das suas estruturas (Eixo 1) e no domínio da inovação e da fixação de competências, serviços e mão de obra (Eixo 3).
- Dada a situação de partida em matéria de factores de actividade não surpreende, igualmente, os elevados impactos potenciais na óptica do reforço dos factores de competitividade e da correcção das fragilidades da base económica, sobretudo com origem, quer nos objectivos estratégicos ligados a aspectos materiais (p.e., comunicações e diversificação de fontes de abastecimento energético), quer nos objectivos estratégicos do Eixo 3, de natureza predominantemente imaterial.
- Contributividade elevada de diversos Eixos/objectivos estratégicos para o desenvolvimento da sociedade de informação, reforçando a ideia do seu papel potencial relevante para a correcção das desequilíbrios da perifericidade e isolamento; destaque notório para os contributos expectáveis dos objectivos estratégicos do Eixo 3, mas também do Eixo 2, em matéria de redes de comunicação e de aumento de procura associado ao reforço dos fluxos de investimento e de visitantes.
- Embora com impactos potenciais mais limitados, observe-se que os riscos de descaracterização paisagística recebem contributos potenciais fontes da área da sustentabilidade dos usos e do ordenamento e qualificação do território.

Matriz de relação Dimensões-Problema do espaço transfronteiriço vs. Eixos Estratégicos do Programa Operacional

<i>Eixos Estratégicos/ /Principais Objectivos</i>	<i>Dimensões-Problema</i>	<i>Perifricidade face aos espaços de valorização económica</i>	<i>Fragilidade de base económica</i>	<i>Riscos de descaracterização das paisagens e lugares</i>	<i>Factores de competitividade dos produtos e serviços</i>	<i>Emergência de novas actividades económicas</i>	<i>Margem de crescimento das tecnologias de informação</i>
1. Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço							
- Integração económica e de mercado		XXX	XXX	X	XX	XXX	XXX
- Ordenamento e qualificação dos territórios		XXX	XX	XXX	XX	X	X
- Aumento dos fluxos de investimento e de visitantes		XXX	XX	X	XX	XX	XXX
2. Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais							
- Sustentabilidade dos usos dos recursos		X	X	XXX	XX	X	X
- Dinamização regional dos recursos		XX	XX	X	XX	XX	XX
- Promover a actividade turística sustentável		XX	XX	XX	XX	XX	X
- Diversificar fontes de abastecimento energético		XXX	XXX	XX	XXX	XX	X
3. Desenvolvimento socioeconómico e promoção de empregabilidade							
- Capacidade competitiva inter-regional		XXX	XXX	X	XXX	XXX	XX
- Inovação das actividades das empresas e das organizações regionais		XXX	XXX	X	XXX	XXX	XXX
- Alargamento e qualificação da oferta de serviços		XXX	XX	X	XXX	XXX	XXX
- Qualificação dos recursos humanos		XXX	XX	XX	XXX	XXX	XX
4. Fomento da cooperação e integração social e institucional							
- Integração social		X	X	X	X	X	XX
- Cobertura inter-regional de equipamentos sociais		X	X	X	X	X	XX
- Consolidar a cooperação transfronteiriça		XX	X	XX	X	X	XX

Impacto potencial

Forte XXX

Médio XX

Fraco X

6.3.3. Coerência interna do Programa

A análise da consistência do Programa Operacional é conduzida fundamentalmente em torno de três elementos analíticos:

- ↳ sinergias existentes entre os Eixos prioritários que compõem o Programa;
- ↳ dimensões territoriais de intervenção;
- ↳ equilíbrio dos recursos financeiros face aos objectivos.

(a) Sinergias existentes - níveis de sensibilidade

Tem-se em vista analisar a capacidade de cada Eixo (em função do seu quadro de objectivos estratégicos e do perfil de Medidas que o compõem) interagir com os restantes e contribuir em simultâneo para os objectivos do Programa.

A Matriz seguinte ensaia o referido exercício e a partir da intensidade de relações entre os diferentes Eixos procede à quantificação dessas relações (somas parciais entre Eixos por linhas e colunas e efeito líquido das influências registadas).

Os elementos da Matriz apontam no sentido de os Eixos de "valorização, promoção e conservação de recursos comuns" e "desenvolvimento socioeconómico e promoção de empregabilidade" serem aqueles que mais dependem da "performance" dos restantes (especialmente do Eixo 1), uma constatação que releva de um conceito retido na determinação do Eixo 1 ("qualificar para competir"), a qual representa, de algum modo, uma opção estratégica de todo o Programa, em termos de competitividade territorial.

Paralelamente, a sustentabilidade dos recursos endógenos (património do Eixo 2), a par da criação de empregos e da integração socioeconómica das populações (património do Eixo 3), adquirem aqui expressão enquadrada numa visão de sustentabilidade estratégica que oferece, igualmente, contributos potenciais em matéria de promoção da igualdade de oportunidades, objectivo que está também presente no Eixo relativo ao fomento da integração social, via igualdade de acesso a equipamentos sociais e ao mercado de trabalho.

No tocante à soma em linha, que reflecte a capacidade de um determinado Eixo para influenciar as realizações do conjunto do Programa, destacam-se os Eixos do "desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade" e a "estruturação do espaço transfronteiriço", resultado igualmente coerente com os objectivos finais da integração e da cooperação transfronteiriça.

Na análise da articulação e contributividade de cada Eixo no quadro da árvore de objectivos (saldo líquido de impulsos e efeitos recolhidos do conjunto), destaca-se o Eixo relativo ao "desenvolvimento socioeconómico e promoção da empregabilidade", um resultado que acentua uma opção estratégica no sentido de dar conteúdo concreto à transformação do espaço de cooperação pela via da criação de argumentos locativos e capacidade competitiva.

Em *síntese*, e face às sinergias existentes entre os Eixos conclui-se pelo elevado grau de integração da Proposta Operacional.

Matriz de sinergias entre os Eixos prioritários do Programa Operacional

Eixos Prioritários	Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço	Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade	Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional
Infraestruturação, ordenamento e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço		XX	XXX	X
Valorização, promoção e conservação do ambiente e dos recursos patrimoniais e naturais	XX		XX	X
Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade	XXX	XXX		XX
Fomento da Cooperação e Integração Social e Institucional	X	X	X	
Soma da pontuação por colunas	6	6	6	4
Soma da pontuação por linhas	6	5	8	3
Soma da pontuação linhas + colunas	12	11	13	7
Linhas menos Colunas	0	-1	2	-1

(b) Dimensões territoriais de intervenção

A Proposta de Programa Operacional, nesta fase de preparação inicial, assentou significativamente na dimensão sub-regional, correspondente aos diversos espaços de cooperação transfronteiriça. Trata-se de uma opção coerente, sobretudo em três planos:

- ↳ valorização das experiências anteriores de cooperação entre Comunidades de Trabalho e Gabinetes de Cooperação Transfronteiriça e Comissões Sectoriais, mas também dando sequência a relações económicas e outras já materializadas em negócios e quadros estabilizados de colaboração;
- ↳ acolhimento das heterogeneidades socioeconómicas e territoriais propiciadoras de abordagens que, à semelhança do recomendado pelas Orientações da Comunidade Europeia, permitam formular estratégias territorialmente pertinentes;
- ↳ enquadramento de iniciativas e projectos de promotores com perspectivas de articulação activa de recursos de financiamento, sobretudo a partir dos PO Regionais nos Eixos mais ligados aos territórios menos desenvolvidos.

Paralelamente, aos cinco sub-programas de âmbito regional, o Programa Operacional inclui um sub-programa de âmbito pluri-regional, de gestão nacional, que visa reforçar as funções reguladoras da Administração Central em matéria de gestão de território.

Na óptica da avaliação ex-ante esta opção apenas se compreende à luz da necessidade de promover a correcção de assimetrias administrativas e de competências entre os Estados-Membros da Península Ibérica e pela circunstância de determinados recursos (p.e., bacias hidrográficas) "invadirem" diversos espaços de cooperação sub-regionais.

Os elementos/argumentos mencionados na Proposta relativos ao património, à investigação e desenvolvimento e à protecção civil, atendendo aos níveis de descentralização funcional existentes, deveriam constituir campos de aprofundamento da cooperação e como tal serem enquadrados pelos sub-programas.

A prerrogativa da Comunicação da Comissão referente às **“áreas adjacentes”** foi usada pelos cinco sub-programas, segundo o quadro seguinte:

Sub-programa	NUT III adjacente
Galiza/Norte de Portugal	Área Metropolitana do Porto, Ave, Tâmega e Douro
Castilla y León/Norte de Portugal	Cávado, Ave e Tâmega
Castilla y León/Centro de Portugal	Dão - Lafões, Serra da Estrela, Cova da Beira e Beira Interior Sul
Centro de Portugal/Extremadura/Alentejo	Beira Interior Norte, Cova da Beira, Pinhal Interior Sul, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo
Alentejo/Algarve/Andaluzia	Alentejo Litoral e Alentejo Central

Não resulta claro no texto da Proposta as razões para o padrão de alargamento das áreas abrangidas, as quais, aliás, se circunscrevem ao território português e apresentam sobreposições de territórios em vários sub-programas que carecem de justificação racional.

A tipologia de projectos identificada encontra-se, de um modo geral, escassamente fundamentada e, nalguns casos, está-se em presença de projectos que têm alternativas de enquadramento em outras Intervenções. É, assim, desejável que no Complemento de Programação se proceda:

- a uma fundamentação técnica (em termos territoriais, da natureza das acções, ...) que justifique a dispersão introduzida;
- a uma identificação selectiva de projectos donde resulte clara a pertinência do seu enquadramento no Programa;
- a uma seriação simples, mas autónoma, de requisitos de elegibilidade, por forma a incentivar a participação no Programa de parceiros das regiões transfronteiriças cuja

passagem pelo INTERREG, cooperando com parceiros de Espanha, induza um valor acrescentado para as instituições.

(c) Relação entre recursos financeiros e objectivos estratégicos

A concentração de recursos financeiros nos Eixos "estruturação do espaço transfronteiriço" e "valorização, promoção e preservação dos recursos comuns", constitui uma opção coerente com o perfil de objectivos estratégicos desses Eixos e a natureza dos investimentos presentes nos domínios de intervenção dos mesmos (está aqui concentrada a maior parte dos investimentos nas condições materiais para o desenvolvimento, das infraestruturas logísticas aos investimentos ambientais).

Apreciação diferente é a que se refere à Assistência Técnica que, com uma percentagem de 3 por cento, dificilmente dispõe de recursos para responder a uma densidade de objectivos específicos constante da Proposta de Programa Operacional, com destaque para a concepção e alimentação de sistemas de informação de base transfronteiriça, o apoio às estruturas de cooperação e ao funcionamento de estruturas comuns de gestão, acompanhamento avaliação e controlo. Importa ter presente que o contexto do Programa nesta terceira geração marca importantes alterações no plano da gestão e do acompanhamento, com consequências sobre o volume de encargos.

Uma verba entre 5 e 7% ofereceria uma margem mais consentânea com a importância estratégica da Assistência Técnica no novo contexto.

A distribuição por sub-programas só é possível de apreciação na base de quadros mais detalhados que resultassem da estimativa preliminar assente no levantamento de intenções de investimento

A repartição anual obedece a parâmetros globais que se afiguram ajustados às dinâmicas de realização dos promotores sendo, todavia, de admitir o recurso a soluções flexíveis relativamente a projectos cujo calendário de execução resultante da natureza dos investimentos e da prioridade dos mesmos aconselhe um desbloqueamento de verbas temporariamente diferenciado. Este aspecto poderia aconselhar que os Eixos onde tradicionalmente se concentram intervenções imateriais, tivessem uma repartição percentual distinta.

Relativamente à participação do sector privado os promotores e beneficiários privados directos têm-se mantido relativamente afastados do Programa nas gerações anteriores. O perfil das Medidas e das categorias de acções a apoiar no âmbito do actual P.O. procuram alterações importantes nesse domínio existindo mesmo na identificação de categorias de acções e tipologias de projectos um perfil de intervenções que se encontra relativamente dependente da capacidade de iniciativa e de projecto dos promotores privados.

No entanto, a programação financeira prevê uma relativamente reduzida participação do sector privado:

- em termos globais (2001/2006) a comparticipação da despesa privada ascende a 36 milhões de Euros, cerca de 3,2% do custo total do PO;
- o eixo prioritário Desenvolvimento Socioeconómico e Promoção da Empregabilidade é financeiramente o mais significativo com 47,5% do total da despesa privada, seguido do eixo Estruturação do Espaço Transfronteiriço;

- o peso da despesa privada é apenas superior à média do 3,2% do custo total no eixo de desenvolvimento económico e do emprego (6,7%).

A dimensão absoluta e relativa da despesa privada deve ser equacionada à luz da natureza e dos domínios de intervenção do Programa, nomeadamente o perfil de categorias de acções ligadas directamente ao estímulo à iniciativa privada. Nessa perspectiva, e embora reduzidos, estes montantes de despesa representam uma absorção de recursos com adicionalidade, em categorias de acções complementares, face à mobilização de sistemas de incentivos de modulação regional que abrangem os espaços transfronteiriços e à própria canalização de recursos de auto-financiamento.

6.3.4. Análise da coerência externa do Programa

O PIC INTERREG define-se como um programa em que predomina o carácter transfronteiriço da estratégia de acções, o que significa que o seu principal objectivo consiste em procurar superar as dificuldades resultantes da existência de uma fronteira. Sendo este um objectivo das políticas de desenvolvimento da União Europeia, na perspectiva da integração e da harmonização de políticas, instrumentos de promoção do desenvolvimento regional são aqueles que se revelam mais enquadradores de intervenções deste tipo, constituindo mesmo o elemento central da estratégia dos países com regiões Objectivo 1.

A arquitectura de Eixos dos Quadros Comunitários de Apoio a Portugal e a Espanha é bastante distinta, dificultando de alguma forma a organização do exercício de avaliação da coerência externa, analisada nos termos da relação entre os Eixos do Quadro Comunitário de Regiões Objectivo 1 e o perfil de Medidas do INTERREG III.

O Diagrama da página seguinte procura sistematizar a referida relação introduzindo, todavia, alguma subjectividade na equiparação entre Eixos; face à densidade de Eixos do Quadro Comunitário, a análise tem necessariamente de ser conduzida ventilando o perfil de Medidas do P.O. INTERREG III.

Da análise do Quadro resulta que a generalidade das Medidas do Programa Operacional INTERREG III-A tem correspondência com um ou mais Eixos de desenvolvimento do Marco Comunitário de Espanha e do PDR/QCA a Portugal. Isto significa a existência de uma perspectiva estratégica coerente entre ambos os vectores de intervenção. A relação directa assinalada contem, todavia, um nível de simplificação assinalável que resulta do contraste entre medidas e objectivos intermédios (referentes aos Eixos) com a tipologia de acções que desenvolvem as Medidas, representando dois planos de comparação distintos. Em síntese:

- (i) sete das quinze Medidas têm enquadramento directo de tipo unívoco nos Eixos do MAC; no caso português, a opção por uma desconcentração da generalidade das Intervenções, que se encontram territorializadas em Medidas próprias dos P.O. Regionais, conduz a uma relação predominantemente biunívoca;
- (ii) no caso de Espanha, algumas Medidas (p.e., Desenvolvimento Rural Transfronteiriço e Educação, Formação e Empregabilidade) têm correspondência com mais de um Eixo, destacando-se a Medida de Educação, Formação e Empregabilidade com vinculações claras a sete Eixos diferentes, em resultado da ênfase acentuada, para o período 2000-2006, nos problemas do desemprego, sobretudo dos grupos alvo tradicionalmente desfavorecidos.

Relação Eixos MAC Objectivo 1 (Espanha) e PDR/QCA III (Portugal) vs. Medidas do P.O. ao INTEREG III-A

Eixos/ Objectivos (MAC Espanha)	Eixos Estratégicos (PDR/QCA Portugal)	Medidas do Programa Operacional Portugal/Espanha INTERREG III-A	Relação MAC/ /PDR-QCA vs. PO INTERREG III-A
1. Melhoria da Competitividade e Desenvolvimento do Tecido Produtivo	A. Elevar o nível de qualificação dos portugueses – Promover o Emprego e a Coesão Social	1.1. Infraestruturas de transportes e comunicações de importância transfronteiriça	6 / B e C
2. Sociedade do Conhecimento (Inovação, I&D, Sociedade da Informação) e Telecomunicações		1.2. Ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças	1 e 5 / B e D
3. Meio Ambiente, Património Natural e Recursos Hídricos	B. Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro	1.3. Desenvolvimento rural transfronteiriço	3, 5 e 7 / C e D
4. Reforço da Educação Técnico-Profissional		2.1. Sustentabilidade ambiental, espaços naturais, recursos hídricos e gestão florestal	3 e 7 / B, C e D
5. Desenvolvimento Local e Urbano	C. Afirmar o valor do território e da posição geo-económica do país	2.2. Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	5 / B e D
6. Redes de Transporte e Energia		2.3. Eficiência energética e fontes de energia renováveis	6 / B e D
7. Agricultura e Desenvolvimento Rural	D. Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional.	2.4. Valorização turística do património	5 / B e D
9. Assistência Técnica		3.1. Promoção e desenvolvimento empresarial da base produtiva	1 e 7 / B e D
10. Incursão e Reinserção Ocupacional dos Desempregados	E. Assistência técnica.	3.2. Desenvolvimento tecnológico, investigação e extensão da sociedade de informação	2 / A e D
11. Reforço da Estabilidade do Emprego e Adaptabilidade		3.3. Dinamização socioeconómica local, agrária e serviços	1 e 7 / A e B
12. Integração no Mercado de Trabalho de Pessoas com Especiais Dificuldades		3.4. Educação, formação e empregabilidade	1, 3, 4, 10, 11, 12 e 13 / A e D
13. Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho		4.1. Cooperação e integração social, laboral e institucional	10 / A e D
		4.2. Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais	4 e 5 / B e D
		4.3. Estruturas institucionais para a Cooperação	9 / D e E
		5.1 Despesas de gestão, execução, supervisão e controlo	9 / D e E

A análise efectuada, evidencia uma correlação positiva entre ambas as estratégias dado que das Medidas previstas para desenvolver o PO Portugal/Espanha ao INTERREG, nenhuma se afasta da arquitectura dos MAC/PDR/QCA III.

No plano das complementaridades potenciais, o perfil é denso sendo possível identificar três grandes tipos de complementaridades que cabe às instâncias de promoção e gestão do Programa Operacional, em Portugal e em Espanha, clarificar e divulgar, mas que cabe sobretudo às entidades promotoras dos projectos interpretar, em vista de uma mais eficaz e eficiente absorção de recursos de financiamento.

Na tipologia de complementaridades identificáveis, são de salientar as seguintes:

- (i) **Complementaridades de tipo material**, que estão associadas aos apoios a investimentos de carácter infraestrutural nos domínios das redes viárias e de telecomunicações; da hidráulica agrícola e do desenvolvimento rural; da gestão e ordenamento urbano e territorial; da qualificação ambiental em especial nas zonas costeiras. As Intervenções Operacionais Sectoriais (de carácter regional) e Regionais (nos Eixos de infra-estruturas e equipamentos) dispõem de recursos mobilizáveis para esta frente de complementaridade com os objectivos do INTERREG III-A.
- (ii) **Complementaridades de tipo material/imaterial**, que estão associadas aos apoios a investimentos de carácter económico produtivo e face aos quais é possível fazer convergir apoios do domínio da formação de competências, da oferta de serviços qualificados às empresas e às organizações regionais e do acesso qualificado das produções rurais ao mercado (organização, certificação e comercialização).
- (iii) **Complementaridades de tipo imaterial**, associadas aos apoios presentes em instrumentos como o LEADER+ e os PO Regionais e que se inscrevem numa óptica de das intervenções orientadas para a promoção do desenvolvimento dos territórios, nomeadamente no âmbito de parcerias nacionais e transnacionais que tendem a constituir um terreno interessante para o "mainstreaming" e a disseminação dos resultados de projectos bem sucedidos.

6.4. Impacto esperado das acções previstas

A problemática dos efeitos esperados no âmbito da tipologia de acções apoiadas pelas Iniciativas Comunitárias, apresenta dificuldades específicas a que não é alheio o carácter experimental e inovador que assumem muitas dessas acções e o patamar de adicionalidade em que se colocam face ao quadro de efeitos de outras Intervenções, nomeadamente daquelas que convergem para a promoção do desenvolvimento dos territórios e dos seus recursos.

No caso do Programa Operacional Portugal/Espanha ao INTERREG III-A, a árvore de objectivos dos Eixos (objectivos estratégicos) e das Medidas (objectivos específicos), traça um conjunto de elementos de referência que podem contribuir para estimar a amplitude dos efeitos esperados dos quatro eixos que estruturam a Intervenção.

A diversidade de Medidas e da tipologia de acções dos diversos sub-programas, desenha um perfil de impactos esperados bastante denso e estruturalmente associado aos objectivos estratégicos e específicos delineados. Nesta perspectiva são identificáveis impactos de carácter global e impactos de carácter específico, para os quais a Proposta apresenta um conjunto de indicadores ao nível das Medidas que compõem os diversos Eixos.

A distinção entre impactos específicos e impactos globais, traduz a dicotomia entre efeitos de natureza sectorial – relevantes no campo de realizações temáticas deste Programa – e efeitos de natureza global que remetem para a adicionalidade sobre macro-variáveis como o emprego, a demografia das empresas, a capacidade de alojamento, o rendimento, a fixação de populações nos espaços de cooperação.

Ao nível dos indicadores de impacto globais são de salientar os associados à permeabilização da fronteira (medidas por indicadores de tráfego e de relações económicas), à competitividade territorial (indicadores de atractividade de visitantes e de investimentos) e à sustentabilidade dos recursos ambientais (indicadores de capacidade de carga e de controlo ambiental).

Ao nível dos indicadores específicos existe um leque bastante alargado em que se salientam os de **natureza económica** (em resultado do incentivo às pequenas empresas e iniciativas de pequena escala – diversificação da actividade económica; alargamento de mercados de valorização dos produtos regionais; aumento da duração das estadas dos visitantes e turistas) e os de **natureza social** (criação e sustentação de empregos, aumento da cobertura de cuidados de saúde e assistência social e melhoria das condições de integração no mercado de trabalho transfronteiriço).

Na óptica da avaliação ex-ante e não havendo objecções de princípio ao perfil de indicadores adoptado, a questão deve ser transferida para a criação e consolidação de dispositivos de monitorização que disponham de fluxos regulares de informação quantitativa (estatísticas regionais e locais, nomeadamente) e qualitativa (p.e., inquéritos a operadores).

As insuficiências reconhecidas sugerem a necessidade de, através da Assistência Técnica, apoiar a concepção e desenvolvimento de estatísticas apropriadas à natureza territorial e de quadro de relações sociais e económicas dos territórios de fronteira e que certamente terão de resultar de um exercício complexo de cruzamento entre dados quantitativos e qualitativos, com consequências na tipologia de indicadores e processo de recolha.

A complexidade assinalada aponta para haver vantagem na adopção em definitivo de um painel de indicadores, em seleccionar um conjunto de

indicadores pertinentes, centrados em **Medidas estratégicas na óptica das prioridades regionais** (as quais pressupõem frequentemente mais que um indicador), privilegiando as **dimensões de impacto, susceptíveis de quantificação** para alimentar os dispositivos de acompanhamento e avaliação.

Na fase de elaboração do Complemento de Programação importará: (i) afinar as dimensões de impacto (tendo por grandes vectores de enquadramento a integração da região transfronteiriça e o contributo para a coesão económica e social); e (ii) estabilizar um conjunto de indicadores específicos apropriados, com suporte em procedimentos de recolha de dados de base transfronteiriça, que combine dados quantitativos e qualitativos.

Essa paleta de indicadores deve percorrer as dimensões realização, resultados e impactos e consequente ensaio de quantificação de objectivos e metas para os Eixos estratégicos e Medidas prioritárias dos Sub-programas regionais e do Sub-programa Nacional.

O quadro seguinte sintetiza esse exercício e o percurso metodológico a adoptar:

Eixos/Medida(s) prioritária(s)	Indicadores			Fontes de informação
	Realização	Resultados	Impacto	

6.5. Análise em termos de ambiente e de igualdade de oportunidades

A **dimensão ambiental** está integrada na Proposta do P.O. em diversas componentes:

- na matriz de caracterização de todas as sub-regiões fronteiriças cujo primeiro vector remete para o “quadro territorial e ambiente” que enfatiza os “habitats” naturais, os recursos paisagísticos e as espécies faunísticas e vegetais presentes, na sua diversidade, na maioria dos espaços transfronteiriços; estes espaços albergam, aliás, importantes parques naturais e bacia hidrográficas comuns (Douro e Tejo Internacional, Peneda Gerês, Sapal de Castro Marim, ...);
- na definição de categorias de acções, onde se prevê a valorização dos espaços ambientais de utilização comum ou complementar de bacias hidrográficas e parques naturais, elemento de intensificação de relações no espaço transfronteiriço.

No âmbito dos esclarecimentos complementares à Proposta será incluído o mapa com registo sistemático dos sítios da Rede Natura.

Em sede de Complemento de Programação e no detalhe de requisitos de elegibilidade a preencher pelos projectos deverá estabelecer-se, nas situações aplicáveis, a estrita observância da legislação comunitária no domínio ambiental bem como os elementos de estimativa de impacto esperado das intervenções co-financiadas sobre a situação ambiental.

Nos últimos dois anos, tem-se registado a elaboração de diversos instrumentos de planeamento e ordenamento dos espaços naturais em recursos do meio ambiente:

- (a) Em Portugal, o Instituto para a Conservação da Natureza e o Instituto da Água promoveram a elaboração de Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP's), Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's), Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA's) e Planos de Bacia Hidrográfica.
- (b) Em Espanha, encontram-se aprovados ou em curso de elaboração vários Planos de Ordenamento dos Recursos Naturais (PORN's), Planos Reguladores de Uso e Gestão (PRUG's), nomeadamente dos Parques Naturais e Zonas Costeiras Especiais e Lugares de Interesse Comunitário

Estes Planos constituem instrumentos de gestão e ordenamento de importantes recursos ambientais dos espaços fronteiriços e dos quais decorrem restrições de uso, numa óptica de sustentabilidade e parâmetros de impacte ambiental, a ter presente, nomeadamente em projectos e intervenções co-financiadas pelos fundos estruturais.

De acordo com elementos constantes da *Avaliação Intercalar do INTERREG II*, o estado geral da qualidade do ambiente nas sub-regiões transfronteiriças é relativamente satisfatório constituindo os recursos ambientais “uma das principais riquezas susceptíveis de suportar os respectivos processos de desenvolvimento (... dentro de estritos parâmetros de sustentabilidade)”.

Na implementação das Medidas do INTERREG II não foram detectados efeitos negativos na óptica da qualidade ambiental tendo sido regularmente solicitados pareceres das entidades competentes.

Na perspectiva dos efeitos positivos sobre o ambiente são de destacar os perfis de intervenção seguintes:

Domínios de intervenção	Contributos ambientais
▪ Acções no âmbito do ordenamento do território;	▪ Qualificação de espaços com problemas de ordem urbanística ou funcional; ▪ Organização da ocupação do solo (p.e., projectos de reabilitação urbanística, projectos incidentes sobre áreas industriais);
▪ Acções no domínio das infra-estruturas de saneamento;	▪ Resolução de um conjunto significativo de problemas no domínio da recolha e tratamento de efluentes e resíduos (p.e., ETAR, redes de águas residuais domésticas, centros de tratamento, aterros sanitários, redes de águas pluviais, ...).
▪ Acções no âmbito da protecção e valorização de áreas com elevado valor ambiental	▪ Impacte directo na protecção e valorização.
▪ Acções no domínio do combate a fogos florestais;	▪ Redução da erosão dos solos e defesa dos elementos paisagísticos.
▪ Acções diversificadas na vertente da promoção e divulgação dos valores ambientais.	▪ Impacte directo.

Os contributos potenciais do PIC INTERREG em termos de **igualdade de oportunidades**, ou seja, na promoção da equidade entre homens e mulheres, não se afiguram directos, remetendo antes para efeitos indirectos proporcionados pelos projectos e acções apoiadas. Os campos de produção de tais efeitos situam-se, nomeadamente, na esfera do emprego e da formação de competências.

A análise das categorias de acções identificadas no âmbito das medidas que compõem os sub-programas do P.O. permite, no entanto, identificar referências explícitas à problemática da igualdade de oportunidades:

- *Medida Educação, formação e empregabilidade* - acções correspondentes à promoção da igualdade de oportunidades para as mulheres (sub-programa Centro de Portugal/Castilla y León); acções de formação para a criação de novas empresas, novas oportunidades de emprego, auto-emprego, aproveitamento e gestão de recursos, particularmente de mulheres (sub-programa Alentejo/Andaluzia(Algarve)).
- *Medida Desenvolvimento conjunto de serviços e equipamentos locais* - acções correspondentes à criação de serviços e equipamentos colectivos considerados básicos, particularmente nos âmbitos educativo, sanitário, assistencial, recreativo, desportivo (...) (Sub-programa Alentejo/Andaluzia/Algarve).

A sistematização de critérios de selecção na fase de elaboração do Complemento de Programação deve enfatizar critérios que relevem da óptica dos "mainstreamings contribuindo para que, no tocante à igualdade de oportunidades, venham a ocorrer efeitos directos e indirectos:

- em matéria de iniciativas empresariais e de criação de emprego;
- em matéria de acesso às qualificações escolares e profissionais, incluindo a aprendizagem da língua portuguesa e castelhana e o reconhecimento mútuo de competências;
- em matéria de cobertura e acesso a equipamentos sociais e serviços de proximidade que facilitem a conciliação entre a vida familiar e profissional.

6.6. Modalidades de implementação – uma visão de síntese

A gestão e desenvolvimento de um Programa com a filosofia (cooperação transfronteiriça) e o perfil de mobilização de recursos imposto pelos regulamentos dos fundos estruturais, apresenta um grau de complexidade assinalável. Ainda que a experiência de cooperação anterior e de gestão de fundos estruturais, designadamente no âmbito das Intervenções Regionais, induza um valor acrescentado importante para superar obstáculos e dificuldades pontuais, permanece o peso das alterações introduzidas nesta terceira geração do Programa, em termos de requisitos e pressupostos para a construção e gestão da cooperação transfronteiriça.

O Capítulo referente às Disposições de Gestão e Execução percorre os diversos vectores de gestão, implementação (circuitos técnicos de instrução e selecção de projectos e financeiros, ...), acompanhamento e avaliação do Programa reflectindo as modalidades acordadas entre ambos os Estados-membros para o período de vigência do Programa.

Em termos globais este Capítulo de Disposições de Execução tem um grau de detalhe assinalável nas dimensões relativas à gestão (estratégica, operacional e financeira) e os aspectos relativos à divulgação, ao acompanhamento e avaliação as referências são ainda sucintas pelo que se considera necessário que no Complemento de Programação figurem elementos específicos quanto às actividades a desenvolver, nomeadamente nos seguintes domínios:

⇒ *Divulgação*, tendo presente a necessidade de associar ao Programa na qualidade de promotores quer entidades das Administrações Públicas/tutelas sectoriais dos novos domínios de intervenção do Programa, quer agentes privados que em gerações anteriores do INTERREG não estabeleceram uma relação profícua com este instrumento de co-financiamento. Neste aspecto, seria desejável dotar o Programa de um plano de divulgação a implementar sistematicamente desde a fase de lançamento.

⇒ *Acompanhamento e avaliação*, desenvolvendo uma visão simultaneamente utilitária e estratégica de dispositivos de monitorização dos diversos sub-programas: criar mecanismos de informação quantitativa e qualitativa da execução física das acções e projectos apoiados com vista a aproximar o perfil de execução dos objectivos e assegurar níveis de eficácia e eficiência na aplicação dos recursos.

Quanto à Divulgação a valorização da experiência anterior de cooperação entre Portugal e Espanha, nomeadamente no tocante à emergência de novos protagonistas com papel importante a desempenhar nos diferentes domínios de intervenção do INTERREG III, constitui um elemento decisivo para a eficácia da realização do Programa. Paralelamente, é importante assegurar a atracção ao Programa de vários organismos da Administração para os quais o INTERREG é quase desconhecido. Algumas entidades têm intervenção em áreas de tutela importantes para as regiões fronteiriças, relevância que justificará estarem mais atentas ao INTERREG no período 2001-2006..

Da apreciação efectuada, na óptica da avaliação ex-ante, é de salientar um conjunto de aspectos-chave:

(a) Disposições de Gestão

As soluções adoptadas em matéria de **modelo de gestão** são tributárias da estratégia de abordagem ascendente do Programa, ao desenharem uma estrutura descentralizada de gestão, que atribui um peso significativo aos sub-comités de gestão.

Na vertente dos sub-programas regionais, estes órgãos propõem-se racionalizar as estruturas de cooperação existentes (Comunidades de Trabalho e Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças), bem como a experiência de intervenção das Comissões Sectoriais, aspectos que deverão contribuir para:

- estimular as entidades beneficiárias de modo a suscitar uma especialização de áreas concretas de actuação que contribuam para um maior fortalecimento da cooperação;
- garantir uma racionalidade estratégica na concepção das acções e projectos que ventile as necessidades sectoriais, à luz das prioridades de cada espaço de cooperação;
- difundir o princípio da complementaridade com as principais medidas dos fundos estruturais, nomeadamente em objectivos ligados ao reforço das acessibilidades e da logística regional, da valorização ambiental e da requalificação territorial;
- dotar de eficácia a instrução e selecção de projectos;
- criar dispositivos de acompanhamento, incluindo a monitorização dos resultados e dos efeitos, com vista a alimentar a actividade do Observatório.

A intenção de descentralizar atribuições e competências da Autoridade de Gestão para o nível regional, permitirá enquadrar positivamente os aspectos identificados, podendo residir aí uma mais valia decisiva para a eficácia e eficiência dos sub-programas e do Programa como um todo.

Relativamente ao sub-programa nacional, o sub-comité de gestão previsto, inclui um representante dos municípios, opção que não é facilmente justificável, na medida em que as Administrações Centrais fundamentam o sub-programa numa lógica reguladora e de compensação territorial cuja racionalidade deve depender de uma visão transversal das intervenções dos operadores da tutela, sem vantagem em estar sujeita a outro tipo de considerações, passíveis de gerar entropias.

(b) Competências do Comité de Acompanhamento

Uma segunda dimensão analítica, reporta às **competências do Comité de Acompanhamento**, um órgão cuja relevância estratégica se afigura determinante para influenciar prioridades e a observância de objectivos do Programa, desde logo, na aprovação dos critérios de selecção dos projectos.

A intenção de constituir grupos temáticos ligados aos Eixos de Intervenção do Programa, representa um contributo potencial para melhorar a eficácia da função acompanhamento e alimentar criticamente o ciclo de avaliações do Programa, bem como os próprios processos de reprogramação.

Em abstracto pressupõe a existência de uma estrutura técnica de apoio que pode, eventualmente, emergir dos Secretariados Técnicos Comuns, pelo que haveria vantagem que as competências destes reflectissem também o apoio técnico àqueles grupos temáticos que vão apoiar o Comité de Acompanhamento. Este último aspecto remete para a composição dos Secretariados Técnicos Comuns cuja configuração absoluta e relativa (especialidades técnicas) deve ser equacionada em sede de Complemento de Programação.

(c) Comité de Gestão Nacional

Uma terceira dimensão analítica centra-se numa breve referência à opção por um **Comité de Gestão Nacional** com funções de coordenação operacional a nível nacional de todo o Programa e do qual se espera:

- exercício de uma função crucial de articulação coerente das intervenções dos diversos sub-programas (garantir níveis transversais de equivalência, nomeadamente no que respeita aos critérios de selecção dos projectos), tendo em vista obter uma maior eficácia por relação aos objectivos de integração e cooperação transfronteiriça; e
- orientações estratégicas à Comissão de Acompanhamento e à Autoridade de Gestão em matérias ligadas a eventuais reformulações do Programa.

(d) Parcerias

Uma quarta reflexão/referência remete para a **participação dos parceiros económicos e sociais no Comité de Acompanhamento**. Não obstante o seu estatuto, de carácter consultivo, trata-se de um desafio importante na perspectiva de atrair ao Programa, de modo mais consistente e em campos específicos de produção de resultados e de efeitos, protagonistas que estão, ainda, longe de ter aproveitado as janelas de oportunidades (cooperação, qualificação das intervenções, ...) existentes no Programa, nomeadamente no caso dos parceiros portugueses.

ANEXO A

PROCESSO DE PROGRAMAÇÃO E CONSULTA A NÍVEL REGIONAL

Sub-Programa Galiza-Norte de Portugal

Em conformidade com as orientações comunitárias relativas à iniciativa comunitária INTERREG III, de 28 de Abril de 2000, e com o disposto no artigo 8º do Regulamento Geral dos Fundos Estruturais (nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho de 1999) a Comunidade de Trabalho Galiza-Norte de Portugal desenvolveu um intenso e rigoroso processo de programação conjunta, o qual culminou com a aprovação do “Programa de Acção Conjunta Galiza-Norte de Portugal – Estratégia para o período 2000-2006”.

Para o efeito e tendo como objectivo a definição de uma estratégia comum de desenvolvimento foi estabelecida uma ampla plataforma de parcerias envolvendo os agentes institucionais, económicos e sociais das duas regiões.

Na realização deste documento foram envolvidos todos os parceiros e membros da CTG-NP, bem como outras instituições (autarquias, associações empresariais, ...) relevantes na cooperação entre as duas regiões. Para tornar possível este envolvimento foram realizadas inúmeras reuniões (cfr. Quadro A.2) que permitiram recolher as contribuições dos diferentes sectores.

O “Programa de Acção Conjunta Galiza-Norte de Portugal” foi apresentado e aprovado no Plenário da Comunidade de Trabalho, realizado em Vigo, no dia 19 de Maio de 1999.

As estruturas técnicas da Comunidade de Trabalho iniciaram o processo de realização de um Programa de Acção Conjunta em 12 de Novembro de 1998. Posteriormente a essa data houve várias reuniões com as Comissões Sectoriais para apresentação do processo de programação conjunta e recolha de opiniões. Esta fase decorreu a partir do dia 3 de Dezembro de 1998.

Na reunião que decorreu a 8 de Janeiro de 1999 foi apresentado às instituições portuguesas das Comissões Sectoriais a metodologia de trabalho, conteúdos e calendário de trabalho. Igual procedimento foi realizado, em Santiago de Compostela, nos dias 18 e 19 de Janeiro de 1999 relativamente às instituições galegas.

Numa fase posterior no desenvolvimento do Programa de Acção Conjunta, teve lugar em Ponte de Lima, no dia 6 de Abril de 1999 uma reunião com todos os membros das Comissões Sectoriais para apresentar o trabalho desenvolvido até esse momento, bem como recolher novas contribuições.

As Comissões Sectoriais da CT G-NP integram instituições das duas regiões e no sentido de uma melhor compreensão dos quadros A.2 e A.3 indica-se a constituição de cada uma das Comissões Sectoriais e Territoriais.

Quadro A.1 – Constituição das Comissões Sectoriais e CTC's da CT Galiza-Norte de Portugal

Comissão Sectorial	Representantes Portugueses	Representantes Galegos
Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Ordenamento	DRAEDM DRA – Norte ICN – Parque Nacional da Peneda Gerês DROT / CCRN	DG Producción Agropecuária DG Información y Tecnolo. Amb. DG Calidad y Eval. Amb. DG Montes y M. Amb. Nat. DG Obras Públicas
Ensino, Formação e Emprego	DREN IEFP – Delegação Regional Norte	DG Ord. Educativa e Form. Prof. DG Formación y Colocación DG Fomento y Empleo
Investigação Científica e Universidades	AURN – Associação das Universidades da Região Norte	DG Universidades DG Comunicación Social Sec. G. Invest. Y Desarrollo
Cultura, Património e Turismo	Delegação Regional Cultura do Norte Delegação Regional do IPPAR ADETURN	DG Patrimonio Cultural DG Turismo
Dinamização Económica	ICEP PME Capital INE Delegação Regional de Economia Instituto do Consumidor Centros Tecnológicos	IGAPE SODIGA DG IGE DG Comercio y Consumo Instituto Geral Consumo DG Planif. Economica y Fondos Com. Centros Tecnológicos
Pescas	IPPIMAR FORPESCAS - Norte	DG Formación Pesquera y Inv.
Administração Regional e Local	DRAA / CCRN IGAP	DG Justicia y Admin. Local EGAP
Saúde e Assuntos Sociais	ARS Norte CRSS Norte SPTT CIDM	DG Planif. Sanit. Y Aseg. DG Servicios Sociales Plan de Galicia sobre Drogas Servicio Igualdade Hom./Mujer DG Familia
Transportes	REFER CP IEP DROT / CRRN	DG Transportes DG Obras Públicas
Desenvolvimento Local	ADRAT	SG Planific. Y Desenv. Comarcal
Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Lima	C.M. Ponte de Lima C.M. Viana do Castelo C.M. Arcos de Valdevez C.M. Ponte da Barca	Deputación de Ourense Ayuntamientos de: Ourense, Barbadás, San Cibrao, Cartelle, A Merca, Celanova, Vereia, Bande, Lobeira, Entrimo, Lobios, Muiños, Caldas de Randín, Baltar, Blancos, Transmirás, A Porqueira, Xinzo de Limia, Vilar de Santos, Rairiz de Veiga, Sandiás

(cont.)

Quadro A.1 – Constituição das Comissões Sectoriais e CTC's da CT G-NP (cont.)

Comissão Sectorial	Representantes Portugueses	Representantes Galegos
Comunidade Territorial de Cooperação do Vale do Minho	C.M. Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira	Deputacións de Pontevedra e Ourense Ayuntamientos de: Arbo, A Cañiza, O Covelo, Crecente, A Guarda, As Neves, Mondariz, Mondariz Balneario, Oia, Pontareas, O Porriño, O Rosal, Salceda de Caselas, Salvaterra de Miño, Tomiño, Tui, Arnoia, Avión, Beade, Carballada de Avia, Castrelo de Miño, Cenlle, Cortegada, Gomesende, Leiro, Melón, Padrenda, Pontedeva, Punxín, Quintela de Leirado, Ramirás, Ribadavia e Toén

Quadro A.2 - Reuniões das Comissões Sectoriais organizadas pela CT G-NP para preparação do Programa de Acção Conjunta

Data	Comissão Sectorial	Local
05.02.99	Saúde e Assuntos Sociais	Valença
08.02.99	Pescas	Matosinhos
10.02.99	Saúde e Assuntos Sociais	Valença
10.02.99	Ensino, Formação e Emprego	Valença
22.02.99	Investigação Científica e Universidades	Valença
24.02.99	Cultura, Património e Turismo	Valença
08.04.99	CTC Vale do Lima	Ourense

Posteriormente à aprovação do Programa de Acção Conjunta Galiza-Norte de Portugal continuaram a ser desenvolvidas várias sessões, apresentadas no Quadro A.3, das quais resultaram numerosos contributos e foram incorporadas múltiplas sugestões.

Quadro A.3 – Reuniões com as Comissões Sectoriais e Territoriais posteriores à aprovação do Programa de Acção Conjunta

Data	Comissão Sectorial	Local
17.06.99	Pescas	Porto
17.06.99	Saúde e Assuntos Sociais	Porto
17.06.99	Cultura, Património e Turismo	Porto
18.06.99	Transportes	Porto
18.06.99	Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Ordenamento	Porto
28.06.99	Desenvolvimento Local	Santiago de Compostela
28.06.99	Ensino, Formação e Emprego	Santiago de Compostela
28.06.99	Dinamização Económica	Santiago de Compostela
29.06.99	Administração Regional e Local	Santiago de Compostela
29.06.99	Investigação Científica e Universidades	Santiago de Compostela
05.07.99	CTC Vale do Lima	Ponte de Lima
07.07.99	Investigação Científica e Universidades	Valença
08.07.99	CTC Vale do Minho	Valença
16.07.99	CTC Vale do Tâmega	Chaves
19.07.99	CTC Vale do Lima	Ourense
21.07.99	Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Naturais e Ordenamento	Tui
21.07.99	Dinamização Económica	Tui
23.07.99	Transportes	Vila Nova de Cerveira
08.05.00	CTC Vale do Tâmega	Chaves
09.05.00	CTC Vale do Minho	Valença
24.05.00	CTC Vale do Tâmega	Ourense
25.05.00	CTC Vale do Minho	Melgaço
10.07.00	Dinamização Económica – Centros Tecnológicos	Porto

Durante a fase de elaboração do Sub-Programa Galiza-Norte de Portugal, as Comissões Sectoriais e Territoriais foram novamente consultadas, com o objectivo de recolher os seus contributos para elaboração do Sub-Programa, bem como para identificar e avaliar a equibilidade dos projectos já concensuados entre as partes. Estas reuniões tiveram lugar em Santiago de Compostela (25 e 26 de Outubro de 2000) e no Porto (30 e 31 de Outubro de 2000).

De referir que todo este processo contou com a participação de parceiros que apesar de não estarem incluídos na estrutura da CT G-NP também puderam contribuir na elaboração desta estratégia comum.

Quadro A.4 – Reuniões com organismos não pertencentes às Comissões Sectoriais da CT G-NP

Data	Tema	Instituições	Local
16.03.99	Cooperação Empresarial	AEP CEG	Porto
15.07.99	Sociedade de Informação	Fundação Observatório Urbano do Eixo Atlântico	Porto
27.10.99	Sociedade de Informação	Fundação Observatório Urbano do Eixo Atlântico	Viana do Castelo
27.07.00	Juventude	Delegações Regionais do Norte do IPJ DG Xuventude	Porto
28.07.00	Protecção Civil	Delegações Regionais de Protecção Civil (Braga e Viana do Castelo) DG Protección Civil Galicia Del. Gobermo España	Valença

É importante salientar que durante o período de vigência do INTERREG II A e nomeadamente nas medidas 5 – Dinamização e Cooperação Empresarial e Turística e 6 – Dinamização e Cooperação Social e Institucional, a Comunidade de Trabalho tinha um papel bastante interventivo na aprovação dos projectos. Para que estes fossem aprovados era necessário que a CT G-NP emitisse um parecer favorável à sua realização.

Sub-Programa Norte de Portugal-Castilla y León

Em conformidade com as orientações comunitárias relativas à Iniciativa Comunitária Interreg III, de 28 de Abril de 2000, e com o disposto no artigo 8.º do Regulamento nº1260/99 do Conselho de 21 de Junho de 1999, relativo aos fundos estruturais, a CCRN e a Junta de Castela e Leão no aprofundamento da cooperação que vinham realizando, desenvolveram um intenso e rigoroso processo de programação conjunta que veio a culminar no “Programa de Acção Conjunta Norte de Portugal/Castela e Leão- Estratégia para o período 2000-2006” apresentado publicamente a 19 de Janeiro de 2000, aquando da assinatura do acordo constitutivo da constituição da Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castela e Leão”, em sessão realizada na cidade de Bragança. Esta Comunidade de Trabalho foi criada com o objectivo de articular esforços de desenvolvimento da área de fronteira e promover a aproximação de agentes públicos e privados de ambas as regiões.

Tendo como objectivo a definição de uma estratégia comum de desenvolvimento para o período de 2000-2006, foi estabelecida uma ampla plataforma de parcerias envolvendo agentes institucionais, económicos e sociais das duas regiões.

Na definição deste “Programa de Acção Conjunta” foram envolvidos futuros parceiros e membros da CT NP-CyL, bem como outras instituições (autarquias, associações empresariais, etc.), relevantes na cooperação entre as duas regiões. A constituição das Comissões Sectoriais e da Comunidade Territorial de Cooperação Bragança/Zamora (cujo acordo constitutivo foi assinado no passado dia 12 de Setembro em Zamora) é apresentada no Quadro A.1.

Quadro A.1 - Constituição das Comissões Sectoriais e das Comunidades territoriais de Cooperação da CT NP-CyL

Comissão Sectorial	Representantes do Norte de Portugal	Representantes de Castilla y León
Infraestruturas de Transportes	DROT-Direcção Regional do Ordenamento do Território Delegação Regional Norte do IEP IND-Instituto de Navegabilidade do Douro	Dirección General de Carreteras e Infraestructuras da JCyL
Meio Ambiente	Parque Natural de Montesinho Parque Natural do Douro Internacional DRATM- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes	Dirección General del Medio Natural da JCyL
Ciência e Tecnologia	TECMINHO INEGI CATIM CTC CITEVE	Agência de Desarrollo Económico de CyL CIDAUT CARTIF ITCL ENERMITEC
Agricultura	DRATM- Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes	Dirección General de Producción Agropecuária JCyL
Turismo	ADETUR-Turismo Norte de Portugal	SOTUR-Dirección General de Turismo da JCyL
Comunidade Territorial de Cooperação Bragança/Zamora	C.M. de Bragança C.M. de Vinhais C.M. de Vimioso C.M. de Miranda do Douro C.M. de Mogadouro	Diputacion Provincial de Zamora Ayuntamiento de Zamora Ayuntamiento de Alcañices Ayuntamiento de Fermoselle Ayuntamiento de Pedralba de la Pradería Ayuntamiento de Puebla de Sanabria

De referir que se encontra em processo de constituição a Comunidade Territorial de Cooperação Salamanca/Douro Superior, havendo já contactos para a preparação de projectos comuns.

Para tornar possível todo este envolvimento foram realizadas várias reuniões que permitiram recolher as colaborações dos diferentes sectores, tanto do lado português como espanhol; destas reuniões podem destacar-se as seguintes:

- Comissão Sectorial de Ciência e Tecnologia no Porto (1 e 2/03/99)
- Comissão Sectorial de Agricultura em Vidago (18/03/99)
- Comissão Sectorial de Ciência e Tecnologia em Bragança (18/03/99)
- Comissão Sectorial do Meio Ambiente em Zamora (5/05/99)
- Reunião geral da representação portuguesa na CCRN, que teve como ordem de trabalhos estabelecer as prioridades para o Programa de Acção conjunta 2000/2006 (8/06/99)
- Comissão Sectorial do Turismo no Porto (16/06/99)
- Comissão Sectorial do Turismo em Puebla de Sanabria (15/07/99)
- Comissão Sectorial de Infra-estruturas de Transportes em Bragança (12/08/99)

Posteriormente à apresentação do programa de acção conjunta continuaram a ser realizadas sessões, das quais resultaram alguns contributos e sugestões para seu aperfeiçoamento e implementação. Nestas sessões participaram não só as entidades representadas nas comissões sectoriais actualmente existentes, mas também outras a que se estendeu o processo de consulta (apresentadas no Quadro A.2). Estas entidades, se houver interesse de ambos os lados da fronteira, poderão vir a constituir futuras comissões sectoriais, nomeadamente nas áreas de Cultura e Património, Universidades e Investigação Científica, Ensino e Formação, Saúde e Assuntos Sociais, Juventude e Desporto. Destas sessões a mais alargada realizou-se na cidade de Lamego, no dia 2 de Maio de 2000, para a qual foram convocados todos os membros portugueses da comissões sectoriais, assim como as entidades apresentadas no Quadro A.2. Realizaram-se também reuniões de carácter sectorial, sendo as mais significativas com o Instituto do Desporto (27 de Março), o Instituto Português da Juventude (6 de Março), o INATEL (6 de Março) e os Centros Tecnológicos (10 de Julho).

Quadro A.2- Outras entidades que participaram no processo de programação conjunta

Área Sectorial	Entidades Portuguesas
Cultura e Património	Delegação Regional da Cultura do Norte Delegação Regional do IPPAR
Universidades e Investigação Científica	AURN-Associação das Universidade da Região do Norte Associação de Politécnicos do Norte
Ensino e Emprego	IEFP DREN-Direcção Regional de Educação Norte
Saúde e Assuntos Sociais	CRSS Norte ARS Norte
Juventude e Desporto	IPJ Delegação Regional do IND INATEL
Territorial	C.M. de Freixo de Espada à Cinta C.M. de Torre de Moncorvo C.M. de V.N. De Foz Côa GAT do Vale do Douro Superior GAT Terra Fria Transmontana

Do mesmo modo do lado espanhol realizou-se uma campanha de informação, que teve como objectivo principal a divulgação das relações de cooperação entre a Comunidade Autónoma de Castela e Leão e a Região Norte de Portugal, realçando a importância que a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal-Castela e Leão irá ter no futuro como estrutura comum onde estarão representados os agentes envolvidos na cooperação das zonas de fronteira. Nestas sessões foi apresentado o Programa de Acção Conjunta, destacando a sua importância para a preparação da iniciativa comunitária INTERREG III A de cooperação transfronteiriça.

As actuações levadas a cabo pelo lado de Castela e Leão foram essencialmente as seguintes:

- Apresentação à Dirección General de Juventud, da Consejería de Educación y Cultura, da Junta de Castilla y León (20/01/00)
- Apresentação à Agência de Desarrollo Económico Castela e Leão (26/01/00)
- Apresentação do Programa de Acção Conjunta Castilla y León-Norte de Portugal ao Consejo Económico e Social, o qual emitiu um parecer, cujas observações foram tidas em conta e nele incluídas (10/02/00)
- Jornada informativa sobre o programa de Acção Conjunta Castilla y León-Norte de Portugal e a iniciativa comunitária Interreg III, por parte da Directora General de Asuntos Europeus e Acción Exterior, aos alcaides da província de Zamora e à Diputación Provincial de Zamora (11/02/00)
- Apresentação no Parque Tecnológico de Boecillo (29/02/00)
- Comparência da Directora General de Asuntos Europeus e Acción Exterior nas cortes de Castilla y León (9/06/00)
- Presença da Directora General de Asuntos Europeus e Acción Exterior, como oradora, nos Cursos de Verão que o Departamento de Geografía da Universidade de Salamanca organizou em Alcañices. (6/07/00)
- Assistência à reunião entre as Comunidades Autónomas da fronteira Espanha/Portugal e Ministério de Hacienda, para tratar os eixos e medidas do Programa Operativo (20/09/00)
- Assistência, como oradora, da Directora General de Asuntos Europeus e Acción Exterior, ao congresso "Proyecto Integra-Puente2000", organizado pela Área de Bienestar Social da Diputación Provincial de Salamanca. (26/09/00)

Igualmente se realizaram várias reuniões conjuntas das Comissões Sectoriais e do Comité de Coordenação da Comunidade de Trabalho, que se apresentam de seguida:

- Reunião da Comissão Sectorial das Infra-estruturas de Transportes (22/03/00 no GAT de Bragança)
- Reunião da Comissão Sectorial do Turismo (19/06/00 no Ayuntamiento de Alcañices)
- Reunião da Comissão Sectorial das Infra-estruturas de Transportes (28/06/00 na CCRN)
- Reunião do Comité de Coordenação em Aranda de Duero (16/06/00)
- Reunião do Comité de Coordenação em Zamora (21/09/00)
- Reunião do Comité de Coordenação com a Agência de Desenvolvimento Económico de Castilla y León, em Valladolid (29/9/00).

Será ainda de referir a participação da Dirección General de Asuntos Europeus e Acción Exterior (DGAE/CyL) e da CCRN em seminários com apresentações conjuntas de divulgação sobre a Comunidade de Trabalho e Programa de Acção Conjunta:

- Seminário LACE-TAP INTERREG III-A España-Portugal em Cáceres (23/03/00)
- III Congresso Internacional do Douro/Duero em Aranda de Duero (16/06/00).

Sub-Programa Centro-Castilla y León

A preparação do Subprograma Centro-Castilla y León no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha (INTERREG III) para o período 2000-2006 tem como fundamentos todo o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León e, particularmente, pelas diversas comissões técnicas sectoriais que estão constituídas e vêm funcionando com regularidade.

Neste sentido, o início de todo o processo de preparação do INTERREG III pode ser feito coincidir com as Jornadas de Cooperação Transfronteiriça realizadas em Salamanca, a 10 de Fevereiro de 1999.

Estas Jornadas, uma organização dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças do Centro e de Castilla y León, consistiram numa reunião conjunta de diversas Comissões Técnicas da Comunidade de Trabalho com o objectivo de programar projectos e actuações para aquele ano mas também de perspectivar a nova fase da Iniciativa Comunitária INTERREG que se aproximava. Reuniram as seguintes Comissões Técnicas: Agricultura e Desenvolvimento Rural; Desporto e Juventude; Educação; Empresa, Indústria e Comércio; Turismo; e Universidade, Investigação, Ciência e Tecnologia.

Durante todo o ano de 1999 e também já em 2000 sucederam-se numerosas reuniões das diversas Comissões Técnicas que procuraram consolidar as pistas lançadas durante as jornadas técnicas do início do ano de 1999:

- Agricultura e Desenvolvimento Rural: reunião em Salamanca (11 de Maio de 1999);
- Centros Tecnológicos da Região Centro e de Castilla y León: reunião em Valladolid (21 de Abril de 1999);
- Desporto e Juventude: reuniões em Peñaranda de Bracamonte (5 de Maio e 21 de Novembro de 1999), em Salamanca (29 de Fevereiro de 2000) e na Guarda (12 de Abril de 2000);
- Educação: encontros em Valladolid (24 a 26 de Março de 1999) e Coimbra (2 a 5 de Dezembro de 1999);
- Empresas, Indústria e Comércio: reunião em Salamanca (27 a 29 de Maio de 1999) no contexto dos Encontros Empresariais;
- Meio Ambiente e Protecção Civil: reunião em Ciudad Rodrigo (9 de Junho de 1999);
- Turismo: reunião na Covilhã (28 de Abril de 1999);
- Polo Universitário Transfronteiriço: reuniões em Burgos (7 de Maio de 1999), na Guarda (19 de Julho de 1999), Salamanca, (13 de Dezembro de 1999), na Covilhã (24 de Janeiro de 2000), em Castelo Branco (10 de Abril de 2000) e em Valladolid (27 de Outubro de 2000).

Para além das actividades no contexto específico das Comissões Técnicas, quer a Comissão de Coordenação da Região Centro quer a Junta de Castilla y León desenvolveram um conjunto de acções orientadas para a definição de um quadro estratégico de actuação conjunta, a divulgação das linhas orientadoras do INTERREG III e a animação dos actores que no terreno poderiam dar corpo às acções de cooperação.

Neste sentido, foram realizadas variadas sessões de trabalho, tanto ao nível interno das regiões, como de âmbito alargado às duas regiões e participado pelas entidades a envolver no quadro do Programa em preparação.

Assim, quer a CCRC quer a Junta de Castilla y León procuraram o apoio de consultores nos respectivos países para avaliar o quadro actual da cooperação e perspectivar linhas de orientação para o futuro.

Ainda em finais de 1998, a CCR Centro promoveu a realização de um estudo “Diagnóstico Prospectivo da Cooperação Interregional no Território de Fronteira”, com o objectivo de avaliar as dinâmicas de cooperação no território de fronteira, na óptica da preparação estratégica da nova fase da Iniciativa Comunitária INTERREG.

A Junta de Castilla y León teve a colaboração de uma empresa de consultoria para a elaboração dos programas de acção no âmbito da cooperação transfronteiriça.

Procurou-se, entretanto, que o trabalho desenvolvido pelos consultores portugueses e espanhóis fosse devidamente articulado entre si e com os agentes da cooperação através do envolvimento dos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças.

O processo de programação conjunto entrou numa nova fase com a publicação da Decisão da Comissão Europeia relativa à Iniciativa Comunitária INTERREG III.

Com base no trabalho já desenvolvido pelos respectivos consultores, os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças da CCRC e da Junta de Castilla y León promoveram um processo de trabalho conjunto, com vista à elaboração da proposta para o subprograma Centro – Castilla y León que assentou no intercâmbio de informação por correio electrónico e na realização de algumas reuniões de trabalho: 27 de Junho em Ciudad Rodrigo, 19 de Julho em Almeida e 3 de Outubro na Guarda.

Paralelamente, procurou-se estabelecer um diálogo mais próximo com os agentes regionais e locais que estão envolvidos na cooperação transfronteiriça para acertar a estratégia a propor e começar a definir propostas de projectos.

Em Junho a CCRC divulgou a Decisão da Comissão Europeia junto dos agentes directamente mais interessados no INTERREG III (serviços da Administração Regional, Câmaras Municipais e Associações Empresariais). Pretendeu-se desta forma fazer uma primeira divulgação dos seus princípios fundamentais e desencadear um processo de proposição de projectos estruturantes a integrar no Programa.

A 19 de Setembro, a CCR Centro promoveu uma reunião de trabalho com os responsáveis dos serviços da administração central desconcentrada na região, para apresentação das linhas gerais do INTERREG III. Procedeu-se, ainda, à explicitação sumária da forma como se organizarão as futuras Comunidades de Trabalho para a cooperação transfronteiriça, com ênfase nos documentos, em fase final de elaboração, que contribuirão para os subprogramas de cooperação transfronteiriça na Região Centro.

Em 25 de Setembro realizou-se uma reunião, na Guarda, com as entidades da Beira Interior Norte, com vista à apresentação da informação disponível, nomeadamente as orientações para o INTERREG III e a proposta de Programa de Acção Conjunta Centro – Castilla y León.

A dinâmica desenvolvida em conjunto pela Comissão de Coordenação da Região Centro e a Junta de Castilla y León para preparar a proposta de subprograma Centro – Castilla y León culminou na realização de umas jornadas de cooperação, em 25 de Outubro, na Guarda, que teve por objectivos a apresentação e discussão da estratégia de acção elaborada pelas duas regiões e a preparação de propostas de projectos de cooperação transfronteiriça.

Tendo sido delineadas previamente as grandes linhas estratégicas para a cooperação entre as duas regiões, no âmbito de um grupo de trabalho constituído pelos Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e por consultores contratados para o efeito, as jornadas de cooperação permitiram ouvir os agentes regionais. Destas jornadas resultou uma lista de propostas de projectos que permitiu, depois, fazer ajustamentos sobre as linhas de actuação previamente

definidas para que se chegasse a uma estratégia coerente com as necessidades do território de fronteira.

Estiveram presentes nestas jornadas entidades das duas regiões, dos mais diversos sectores (agricultura e desenvolvimento rural; Ambiente; desporto; educação e emprego; empresas; juventude; património e cultura; protecção civil; saúde; e turismo), fortemente motivadas para a cooperação transfronteiriça, tendo sido identificados importantes áreas de interesse comum para o desenvolvimento de projectos que darão corpo ao Subprograma Centro – Castilla y León.

As 35 entidades participantes foram:

Agricultura

DRABI - Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Dirección General de Producción Agropecuaria

Ambiente

Reserva Natural da Serra da Malcata

Dirección General de Medio Natural

Instituto da Conservação da Natureza

Parque Natural da Serra da Estrela

DRAOT – Direcção Regional do Ordenamento do Território

Espacios Naturales (Salamanca)

AFLOBEI - Associação dos Produtores Florestais da Beira Interior

Desporto e Juventude

Dirección General de Deportes

Dirección General de Juventud

Federação das Associações Juvenis do Distrito da Guarda

Instituto Português da Juventude – Guarda

Instituto Nacional do Desporto

Educação e Formação Profissional

Direcção Regional de Educação do Centro

Dirección General de Planificación y Ordenación Educativa

Consejería de Educación y Cultura

Empresas

CEC/CCIC - Conselho Empresarial do Centro / Câmara de Comércio e Indústria do Centro

ICEP- Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal

DRCE - Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia

CECALE - Confederación de Organizaciones Empresariales de Castilla y León

NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda

Património Cultural

Direcção de Serviços Regionais de Edifícios e Monumentos do Centro

Direcção Regional do IPPAR

Dirección General de Patrimonio y Promoción Cultural

Protecção Civil

Serviço Nacional de Protecção Civil

Servicio Protección Civil

Saúde

ARSC- Sub-Região de Saúde de Guarda

ARSC - Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Gerencia Regional de Salud

Turismo

ADTRC - Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Centro

CEC/CCIC - Conselho Empresarial do Centro / Câmara de Comércio e Indústria do Centro

AIBT - Serra da Estrela (Acção Integrada de Base Territorial)

Dirección General de Turismo da Junta de Castilla y León

SOTUR S.A.

Sub-Programa Centro-Alentejo-Extremadura

A preparação do PIC INTERREG III radica, naturalmente, num processo com origem nos Protocolos de Cooperação celebrados entre a CCR Alentejo e a Junta de Extremadura, em 1992, e entre a CCR Centro e a Junta da Extremadura, em 1994.

Estas instituições, ao assinarem os referidos protocolos, pretenderam, por um lado, dar corpo e consistência às relações já existentes entre entidades de ambos os lados da fronteira e, por outro, melhorar as condições para o desenvolvimento de projectos e acções de cooperação transfronteiriça, aproximando entidades dos mais diversos sectores de ambos os lados da fronteira e assegurando um trabalho de concertação de objectivos e metodologias de trabalho. Esta dinâmica veio, pois, a reflectir-se na preparação do Programa actual.

Em termos práticos, os protocolos entre estas regiões portuguesas e a região fronteiriça da Extremadura, consubstanciam a estrutura e funcionamento de Comunidades de Trabalho, organizadas em Comissões Técnicas Específicas que têm por objectivo identificar os problemas comuns destas regiões e de dinamizar e procurar desenvolver projectos nos respectivos sectores.

De referir que o trabalho desenvolvido pelas Comissões Específicas tem sido coordenado e dinamizado por Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças - estruturas técnicas - criados para o efeito em cada uma das regiões: Extremadura, com sede em Mérida, Centro, com sede em Coimbra e Alentejo, com sede em Évora.

Em consequência do trabalho que tem vindo a ser realizado no âmbito das Comunidades de Trabalho Alentejo – Extremadura e Centro – Extremadura, as Comissões Específicas foram aumentando de número, quer por desdobramento das previstas nos protocolos, quer pela necessidade de cobrir novas áreas de cooperação.

O ano de 1999 marcou também um ponto de viragem nas experiências de trabalho em cooperação transfronteiriça entre as regiões do Alentejo, do Centro e da Extremadura.

Concretamente, constatou-se a pertinência do trabalho entre as três regiões em diversas áreas temáticas, como sejam, Acção Social/Toxicodependência; Acção Social/Trabalhadores Temporários; Turismo; Enfermeiros; Ambiente; Agricultura; Cultura; Desporto; Juventude; e Municípios. Os resultados positivos que se atingiram com este novo quadro de referência permitem-nos antever as virtualidades da implementação de um Sub-programa numa região transfronteiriça que envolva as regiões do Alentejo e Centro em Portugal e a Extremadura em Espanha.

Os sucessivos contactos que este método de trabalho originou, quer em reuniões conjuntas quer em sessões de trabalho sectoriais, favoreceram a abordagem conjunta dos problemas e a definição de estratégias tendentes à sua resolução, bem como a identificação de projectos e de acções a desenvolver conjuntamente, o que favoreceu as possibilidades de realização de um trabalho mais eficiente no quadro da preparação do Sub-Programa 4 do INTERREG III A.

Assim, desenvolveu-se ao longo do ano de 1999 um apreciável conjunto de trabalhos preparatórios do novo Programa, abordando de forma crítica o desenvolvimento das experiências anteriores e promovendo uma reflexão prospectiva profunda sobre as estratégias mais adequadas

para a promoção do desenvolvimento da região transfronteiriça no quadro da Iniciativa Comunitária.

Neste pressuposto, levar-se-iam a efeito variadas sessões de trabalho, tanto ao nível interno das regiões, como de âmbito alargado às três regiões e participado pelas entidades a envolver no quadro do Programa em preparação.

Eis um resumo das actividades realizadas neste âmbito:

Ainda em finais de 1998, a CCR Centro promoveu a realização de um estudo “Diagnóstico Prospectivo da Cooperação Interregional no Território de Fronteira”, com o objectivo de avaliar as dinâmicas de cooperação no território de fronteira na sua região (especificamente as NUT Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul). Com este trabalho pretendeu-se fazer um balanço das actividades e perspectivar a evolução do processo cooperação, nomeadamente no âmbito transfronteiriço, na óptica de uma preparação estratégica do QCA III e, por conseguinte, da nova fase da Iniciativa Comunitária INTERREG.

A metodologia utilizada neste trabalho privilegiou os contactos directos com as entidades na região que têm, no terreno, dinamizado a cooperação transfronteiriça, mas também com entidades do outro lado da fronteira, designadamente os Gabinetes de Iniciativas Transfronteiriças e as equipas que, em Espanha, trabalhavam directamente na preparação dos documentos para o INTERREG III.

Tratou-se, com este estudo, e em linhas muito gerais, de identificar os agentes e os projectos de cooperação neste território de fronteira, conhecendo tanto quanto possível a realidade da fronteira, os seus problemas específicos, com o propósito de identificar uma estratégia adequada de intervenção e definir novas oportunidades, novas áreas e novas parcerias de cooperação.

Em 27 de Maio de 1999 efectuou-se uma reunião dos responsáveis do Alentejo com assento nas diferentes Comissões, com a finalidade de efectuar a avaliação dos resultados dos anteriores PIC e de sensibilizar e dinamizar os agentes sociais e económicos regionais e locais para as novas metodologias impostas pela Decisão da Comissão sobre o INTERREG III.

A Ordem de Trabalhos desta reunião compreendeu os seguintes 4 pontos:

- Breve apresentação do INTERREG I e II e suas consequências na preparação do INTERREG III;
- Apresentação sumária do INTERREG III;
- Definição de linhas de orientação e actuação no âmbito do PIC INTERREG III;
- Contributos das entidades regionais e locais, tendo em vista a elaboração do PIC INTERREG III.

Na sequência da reunião alargada anterior, realizaram-se entre 14 e 25 de Junho de 1999 reuniões sectoriais, nas quais estiveram presentes os membros das Comissões Específicas do Alentejo e Associações de Desenvolvimento Local, tendo por objectivo fundamental aprofundar a identificação de projectos e acções, respectivas parcerias e estratégias.

Complementarmente às reuniões realizadas, em Julho e Agosto daquele ano, reforçou-se por escrito uma solicitação de contributos das entidades regionais para a preparação do INTERREG III, mediante o envio de um ofício circular às cerca de três dezenas de entidades com sede no Alentejo participantes no Protocolo.

Durante o ano 2000, marcado pela aprovação da decisão da Comissão Europeia que definiu o quadro de referência para a Iniciativa Comunitária INTERREG III e abriu o período de apresentação de propostas de Programas, deu-se um aprofundamento e aceleração do processo de programação conjunto entre as três regiões (Alentejo, Centro e Extremadura).

Assim, o Gabinete do Presidente da Junta de Extremadura, em colaboração com a oficina ARFE/LACE-TAP organizou um seminário, em Cáceres, em 23 de Março de 2000, com o objectivo de abordar as experiências levadas a cabo no âmbito do INTERREG II A, delas retirando ilações para o futuro Programa, efectuar uma abordagem dos principais aspectos deste e das suas consequências em termos de prossecução dos trabalhos de cooperação, designadamente no que concerne à preparação dos sub-programas transfronteiriços para a região hispano-lusa. Neste seminário estiveram presentes entidades das três regiões em causa mas também entidades de outras regiões portuguesas e espanholas envolvidas no INTERREG III.

Em Junho de 2000, a CCR Alentejo, no quadro da preparação do documento de programação para o INTERREG III A, sub-programa 4 (Alentejo/Centro/Extremadura), convidou a Universidade de Évora para uma participação activa especializada neste processo, tendo esta Instituição ficado encarregada de promover uma avaliação *ex-ante*, que incluísse a apreciação dos resultados das experiências de PIC anteriores e, simultaneamente, constituísse um conjunto de elementos prospectivos integrantes do novo Programa com incidência nas áreas de cooperação consideradas.

Neste contexto, a Universidade de Évora realizou e aplicou um inquérito por entrevista directa às entidades participantes dos anteriores Programas, tendo em vista a obtenção de um balanço fundamentado da cooperação anterior, designadamente no que toca aos pontos fortes e fracos, aos impactos esperados e aos factores críticos de sucesso, tendo ainda obtido uma apreciação subjectiva, da parte dos actores, do que considerariam como eixos prioritários de intervenção de uma proposta de acção conjunta no quadro do novo processo em elaboração. No âmbito deste estudo foram efectuadas entrevistas estruturadas a um amplo conjunto de entidades que participaram activamente no INTERREG II. Dentro deste, destacam-se:

- Comissão de Coordenação da Região Alentejo
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Núcleo empresarial da Região de Portalegre
- Agência Regional de Desenvolvimento do Alentejo
- Núcleo Empresarial da Região de Beja
- Núcleo Empresarial da Região de Portalegre
- Núcleo Empresarial da Região de Évora
- Associação de Municípios do Distrito de Beja
- Associação das Regiões de Turismo do Alentejo
- Direcção Regional da Agricultura do Alentejo
- Administração Regional de Saúde
- Instituto Politécnico de Beja
- Instituto Politécnico de Évora
- Direcção Regional de Educação do Alentejo

- Direcção Regional do Ambiente
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
- Associação de Municípios da Margem Esquerda do Guadiana

Ainda neste mês, a CCR Centro fez a divulgação do documento da Decisão junto dos agentes directamente mais interessados na IC INTERREG (serviços da Administração Regional, Câmaras Municipais e Associações Empresariais). Pretendeu-se desta forma fazer uma primeira divulgação dos seus princípios fundamentais, solicitando-se ainda algum trabalho no que se refere à preparação de ideias de projectos estruturantes para possível desenvolvimento neste novo programa.

A 19 de Setembro, a CCR Centro promoveu uma reunião de trabalho com os responsáveis dos serviços da administração central desconcentrada em Coimbra, para apresentação das linhas gerais da futura IC INTERREG III. Procedeu-se, ainda, à explicação sumária da forma como se organizarão as futuras Comunidades de Trabalho para a cooperação transfronteiriça, com ênfase nos documentos, em fase final de elaboração, que contribuirão para os futuros sub-programas de cooperação transfronteiriça na Região Centro.

Em 25 de Setembro realizou-se uma reunião, em Castelo Branco, com as entidades do território de fronteira, com vista à apresentação da informação disponível, nomeadamente as orientações para o futuro INTERREG III e o Programa de Acção Conjunta Alentejo – Centro – Extremadura.

Ainda durante o mês de Julho, em função das orientações definitivas dos respectivos governos sobre a concretização de um Sub-programa que envolveria as três regiões (Alentejo e Centro de Portugal e Extremadura de Espanha) foi delineado uma estratégia de trabalho que conduzissem à elaboração de uma proposta de programa de acção conjunta que fundamentasse o Subprograma Alentejo-Centro-Extremadura.

Em 18 de Julho realizou-se uma reunião entre a CCR Alentejo, a CCR Centro e a Junta de Extremadura, para compatibilização de estratégias sobre o documento conjunto.

Na sequência desta reunião, realizou-se outra a 28 de Julho, em Vila Velha de Ródão, a qual contou com a participação dos Núcleos dos GIT de Évora, Centro e Extremadura, da Universidade de Évora e da Dirección General de Ingresos da Junta de Extremadura, tendo-se avançado na elaboração do documento conjunto.

Realizou-se ainda uma nova reunião em 21 de Setembro, em Portalegre, com a presença dos Núcleos dos GIT de Évora, Centro e Extremadura, para acertos nos documentos, nomeadamente em função das orientações que passaram a ser dadas pelas instâncias nacionais.

Com base numa permanente inter-comunicação, com troca constante dos trabalhos produzidos, propostas de alterações e introdução de correcções, resultaria uma Proposta de Programa de Acção Conjunta Alentejo/Centro/Extremadura.

Todo este processo de programação conjunta culminou na realização de um seminário, em 28 de Setembro, em Castelo de Vide que teve por objectivos a apresentação e discussão da estratégia de acção elaborada pelas três regiões e a preparação de propostas de projectos de cooperação transfronteiriça.

Participaram neste seminário as seguintes entidades:

Acção Social

Consejería de Bienestar Social

Centro Regional de Segurança Social do Alentejo

Administração Local

Federación de Municipios y Provincias de Extremadura

Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão

Câmara Municipal de Penamacor

Câmara Municipal de Castelo Branco

Associação de Municípios do Distrito de Évora

Associação de Municípios do Norte Alentejano

Agricultura

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior

Consejería de Agricultura y Medio Ambiente (Junta de Extremadura)

Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo

ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

Direcção Regional de Agricultura do Alentejo

Ambiente

Parque Natural da Serra da Estrela

Instituto de Conservação da Natureza

Parque Natural do Tejo Internacional

Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território Alentejo

Reserva Natural da Serra da Malcata

Dirección General Medio Ambiente (Junta de Extremadura)

Desporto

Instituto Nacional do Desporto

Dirección General Deportes (Junta de Extremadura)

Educação

Direcção Regional de Educação do Alentejo

Direcção Regional de Educação do Centro

Emprego

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

UGT / Extremadura – União Geral de Trabalhadores

CGTP - / Portalegre –Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses

Consejería de Trabajo (Junta de Extremadura)

Dirección General de Empleo (Junta de Extremadura)

Indústria, Comércio e Empresas

Confederación Regional Empresarial da Extremadura

Dirección General de Comercio (Junta de Extremadura)

CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

ICEP- Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal - Delegação na Covilhã

Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco

Núcleo Empresarial da Região de Portalegre

ADRAL, S.A.– Agência de Desenvolvimento Rural do Alentejo

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Évora)

Direcção Regional do Centro do Ministério da Economia

Direcção Regional do Alentejo do Ministério da Economia

Dirección General de Promoción Empresarial (Junta de Extremadura)

Infra-estruturas

Dirección General de Infraestructura (Junta de Extremadura)

IEP - Instituto das Estradas de Portugal

Juventude

Dirección General de Juventude (Extremadura)

Instituto Português da Juventude

Novas Tecnologias

Dirección General de Telecomunicaciones y Redes (Junta de Extremadura)

Comissão de Coordenação da Região do Alentejo

Património Cultural

Direcção Regional do IPPAR Alentejo

Consejería de Cultura (Junta de Extremadura)

Dirección General de Patrimonio (Junta de Extremadura)

Direcção de Serviços Regionais de Edifícios e Monumentos do Centro

Direcção Regional do IPPAR Centro

Promoção Cultural

Direcção Regional da Cultura do Centro

AMATO LUSITANO - Associação de Desenvolvimento

Dirección General de Cultura (Junta de Extremadura)

Protecção Civil

Servicio de Protección Civil (Junta de Extremadura)

Serviço Nacional de Protecção Civil

Saúde

Consejería de Sanidad y Consumo (Junta de Extremadura)

Sub-Região de Saúde de Guarda

Sub-Região de Saúde de Castelo Branco

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Toxicodependência

Consejería de Sanidad y Consumo (Junta de Extremadura)

SPTT - Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

Turismo

Dirección General de Turismo (Junta de Extremadura)

Região de Turismo da Serra da Estrela

Associação Regional de Turismo do Alentejo

Infra-estrutura

Este processo de consulta aos parceiros, pela sua abrangência sectorial, pela amplitude da participação e pela identificação de uma extensa lista de projectos de cooperação, permitiu complementar o conjunto de tarefas que concretizaram o contributo regional do PIC, mediante a afinação dos eixos e objectivos de intervenção estratégica definidos e a respectiva operacionalização nas suas diferentes medidas.

Sub-Programa Algarve-Alentejo-Andalucía

A preparação do Programa INTERREG III, teve início em Maio de 1999, através do levantamento dos objectivos de cooperação e propostas de acções/tipologia de projectos com incidência regional, que os diversos sectores pretendiam desenvolver no Algarve, para o período 2000-2006.

Numa primeira fase, a recolha desta informação foi efectuada junto das entidades que integram as Comissões Sectoriais da Comunidade de Trabalho Algarve/Andaluzia, e alargada posteriormente a outros organismos, nomeadamente às organizações não governamentais regionais.

No âmbito do desenvolvimento de estratégia de cooperação transfronteiriça entre o Alentejo e a Andaluzia, releva-se a preparação conjunta do projecto “Desenvolvimento Sustentado na Faixa Piritosa Ibérica”, a desenvolver no quadro do INTERREG III, elaborado por um grupo de trabalho participado por ambas as regiões, visando a valorização do seu potencial comum e a busca de soluções institucionais, técnicas e económicas que permitam a ultrapassagem dos múltiplos problemas que se colocam ao seu desenvolvimento, nos diferentes sectores, mediante a implementação de projectos nos domínios do sector mineiro-industrial e de diversificação do sistema produtivo, das infra-estruturas, do sector florestal, da qualidade ambiental, do meio natural, do turismo, da educação e informação ambiental e da investigação e desenvolvimento.

Promovido pela Associação de Municípios Transfronteiriça 2006, composta por um conjunto de oito autarquias do Baixo Alentejo e Andaluzia – Barrancos, Serpa, Moura, Mértola, Aroche, Encinasola, Rosal de la Frontera e Paymogo -, realizou-se em Junho de 2000 o Seminário Horizonte 2006, que teve por objectivo o aprofundamento de estratégias para a ultrapassagem de estrangulamentos à cooperação transfronteiriça e para a apresentação e debate do Programa Horizonte 2006 que agrega o conjunto de iniciativas e projectos que a associação pretende candidatar no quadro do novo INTERREG III.

Relativamente à participação dos sectores regionais da Andaluzia, a Junta de Andaluzia organizou em Sevilha e Huelva várias reuniões sectoriais para preparação do Programa INTERREG III.

Estas reuniões tiveram como principal objectivo, estudar as possíveis acções conjuntas, a apresentar ao Programa INTERREG III, e recolher intenções de projectos que os sectores pretendiam desenvolver com o Algarve e o Alentejo.

Em Junho deste ano, na sequência da publicação pela Comissão Europeia da Carta aos Estados Membros que dava início à preparação do Programa INTERREG III, realizou-se em Beja uma reunião entre o Alentejo, o Algarve e a Andaluzia no sentido de se compatibilizarem e consensualizarem os objectivos, estratégias de intervenção, medidas e linhas de actuação do Sub-Programa 5, Algarve/Alentejo/Andaluzia. Posteriormente foi solicitado, às entidades representantes dos principais sectores de actividade, aos municípios e aos organismos da administração desconcentrada a actualização da informação, com a recomendação de procederem à articulação com a Andaluzia no que respeitava às intenções de projectos de cooperação a apresentar ao INTERREG III.

Com base na informação recolhida, realizaram-se diversas reuniões de trabalho entre as três regiões para preparação de uma proposta conjunta para o Sub programa 5.

Como resultado destas reuniões, elaborou-se um documento de trabalho que continha os seguintes elementos:

- Comunicação da Carta da Comissão aos Estados Membros;
- Esquema de trabalho que iria ser desenvolvido na elaboração do Sub-programa 5 Algarve/Alentejo/Andaluzia;
- Objectivos e estratégia de intervenção;
- Estrutura de medidas e linhas de acção;
- Principais intenções de projectos recolhidas.

Em Julho deste ano realizou-se um Encontro Algarve-Alentejo-Andaluzia, onde estiveram presentes as entidades sectoriais das três regiões com objectivo de compatibilizar , hierarquizar e avançar na consolidação das intenções de cooperação a concretizar, e recolher de todos os intervenientes reacções e contributos ao documento apresentado.

A reunião teve início com uma sessão geral de apresentação e de debate, seguida de um conjunto de reuniões paralelas por Comissão Sectorial, para discussão das questões específicas de cada sector e dar continuidade ao processo de preparação de intenções de projectos a apresentar mais tarde, numa parceria Portugal/Espanha que incluía duas ou as três regiões envolvidas.

ENTIDADES CONTACTADAS NO ÂMBITO DA ELABORAÇÃO DO SUB-PROGRAMA ALGARVE/ALENTEJO/ANDALUZIA

Portugal

- ACRAL – Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve
- ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve
- ADAREM - Associação de Defesa do Ambiente e Recursos Mineiros
- AHETA – Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve
- ALCANCE – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Alcoutim
- ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
- AMAL – Associação de Municípios do Algarve
- AMBIFARO – Agência para o Desenvolvimento Económico de Faro
- ANA - Aeroporto de Faro
- ANAS- Associação de Municípios Hispano - Lusa
- ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários – núcleo do Algarve
- ARS - Administração Regional de Saúde de Faro
- Associação de Comerciantes de Portimão
- Associação de Desenvolvimento de Tavira
- Associação de Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve
- Associação dos Artistas Plásticos da Região do Algarve
- Associação Filarmónica
- Associação IN LOCO
- Associação ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
- Associação Terras de Santa Maria
- Associação Vicentina
- ATAS - Associação Transfronteiriça Alcoutim –Sanlucar
- CAT - Centro de Apoio a Toxicodependentes
- CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve
- Centro de Ciência Viva do Algarve
- CERA – Conselho Empresarial da Região do Algarve
- CIDER – Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional
- Câmara Municipal de Albufeira
- Câmara Municipal de Alcoutim

- Câmara Municipal de Aljezur
- Câmara Municipal de Castro Marim
- Câmara Municipal de Faro
- Câmara Municipal de Lagoa
- Câmara Municipal de Lagos
- Câmara Municipal de Loulé
- Câmara Municipal de Monchique
- Câmara Municipal de Olhão
- Câmara Municipal de Portimão
- Câmara Municipal de São Brás de Alportel
- Câmara Municipal de Silves
- Câmara Municipal de Tavira
- Câmara Municipal de Vila do Bispo
- Câmara Municipal de Vila Real de Santo António
- CP Faro
- CPINAL – Centro Promotor de Inovação e Negócios do Algarve
- CRSS - Centro Regional da Segurança Social do Algarve
- Delegação Distrital da Educação de Adultos
- Delegação Regional de Cultura do Algarve
- Delegação Regional do Instituto Nacional de Estatística
- DRA - Direcção Regional do Ambiente
- DRAAlg - Direcção Regional da Agricultura do Algarve
- DRE - Direcção Regional de Educação do Sul
- DRE - Direcção Regional do Algarve do Ministério da Economia
- EICAlgarve – Euro Info Centre Algarve
- ESGHT - Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo
- ESSE - Escola Superior de Educação
- Fundação Oceanis
- GLOBALGARVE – Agência de Desenvolvimento Regional
- HDF - Hospital Distrital de Faro
- IAPMEI – Instituto de apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
- IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IEP - Instituto das Estradas de Portugal
- IND - Instituto do Desporto no Algarve
- Instituto de Cultura Ibero Atlântica
- IPIMAR - Centro Regional de Investigação Pesqueira do Sul
- IPJ - Instituto Português da Juventude
- IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico
- IPS - Instituto Portuário do Sul
- NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
- ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana
- Parque Natural da Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano
- Parque Natural da Ria Formosa
- Polo de V.R.S.A da Universidade do Algarve
- Portugal, Telecom
- REFER –EP
- RNSCMVRSa – Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e V.R.S.A
- RTA - Região de Turismo do Algarve
- SPTT - Serviços de Tratamento e Prevenção da Toxicodependência
- UAL - Universidade do Algarve
- UGT - União Geral de Trabalhadores
- União dos Sindicatos do Algarve – CGTP-IN

Espanha (Departamentos da Junta de Andaluzia que participaram na elaboração do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal)

- Economia e Finanças:
 - D.G. de Fondos Europeos
 - D.G. de Comercio
- Governação
- Turismo e Desporto:
 - Secretaría General Técnica
- Emprego e Desenvolvimento Tecnológico:
 - Instituto de Fomento de Andalucía
- Obras Públicas e Transportes:
 - Secretaría General de Planificación
 - D.G. de Ordenación del Territorio y Urbanismo
- Agricultura e Pesca:
 - Secretaría General de Agricultura
- Educação:
 - D.G. de Evaluación Educativa y Formación del Profesorado
- Saúde:
 - D.G. de Salud Pública y Participación
- Cultura:
 - Viceconsejería de Cultura
- Meio Ambiente:
 - D.G. de Planificación
- Assuntos Sociais:
 - Gabinete del Consejero

ANEXO B

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DAS REGIÕES FRONTEIRIÇAS PORTUGAL/ESPANHA^(*)

^(*) Para além das estatísticas nacionais oriundas dos respectivos Instituto Nacional de Estatística e da informação constante das sínteses territoriais existentes na INFOLINE, foram utilizadas as seguintes fontes de carácter transfronteiriço:

- Anuário Estatístico Galicia - Norte de Portugal , 1998, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, IGE - Instituto Galego de Estatística.
- Anuário Estatístico Região Norte (Portugal), Castilla y León (Espanha), 1998, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Norte, Junta de Castilla y León, Consejería de Economía y Hacienda.
- Estatísticas das Regiões Fronteiriças do Alentejo e da Extremadura, 1998, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Alentejo, Junta de Extremadura.
- Anuário Estatístico Região Centro (Portugal), Castilla y León (Espanha), 1998, Instituto Nacional de Estatística, Direcção Regional do Centro, Comissão de Coordenação da Região Centro, Junta de Castilla y León, Consejería de Economía y Hacienda.

Indicadores demográficos

		Área	População residente	Densidade populacional	Homens	Mulheres
Unidade		km2	milhões	hab / km2	%	%
UE15	Ano	1998	1997	1998	1997	1997
		31911,2	368878	117	48,7	51,3
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		91906	9979450	108,6	48,2	51,8
Fronteira Portuguesa	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		50199,3	2041900	40,7	48,3	51,7
Minho - Lima	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		2210,3	250500	113,3	46,6	53,4
Cávado	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		1242,6	378420	304,5	48,3	51,7
Alto Trás-os-Montes	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		8170,2	223810	27,4	49,3	50,7
Douro	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		4111,8	234340	57,0	49,0	51,0
Beira Interior Norte	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		4068,8	111180	27,3	47,5	52,5
Beira Interior Sul	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		3738,1	77270	20,7	47,6	52,4
Alto Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		5936,7	119830	20,4	48,1	51,9
Alentejo Central	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		7228,9	166680	23,1	48,3	51,7
Baixo Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		8503,4	131220	15,4	49,1	50,9
Algarve	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		4988,5	348.650,0	69,9	48,8	51,2
Espanha	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		504750	39852651	79,0	48,9	51,1
Pontevedra	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		4495	906298	20,2	52,1	47,9
Orense	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		7273	34417	4,7	48,0	52,0
Zamora	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		10525	205201	19,7	49,3	50,7
Salamanca	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		12350	349550	28,6	48,7	51,3
Cáceres	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		19868	405616	20,4	50,0	50,0
Badajoz	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		21766	663803	30,5	49,4	50,6
Huelva	Ano		1998	1998	1998	1998
		10085	453958	45,0	49,4	50,6
Fronteira Espanhola	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		86362	3018843	35,0	49,0	51,0
Fronteira Global	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		136561,3	5060743	37,1	48,7	51,3

(cont.)

Indicadores demográficos

(cont.)

		0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65 e + anos
Unidade		%	%	%	%
UE15	Ano	1997	1997	1997	1997
		17,0	13,0	54,0	16,0
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998
		16,9	15,3	52,6	15,2
Fronteira Portuguesa	Ano	1998	1998	1998	1998
		16,1	15,6	49,9	18,4
Minho - Lima	Ano	1998	1998	1998	1998
		15,9	16,5	49,3	18,4
Cávado	Ano	1998	1998	1998	1998
		20,4	17,8	51,3	10,4
Alto Trás-os-Montes	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,6	16,7	48,8	19,9
Douro	Ano	1998	1998	1998	1998
		16,2	17,1	49,0	17,6
Beira Interior Norte	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,1	14,0	47,3	24,6
Beira Interior Sul	Ano	1998	1998	1998	1998
		12,4	12,7	48,0	26,9
Alto Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,1	13,4	49,2	23,3
Alentejo Central	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,4	13,9	50,3	21,4
Baixo Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,5	14,4	49,4	21,7
Algarve	Ano	1998	1998	1998	1998
		16,1	13,8	51,6	18,5
Espanha	Ano	1998	1998	1998	1998
		15,2	15,8	52,7	16,3
Pontevedra	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,5	17,2	52,4	15,9
Orense	Ano	1998	1998	1998	1998
		11,4	13,2	49,7	25,8
Zamora	Ano	1998	1998	1998	1998
		12,5	13,2	48,8	25,5
Salamanca	Ano	1998	1998	1998	1998
		14,0	14,8	50,4	20,8
Cáceres	Ano	1998	1998	1998	1998
		17,6	15,6	49,6	17,2
Badajoz	Ano	1998	1998	1998	1998
		16,4	14,6	49,6	19,5
Huelva	Ano	1998	1998	1998	1998
		18,0	17,3	50,1	14,6
Fronteira Espanhola	Ano	1998	1998	1998	1998
		15,2	15,6	50,6	18,6
Fronteira Global	Ano	1998	1998	1998	1998
		15,6	15,6	50,3	18,6

Indicadores demográficos

(cont.)

		Crescimento natural da população por 1000 habitantes.	Saldo migratório por 1000 habitantes.	Taxa de Natalidade	Nº de Casamentos por 1000 habitantes
Unidade		‰	‰	‰	‰
UE15	Ano			1997	1997
				10,9	5,1
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1997
		0,7	1,5	11,4	6,7
Fronteira Portuguesa	Ano	1998	1998	1998	1997
		-2,1	1,7	10,2	6,4
Minho - Lima	Ano	1998	1998	1998	1997
		-2,2	4,2	9,2	7,2
Cávado	Ano	1998	1998	1998	1997
		6,0	3,8	13,7	8,3
Alto Trás-os-Montes	Ano	1998	1998	1998	1997
		-4,9	-0,1	8,2	6,2
Douro	Ano	1998	1998	1998	1997
		-1,5	1,1	9,7	6,5
Beira Interior Norte	Ano	1998	1998	1998	1997
		-6,7	-1,9	8,7	6,1
Beira Interior Sul	Ano	1998	1998	1998	1997
		-8,3	2,2	7,7	5,13
Alto Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1997
		-7,2	-3,0	8,7	5,5
Alentejo Central	Ano	1998	1998	1998	1997
		-4,2	-1,2	9,3	5,4
Baixo Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1997
		-7,6	-3,8	9,6	5,0
Algarve	Ano	1998	1998	1998	1997
		-1,9	5,5	11,0	5,3
Espanha	Ano	1998	-	1997	1996
		0,5	-	9,2	4,8
Pontevedra	Ano	1997	1997	1997	1997
		-0,9	0,2	7,9	4,5
Orense	Ano	1997	1997	1997	1997
		-7,5	2,9	5,6	3,5
Zamora	Ano	1997	1997	1997	1997
		-5,0	-0,6	6,5	3,6
Salamanca	Ano	1997	1997	1997	1997
		-2,7	-0,9	7,4	3,9
Cáceres	Ano	1997	1997	1997	1997
		-1,2	-1,9	9,0	4,5
Badajoz	Ano	1997	1997	1997	1997
		0,7	1,9	10,1	4,7
Huelva	Ano	1997	1997	1997	1997
		1,2	0,1	10,2	4,9
Fronteira Espanhola	Ano	1997	1997	1997	1997
		0,6	0,4	8,4	4,4
Fronteira Global	Ano				1997
					5,2

(cont.)

Indicadores demográficos

(cont.)

		Índice de envelhecimento	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos
Unidade		%	%	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998	1998
		91,1	49,3	25,8	23,5
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998
		90,3	47,2	24,8	22,4
Fronteira Portuguesa	Ano	1998	1998	1998	1998
		114,3	52,8	24,6	28,2
Minho - Lima	Ano	1998	1998	1998	1998
		115,7	52,1	24,2	28,0
Cávado	Ano	1998	1998	1998	1998
		51,1	44,7	29,6	15,1
Alto Trás-os-Montes	Ano	1998	1998	1998	1998
		136,8	52,6	22,2	30,4
Douro	Ano	1998	1998	1998	1998
		108,7	51,3	24,6	26,7
Beira Interior Norte	Ano	1998	1998	1998	1998
		174,0	63,1	23,0	40,1
Beira Interior Sul	Ano	1998	1998	1998	1998
		217,7	64,8	20,4	44,4
Alto Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998
		164,8	59,7	22,6	37,2
Alentejo Central	Ano	1998	1998	1998	1998
		148,0	55,7	22,5	33,2
Baixo Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998
		149,7	56,8	22,7	34,0
Algarve	Ano	1998	1998	1998	1998
		115,4	53,0	24,6	28,4
Espanha	Ano	1998	1998	1998	1998
		107,6	45,9	22,1	23,8
Pontevedra	Ano	1998	1998	1998	1998
		109,4	43,8	20,9	22,9
Orense	Ano	1998	1998	1998	1998
		225,7	59,1	18,2	41,0
Zamora	Ano	1998	1998	1998	1998
		203,0	61,3	20,2	41,1
Salamanca	Ano	1998	1998	1998	1998
		148,9	53,3	21,4	31,9
Cáceres	Ano	1998	1998	1998	1998
		97,4	53,3	27,0	26,3
Badajoz	Ano	1998	1998	1998	1998
		118,8	55,9	25,6	30,4
Huelva	Ano	1998	1998	1998	1998
		81,0	48,3	26,7	21,6
Fronteira Espanhola	Ano	1998	1998	1998	1998
		122,7	51,1	23,0	28,2
Fronteira Global	Ano	1998	1998	1998	1998
		119,2	51,8	23,6	28,2

Indicadores Económicos

		PIB pm	VABpm (C.F. em Espanha)	Distribuição do VAB por sectores		
				Prod agrícola, Sivilcultura e Pesca	Indústria e Construção	Serviços
Unidade		M Euros	M Euro	%	%	%
UE15	Ano	1998	1995	1996	1996	1996
		7593142	5816034	-	-	-
Portugal	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		78820692,13	72282724	4,3	35,3	60,4
Fronteira Portuguesa	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		12592581,88	11548049,2	9,2	32,4	58,4
Minho - Lima	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		1300695	1192805	5,6	40,4	54,0
Cávado	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		2295822	2105391	3,5	49,0	47,5
Alto Trás-os-Montes	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		1176779	1079164	12,4	32,1	55,5
Douro	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		1355234	1242820	14,4	41,1	44,5
Beira Interior Norte	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		644292	590846	13,2	26,8	60,0
Beira Interior Sul	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		556933	510734	9,5	34,7	55,8
Alto Alentejo	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		759260	696282	16,0	26,8	57,1
Alentejo Central	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		1030232	944778	14,0	26,5	59,5
Baixo Alentejo	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		745912	684042	9,0	32,3	58,6
Algarve	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		2727422	2501187	7,3	14,9	77,8
Espanha	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		522694,2171	80990749	5,252457907	29,58874846	65,15879363
Pontevedra	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		10955	9520500,523	10,53	28,84	60,63
Orense	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		3639	3278472,948	8,18	32,78	59,04
Zamora	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		2111	1905376,654	14,39	24,92	60,69
Salamanca	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		4389	3928209,104	7,95	32,6	59,45
Cáceres	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		4761	4362085,752	18,32	35,14	46,54
Badajoz	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		6071	5213930,259	16,03	20,75	63,23
Huelva	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		5040	4481861,455	15,77	30,47	53,75
Fronteira Espanhola	Ano	1998	1997	1997	1997	1997
		36966	32690436,7	12,85	29,23	57,92

Indicadores de Emprego

		População empregada			
		Total	Agricultura	Indústria/ construção	Serviços
Unidade		10 ^3	%	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998	1998
		152078	4,8	29,5	75,7
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998
		4738,8	13,5	35,8	50,7
Fronteira Portuguesa	Ano				
Minho - Lima	Ano	1997			
		115,8			
Cávado	Ano	1997			
		187,7			
Alto Trás-os-Montes	Ano	1997			
		96,6			
Douro	Ano	1997			
		85,9			
Beira Interior Norte	Ano				
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991	1991
		27,9	15,2	33,5	51,3
Alto Alentejo	Ano				
Alentejo Central	Ano				
Baixo Alentejo	Ano				
Algarve	Ano	1999	1999	1999	1999
		159,3	10,7	19,6	69,7
Espanha	Ano	1999	1999	1999	1999
		13817,4	7,3	30,7	61,9
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999	1999
		320,2	15,7	32,9	51,4
Orense	Ano	1999	1999	1999	1999
		109,1	13,6	30	56,5
Zamora	Ano	1999	1999	1999	1999
		53,1	25,2	21,7	53,1
Salamanca	Ano	1999	1999	1999	1999
		110,6	9,6	21,6	68,8
Cáceres	Ano	1999	1999	1999	1999
		122,5	11,9	26,2	61,9
Badajoz	Ano	1999	1999	1999	1999
		192,3	15,5	25,8	58,7
Huelva	Ano	1999	1999	1999	1999
		128,1	17,8	29,8	52,4
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999	1999
		1035,9	15,1	28,3	56,6

(cont.)

Indicadores de Emprego

(cont.)

		População masculina empregada por sectores			
		Total	Na agricultura	Na Indústria	Nos Serviços
Unidade		10 ^3	%	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998	1998
		88187	5,5	39,3	55,2
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998
		2628,3	12,2	44,7	43,1
Fronteira Portuguesa	Ano				
Minho - Lima	Ano				
Cávado	Ano				
Alto Trás-os-Montes	Ano				
Douro	Ano				
Beira Interior Norte	Ano				
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991	1991
		17,4	17,6	37,1	45,3
Alto Alentejo	Ano				
Alentejo Central	Ano				
Baixo Alentejo	Ano				
Algarve	Ano	1999	1999	1999	1999
		91,6	14,5	29,3	56,2
Espanha	Ano	1999	1999	1999	1999
		8790,9	8,5	40,4	51
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999	1999
		196,6	12,3	44,7	43
Orense	Ano	1999	1999	1999	1999
		64,2	10	42,8	47
Zamora	Ano	1999	1999	1999	1999
		37,9	31,4	28	40,9
Salamanca	Ano	1999	1999	1999	1999
		72,8	12,5	29,7	57,8
Cáceres	Ano	1999	1999	1999	1999
		82	15	33,3	51,7
Badajoz	Ano	1999	1999	1999	1999
		134,1	21	32,6	46,5
Huelva	Ano	1999	1999	1999	1999
		86,4	18,4	40,4	41,2
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999	1999
		674	16	37,6	46,4

(cont.)

Indicadores de Emprego

(cont.)

População feminina empregada por sectores					
		Total	Na agricultura	Na Indústria	Nos Serviços
Unidade		10 ^ 3	%	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998	1998
		63891	3,8	16	80,2
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998
		2110,5	15,1	24,6	60,2
Fronteira Portuguesa		Ano			
Minho - Lima		Ano			
Cávado		Ano			
Alto Trás-os-Montes		Ano			
Douro		Ano			
Beira Interior Norte		Ano			
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991	1991
		10,5	11,3	27,5	61,2
Alto Alentejo		Ano			
Alentejo Central		Ano			
Baixo Alentejo		Ano			
Algarve	Ano	1999	1999	1999	1999
		67,7	5,6	6,5	87,9
Espanha	Ano	1999	1999	1999	1999
		5026,6	5,2	13,8	80,9
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999	1999
		123,6	21,2	14	64,8
Orense	Ano	1999	1999	1999	1999
		44,9	18,7	11,6	69,7
Zamora	Ano	1999	1999	1999	1999
		15,2	10,5	5,9	83,6
Salamanca	Ano	1999	1999	1999	1999
		37,8	3,7	6,1	90,2
Cáceres	Ano	1999	1999	1999	1999
		40,5	5,7	11,9	82,5
Badajoz	Ano	1999	1999	1999	1999
		58,2	3,1	10,3	86,8
Huelva	Ano	1999	1999	1999	1999
		41,7	16,5	7,9	75,8
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999	1999
		361,9	13,4	11,0	75,6

(cont.)

Indicadores de Emprego

(cont.)

		Taxa de actividade		
		Total	Masculina	Feminina
Unidade		%	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998
		45,9	53,9	38,4
Portugal	Ano	1998	1998	1998
		50,0	56,7	43,6
Fronteira Portuguesa				
Minho - Lima	Ano	1997	1997	1997
		58,1	63,8	53,4
Cávado	Ano	1997	1997	1997
		68,1	75,2	61,6
Alto Trás-os-Montes	Ano	1997	1997	1997
		54,5	66,3	44,1
Douro	Ano	1997	1997	1997
		46,2	58,9	34,6
Beira Interior Norte				
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991
		36,5	46,7	27,2
Alto Alentejo				
Alentejo Central				
Baixo Alentejo				
Algarve	Ano	1999	1999	1999
		47,2	55,1	39,8
Espanha	Ano	1999	1999	1999
		50,2	63,0	38,4
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999
		50,9	61,4	41,5
Orense	Ano	1999	1999	1999
		46,1	54,7	38,4
Zamora	Ano	1999	1999	1999
		37,3	51,0	23,8
Salamanca	Ano	1999	1999	1999
		45,8	59,1	34,1
Cáceres	Ano	1999	1999	1999
		46,2	59,9	33,8
Badajoz	Ano	1999	1999	1999
		49,0	64,3	34,7
Huelva	Ano	1999	1999	1999
		48,1	63,0	34,6
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999
		47,7	60,3	36,1

Indicadores de Emprego

(cont.)

		População desempregada		
		Total	Homens	Mulheres
Unidade		10 ^3	%	%
UE15	Ano	1998	1998	1998
		17330	49,9	50,1
Portugal	Ano	1998	1998	1998
		247,9	43,4	56,6
Fronteira Portuguesa				
Minho - Lima	Ano	1997	1997	1997
		6	50,0	50
Cávado	Ano	1997	1997	1997
		9	55,6	44,4
Alto Trás-os-Montes	Ano	1997	1997	1997
		7	57,1	42,9
Douro	Ano	1997	1997	1997
		6	50,0	50,0
Beira Interior Norte				
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991
		1,6	37,8	62,2
Alto Alentejo				
Alentejo Central				
Baixo Alentejo				
Algarve	Ano	1999	1999	1999
		8,0	42,5	57,5
Espanha	Ano	1999	1999	1999
		2605,5		
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999
		67,1	24,1	43
Orense	Ano	1999	1999	1999
		27,9	12,4	15,5
Zamora	Ano	1999	1999	1999
		11,9	6,3	5,6
Salamanca	Ano	1999	1999	1999
		25,8	9,3	16,5
Cáceres	Ano	1999	1999	1999
		35,6	15,8	19,8
Badajoz	Ano	1999	1999	1999
		69,1	31,6	37,5
Huelva	Ano	1999	1999	1999
		45,9	21,8	24
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999
		283,3	121,3	161,9

(cont.)

Indicadores de Emprego

(cont.)

		Taxa de Desemprego			% desempregados de longa duração no total de desempregados.	Desempregados à procura do 1. ^o emprego
		Total	Masculina	Feminina		
Unidade		%	%	%	%	Milhares de pessoas
UE15	Ano	1998	1998	1998	1998	
		10,2	8,9	12	49,4	
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998	
		5	3,9	6,2	42,6	
Fronteira Portuguesa	Ano					
Minho - Lima	Ano	1997	1997	1997		
		4,9	5,0	4,8		
Cávado	Ano	1997	1997	1997		
		4,6	4,9	4,3		
Alto Trás-os-Montes	Ano	1997	1997	1997		
		6,7	6,8	6,7		
Douro	Ano	1997	1997	1997		
		6,5	5,4	8,3		
Beira Interior Norte	Ano					
Beira Interior Sul	Ano	1991	1991	1991		
		5,4	3,4	8,7		
Alto Alentejo	Ano					
Alentejo Central	Ano					
Baixo Alentejo	Ano					
Algarve	Ano	1999	1999	1999	1998	1998
		4,8	3,6	6,3	37,0	10,0
Espanha	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		15,87	11,13	23,02	19,04	618,2
Pontevedra	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		17,3	10,9	25,8	23,85	19,5
Orense	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		20,4	16,2	25,7	27,6	7,2
Zamora	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		18,3	14,3	26,9	15,97	4,3
Salamanca	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		18,9	11,3	30,4	25,97	6,3
Cáceres	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		22,5	16,2	32,8	13,2	7,8
Badajoz	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		26,4	19,1	39,2	12,74	1,5
Huelva	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		26,4	20,1	36,5	9,59	13,6
Fronteira Espanhola	Ano	1999	1999	1999	1999	1999
		21,5	15,3	30,9	17,72	60,2

Indicadores de Saúde

		Hospitais	Médicos/1000 habitantes	Camas hospitalares por 1000 habitantes	Taxa de Mortalidade	Taxa de Mortalidade Infantil
Unidade		nº	‰	‰	‰	‰
UE15	Ano		1996	1996	1994	1996
			3,7	7	10	5,5
Portugal	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		215	3,1	4,1	10,6	6,4
Fronteira Portuguesa	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		37	1,6	3,8	12,3	5,6
Minho - Lima	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		3	1,4	2,9	11,3	4,2
Cávado	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		10	1,9	5,3	7,7	13,7
Alto Trás-os-Montes	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		4	1,3	3,5	13,1	4,8
Douro	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		3	1,3	3,2	11,2	8,0
Beira Interior Norte	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		2	1,5	5,1	15,3	2,3
Beira Interior Sul	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		1	2	4,4	16,0	1,6
Alto Alentejo	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		3	1,6	4,8	15,9	3,1
Alentejo Central	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		3	1,6	3,8	13,5	1,8
Baixo Alentejo	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		2	1,4	2,7	17,2	2,7
Algarve	Ano	1997	1997	1997	1998	1998
		6	2,1	2,7	12,9	6,9
Espanha	Ano	1997		1995	1997	1995
		799		4,3	8,8	6,52
Pontevedra	Ano	1998	1996	1995	1997	1997
		7	3,2	2,2	8,8	4
Orense	Ano	1998	1996	1995	1997	1997
		6	3,5	3,6	13,14	4
Zamora	Ano	1997	1995	1997	1997	1995
		4	4,5	2,9	11,75	3,98
Salamanca	Ano	1997	1995	1997	1997	1995
		6	5,2	3,9	10,43	7,27
Cáceres	Ano	1994	1994	1994	1997	1994
		8	1,2	3,8	10,11	6,4
Badajoz	Ano	1994	1994	1994	1997	1994
		10	1,3	4,0	9,42	7,9
Huelva	Ano	1998	1999	1998	1997	1997
		6	3,4	3,3	9,06	3
Fronteira Espanhola	Ano	1994-1998	1994-1999	1994-1998	1997	1994-1997
		47	2,93	3,27	9,92	5,28

Indicadores de Educação

		Alunos matriculados no ensino Pré-escolar	% de alunos do sexo feminino	Alunos matriculados no ensino Básico	% de alunos do sexo feminino	Alunos matriculados no ensino Secundário	% de alunos do sexo feminino	Alunos matriculados no ensino Superior
Unidade		10 ^3	%	10 ^3	%	10 ^3	%	10 ^3
UE15	Ano			1994		1995		1995
				41979		19325		11791
Portugal	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		191,02		1339,75		477,22		319,53
Fronteira Portuguesa	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		40,20		281,85		92,90		51,26
Minho - Lima	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		3,79		33,43		9,37		2,39
Cávado	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		8,74		58,37		16,43		13,89
Alto Trás-os-Montes	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		3,82		31,30		10,43		3,74
Douro	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		5,27		32,86		9,72		6,23
Beira Interior Norte	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		2,76		14,89		4,94		3,32
Beira Interior Sul	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		1,80		8,67		3,94		2,59
Alto Alentejo	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		2,43		14,71		4,66		1,49
Alentejo Central	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		3,46		20,82		8,35		6,50
Baixo Alentejo	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		2,95		16,96		6,23		3,40
Algarve	Ano	1995/96		1995/96		1995/96		1995/96
		5,20		49,83		18,83		7,71
Espanha	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		1115244	48,71	3137278	48,21	1080784	53,04	1677743
Pontevedra	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		23660	49,39	75104	48,04	33375	54,86	30491
Orense	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		6767	49,29	22250	48,48	11666	53,76	0
Zamora	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		4687	48,98	13419	48,28	4067	55,96	0
Salamanca	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		8260	49,43	24818	47,72	10021	53,12	34042
Cáceres	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		12384	48,89	35222	47,93	9637	55,76	26893
Badajoz	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		21719	48,8	62211	47,67	13474	52,12	0
Huelva	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		13445	47,62	44571	48,43	10920	50,04	13899
Fronteira Espanhola	Ano	1998	1998	1998	1998	1998	1998	1998
		90922	48,73	277595	48,02	93160	53,72	105325

Indicadores de Acessibilidade

		Rede de estradas	Itinerários Principais	Itinerários complementares
Unidade		Km	Km	Km
UE15	Ano			
Portugal	Ano	1997	1997	1997
		9780	2591	2421
Fronteira Portuguesa	Ano			
Minho - Lima	Ano	1995	1995	1995
		288	59	63
Cávado	Ano	1995	1995	1995
		252	21	36
Alto Trás-os-Montes	Ano	1995	1995	1995
		622	220	40
Douro	Ano	1995	1995	
		577	172	
Beira Interior Norte	Ano	1995	1995	1995
		346	138	15
Beira Interior Sul	Ano	1997	1997	1997
		188	68	62
Alto Alentejo	Ano			
Alentejo Central	Ano			
Baixo Alentejo	Ano			
Algarve	Ano	1997	1997	1997
		373	120	105
Espanha	Ano	1998	1998	1998
		163273	9649	153624
Pontevedra	Ano	1998	3996	1998
		3491	157	3334
Orense	Ano	1998	3996	1998
		3366	154	3212
Zamora	Ano	1998	3996	1998
		4141	167	3974
Salamanca	Ano	1998	3996	1998
		3951	19	3932
Cáceres	Ano	1998	3996	1998
		3961	141	3820
Badajoz	Ano	1998	3996	1998
		4778	135	4643
Huelva	Ano	1998	3996	1998
		2110	96	2014
Fronteira Espanhola	Ano	1998	3996	1998
		25798	869	24929

Indicadores de Turismo

		Alojamento turístico (estabelecimentos)	Capacidade de alojamento (camas)	Dormidas totais	Dormidas de não residentes	Taxa de ocupação de cama
Unidade		nº	milhares	milhões	%	%
UE15	Ano					
Portugal	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		1754	215,5720	32,4045	71,7	41,2
Fronteira Portuguesa	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		671	103,3730	15,3105	76,6	40,6
Minho - Lima	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		46	2,8000	0,2413	26,8	23,6
Cávado	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		55	3,9620	0,3571	40,4	24,7
Alto Trás-os-Montes	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		58	3,2330	0,2013	11,3	17,1
Douro	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		30	1,9210	0,1445	16,3	20,6
Beira Interior Norte	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		16	0,9970	0,0851	20,7	23,4
Beira Interior Sul	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		15	1,2570	0,1171	10,5	25,5
Alto Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		26	1,4020	0,1818	25,3	35,5
Alentejo Central	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		25	1,9240	0,2604	45,6	37,1
Baixo Alentejo	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		16	0,7810	0,0959	21,6	33,6
Algarve	Ano	1998	1998	1998	1998	1998
		384	85,0960	13,6258	82,6	43,9
Espanha	Ano	1998		1997	1997	1997
		6803		166,73331	63,2	59,01
Pontevedra	Ano	1996	1996	1996		1996
		424	16,037	1,89127		32,2
Orense	Ano	1996	1996	1996		1996
		115	3,724	0,310196		22,8
Zamora	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		145	5,398	0,21171	5,8	10,7
Salamanca	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		275	12,62	0,780456	14,3	16,9
Cáceres	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		145	5,825	0,547818	10,1	25,8
Badajoz	Ano	1995	1995	1995	1995	1995
		117	5,837	0,490357	9,9	23,0
Huelva	Ano	1998	1998	1998	1998	
		145	10,575	1,645787	28,6	
Fronteira Espanhola	Ano	1995-1998	1995-1998	1995-1998		
		1366	60,016	5,877594		